UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

CÁSSIO ARRUDA BOECHAT

O colono que virou suco:
Terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista

v. 2

São Paulo
2013

CÁSSIO ARRUDA BOECHAT

O colono que virou suco:
Terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista

v. 2

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

São Paulo
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B669c

BOECHAT, Cássio Arruda
O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista / Cássio Arruda BOECHAT ; orientador Heinz Dieter HEIDEMANN. - São Paulo, 2013.
567 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Citricultura. 2. Trabalho. 3. Colonização. 4. Crise. 5. Cafeicultura. I. HEIDEMANN, Heinz Dieter, orient. II. Título.

Sumário

Volume *2*

Capítulo III

***Formação do trabalho complexo, autonomização do capital que rende juros e crise do capital citrícola* 277**

PARTE I 278

A técnica como novo fundamento de reprodução (e representação) social e a ascensão da citricultura técnica 279

O *Relatório Dierberger* e a perspectiva de racionalização da exportação de laranjas 280

As personificações dos "primórdios" da citricultura 285

O bacharelismo e o desejo de modernização da agricultura 290

A trajetória de um bacharel buscando a modernização da agricultura e promovendo a modernização do bacharelismo 298

Condicionantes e consolidação da citricultura técnica, e a sua "auto-teorização" 315

A constituição da "técnica" da citricultura técnica 324

A autonomização da ciência e sua relação com a modernização, a burocratização e a espetacularização social 329

PARTE II 353

Crítica da fundamentação teórica da discussão de custos de produção e a limitação histórica do desenvolvimento da citricultura técnica 354

Os estudos de custo de produção total do IEA e suas limitações 355

O estudo do custo de produção como fetiche do capital: uma questão metodológica? 369

Repensando a difusão de inovações técnicas, seu planejamento no pós-guerra e suas barreiras 377

A afirmação e as limitações da modernização da agricultura do pós-guerra no bojo do planejamento e da política de substituição de importações 384

O planejamento de uma política de crédito rural nacional e sua relação com a financeirização do capital 392

A dupla industrialização da citricultura e a sua "dependência" do Estado 401

A redução metodológica do IEA e sua aplicação na modernização crítica da agricultura 409

Conclusão parcial: O endividamento estruturante como expressão de uma modernização retardatária crítica 413

PARTE III 423

A crise imanente do desenvolvimento do capital e o contraponto da política na citricultura pela ótica de suas personificações 424

A reprodução crítica da citricultura e a expressão da crise da modernização da agricultura nos anos 1980 424

A autonomização do capital que rende juros, a queda da taxa de lucro e a centralização do capital 432

A tendência à monopolização e as gradações da centralização de capitais na modernização retardatária da agricultura e da citricultura brasileiras 440

O cooperativismo, a política e a auto-regulação como tendências contrariantes à cartelização e de manutenção provisória da oligarquia regional? 448

QUARTA PARTE **482**

O espetáculo da autodestruição do complexo citrícola como expressão difusa da crise da valorização do capital **482**

A persistência da metodologia do custo operacional efetivo e o retorno da metodologia de custo total na produção do espetáculo produtivo e da política espetacular 482

Desdobramentos recentes da modernização crítica da citricultura 498

Deslocamento da expansão, controles de pragas e aumento da composição orgânica de capitais 498

O debate sobre os plantios próprios da indústria: eficiência e barganha 503

O adensamento dos pomares e as múltiplas concepções sobre a propriedade fundiária no capitalismo: eficiência ou crise da citricultura? 508

A modernização da circulação internacional do suco concentrado de laranja: eficiência ou barganha? 517

Novos conglomerados na citricultura e o acirramento da concorrência 522

O fim da Frutesp e suas muitas interpretações 526

A centralização recente da agroindústria citrícola e o controle espetacular do mercado de suco concentrado 530

O fim do contrato padrão e algumas de suas consequências 536

A expulsão do pequeno produtor da citricultura: falta de eficiência ou de poder de barganha? 541

Tentativa de compreensão da crise da citricultura articulada às suas particularidades mais recentes 546

Conclusão parcial: Nova conformação espetacular da política na citricultura? 553

Considerações finais ***557***

Referências bibliográficas ***561***

Tabelas e quadros

Tabela 13 – Relatório Dierberger & Cia. Custos de exportação de laranjas, mil-réis por caixa, 1927. 282

Tabela 14 – Capital necessário a ser investido na formação de pomar com 10.000 laranjeiras, em 1957. Custo por item, em cruzeiros. 317

Tabela 15 – Custo anual de formação de pomar citrícola de 10.000 árvores, em 1957. Custo anual de formação por árvore, em cruzeiros, e por categoria de custos. ... 319

Tabela 16 – Custo total da formação de pomar de 10.000 laranjeiras, em 1957, em cruzeiros. Percentual entre categorias de custo. 322

Tabela 17 - Custo de formação da cultura da laranja para 500 pés, São Paulo, 1969/70, em cruzeiros e em percentuais. 363

Tabela 18 – Custo de produção da cultura da laranja para 500 pés, São Paulo, 1969/70, em cruzeiros e porcentagens. 365

Tabela 19 – Valores e participações dos itens de custo do pomar em formação e em produção para a laranja, Estado de São Paulo, 1986/87. 427

Tabela 20 – Estimativa e distribuição percentual do custo operacional para a cultura de laranja para indústria, Pomar em produção, 1 hectare, 300 pés, Produção de 600 caixas de 40,8 kg, Região Norte do Estado de São Paulo, Safra 2000/01. ... 485

Tabela 21 – Estimativa e distribuição percentual do custo operacional para a cultura de laranja para indústria, Pomar em produção, 1 hectare, 300 pés, produção de 600 caixas de 40,8 kg, Região Sul do Estado de São Paulo, Safra 2000/01 486

Tabela 22 – Estimativa de evolução da utilização de mão-de-obra comum e de trator/tratorista e equipamento nos tratos culturais (1), na formação (2) e na produção (3) na cultura de laranja para indústria, 1 hectare, Região Norte do Estado de São Paulo, safras 1988. 487

Tabela 23 – Itens considerados em estimativas de custo de produção (1) de laranja, safra industrial 2005/06, Estado de São Paulo. 491

Tabela 24 – Estimativas de custo de produção (1) de laranja, safra industrial 2005/06, Estado de São Paulo (em reais por hectare e em reais por caixa de 40,8 kg). 493

Tabela 25 – Estimativas de custo de produção (1) de laranja, safra industrial 2005/06, Estado de São Paulo (em reais por caixa de 40,8 kg). 494

Tabela 26 – Indicadores de concentração na indústria de suco concentrado de laranja, São Paulo, ... 530

Tabela 27 – Preços médios na Bolsa de Valores de Nova Iorque e nos portos da Europa e Volume total de suco de laranja exportado, entre 2000 e 2010. 533

Tabela 28 – Evolução do preço médio anual da caixa de laranja pago pela indústria, em dólares, e do preço médio anual de exportação do suco de laranja concentrado e congelado, em dólares por toneladas - de 1987/88 a 1996/97 538

Tabela 29 – Variação do número de estabelecimentos produtores de laranja por grupo de área, no estado de São Paulo, entre 1985/86 e 1995/96 542

Tabela 30 – Distribuição dos imóveis e da produção, segundo o tamanho do estabelecimento produtor de laranjas, no estado de São Paulo, entre 1985/86 e 1995/96. 543

Quadro 1 – Evolução das participações dos itens de custo no custo operacional total da cultura da laranja, Estado de São Paulo, 1979/80 - 1986/87. 429

Capítulo III

Formação do trabalho complexo, autonomização do capital que rende juros e crise do capital citrícola

PARTE I

A técnica como novo fundamento de reprodução (e representação) social e a ascensão da citricultura técnica

Os objetos de estudo centrais deste capítulo são as pesquisas e publicações em torno dos custos de produção da citricultura. À maneira como costumamos lidar com os objetos dessa pesquisa, também aqui realizamos um retorno aos primeiros estudos deste tipo e encontramos num relatório particular de uma empresa que tateava a primeira grande exportação de laranjas para a Europa aquele que pode ser visto como um estudo precursor. Cientes do risco de enfastiar o leitor, incorremos todavia ainda em digressões, com regressões temporais que transgrediram ainda mais este marco inicial, buscando nexos com a formação social em processo.

Da análise deste primeiro relatório particular partiremos para a de estudos de técnicos e de pesquisadores sobre os custos de produção da citricultura, sempre buscando compará-los em suas formulações e contextualizar suas particularidades. No decorrer da exposição, fixaremos nossa postura teórica divergente daquelas que os embasam.

Um duplo foco de interesse de fundo pode ser indicado de antemão. Um centrado na autonomização do capital e o outro na sua personificação. Particularmente aqui, seguidamente perseguimos a trilha da constituição do trabalho complexo, que compreendemos como necessária à autonomização da gerência do capital perante à propriedade do capital, bem como indica a personificação do processo de tecnificação e cientificização da reprodução social, possibilitando um sentido diverso para esta reprodução, ao mesmo tempo que possibilitadas por esse novo sentido.

Antes de falar em termos teóricos inacessíveis, o enunciado do parágrafo anterior serve, sobretudo, como espécie de "hipótese teórica" de um movimento que se procurará delinear, particularizando-o para o caso da modernização da citricultura.

Não querendo prolongar neste tipo de introdução, apresentemos logo o referido relatório, para dele começarmos nossa análise.

O *Relatório Dierberger* e a perspectiva de racionalização da exportação de laranjas

João Dierberger Jr. escreveu, em 3 de novembro de 1927, um relatório para o fazendeiro José Levy Sobrinho, de Limeira, detalhando os custos de uma "experiência" de exportação de quase oito mil caixas de laranjas para a Europa. Esta havia dado um lucro de quase 50 contos de réis, diferente do prejuízo que a tentativa do ano anterior havia dado.

O fracasso anterior não parecia ser resultado de uma concepção equivocada da produção, uma vez que o próprio Dierberger Jr. afirmava que se embasava em "métodos californianos"[1], na parceria que fizera com o irmão de José Levy Sobrinho, João Levy, provavelmente falecido naquele ano.

Segundo o relator, a nova experiência, entretanto, havia sido parcialmente bem sucedida e indicava a maior aceitação de frutas de pequeno e médio tamanho, cuja falta inclusive havia levado a alguns prejuízos, bem como o mal estado de frutas embarcadas provenientes das plantações de Mário de Souza Queiroz. De todo modo, a experiência dera um pequeno lucro líquido de Rs. 6$353 por caixa: "preço este tão baixo, devido ter sido a maioria das fructas enviadas de tamanho grande" (Dierberger Jr in: Laranja, 1986; 490).

A inclusão de aspectos dos custos de produção, no que se refere aos custos com a colheita, evidencia uma prática que durou até os anos 1990 de incluir a colheita do fruto como atividade a ser realizada pelo comprador da fruta. No caso, o exportador da fruta *in natura* é quem deveria contabilizar seus gastos com pessoal e material para a colheita. Posteriormente, as indústrias de suco de laranja assumiriam o mesmo encargo, até por volta de 1995, quando a colheita passou a ser de responsabilidade do produtor.

No referido relatório, o gasto com o colhedor é indicado pelo pagamento de uma espécie de diária mínima, provavelmente tomando por base a diária que se pagava a camaradas das fazendas cafeeiras de Limeira na época. O mesmo Dierberger Jr. já sugeria, em 1927, a mudança do sistema de pagamento para um que, mediante a

[1] "Tendo feito uma preliminar experiência talvez a primeira executada em Limeira ao exemplo dos methodos californianos – em companhia com o amigo Dr. João Levy, de saudosa memória, a qual infelizmente ao envez de lucro, acarrettou em considerável prejuízo para ambas as partes contrahentes, necessitávamos de certa ousadia, para pedir a sua coadjuvação para a repetição de uma iniciativa tão mal succedida anteriormente" (Dierberger Jr., 1986; 489-490).

remuneração por produtividade, estimulasse o trabalhador a colher mais e com mais cuidados[2].

Fora essa inclusão dos aspectos de gastos com a colheita, o relatório se importava com as atividades e com os gastos exclusivamente relacionados à exportação, discorrendo sobre a aquisição de caixas e de embalagens, sobre as características do barracão para embalagem e seleção das frutas e o transporte das mesmas do pomar ao barracão, por caminhões, e do barracão à estação ferroviária e, então, até o porto de Santos. Incluíam-se mesmo custos alfandegários, com os despachos marítimos, os custos de fretes, para, por fim, detalhar as variedades de laranjas que tinham maior durabilidade e que recebiam maior procura nos mercados europeus.

Porém, outros gastos da empreitada não foram incluídos porque haviam sido realizados pelo próprio Major Levy, como o investimento na instalação do barracão de seleção e encaixotamento. Investimento este feito na fazenda do mesmo e cujo montante não entrava nas contas de Dierberger. Mas, apesar do esforço, Dierberger Jr. indicava que a outra instalação anteriormente cedida ajudava mais a diminuir outras despesas, sobretudo de transporte, da "experiência", pela proximidade à ferrovia:

> Para os trabalhos de selecção, limpeza e emballagem utilisamos no primeiro período dos trabalhos um barracão junto à sua fabrica, tendo a facilidade de embarcar no vaggão junto ao local. Os últimos despachos foram preparados no grande barracão por V. S. especialmente construído no seu pomar. Devemos neste sentido salientar parecer-nos muito mais conveniente o trabalho junto à chave da estrada de ferro, podendo a economia de um transporte a menos ser calculado em m/m 200 reis por caixa, além da maior facilidade de se obter pessoal na cidade, e de possível concentração e fiscalisação dos trabalhos (Dierberger Jr., 1986; 491-492).

A questão, então, de se instalar o beneficiamento no interior do pomar ou nas cercanias da ferrovia e da cidade parece indicar certa tensão entre o modo de se obter e fiscalizar o trabalho em um e no outro. Por sua vez, o argumento em favor da instalação fora do pomar reitera uma racionalização dos custos e indica a existência de uma força de trabalho disponível na cidade para tais exigências. Porém, em relação à distância, o barracão estando junto ao pomar ou à ferrovia deveria ser indiferente, por conta da necessidade da matéria-prima sair necessariamente do pomar e ser necessariamente embarcada na ferrovia. Mas a localização dos empregados do barracão de

2 "[...] Em média um homem prático e ativo pode colher, conforme as condições atmosféricas, durante o espaço de 8 a 10 horas, 35 a 50 caixas de frutas tipo grande e 20 a 30 caixas de frutas tipo médio e pequeno. O custo da colheita pode ser feito a 250 réis por caixa, convindo no futuro, quando Limeira já possuir pessoal prático na colheita, pagar o serviço por empreitada, com direito a uma pequena porcentagem em cada caixa, a fim de animar o trabalho consciencioso, o que quanto à colheita é de importância capital" (Hasse, 1987; 74).

beneficiamento, se provenientes das colônias da mesma fazenda ou da cidade de Limeira, poderia ser a razão de um aumento nos custos com transporte.

Ainda assim, no pomar possivelmente a fiscalização por parte de Levy estaria, de alguma forma assegurada, mas talvez dificultasse a autonomização da atividade de Dierberger. No entanto, embora estas sejam confabulações que extrapolam os dados que temos, indicam a existência possível de pontos de vistas diferentes entre os "parceiros".

Por sua vez, outros investimentos para a seleção e para o encaixotamento das frutas seriam realizados e tampouco entrariam na contabilidade, como uma esteira mecanizada e uma prensa de ferro, delineando uma linha de produção, por assim dizer, fordista para o processamento das mercadorias a serem exportadas[3]. Embora se observe na descrição certo improviso da maquinaria, evidenciando certo caráter manufatureiro anterior à constituição de um Departamento Industrial de Produção de Bens de Produção para a Agricultura (D1 agrícola), não sabemos de onde partiram os investimentos, nem os montantes do mesmo.

Delineia-se, por essa razão, um procedimento analítico de contabilização dos custos que se restringe ao que mais tarde seria considerado como *custos operacionais*, que não incluem custos com o investimento, no caso, de aquisição da maior parte do capital constante, sobretudo aquela que poderia ser considerada como capital fixo. A tabela abaixo sintetiza aqueles custos explicitados pelo relatório.

Tabela 1 – Relatório Dierberger & Cia. Custos de exportação de laranjas, mil-réis por caixa, 1927.

Categorias	Descrição	$/cx.
Mão de obra	Pregagem (preparação da caixa)	225
	Colheita	300
	Carregamento (no pomar e no barracão)	100
	Limpeza	300
	Seleção	50
	Embalagem	200
	Finalização (pregagem)	200
	Perdas	185
	Total mão de obra	**1560**

[3] "Para os trabalho de selecção das fructas em tamanhos, construímos uma simples machina à correias moveis, tendo a mesma pretado optimo serviço. Serviu-nos mais uma 'presa' de ferro, armada sobre um banco à roliços, optimamente para a collocação da tampa das caixas em forma 'abaulada'" (Dierberger Jr in: Laranja, 1986; 492).

Gerência	Pro Labore	1000
Frete	Ferroviário	1200
	Marítimo	3600
	Total frete	**4800**
Despacho		1200
Frigorificação		141,716
Venda	Hamburgo	4000
	Londres	5000
TOTAL	***Total (com venda em Hamburgo)***	**12701,7**
	Total (com venda em Londres)	**13701,7**

Fonte: Dierberger Jr., 1986; 489-507.

Org.: Cássio A. Boechat.

Observa-se, assim, que as despesas com "mão de obra" incluem trabalhos tanto na lavoura (colheita e carregamento) como no interior do barracão, sendo todos esses relativamente equiparados no que se refere a uma remuneração baixa, podendo ser compreendidos como trabalhos "simples". Estes se contrapõem ao trabalho da gerência, bem como a outros trabalhos, tidos por "complexos", como os da corretagem, da burocracia alfandegária e dos leiloeiros que são citados no relatório, todos mais bem remunerados. Todas as atividades de trabalho "simples" somadas atingem Rs. 1$560 por caixa, enquanto o trabalho de gerência por si custava Rs. 1$000.

Posteriormente aos custos, assim detalhados, o relatório descreveria os lucros líquidos auferidos por caixas segundo os seus tipos, remetendo a variedades de laranjas e seus tamanhos, além dos preços nos mercados de Hamburgo e de Londres. As remessas acabariam por mostrar uma "preferência" do mercado londrino pelas frutas menores, mais bem remuneradas e, no geral, uma maior resistência ao apodrecimento por parte da variedade de laranjas "pêra".

Embora seja corrente atribuir a esse documento, principalmente, a percepção fundamental da variedade de laranja mais apropriada para a exportação para a Europa, revelando um processo de conhecimento feito na prática e que, assim, tornar-se-ia modelar e seria posteriormente incorporado à produção e exportação de laranjas, podemos ir um pouco além disso nas nossas considerações a partir do documento.

A própria descrição feita por Dierberger Jr. assinala que a força de trabalho poderia ser estimulada a colher mais e com mais cuidado, que os pomares poderiam ser mais adensados e adaptados ao depósito das caixas colhidas, que o transporte requeria a

compra de um caminhão adequado, que o transporte ferroviário poderia ser mais barato, o porto de Santos e seus estivadores mais cuidadosos e mesmo os produtores mais atentos às variedades produzidas e os exportadores aos cuidados com embalagem, frigorificação e transportes.

Isso, em primeira instância, apenas demonstraria que estavam todos mais adaptados, sobretudo, à produção e circulação próprias da economia cafeeira. O caráter de "experimentação" apresentado no relatório pode ser visto, assim, como um esforço particular de consolidação da citricultura. Não obstante, representa, de fato, um esforço de racionalização do processo de exportação de laranjas, possibilitado pelas estruturas de produção e circulação da mercadoria café.

Assim, a fazenda cafeeira que plantava laranjeiras, os camaradas dessas fazendas que colhiam as laranjas e talvez suas filhas que as limpavam e selecionavam, os fretes da ferrovia e marítimos, todos remetem antes a estruturas produtivas que antecedem a citricultura de que aqui tratamos. Mas seus patamares de custos também permitem a "precificação" das atividades direcionadas para a nova atividade e um raciocínio em torno de mudanças visando à adaptação e à conseqüente redução dos custos.

Outra característica fundante deste documento é a de que ele é uma prestação de contas entre sócios, entre proprietários particulares. De um lado, o proprietário do pomar e das laranjas, no caso também do barracão de processamento e possivelmente de algum capital monetário utilizado nas despesas, e do outro, um capitalista que supervisiona a empreita, fiscaliza as suas contas, pensa sobre erros e acertos, tem alguns importantes contatos no exterior, mas parece desprovido do capital necessário para realizar por si todo o empreendimento. O próprio relator considera que fez "um serviço technico" (Dierberger Jr., 1986; 491), mas não o veremos aqui como um mero técnico. Essa "sociedade" entre "capitalistas" será mais adiante problematizada por nós, mas ela guarda especificidades que precisaremos desdobrar.

Antes de incorrermos na tentativa de fazê-lo, um último comentário há que ser feito sobre o documento como fonte de pesquisa. Deve-se deixar claro que, sendo um relatório de caráter, por assim dizer, contábil entre particulares, evidencia uma racionalização da atividade de exportação. Entretanto, será algo bastante distinto do que veremos adiante sobre procedimentos de racionalização da atividade citrícola, passando por estudos de custos de produção, realizados por órgãos técnicos e de pesquisa do Estado. Distinto, sobretudo, pela procedência de quem os produziu e pelo intuito da

produção desses documentos.

De um modo geral, portanto, o relatório de Dierberger Jr. traz uma visão do ponto de vista do exportador da fruta. José Levy Sobrinho, embora apareça como sócio, parecia ser então o real produtor a quem o exportador se reportava, sendo provavelmente quem financiava a experiência. Marginalmente, Mário de Souza Queiroz também aparece fornecendo algumas caixas de laranja. Mas, afinal, quem eram eles? Podiam mesmo ser eles enquadrados somente nessas categorias?

As personificações dos "primórdios" da citricultura

José Levy Sobrinho, ou Major Levy, era um dos mais importantes fazendeiros de Limeira, tendo adquirido a renomada fazenda Ibicaba da família Vergueiro, para quem os Levy haviam trabalhado como colonos[4], segundo Hasse (1987). Assumia, portanto, o papel do autêntico *self-made man*, que aqui agregava ao "empreendedorismo" a patente da Guarda Nacional[5] e a propriedade fundiária. Fora vereador, vice-prefeito e prefeito de Limeira e aderira à produção delaranja em 1918[6], após a famosa geada. Posteriormente, viria a ser Secretário de Agricultura do Estado, sendo considerado por Hasse (1987; 116) como um "amigo da citricultura".

João Dierberger Jr, por sua vez, era filho de um jardineiro alemão mobilizado

[4] Na verdade, a aquisição pelos Levy da Fazenda Ibicaba parece ter se dado após muitos meandros que são ignorados por Hasse (1987). O parceiro (não exatamente um colono, como vimos no capítulo anterior) Jacob Levy, que viera trabalhar ali em 1857, pagara suas dívidas e se tornara comerciante, em 1861 (alguns relatos dizem 1871), em Limeira. Seus filhos, José e Simão teriam tido um açougue e depois uma selaria, até, por fim, abrirem uma casa bancária. Em 1894, assim, José, que se tornara coronel e chefe local do PRP, e Simão Levy já haviam se tornado comissários de café, numa ascensão familiar surpreendente. Neste ano (alguns todavia dizem ter sido em 1889), arrematariam em leilão, junto com o coronel Flamínio Ferreira de Camargo, os mil alqueires da fazenda Ibicaba. José Levy Sobrinho, enfim, era o primogênito dos sete filhos que Simão Levy teve com Ana Levy, tendo nascido em 1886 (Ver Heflinger Jr., 2007).

[5] Não se sabe, ao certo, se José Levy Sobrinho era, de fato, major, de modo que alguns relatos indicam que esse "título" tenha lhe sido conferido por amigos e conhecidos, diante de sua personalidade forte e ímpeto de liderança. De todo modo, o referencial de titulação era este próprio do coronelismo da Primeira República, a patentear também localmente "lideranças". Ver página na internet: www.fazendaitapema.com.br/major.htm, consultada em 14 de agosto de 2013.

[6] Há relatos que indicam uma experiência de Levy no plantio de laranjas se iniciando em 1908, na sua Chácara Baianinha, em Limeira, onde teria plantado 17 mil pés de laranja da variedade Bahia Cabula. Ver página na internet: www.fazendaitapema.com.br/major.htm, consultada em 14 de agosto de 2013.

para o trabalho no consumo de luxo das mansões dos cafeicultores paulistas, tendo trabalhado nos jardins de D.Veridiana Prado, antes de abrir sua própria floricultura, em 1863[7]. João Dierberger, o pai, posteriormente, passaria a cultivar mudas e flores em viveiros ao redor da capital paulista[8]. Com o dinheiro mandou os filhos estudarem na Europa e inclusive tentou retornar à terra natal, onde foi mal sucedido.

Voltou e abriu, em sociedade com os filhos, a loja "Dierberger & Cia" que "vendia sementes, flores e mudas de árvores frutíferas e ornamentais. Atribui-se a ele a introdução, no Brasil da azaléia e da couve-flor[9]" (Hasse, 1987; 67). O negócio deu certo e a firma começou a abrir chácaras em diversas cidades, até comprar a Fazenda Citra, em 1924, em Limeira, com uma área de 160 hectares[10]. A experiência da firma Dierberger & Cia seria o suporte logístico e informacional, que somada à sua vivência

[7] Numa crônica (publicada originalmente num jornal de Limeira, em 1973) sobre a firma de Dierberger, a chegada de João Dierberger só teria ocorrido em 1890, no Rio de Janeiro, de onde seguiu para Minas, para, só depois, chegar a São Paulo, quando, de fato, passou a trabalhar na Chácara Carvalho, de D. Veridiana Prado. Em 1893, a "grande dama" teria arrendado um terreno "em forma de triângulo" (onde hoje é a Praça Roosevelt) para o imigrante iniciar um viveiro de mudas. (In: http://www.fazendacitra.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=7, visto em 23/08/2013.)

[8] Da mesma crônica acima citada, tem-se que, em 1895, João Dierberger comprou, em parceria com o sogro, dois terrenos contíguos formando uma quadra (onde atualmente é o Colégio Dante Alighieri), próxima da atual Avenida Paulista. Mas, sendo o terreno "longe da cidade", fez um depósito na Praça da República. Depois, com o sucesso do empreendimento, em 1909, compraria por 12 contos de réis, uma imensa área de 250 mil m², entre as atuais Av. Paulista e as ruas José Maria Lisboa, Pamplona, Estados Unidos e Casa Branca. O interessante é notar que essa compra se derivava da venda da primeira chácara, provavelmente evidenciando uma "valorização" das terras pelo crescimento da cidade e pela abertura da própria Avenida Paulista: "A favorável topografia dessas terras, a sua fertilidade de vargem humífera e a abundância das águas, permitiram-lhe desenvolver rapidamente os planos de cultivo com os quais de há muito sonhava. Ajudou-o no novo empreendimento o bom numerário obtido com a venda de sua antiga Chácara da Avenida Paulista. Aí, então, paulatinamente, foi enriquecendo cada vez mais as suas coleções de plantas, tanto através de importação como da domesticação ou civilização de valiosas plantas nativas". Posteriormente, em 1922, outro grande terreno de 6 mil m² seria adquirido para os mesmos fins onde hoje se situa o Shopping Iguatemi, mostrando um procedimento dos Dierberger na aquisição de terras, que vai acompanhando o crescimento da cidade e, assim, "valorizando" suas propriedades, o que permite a compra de novas, mais baratas adiante. Assim, o sucesso dos Dierberger ia bem além do ramo da jardinagem.

[9] Valeria a pena detalhar as inúmeras espécies de plantas introduzidas e adaptadas pelos Dierberger no Brasil, algo que foge um tanto à alçada desta tese. Ainda assim recomendamos a leitura da referida crônica, indicando, entre outras coisas, um "pioneirismo" também na viticultura, com uma chácara organizada para esses fins no centro do município de Valinhos.

[10] Embora Hasse (1987; 67) afirme que naquela fazenda seria instalado o primeiro barracão de classificação e embalagem de laranjas de Limeira, o próprio João Dierberger Jr. (Dierberger Jr., 1986; 489-492) diz que, ao contrário, este teria sido construído nos pomares da Chácara Bahiana, de José Levy Sobrinho, cuja produção dos seus cerca de 17 mil pés teria tocado a tentativa de exportação acima descrita. Talvez Hasse tenha se confundido.

no exterior, certamente teria ajudado na tentativa de exportação de laranjas do filho.

De todo modo, porém, a produção de laranjas em Limeira não era, por assim dizer, uma novidade, como já indicamos no primeiro capítulo. Expandindo as relações desses dois personagens um pouco mais teremos um quadro mais detalhado desse processo.

Tomemos o exemplo do terceiro envolvido na exportação de frutas relatada por Dierberger Jr. Costuma-se atribuir o início das plantações em grande escala de laranjas a Mário de Souza Queiroz, descendente do Brigadeiro Luiz Antônio de Souza Queiroz e bisneto do senador Nicolau Vergueiro, a quem pertencera a chácara Santa Cruz, com 520 hectares, que Mário comprou em 1911.

Nesta propriedade, tida como não sendo ideal para o cultivo do café, Souza Queiroz resolveu implantar um pomar de laranjeiras, para o qual encarregou o jardineiro alemão Edmund Hess, indicado pela governanta da casa de Queiroz, Ana Hering. O viveiro ali construído, valendo-se da técnica de enxertia trazida por Hess, teria permitido o plantio dos mais de 50 mil pés de laranja e tangerina da chácara, em 1920. Geraldo Hasse (1987; 57), que relata essas histórias, afirma que, ainda assim, a chácara não "sobrevivia" economicamente da venda de cerca de 50 mil caixas de cítricos por safra, evidenciando uma ausência de autonomização econômica da citricultura, aí em gestação.

Antes disso e concomitante a essa instalação, a laranja que se comercializava em São Paulo advinha de pomares mistos plantados em pequenas áreas das fazendas cafeeiras[11]. Na Chácara Santa Cruz, por outro lado, além da grande quantidade de pés plantados, a inspiração vinha dos manuais técnicos. Já o modelo destes manuais vinha da citricultura da Califórnia, e mesmo o encarregado era estrangeiro e tinha seus conhecimentos especializados[12].

---

[11] "A colheita e o embarque ferroviário para São Paulo, nesses primeiros tempos, eram organizados por um comerciante chamado André de Felice, que recolhia a produção de pomares mistos, típicos das fazendas brasileiras" (Hasse, 1987; 52-53). Algo semelhante se encontra em Ceron, já indicando que as variedades plantadas não eram aquelas que a experiência de Dierberger Jr. sugeriria como mais bem adequadas à exportação: "Antes de iniciar-se em Limeira o cultivo do cítrus para fins comerciais, existiam pequenos pomares destinados ao abastecimento das fazendas de café e do centro urbano. As variedades de cítrus cultivadas eram quase exclusivamente, conforme informações obtidas, a laranja baía e a caipira, cuja produção era, em parte, transportada e vendida ao consumidor local pelos fruteiros" (Ceron, 1969; 38).

[12] "Como suas terras arenosas não se prestassem para o cultivo de café, Queiroz decidiu cultivar cítricos. O modelo eram os pomares da Califórnia, que conhecia por leituras. Para fazer a coisa bem feita, resolveu importar um técnico agrícola formado na Alemanha. Seguia, assim, o exemplo do

Posteriormente, Hess trabalharia, de acordo com Hasse (1987, veja nota anterior) na mesma Fazenda Citra, de Dierberger Jr. É interessante todavia o contraponto, um tanto atabalhoado, sugerido por Geraldo Hasse, tomando a figura de imigrante alemão de Edmund Hess e a comparando com os imigrantes, sobretudo também alemães, "importados" para o trabalho nos cafezais da fazenda Ibicaba, pelo bisavô de Mário de Souza Queiroz, o senador Vergueiro.

A "importação" de parceiros para a introdução do trabalho livre e a de um jardineiro, relativamente especializado, para a introdução de um pomar citrícola em bases técnicas, devem ser contrapostas. A primeira revela uma ausência de superpopulação relativa no contexto da colonização própria do café, conforme vimos no capítulo anterior. A segunda uma tentativa de racionalização da produção citrícola para a qual a figura do técnico, ausente no mercado de trabalho local, deve também ser buscada fora. Revela, no fundo, uma "não-simultaneidade" (Kurz, 2004) da modernização brasileira, incluindo a da agricultura, perante outros países.

Porém, o trabalho "complexo" de Hess se articulava ao trabalho "simples" daqueles que o auxiliavam e daqueles que, como vimos, já estavam disponíveis até para as tarefas novas de beneficiamento das frutas produzidas, conforme o relatório de Dierberger Jr. mostrou.

Como analogia, poderíamos sugerir uma ausência de superpopulação relativa especificamente treinada, sendo inapta a mobilidade do trabalho dos trabalhadores "simples", disponíveis localmente, para suprir as novas necessidades de uma agricultura que se tentava estabelecer, em moldes técnicos.

Não parece ser outra a função essencial da escola[13], num sentido amplo (podendo-se incluir aí as demais instituições de educação), para Jean-Paul de Gaudemar (1977). Isto é, a disponibilidade do trabalhador, quando ela efetivamente existe, é, ainda assim, relativa, porque ele pode estar inadaptado para exercer as funções novas que a

---

bisavô Vergueiro, pioneiro na contratação de colonos alemães no interior paulista. Em 24 de junho de 1912, chegou à Chácara Santa Cruz o jardineiro, horticultor e pomicultor Edmundo Hess, contratado por indicação de Ana Hering, governanta da casa de Queiroz" (Hasse, 1987; 53).

[13] Obviamente que, também, apoiando-se no referencial de M. Foucault para considerar a "mobilidade do trabalho" como a "entrega dócil dos corpos ao trabalho" (Gaudemar, 1977, intro), sendo em Foucault a escola como ativa no disciplinamento do corpo para a sujeição ao poder, Gaudemar há de concordar que a aptidão do trabalhador ao capital forjada na escola é pensada num sentido amplo.

produção lhe requer[14]. Enquanto o próprio capital pode o treinar para as atividades que irá requerer o uso dessa força de trabalho, a reprodução ampliada, cada vez mais complexificada, em composições orgânicas tendencialmente mais altas, leva à especialização também de uma instituição de ensino que antecipa esse treinamento. Porém, ressalva Gaudemar, a escola também tende a não estar continuamente apta, para adaptar os seus egressos às necessidades sociais, seja em qualificações inapropriadas seja na quantidade desejada[15].

Mas a questão, para o momento de que tratamos, talvez fosse outra. A escola era inadaptada para cumprir tal função porque praticamente não existiam escolas, colégios técnicos ou faculdades localmente para formar os trabalhadores "complexos". Nesse caso, afirmaria Gaudemar, apenas a migração poderia suprir as demandas: "Quando a escola é inacessível, só a migração espacial, sectorial, profissional, etc., pode permitir o encontro do trabalhador com o espaço produtivo que saberá utilizar a sua disponibilidade" (Gaudemar, 1977; 288).

O expediente adotado por Mário de Souza Queiroz, de trazer um técnico alemão para introduzir uma racionalidade técnica à produção, não seria o único a ser utilizado. Os próprios fazendeiros costumavam ir estudar na Europa e, mais recentemente, nos Estados Unidos. Com eles, os preceitos técnicos faziam fundir na figura do bacharel, alguns deles formados em agronomia, as personificações tanto do técnico agrícola, como do proprietário fundiário e do capitalista, quando não do político e burocrata do Estado.

---

[14] "A escola, como aparelho de formação da mão-de-obra, encontra aqui o seu lugar no modo de fabricação de supra-numerários. Participa em grande parte – especialmente pela formação profissional que dispensa e as possibilidades de reciclagens individuais que abre – na transformação de uma mão-de-obra quase disponível em mão-de-obra disponível, isto é, de uma mão-de-obra livre, é certo, mas não formada para aquilo que dela se esperava, numa mão-de-obra livre e apta a satisfazer as necessidades precisas do capital. Há efectivamente apenas uma disponibilidade relativa. O que é para o trabalhador não o é forçosamente para o patrão" (Gaudemar, 1977; 286).

[15] "A escola (a formação de um modo geral) surge ao mesmo tempo com dois aspectos: as qualificações que dá, não são sempre adequadas; produz demasiado ou demasiado pouco. Demasiado, lançando no mercado de trabalho demasiados jovens, possuidores de diplomas que perderam valor ou que são ignorados pelos patrões. Demasiado pouco na medida em que é incapaz de prever o brusco crescimento da procura de um tipo particular de trabalho devido a qualquer mutação industrial ou ao aparecimento, na cena produtiva, de novas profissões no seguimento de transformações qualitativas dos processos de produção. O segundo aspecto resulta do primeiro. A colocação em funcionamento, de formação permanente, visa reduzir, *pela escola*, as insuficiências da escola, numa submissão direta, frequentemente não mediatizada, aos imperativos do capital" (Gaudemar, 1977; 287).

O bacharelismo e o desejo de modernização da agricultura

Em sua perseguição aos traços fundamentais da "nossa" miscigenação, Gilberto Freyre (1961) delineou uma ruptura com o sistema colonial, que se dava internamente à grande propriedade, organizada com trabalho escravo. Isto é, percebeu se desdobrar, a partir de sua reprodução materializada no binômio Casa Grande e Senzala, uma relação que vai gradativamente estabelecendo elementos que emergem dela e que a contrapõem, apontando o caso emblemático do bacharel e do mulato, mais ainda do bacharel mulato.

A oposição entre senhor e escravo, com seus elementos de acomodação, segundo Freyre (1961, II; 573) produzia elementos de diferenciação da sociedade rural e patriarcal. A urbanização seria um desses elementos, nela a constituição de um mercado e de novos "valores sociais". A possibilidade de uma vida urbana se constituía e representava, para Freyre, a constituição de uma nova aristocracia que se instalava nos seus sobrados.

Tratavam-se dos filhos do senhor de engenho ou do fazendeiro, legítimos ou bastardos (estes usualmente mulatos), que, tendo ido estudar na Europa, em geral, não mais se ajustavam à vida nas fazendas. Às vezes, filhos de mascates e comerciantes já urbanizados que, escolarizados na Europa, igualavam-se, de certo modo, aos filhos de senhores de terras.

Primeiramente, a ascensão social mais visível teria a sido a do bacharel branco, assumindo já nas administrações coloniais cargos políticos, porém sobretudo durante o Império. Na Colônia, formados pelos colégios jesuítas[16] e, posteriormente, nas universidades europeias e logo nas primeiras Faculdades de Direito de Recife e São Paulo ou de Medicina em Salvador e no Rio. Esta ascensão, para Freyre, constituía uma nova mística, do jovem escolarizado urbano (o triunfo do "homem fino da cidade"), que se opunha à do velho capitão-mor (Freyre, 1961, II; 575-6), patriarca num sentido amplo da palavra. Mas a sua ascensão teria se dado, sobretudo, concomitante à

[16] "Pelo colégio, como pelo confessionário e até pelo teatro, o Jesuíta procurou subordinar à Igreja os elementos passivos da casa-grande: a mulher, o menino, o escravo. [...] Mas a educação do Jesuíta, enquanto pôde fazer sombra à autoridade do senhor da casa-grande sobre o menino, foi a mesma que a doméstica e patriarcal nos seus métodos de dominação, embora visando fins diversos dos patriarcais. A mesma no empenho de quebrar a individualidade da criança, visando adultos passivos e subservientes. Passivos perante o Senhor do Céu e da Terra e a Santa Madre Igreja e não tanto diante do pai nem da mãe simplesmente de carne" (Freyre, 1961, I; 71).

necessidade de institucionalização da burocracia do Império[17], que, instalada em seus prédios novos, confirmava, para a percepção do povo, o novo prestígio do bacharel ou do doutor, sobretudo nos meios urbanos.

Prestígio que, sem dúvida, dependia da cor e da linhagem familiar, e que colocava barreiras ao bacharel mulato, que buscou, por exemplo, recorrer a casamentos com mulheres ricas para confirmar a sua ascensão, embora Freyre ressalte antes o movimento como o de ascensão dos *filhos* ao poder[18]. Outro meio, não obstante isso, de ascensão do mulato teria sido pela Escola Militar ou pela Escola Politécnica e seu encaminhamento para o Exército em formação, na figura dos "bacharéis-militares" (Freyre, 1961, II; 587). As milícias da Guarda Nacional, com muitos oficiais mulatos, representavam, segundo Freyre, uma possibilidade de "arianizar" o sangue. Enfim, uma abertura à ascensão.

Com muitos exemplos de situações da vida cotidiana, portanto, Freyre parece sugerir um movimento tanto de acomodação do mulato, do jovem em geral e do bacharel à ordem estabelecida, como também um movimento de transformação interna dessa mesma ordem, que se expressa em passagens como: "a ascensão do mestiço e do bacharel como uma influência revolucionariamente poderosa no sentido daquela desintegração" (Freyre, 1961, II; 618). Ao fazê-lo minimiza as interpretações correntes de uma ascensão abrupta dos mesmos culminando de maneira quase direta na Abolição e na República, como marcas da ruptura instaurada por uma geração erguendo-se contra a anterior. Reforça a interpretação da ocorrência processo longo, embora concluísse de modo diferente, em capítulo anterior, de que o resultado era de uma oposição geracional de fato:

---

[17] Primeiro a partir dos colégios de padres: "[...] nos colégios de padre é que principalmente se educaram, em maior número, as grandes figuras da política, das letras e das ciências brasileiras dos tempos coloniais e do Primeiro Império. Eusébio e Gregório de Matos, Bento Teixeira, Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Frei Vicente do Salvador e Rocha Pita. Cláudio Manuel da Costa, Silva Alvarenga, Alvarenga Peixoto" (Freyre, 1961, I; 77-78). E se consolidando na geração do Segundo Império: "Mesmo romanticamente doentes, ou morrendo aos vinte e poucos, aos vinte e tantos, aos trinta e aos trinta e tantos anos – aos quarenta, como José de Alencar e Gonçalves Dias – os moços foram tomando os lugares de maior importância na administração, na política, na magistratura e na diplomacia do Segundo Reinado. Deslocando das grandes responsabilidades os velhos sadios. [...] Era diante desse escândalo de bispos moços, de ministros de trinta e principalmente de presidentes de província de vinte e tantos anos, que os velhos não se continham" (Freyre, 1961, I; 85).

[18] "A ascensão política dos bacharéis dentro das famílias, não foi sé de genros: foi principalmente de filhos [...]. Se destacamos aqui a ascensão dos genros é que nela se acentuou com maior nitidez o fenômeno da transferência de poder, ou de parte considerável do poder, da nobreza rural para a aristocracia ou a burguesia intelectual. Das casas-grandes dos engenhos para os sobrados das cidades" (Freyre, 1961, II; 585).

> Que tempos seriam esses, santo Deus? Esses rapazes tão sem medo, tão sem respeito pelos mais velhos e até pelos santos, pelo próprio Santíssimo Sacramento? Que fim de mundo seria esse?
> Era o declínio do patriarcalismo. O desprestígio dos avós terríveis, suavizados agora em vovós. O desprestígio dos "senhores pais" que começavam a ser simplesmente "pais" e até "papais". Era o menino começando a se libertar da tirania do homem. O aluno começando a se libertar da tirania do mestre. O filho revoltando-se contra o pai. O neto contra o avô. Os moços assumindo lugares que se julgavam só dos velhos. Era o começo daquilo a que Joaquim Nabuco chamou de *neocracia* (Freyre, 1961, I; 88).

Um exemplo forte desta forma de conceber o processo estaria na interpretação do jornalista Luís Martins (2008), que elabora uma visão da geração de jovens, escolarizados na Europa, da segunda metade do século XIX, como a de uma "geração parricida" que se volta contra "o velho" e impõe um corte "edipiano" na autoridade paterna, expressa, sobretudo (mas não só) na figura do "pai" do Império, D. Pedro II: "A geração que fez a República, acabando como antigo regime e banindo o velho imperador, constituiu, portanto, simbolicamente, uma geração parricida" (Martins, 2008; 102).

Em Freyre, a oposição interna à unidade Casa Grande e Senzala, oposição entre senhor e escravo, parece se exteriorizar no filho, branco e mulato, que acaba por constituir uma oposição externalizada entre a sociedade rural escravagista e patriarcal e uma sociedade em processo de urbanização, burocratização e democratização parcial do poder político.

De todo modo, poderíamos sugerir uma analogia (talvez um tanto caricata e seguramente bastante sociologizante) da oposição desenhada por Freyre com a imagem do desdobrar da contradição da forma-mercadoria em Marx. Em Marx (1985, I, t.1, cap. 1-3), a contradição interna da mercadoria, em valor de uso e valor (ou forma relativa e da forma equivalente) se desdobra no dinheiro como equivalente geral, cujo valor de uso é ter valor de troca. Gradativamente, no desdobrar da análise de Marx (1986) o próprio dinheiro assume a função e a característica de se portar como mercadoria e, mais ainda, como capital, como veremos nas partes posteriores deste capítulo. Porém, no fundamental, o que ressaltamos aqui é uma antítese interna se desdobrando, portanto, numa antítese externa entre mercadoria e dinheiro.

Guardadas as devidas ressalvas, uma série de novos elementos simbólicos e econômicos, introduzidos pela modernização em processo, motivava uma oposição interna às famílias dominantes. Oposição esta que se exteriorizava na personificação assumida pelos "novos" na vida social. Nas palavras de Luís Martins:

> Enfim, pelos gostos, pelas idéias, pelas predileções políticas, pelas normas de vida, pela profissão, pela própria conformação moral, o bacharel filho de fazendeiro, desde meados do século XIX, assumiu posição contrária ao pai. Entretanto, essa reação foi se processando aos poucos, de maneira quase insensível – era uma luta inconsciente. Exteriormente, os filhos continuaram a ter o maior respeito pelos pais. Foi na campanha republicana, contra D. Pedro II, que essa reação antipaternal se concretizou em oposição a uma figura que simbolizava coletivamente todos os atributos paternos (Martins, 2008; 101).

Esta concepção mostraria um processo que questiona a família patriarcal por dentro, pelos seus filhos escolarizados, levando ao questionamento (independente, aqui ainda, dos resultados efetivos deste questionamento) das suas bases escravocratas e do Estado Imperial, indicando uma tendência a um Estado democrático e burocratizado.

Porém, Sérgio Buarque de Holanda (1995; 141) afirmaria, com certa razão, que não existe uma gradação que vá desde a família até o Estado[19], no sentido de um contínuo de ampliação desde a horda, passando pela família ou clã até a comunidade de famílias, os impérios "clássicos", a sociedade estamental e, por fim, o Estado burguês[20]. Assim, a instauração do Estado e das leis da Cidade passaria, antes, para Buarque de Holanda, por uma transgressão da ordem familiar, que seria abolida:

> Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. [...] A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência (Holanda, 1995; 141).

De certo modo, este "corte" seria análogo ao fundamento da explicação psicanalítica proposta por Luís Martins, recuperando a parábola do contrato social freudiana, da revolta dos filhos da horda selvagem contra o pai que monopolizava as mulheres e instituía, portanto, a ordem. Revolta que culminaria no assassinato do pai pelo coletivo dos filhos, dando vazão aos seus desejos reprimidos, que teriam posteriormente que se haver com a violência instaurada, instituindo "regras" de conduta que transcendiam, portanto, a *persona* física do pai embora, assim, restituíssem a "ordem" de algum modo. Esse mecanismo de explicação, Martins o aplicaria à geração dos abolicionistas e republicanos: "No nosso caso, a eclosão desse complexo fora estimulada pela oposição dos bacharéis contra os proprietários rurais e desviada de seus

[19] "O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição" (Holanda, 1995; 141).

[20] Como exemplo desta outra forma linear de conceber o "desenvolvimento" da história poderíamos sugerir uma interpretação como a de Lewis Morgan, que declaradamente embasa a crítica da dominação de F. Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1984), ou até mesmo de Marx e Engels em *A ideologia alemã* (2002).

fins naturais num *transfert* político" (Martins, 2008; 105).

Essa transposição da teoria do complexo de Édipo para a análise de um grupo social seria a maior crítica que Luís Martins receberia de Sérgio Milliet, na apresentação do livro, inclusive com as ressalvas feitas mesmo por Gilberto Freyre ao "argumento inteligente" do autor, no prefácio (ver Martins, 2008). O próprio Martins, porém, tentou se precaver das mesmas críticas, evitando afirmar a veracidade de sua "hipótese de trabalho" ou a superioridade de seu método de investigação sobre outros[21], o que talvez explique o relativo ostracismo dessa interpretação e mesmo de seu autor no "campo científico".

Enquanto isso, escrevendo a segunda edição de seu clássico livro pouco antes de Martins, Sérgio Buarque de Holanda concordaria que a educação de filhos de senhores de engenho e de fazendeiros possibilitara a esses estudantes, arrancados do meio rural, libertarem-se "progressivamente dos velhos laços caseiros". Porém, seria o crescimento das cidades que, para este autor socialmente canonizado, "ia acarretar um desequilíbrio social", no Brasil onde imperava o "tipo primitivo da família patriarcal" (Holanda, 1995; 144-145).

Buarque de Holanda, entretanto, não parecia ver, nessa ascensão do bacharel, o mesmo grau de ruptura e transformação que Luís Martins e Gilberto Freyre pareciam atribuir-lhe. Viu na formação acadêmica do bacharel antes uma racionalidade direcionada à obtenção de cargos políticos, e com eles o prestígio social, do que a destilação de vocações e o treinamento dedicado a suas habilidades[22], de modo que reclamou da sobreposição de profissões desses bacharéis, numa "praga do

[21] "Insisto em reafirmar que não pretendi, de maneira nenhuma, realizar uma análise freudiana – ao menos uma análise que empregasse a técnica comum da psicanálise – nem da situação geral imposta pelas circunstâncias históricas, nem dos estadistas que nelas representaram os principais papéis. Também é útil dizer que não pretendo explicar a evolução política do Brasil exclusivamente à luz da psicanálise. Sou dos que pensam que os fenômenos sociais comportam uma grande complexidade de interpretações: econômicas, psicológicas, geográficas etc." (Martins, 2008; 32-33).

[22] As passagens que tratam do tema em *Raízes do Brasil,* ao evidenciar um caráter ritualístico sem conteúdo profundo, num jogo constante de aparências, permitem diálogos, por um lado, com aos conselhos do pai ao filho que se torna adulto, no conto "A teoria do medalhão", de Machado de Assis, como também com a interpretação de Schwarz (2005) sobre a contraditória (talvez até meramente postiça) assimilação do liberalismo numa ordem escravocrata. Remetem, em última instância, à consolidação da renovação do compromisso coronelista que se instaura na Primeira República, como vimos a partir de V. Nunes Leal (1976) e R. Faoro (1989). Poderiam, apesar das diferenças de métodos e interesses dos autores, ser até relacionadas à idéia de "longa liquidação do colonial", de Caio Prado Jr. (1969). Constituem, todavia, para Buarque de Holanda, um dos aspectos da permanência do "personalismo" na sociedade "cordial" brasileira, para fixar-lhes os termos do autor.

bacharelismo" (Holanda, 1995; 156) que não era exclusiva de nossa sociedade, sendo encontrada pelo autor também nos EUA.

Não teria havido, assim, para este autor, a devida abolição da ordem familiar na constituição do Estado republicano, de modo que a democracia seria um "lamentável mal-entendido" (Holanda, 1995; 160). A suposta "geração parricida" de L. Martins acabaria por preservar o "teor essencialmente aristocrático de nossa sociedade tradicional" (Holanda, 1995; 164), porque primava por um pendor ao talento (sobretudo representado socialmente) ao invés do esforço – numa clara alusão à e positivação da ascese intramundana decorrente da ética protestante, articulando-se ao "espírito" do capitalismo, proveniente da análise de M. Weber (2005) – e mergulhava num alheamento ao mundo, sobretudo pela incorporação de traços de autodignificação acima dos mortais, típico de um romantismo exacerbado. Por tudo isso, Holanda os chama de "aristocracia do 'espírito'" (Holanda, 1995; *idem*).

De maneira semelhante, Raymundo Faoro, cuja conceituação sobre o coronelismo já observamos mais atrás, não via na criação do Estado e na burocracia a ele atrelada a ruptura com o "estamento" da aristocracia agrária. O fundamento dessa aristocracia, algo semelhante ao "personalismo" analisado por Holanda, seria o "patrimonialismo" que, de pessoal, "se converte em patrimonialismo estatal". Dessa maneira, nossa modernização em direção ao capitalismo era antes uma permanência:

> A realidade histórica brasileira demonstrou [...] a persistência secular da estrutura patrimonial, resistindo galhardamente, inviolavelmente, à repetição, em fase progressiva, da experiência capitalista. Adotou do capitalismo a técnica, as máquinas, as empresas, sem aceitar-lhe a alma ansiosa de transmigrar (Faoro, 1989, II; 736).

Luís Martins (2008), por sua vez, compreendeu o período subseqüente à conclusão do "parricídio" como a instituição de um grande *remorso*, um sentimento geral de culpa pela expulsão do imperador e pelas mudanças impostas. Como no mito, em que os irmãos não podem suceder o pai morto, porque seriam novamente mortos pelos novos parricidas. O remorso seria vivido, no caso analisado, pela geração da Primeira República sucedendo revoltas e crises e não construindo uma nova unanimidade, algo expresso na frase "Não era esta a República dos meus sonhos", que o autor rastreia em diversos republicanos célebres.

Portanto, a ruptura com a sociedade agrária e com o patriarcado também não fora consolidada, para Martins. Tendo permanecido a culpa no subconsciente popular,

os resíduos dela apareciam na busca de ressurreição do Pai[23] em diversos líderes carismáticos, caudilhos ou salvadores populares, consagrados principalmente na imagem de Getúlio Vargas como o "pai do povo", algo que Faoro (1989) aliás concordaria, caracterizando-o, à sua maneira, como um correlato do bonapartismo da França pós-Segunda República.

Não criticaremos, por ora, a concepção por demais psicologizante da passagem histórica e da transformação política e social do Império para a República e depois para a ditadura Vargas. No capítulo anterior, buscamos fundamentos de uma modernização que se dava no período e que terá relação com o surgimento de mecanismos psíquicos que talvez até pudessem ser assim parcialmente descritos. Uma modernização que não culminou direta e generalizadamente, ao menos não até a Primeira República, numa sociedade urbana e industrial, com um Estado democrático e de Direito e com estruturas burocratizadas e regidas por fundamentos abstratos e formais.

Uma modernização, porém, que, como procuramos recuperar a partir da obra de Prado Jr. (2000), dava-se sobre uma produção colonial de *mercadorias*, que embasara a constituição do padrão de modernidade que, neste momento, voltava-se contra o próprio embasamento *colonial* daquela produção. Desse modo, deve estar claro na mente do leitor que não concordamos com o procedimento "crítico" da maioria destes autores. Crítico no sentido de acusar-lhes àquela sociedade e seus dirigentes falta de modernidade, de ética para o trabalho, de racionalidade, etc. Uma crítica, portanto, de cunho dualista, que contrapõe o atraso ao moderno, e que a perspectiva de Prado Jr. (2000) permitiu dar-nos outro tratamento às mesmas questões pela perspectiva da contradição.

Caso não se tenha em mente tudo o que desenvolvemos até aqui nesta tese, sobretudo no que diz respeito à persistência da expansão extensiva da agricultura (como abordamos no primeiro capítulo), com suas correlatas formas particulares de exploração do trabalho, e no que tange ao modo como abordamos um Estado em formação, então ter-se-ia uma compreensão do que apontamos, nesta parte da exposição, como uma espécie de história das ideias. Isto é, a própria colocação desse problema de formação

[23] "Depois da proclamação da República, os brasileiros, fatalizados pelos acontecimentos de que foram atores, ficaram forçados, pelos misteriosos impulsos do superego, a encontrar um substituto do pai sacrificado. Não é impossível ver aí a origem dessa nossa tão característica tendência para o individualismo político, que corresponderia à procura do herói capaz de preencher as funções paternais momentaneamente suspensas pela revolução" (Martins, 2008; 156-157).

das ideias, de quem as personifica e das instituições de ciência e pesquisa, nesse ponto mais geral da discussão, requer que não se esqueça que está relacionada com todo o processo de modernização anteriormente abordado.

Ainda assim, para qualificar essa relação, retomaremos alguns pontos pelos quais já passamos tangencialmente para contextualizar algumas novas discussões. Começamos, aqui, dessa maneira, por trazer uma discussão que nos permitirá contrapor gerações que viveram períodos distintos de "nossa" modernização. Como já apontamos no início, porém, o fundamento dessa abordagem será a relação entre a ciência, em processo de autonomização, e a modernização da agricultura em particular.

Enfim, de algum modo, aquele "estado final" do que seja "moderno", como teleologia positivada da modernização, de algum modo parece ser o que é desejado por boa parte da geração de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Luís Martins e Raymundo Faoro, entre outros. Em geral, conforme a crítica que já direcionamos às análises do coronelismo e do patriarcado anteriormente, o que parece embasar tais formulações é uma certa projeção (talvez anacrônica) de uma autonomização entre Estado e capital, a partir de fundamentos teorizados em realidades assim fetichistamente organizadas, transpostos para a realidade em que este processo de autonomização estava em curso.

Vejamos, por outro lado, o exemplo de outras concepções de modernização perpetradas por personalidades dessa geração de bacharéis. Centremo-nos, a partir de agora, naquelas que têm uma história diretamente relacionada à constituição de instituições acadêmicas, técnicas e de pesquisa que colaborariam para transformar o modo de atuar do Estado e a formação dos interessados em modernizar e em teorizar a agricultura.

A trajetória de um bacharel buscando a modernização da agricultura e promovendo a modernização do bacharelismo

Esta digressão sobre o bacharelismo teve como intuito inicial fundamentar a narrativa sobre um bacharel de Piracicaba, que teve papel precursor na modernização da agricultura paulista[24].

Um estudo biográfico sobre a "Vida e obra de Luiz de Queiroz" feito pelo professor adjunto da ESALQ/USP Edmar José Kiehl (Kiehl, 1976), começa com o falecimento do Brigadeiro Luiz Antônio de Souza, em 1819, fazendo dividir por seus filhos suas grandes glebas de sesmarias espalhadas pelo Oeste Paulista, muitas delas ao redor de Piracicaba. Algumas couberam ao filho Vicente de Souza Queiroz, Barão de Limeira, que, posteriormente, se casaria com a prima D. Francisca de Paula Souza, filha do conhecido Senador e Conselheiro do Império Francisco de Paula Souza e Mello. Estes seriam os pais de Luiz Vicente de Souza Queiroz, nascido em 1849, na chácara da família em São Paulo.

Como muitos da sua geração[25], ainda criança Luiz Vicente foi estudar na França com os irmãos, num período de intensa industrialização daquele país, tendo fugido para Zurique, na Suíça, durante a Comuna de Paris (1871), e retornado ao Brasil em 1873 com um curso de agronomia (Perecin, 2004; 109). Tinha 24 anos quando assumiu a propriedade herdada do pai, a Fazenda Engenho D'Água, às margens do Rio Piracicaba.

O modelo de escola agrícola que Luiz Vicente teve contato na França advinha de uma reformulação do sistema anterior à Segunda República francesa (1848-1852) e que fora enxugado e reestruturado, por conta dos corte feitos por Napoleão III, mas que previa uma formação técnica e prática para os camponeses nas chamadas *fermes-écoles,* e uma teórico-administrativa, mas também prática, nas *écoles regionales* (depois chamadas de *Écoles Imperiales*) para os filhos de proprietários. Previa o projeto, ainda, um terceiro nível superior, dedicado aos altos estudos e à teoria, no *Institut National Agronomique*, em Paris.

---

[24] Antes de a iniciarmos deixaremos registrado se tratar de um primo direto do precursor da citricultura de Limeira Mário de Souza Queiroz, que citamos mais atrás, sem desejar com isso atribuir qualquer característica em comum das suas personalidades ao parentesco, senão antes ao contexto e as condicionantes geracionais dessas personificações.

[25] "Cafezistas e senhores de engenho, diversificavam as suas tendências na educação dos filhos. O barão de Limeira seguiu o modelo avançado de ilustrar os seus, a exemplo dos Paula Souza e dos Almeida Prado, enviando-os para a Europa" (Perecin, 2004; 109).

Napoleão III teria suprimido algumas escolas e até mesmo o *Institut*, e, das regionais, apenas Grignon teria prosperado, acomodando os filhos de proprietários após o fechamento do instituto superior e ganhando prestígio exatamente por isso. O nível técnico, para os camponeses, por sua vez, multiplicava-se pelo país e disseminava a modernização da agricultura, impulsionada pela Segunda Revolução Industrial, tendo o sistema em si virado um modelo:

> O sistema educacional francês na área da agricultura foi reproduzido em outros países da Europa. Expressava o fenômeno expansivo da Revolução Industrial, das demandas de mercados para os gêneros alimentares e matérias-primas, do crescimento das cidades fabris e das populações operárias, das mudanças da sociedade como um todo (Perecin, 2004; 111).

Maria Therezinha Germano Perecin (2004), entretanto, ao abordar a implantação do sistema em outros países da Europa e seus ajustes subseqüentes, similares à reestruturação de Napoleão III, logo observaria que a necessidade de formação técnica constituía uma infra-estrutura que o Estado deveria prover e que, como tal, representava um custo social, muitas vezes difícil de ser feito:

> O saldo da experiência demonstrava que os *Instituts* e as escolas do tipo *Nationales*, apesar do benefício que traziam para o rendimento da agricultura, eram de alto custo para os governos, as anuidades caras e o número de alunos não era alto (Perecin, 2004, 111).

Teria sido exatamente em Grignon que o jovem Luiz Vicente teria feito os seus estudos, de acordo com Kiehl (1976; 22), antes de ir para Zurique. Além do modelo de escolarização técnica e administrativa da escola, o jovem também trazia consigo um ímpeto de modernização que inclusive extrapolava o desejo de modernizar a agricultura.

De volta a Piracicaba, logo procuraria instalar uma indústria têxtil na cidade, precisando, para isso, de importar, por conta própria, os maquinários, alguns técnicos belgas e construir as edificações da fábrica e da vila operária. Apesar da oposição da sociedade local e da empreitada ser toda particular, inaugurou a fábrica em 1874, mesmo ano que se institucionalizava a imigração em massa pela Província.

> Para esse rapaz dinâmico e audacioso, tudo, porém, é possível. Não há obstáculos capazes de deter sua ânsia de criar, de dar vida aos seus sonhos dourados – Não há maquinaria no país, necessária à fábrica de tecidos? – Importem-se da Inglaterra. – Não há via férrea de Jundiaí até Piracicaba? Faça-se o transporte em lombo de burro e carro de bois. – Não há serrarias? – Talhem-se as esquadrarias à mão. – Não há técnicos especializados? – Que venham da Bélgica. Finalmente, introduza-se a cultura de algodão para alimentar os teares (Kiehl, 1976; 25).

O investimento realizado por um empreendedor particular, embora soe como obra visionária, por outro lado, evidencia um esforço desmedido face à ausência de pré-condições locais para a instalação da indústria, além de permitir outras considerações.

A possibilidade de comprar a maquinaria na Inglaterra evidencia a existência ali de uma indústria de maquinaria, enquanto a possibilidade de trazer técnicos da Bélgica mostra uma formação algo massificada de profissionais qualificados, disponíveis para serem "importados". Por outro lado, a exportação de capitais da Inglaterra materializados em linhas férreas também já estava disponível, sendo inclusive feita para o Brasil, como observamos no capítulo anterior. Assim, o grau de investimento nesses "capitais" para a pequena indústria têxtil parece ser acessível para a poupança familiar do investidor ou para sua capacidade de endividamento, algo que a implantação de uma companhia ferroviária entre Jundiaí e Piracicaba lhe escapava, tendo assim que recorrer aos meios nem tão "modernos" disponíveis.

A importação desse capital, no entanto, teria sofrido com o mecanismo de política cambial que, nesta época, já se começava a por em funcionamento. Tratava-se de uma maneira de, desvalorizando a moeda nacional, incentivar a realização no exterior das mercadorias exportadas, principalmente o café, que podiam ser vendidas a um preço menor, mas em maior quantidade.

Como o aumento da quantidade produzida vinha sendo garantido pela expansão das fazendas, como vimos no primeiro capítulo, e pelo suprimento de força de trabalho, como analisamos no segundo, a consagração da venda dessa mercadoria entrava em questão.

Há, porém, que se deixar já aqui registrado que a maneira como antes analisamos essas duas "garantias" da produção cafeeira (terra e trabalho) destoa do fundamento, em geral, naturalizado nos discursos dos economistas, sobretudo pelo embasamento que demos ao processo constitutivo, mediante a questão contraditória da expropriação e da colonização. Em geral, ao contrário, costuma-se meramente apontar a abundância dos fatores (terra e trabalho) e os fluxos de renda entre os setores (incluindo o de subsistência) e o mercado externo e interno. Observamos em Furtado (2000) um exemplo disso, que, por sinal, considera (sem maiores implicações teóricas ali) o colono como assalariado que produz parte do próprio alimento (Furtado, 2000; 173).

O consagrado modelo de Furtado (2000; caps 25 a 27) dos ciclos de expansão e retração da economia cafeeira procurava mostrar como a oscilação comum (porque relacionada aos movimentos de expansão e crise das economias industrializadas centrais) dos preços internacionais do café fazia expandir e contrair as margens de lucro do "empresário", ao mesmo tempo em que fazia o mesmo com as receitas do governo

(ancoradas no imposto de importação, para o governo central, e de exportação, para o provincial e depois estadual). As necessidades de importação, entretanto, permaneciam mesmo quando as divisas com as exportações caíam rapidamente, ocasionando abrupto desajuste na balança comercial e nas finanças públicas, que eram seguidamente reguladas pela taxa cambial (Furtado, 2000; 167).

Com tal mecanismo de regulação, as mercadorias importadas se tornavam mais caras, pela relação depreciada do mil-réis em relação a outras moedas, sobretudo a libra. Por essa razão, Celso Furtado o considerou um mecanismo de "socialização das perdas", no sentido de que os setores urbanos que dependiam dessas importações para o consumo, a princípio, de bens de salário, acabavam "pagando" socialmente pela concretização do lucro (a rigor, do aumento da massa de lucro) do setor cafeeiro[26].

João Manuel C. de Mello (2009) criticaria Furtado por pensar a relação que se estabelecia como sendo a de dois setores distintos, ao que propõe um entendimento da própria urbanização e da incipiente industrialização da época como atreladas à expansão e às crises da cafeicultura. Daí sua sugestão de pensar ambas dinâmicas, aparentemente opostas, como uma única (ainda que contraditória) do chamado *complexo cafeeiro*[27]. Preciosismos acadêmicos à parte, o que está sugerido é uma ausência de autonomização

[26] "Como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam na realidade logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros. É verdade que parte dessa transferência de renda se fazia dentro da própria classe empresarial, na sua qualidade dupla de exportadora e consumidora de artigos importados. Não obstante, a parte principal da transferência teria de realizar-se entre a grande massa de consumidores de artigos importados e os empresários exportadores (Furtado, 2000; 169).

[27] "O problema, no entanto, se nos revelará muito mais complexo se abandonarmos as abstrações (exportadores, importadores como conjunto da coletividade) de que parte Furtado, incapaz de assentar seu raciocínio no capital cafeeiro. Se o tivesse feito, verificaria, em primeiro lugar, que o capital cafeeiro é, ao mesmo tempo, agrário, industrial e mercantil, e que convém pensar num complexo exportador cafeeiro, integrado por um núcleo produtivo, que inclui as atividades de beneficiamento, e por um segmento urbano, que acolhe os serviços de transportes (estradas de ferro, portos, etc.), as atividades comerciais (casas importadoras e exportadoras) e financeiras (bancos). Deste ponto de vista, a acumulação cafeeira é, em grande medida, acumulação urbana, que absorveu boa parte da força de trabalho imigrante e exigiu a importação de meios de produção (trilhos, materiais de construção, equipamentos ferroviário e portuário etc.). Perceberia mais claramente, em segundo lugar, que a reprodução da força de trabalho empregada quer no núcleo produtivo, quer no segmento urbano foi, em boa parte, dependente das importações de alimentos e bens manufaturados de consumo" (Mello, 2009; 103-104).

Vê-se que a contundente crítica de Mello a Furtado também reduz o colono a assalariado, equivalente ao operário urbano, que requer da importação de alimentos para o consumo. O que Mello está na última frase sugerindo é que a suposta "socialização das perdas" também aumentava o custo da cesta básica do colono e, com isso, também diminuía a taxa de lucro do cafeicultor. O capítulo 2 de nossa tese permite uma compreensão menos linearmente lógica desse "complexo exportador urbano".

entre a dinâmica (de expansão e crise) cafeeira e as fases de expansão das cidades (e de muitas das atividades urbanas) àquela atrelada, como São Paulo e Piracicaba.

Quanto à indústria esboçada no período, o próprio encarecimento dos produtos importados estimulava uma produção internalizada dos mesmos, a fim de obter lucros internamente com mercadorias de uso corrente (sobretudo vestuários e alimentos). Além disso, a própria expansão da economia cafeeira implicava numa acumulação de capital monetário passível de ser investido em capital produtivo industrial, além de acumular trabalhadores passíveis de serem ali empregados, e também esboçando um mercado interno passível de ser suprido pelas novas indústrias (Mello, 2009; 81). Cardoso de Mello, assim, observa um esboço de "substituição de importações" no período que denomina de nascimento e consolidação do capital industrial, entre 1888 e 1932.

Feitas, em geral, por grandes cafeicultores ou comerciantes de café que podiam direcionar parte do capital monetário acumulado pela expansão cafeeira, estas indústrias teriam se beneficiado tanto da técnica relativamente simples da indústria têxtil, por exemplo, que permitia sua implantação com investimentos não tão elevados, como da existência de um Departamento Produtor de Meios de Produção (D_1) consolidado na Inglaterra, capaz de fornecer tais capitais. Poderíamos incluir aí também uma acumulação prévia de capital monetário nos bancos (sobretudo ingleses) permitindo créditos suplementares para a instalação desses empreendimentos.

Assim, embora se tenha ressaltado aqui certa subordinação da urbanização e do capital industrial, então nascente, ao capital cafeeiro, fica indicada, ainda, uma subordinação ao capital internacional, tanto na análise de Furtado (que entrelaça as dinâmicas de ascensão e crise da economia industrializada central com a economia agrário-exportadora periférica, desembocando na questão do preço internacional do café e da política cambial) como na de Mello (ressaltando as condições exógenas ao capital cafeeiro de realizar seus lucros, e indiretamente implicando o mesmo para o capital industrial dele derivado).

O que procuraremos fazer nas partes seguintes deste capítulo será reforçar uma compreensão que deriva o sentido dessa subordinação ao mercado mundial não tanto da realização excepcional (e, em geral, imposta) dos lucros oligopólicos do capital industrial e bancário das economias centrais, mas de uma dinâmica interna de tendência de crise do capital industrial em si, tendente a reduzir a sua taxa de lucro na medida em que se intensifica a sua composição, inclusive em termos técnicos. Essa perspectiva já

foi sugerida nesta tese quando analisamos a questão do "ajuste espacial" de David Harvey (2005), e será adiante retomada. Deixá-la indicada, neste momento, serve para ficar evidente o motivo da retomada da questão da *técnica*, no caso particular da modernização da agricultura, como componente necessário do aumento da composição orgânica do capital.

Como vimos, então, embora antecipe em uns poucos anos a periodização de Cardoso de Mello, a implantação de uma indústria têxtil em Piracicaba fica, dessa maneira, mais bem contextualizada como decorrente de movimentos da sociedade mais ampla, e talvez menos da genialidade e audácia do jovem bacharel.

Luiz Vicente, entretanto, assumia aparentemente todos os quesitos possíveis de modernizador da época (visionário, liberal, abolicionista, republicano, capitalista, empreendedor, etc.), e, segundo Kehl (1976; 25-30), causava desconforto na sociedade local, proporcionando-lhe críticas e mesmo pequenos boicotes. O movimento de modernização que o rapaz "audacioso" personificava não era, portanto, inequívoco e unanimemente aceito. Parte da contradição do período foi analisada por nós, no capítulo anterior, ressaltada pela resistência ao projeto de imigração em massa.

Por sua vez, conforme as contradições típicas de sua geração, tornado industrial pelos investimentos feitos, seguia, todavia, tocando as fazendas, estimulando a plantação de algodão entre os vizinhos, dirigindo algumas associações civis como o Clube Republicano Piracicabano e, proclamada a República, também assumindo alguns cargos do município, como o de Juiz de Paz e Juiz Municipal. Somadas suas personificações, até aqui, poderia ser, assim, considerado fazendeiro, industrial, político (talvez também burocrata) e agrônomo.

Antes disso, a pressão que teria sofrido da sociedade local pelo entusiasmo com a Abolição o teria levado a nova viagem prolongada à Europa, entre 1888 e 1889, onde teria visitado institutos de pesquisa, universidades e fábricas, voltando com dois novos projetos "para a modernização da cidade em que vivia" (Perecin, 2004; 114): uma usina hidrelétrica e uma escola agrícola.

A pequena e pioneira usina hidrelétrica, eletrificando Piracicaba antes que qualquer cidade da América do Sul, seria instalada próxima ao Salto de Piracicaba. A usina particular de Luiz Vicente passaria, então, a fornecer luz elétrica para o município. Algo, a princípio, típico de uma prestação de serviço, mas, outra vez, mostrando um relativamente alto investimento em infra-estrutura, geralmente arcado pelo Estado.

Foi inaugurada em 1893, com discursos e parada pública, porém, Perecin (2004; 127) revelaria que, anos antes, a própria Câmara Municipal endossara um pedido de Luiz Vicente para "a obtenção de um empréstimo bancário no valor de 250:000$000, o qual lhe foi concedido no ano seguinte", deixando claras novamente as limitações que se avolumavam e um aporte conjugado do Estado e do capital bancário na realização da empreitada.

O projeto de construção de uma Escola Agrícola parecia, entretanto, ser quase uma obsessão do "ilustre patriota" e, além do modelo vivenciado na Europa, também seria inspirado pelas escolas agrícolas norte-americanas[28], de onde aliás se contrataria o diretor da escola, que não chegaria entretanto a assumir o cargo.

A concretização do projeto começara, segundo Kiehl (1976; 31-32) com a compra, intermediada pelo advogado Francisco Morato, da Fazenda São João da Montanha, com 131 alqueires, em leilão público, em 1891. Paralelamente, o projeto de construção do prédio fora encomendado a um arquiteto inglês, com o custo de trezentas libras.

Enquanto em Kiehl (1976) os feitos continuam a ser multiplicados pelo "rapaz dinâmico e audacioso" que transpõe qualquer obstáculo, já no relato de Perecin (2004; 117-118) a compra da fazenda mostrava já uma progressiva limitação financeira de Luiz Vicente de Souza Queiroz, levando-o a buscar nova ajuda oficial e a empréstimos bancários. Estes últimos seriam facilitados pelas muitas influências familiares do bacharel, enquanto as ajudas oficiais, como com fretes gratuitos para os materiais da construção do prédio, não tiveram a mesma facilidade, tendo sido negados. Por fim, o próprio Kiehl reconhece as limitações financeiras de Luiz de Queiroz.

A partir daí, em 1892, mesmo com a construção em andamento e com a Constituição prevendo a promoção da educação secundária, profissional e superiora, os pedidos de subvenção feitos por Luiz Vicente encontrariam, porém, uma série de decepções, finalmente levando-o a tentar, como alternativa para a conclusão do projeto,

[28] "Despertaram-lhe a atenção o quadro do ensino agrícola europeu na Alemanha e na Bélgica, a distribuição das suas modalidades cobrindo todo o território francês com os seus variados graus, em atendimento aos segmentos da sociedade rural, o alto nível de cientificidade do *Institut Agronomique* de Paris, a aplicação teórico-prática da *École de Grignon* nos novos rumos da agricultura e, especialmente, o modelo então recém-criado, a *École Pratique d'Agriculture*, voltada para o filho do pequeno proprietário rural. Se o Continente emprestava o modelo da agricultura racional escolarizada, a Inglaterra com a Estação Experimental de Rothamsted oferecia o modelo de pesquisa que também se desejava implantar num *College*" (Perecin, 2004; 114).

a doação ao Estado da propriedade e das construções iniciadas, tendo sido incorporadas ao Instituto Agronômico de Campinas (IAC), que tinha uma história paralela de constituição, que se iniciara pouco antes.

Articulemos, portanto, algumas histórias paralelas e entrecruzadas de instituições da época. Algumas delas foram estimuladas pela própria figura do Imperador D. Pedro II. No Rio de Janeiro, o Imperial Instituto Fluminense de Práticas Agrícolas se estabelecera desde a década de 1860 e contava com a participação do próprio Imperador em muitas de suas reuniões, como mostra o estudo de Begonha Eliza Hickman Bediaga (2011; 31). Seus membros, aliás, freqüentavam outras instituições como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain).

Bediaga (2011; 32) afirma, porém, que a semelhança entre as instituições iam além dos seus nobres participantes e do apoio do monarca "esclarecido", sendo instituições privadas que dependiam do financiamento público.

Em seu *Território e história no Brasil*, Antônio Carlos Robert Moraes (2002; 150-155), observa a caracterização inicial do IHGB como a de "representante da Ilustração nos trópicos", visando construir uma história oficial do país, que incluía uma recuperação simbólica dos povos indígenas, mas que também procurou realizar levantamentos e expedições exploratórias do território nacional, ajudando a criar uma espécie de "imaginação territorial" do Brasil colonial. Como "um dos principais aparatos privados de hegemonia existente no Brasil" ajudou a construir ideologias geográficas de "um discurso que assimilava civilização à ocupação do território".

Porém, ao longo do século XIX, o instituto teria vivido transformações teóricas, de modo que o autor identifica a existência de três gerações de membros. A primeira, dos fundadores, a maioria formada em Coimbra (e iconizada por José Bonifácio), teria tido uma preocupação, similar à dos viajantes naturalistas do período, de descrever as características naturais de lugares inexplorados e não catalogados cientificamente.

Uma segunda geração dos membros do IHGB seria bastante influenciada pelo romantismo europeu e teria se debruçado mais na construção de uma história nacional e no fundamento de nossa "brasilidade", na qual a recuperação simbólica do indígena, como em José de Alencar, seria emblemática de uma tentativa de interpretação nacional.

Por fim, uma última geração já conviveria com a crise do Império, sendo considerada por Moraes (2002; 154-155) como uma "geração cientificista", que agregou

publicistas republicanos e aderentes de muitas das teorias conservadoras vigentes à época. Discursos sobre as raças do povo brasileiro, do determinismo do meio tropical sobre elas ou das potencialidades do nosso patrimônio cultural e territorial estão muito presentes na produção dos membros dessa geração. Suas concepções alicerçarão alguns dos discursos da Primeira República, mas irão se modificando ao longo do tempo em meio a transformações cada vez mais profundas da sociedade. Outro rol de instituições se impunha.

De alguma forma, assim, poderíamos dizer que lidamos na parte anterior com personagens dessa terceira e última geração de bacharéis, que procuravam, conforme a proposição de Moraes, atualizar as concepções científicas europeias nas novas instituições que surgiam.

Em 1887, D. Pedro II criou a Imperial Estação Agronômica (Decreto de 27 de junho de 1887), instituição similar ao Imperial Instituto Fluminense, que, com a República, porém, seria repassada para o governo estadual, em 1892, passando a se chamar Instituto Agronômico de Campinas. Vimos que o Agronômico, no ano seguinte à sua estadualização, ficaria responsável, por um breve período, pela Fazenda São João da Montanha, também esta repassada para a Secretaria de Agricultura do Estado.

A Escola Politécnica de São Paulo também teve um curso de engenharia agronômica, que funcionou até 1910, quando a Escola Agrícola Luiz de Queiroz teria assumido definitivamente a formação de agrônomos, segundo Hasse (1987; 50). Em Minas, o governo do Estado chamava da Flórida, em 1921, o professor Peter Henry Rolfs para dirigir sua recém-criada Escola Superior de Agronomia de Viçosa. Em São Paulo, o prefeito Antônio Prado criou, em 1905, uma Escola de Pomologia e Horticultura, para incentivar a policultura. Estes são alguns exemplos de um movimento de institucionalização de escolas agrícolas que despontava em diversos lugares.

Ao contrário do que sugere Hasse (1987) sobre a passagem imediata do curso de agronomia da Politécnica para a Luiz de Queiroz, o estudo de Perecin (2004; 370) afirma que o curso de engenharia agrícola da escola de Piracicaba só seria liberado pelo Estado em 1925, para apenas em 1931 ela se tornar uma Escola Superior. Formavam-se agrônomos práticos, numa "forma de ensino técnico secundário que, sem ser definitiva, correspondeu às expectativas da classe dominante, sem se fechar às outras frações da sociedade brasileira" (Perecin, 2004; 376). Assim, evidenciava-se um processo gradativo de institucionalização que perpassou toda a Primeira República, e que não se

restringiu à experiência de Piracicaba.

A formação da Escola Politécnica constitui exemplo paralelo, e costuma ser atribuída ao projeto apresentado à Câmara dos Deputados pelo deputado estadual de São Paulo Antônio Francisco de Paula Souza, em 1892, e aprovado pela Lei no. 64, do mesmo ano. Paula e Souza era filho de um fazendeiro e político homônimo do Império, e se formara engenheiro em Zurique, em 1963, tendo depois trabalhado em construções ferroviárias nos Estados Unidos.

Quando da tramitação do projeto da Escola Politécnica, tramitava outra lei que autorizava a construção de uma escola agrícola e outra de engenharia, tendo-se fundido ambos projetos com a Escola Politécnica passando, quando de sua inauguração, em 1894, a oferecer os cursos de engenharia civil, agrícola, industrial, artes mecânicas e engenheiro–arquiteto (ver Montoya & Nagamini, 2004; 19). É interessante o relato de Francisco Emygdio da Fonseca Telles, diretor da Politécnica em 1931, afirmando que a razão da fusão inicial das escolas de engenharia e agronomia teria se dado exatamente por conta de restrições orçamentárias, conforme já vínhamos salientando para a discussão anterior (Montoya & Nagamini, 2004; 46).

O próprio Paula e Souza, porém, dirigiria a Escola Politécnica num primeiro momento. Nela viria a presidir o Gabinete de Resistência de Materiais, que faria experiências pioneiras no uso de concreto armado, por exemplo. Como na futura Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz, a atualização com os padrões produtivos da Segunda Revolução Industrial estava na ordem do dia e os gabinetes[29] e laboratórios prezavam por um ensino também prático. A participação dos professores e alunos da Escola na construção de inúmeras obras de saneamento, ferrovias, rodovias, pontes, edifícios, já seria observável nos primeiros anos do século XX (Montoya & Nagamini, 2004; 107 e 139-154).

Voltemos, entretanto, à passagem ao IAC da escola agrícola em construção. A "estatização" da iniciativa particular teria, no entanto, ainda um período subseqüente em

[29] "Dessa maneira, no contexto internacional, entre a segunda metade do século XIX e a Primeira Guerra Mundial, ocorre a valorização da engenharia, sobretudo como um dos pré-requisitos para impulsionar avanços na técnica moderna. É verdade que a engenharia já se firmara antes, graças à organização de escolas como a Politécnica de Paris, em 1794, que valorizava a formação científica visando graduar quadros para o Estado e, depois, para a indústria, e serviu de exemplo para as inglesas e alemãs, entre outras. É nessa fase posterior, entretanto, que a engenharia adquire maior destaque profissional, porquanto passa a ser considerada fator essencial na modernização da sociedade" (Nagamini In: Montoya & Nagamini, 2004; 37).

que Queiroz acompanharia o andar das obras e a condução do projeto, parcialmente implantado e sob direção do agrônomo austríaco Ernest Lehman, subdiretor do IAC que ficou encarregado da Escola Agrícola da Fazenda São João da Montanha.

A hidrelétrica ainda em obras continuava, neste momento, junto com a construção da escola, drenando-lhe os recursos próprios e da família, levando, neste ano, Luiz de Queiroz a vender a tecelagem à Companhia de Cultura de Tecidos de Algodão S.A., do Rio de Janeiro. Um longo período de amargura teria se sucedido, com a família indo morar em São Paulo e Queiroz se distanciando da construção da Escola.

A instituição, assim, engatinhava, por falta de recursos, evidenciando a necessidade de financiamento para a concretização do projeto. Ainda assim, era uma fazenda, com parcas plantações e criações, tocadas por três famílias de camaradas que ali residiam em casas de colono, dirigidos neste primeiro momento por Lehman, que, por fim, afirmaria, de maneira emblemática, ter querido "continuar os planos do idealizador, mas faltavam-lhe capital e poder" (Perecin, 2004; 128).

Outro engenheiro agrônomo, o belga Léon Alphonse Morimont, chegaria nesse mesmo ano de 1893, para dirigir como diretor comissionado a Fazenda São João da Montanha, subordinado ao Secretário de Agricultura, outro agrônomo (de formação alemã) Jorge Tibiriçá Piratininga. Viera o belga ao Brasil depois de obter experiência trabalhando na administração de diversas fazendas e vinhedos na França, Espanha, Itália e Portugal, e se tornara conhecido com a publicação de artigos em *O Estado de S. Paulo* e na *Revista Agrícola*, antes de assumir a direção da fazenda por três anos.

Nestes artigos, além de tratar da necessidade de modernização da agricultura do Brasil, tratando de temas específicos como conservação do solo e uso de técnicas modernas, terminava por indicar um movimento de transformação que passava pela educação dos jovens em escolas agrícolas, que deveriam pender mais para um caráter prático do que erudito, visando o gerenciamento das mesmas[30].

Conquanto tal projeto de modernização pela educação fosse posteriormente assumido como *projeto nacional* pelo grupo do jornal que publicava tais artigos (ver Cardoso, Irene, 1982), o que devemos notar é como se pensava a agronomia a ser implantada, com caráter distinto da educação dos bacharéis. Provavelmente esses

[30] "Fechava a argumentação com a proposta objetiva de um curso de educação agronômica prática, com a duração de três anos, endereçado aos jovens brasileiros que, não buscando os estudos eruditos, os cursos formadores de bacharéis e doutores, desejassem voltar-se para as propriedades rurais, a fim de transformá-las pelo gerenciamento" (Perecin, 2004; 138).

projetos não se restringiam aos discípulos da escola de Glemboux, de onde procedia Morimont, mas se gestavam a partir de uma geração de bacharéis vinda de algumas dessas escolas.

A organização da Fazenda, neste período, teria sido dificultada, obrigando Morimont a acumular tarefas de administração, supervisão e representação da futura Fazenda Escola. Suas queixas em relatórios recaíam constantemente à falta de técnicos e trabalhadores minimamente especializados para fazer os serviços necessários como os de carpinteiro, pedreiro, jardineiro, horticultor, etc. Apesar do seu preconceito inicial, conseguiu treinar alguns ex-escravos no arado e vibrou com a vinda para Piracicaba do arquiteto paisagista, o também belga Àrsene Puttemans. Enfim, foi gradativamente estabelecendo plantações e criações, finalizando prédios e laboratórios e os equipando (cf. Perecin, 2004; 142-152).

O próprio projeto da escola técnica e agrícola teria sido redigido por Morimont e apresentado ao secretário Jorge Tibiriçá, em 1895, como um relatório técnico, embora fosse antes a projeção do que Morimont chamava de uma "metódica síntese" de um modelo educacional que se implantaria na escola, num meio termo entre o "primarismo das *fermes-écoles*" e a erudição do *Institut*, para impedir a excessiva teorização dos cursos superiores: "Não deixou de ser um produto do academicismo europeu, para atender às necessidades de modernização do setor primário da economia, a ser testado no Estado de São Paulo" (Perecin, 2004; 157). Ao sê-lo, porém, modificava o sentido da formação daquele mesmo academicismo europeu. Ao menos o sentido que ela assumia para boa parte dos seus bacharéis brasileiros.

Considerando a própria trajetória de Morimont, por sua vez, vemos se repetir a história do agrônomo formado na Europa que é mobilizado para realizar a modernização da agricultura, porém não atuando exatamente como agrônomo, mas assumindo diversas outras personificações sobrepostas. Por outro lado, o projeto elaborado pelo agrônomo traz, em si, muito do modelo de sua escola de origem e uma pretensão de capacitar proprietários rurais que se engajariam na modernização da agricultura. Não visa exatamente à formação técnica de empregados subalternos, mas a dos próprios proprietários, que assim não são vistos como "barões" absenteístas[31], que se distanciam

[31] Essa também seria, por exemplo, a maneira como Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997 – conclusão) caracterizou a relação com o trabalho dos cafeicultores paulistas, sobretudo da segunda metade do século, não observando neles uma aversão a trabalhar como, em geral, se costumou considerar como a ausência de uma mentalidade (ou ética) para o trabalho nas "nossas" classes

da lida cotidiana com conhecimentos sumamente teóricos.

Outra vez, no entanto, insistiremos na relação da necessidade de financiamento do Estado para a realização do investimento em infra-estrutura. Em 1896, com o novo governador Campos Salles, o novo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, dr. Álvaro Augusto da Costa Carvalho restringiu o orçamento da fazenda, no momento em que se precisava contratar não menos que 90 camaradas para tocar as plantações, pastagens e criações. A primeira grande crise cafeeira, entre 1894 e 1898, forçava uma reavaliação dos custos e das prioridades. Passou-se a contestar os relatórios de Morimont.

Por fim, a decisão do Estado de cortar despesas e, com isso, demitir o diretor Morimont da escola, em 1896, teria sido o principal motivador da morte súbita de Luiz Vicente de Souza Queiroz, aos 49 anos, em 1898, segundo Kiehl (1976), embora estranhamente a motivação tenha se dado dois anos antes.

Vê-se que, retomando a proposição de Luís Martins, Luiz de Queiroz viveu seu período de "remorso", mas sem que este pudesse ser relacionado especificamente à República, mas antes à incompletude de seus projetos "mirabolantes", que, procurando no sentido profundo dos mesmos, também podem ser, à sua maneira, considerados "parricidas". Parricidas, ao menos, na "morte" da fortuna herdada do pai e, seguramente, também na vida que levou, um tanto quanto distinta da de um patriarca da sociedade rural. Parricida talvez pelo modelo de agricultura tecnificada que almejou implantar, face à agricultura que ajudara a construir o patrimônio de sua família.

Três anos depois da morte do "idealizador", no entanto, com outro agrônomo como governador do Estado de São Paulo, o próprio Jorge Tibiriçá Piratininga, a escola seria finalmente tocada adiante, até a inauguração em 1901. Os projetos acadêmicos de Morimont seriam retomados e uma escola técnica implantada, já com o nome modificado para Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz.

---

dirigentes. Ao contrário, Franco observava, a partir das dificuldades financeiras recorrentes na lavoura cafeeira e na reiteração de suas crises, fazendeiros, em geral, muito próximos ao cotidiano do trabalho nas fazendas, o que poderia, inclusive, embasar socialmente a aceitação de um ensino prático da agricultura. Já abordamos a questão ao tratar da propriedade fundiária como pressuposto do absenteísmo, bem como observamos um processo de diferenciação das atividades dos fazendeiros, ao longo da segunda metade do século XIX, engajando-se em companhias ferroviárias, bancárias e de melhoramentos urbanos, além do consórcio costumeiro de muitos deles em empreendimentos industriais e burocracias e cargos estatais e governamentais. Assim, a caracterização do fazendeiro como ativo na lida das atividades do campo, feita por Franco (1997), talvez se refira a uma parte destes que não tomou o rumo da vida e das novas atividades mais urbanas.

A ela continuava articulada a Fazenda-modelo, que, em meio à crise cafeeira que persistia nos primeiros anos do século XX, chegaria até a dar certo lucro em suas produções, ajudando a manter a instituição de ensino face à restrição de seu financiamento público (Perecin, 2004; 259). Por sua vez, essa dependência inicial evidenciava uma ausência direta de autonomização da instituição em relação ao capital, enquanto, sob o desígnio do financiamento pelo fundo público a dependência parece se atrelar mais à política e ao Estado, obscurecendo as relações de financiamento destes em relação à economia como um todo, o que costuma se vislumbrar exatamente em momento de crise, como aquele.

Ressaltamos, desse modo, retomando a história de Luiz Vicente de Souza Queiroz, uma trajetória particular de um bacharel que, como outros de sua geração, saiu cedo da casa paterna para estudar na Europa. Embora tenha se consolidado na história como um "pai" da Escola Superior de Agricultura que levaria o seu nome, agiu como entusiasta da modernização em um sentido amplo, agindo para além da agricultura. Abolicionista e republicano, teria destinado ainda boa parte da fortuna familiar para a construção de uma fábrica e de uma hidrelétrica. Poderia ser, por isso, considerado também como "pai" (nacional, estadual ou municipal, não importa) da eletrificação ou da tecelagem manufatureira, mas a singularidade de sua trajetória em relação à de outros de sua geração teria sido mesmo o projeto não-alcançado em vida da Escola Agrícola.

Colocando em outros termos, poderíamos sugerir que, para tal geração de bacharéis, a não-simultaneidade da modernização brasileira frente à europeia, vivida contraditoriamente pelos seus membros escolarizados no exterior, fazia-lhes transformar essa contradição em oposição. Assim, a sociedade rural, escravocrata e retrógrada se lhes opunha àquela que aparecia como urbana, liberal e moderna. Dessa maneira, podemos considerar que, aos olhos dessa geração, a agricultura organizada em moldes extensivos, a exploração do trabalho escravo e o patriarcado rural lhes pareciam *irracionalidades*. Porém, tudo em termos relativos[32], há que se dizer.

[32] A historiadora Emília Viotti da Costa (1999; 261-265), por exemplo, critica, dessa maneira, como exagerada a ruptura esboçada em Gilberto Freyre da geração de bacharéis frente aos oligarcas tradicionais da sociedade agrária, vendo (de certo modo, à maneira como sugerimos no capítulo anterior) antes uma oposição entre os "setores agrários decadentes, apegados às formas tradicionais de produção, ao trabalho escravo e aos valores da sociedade tradicional" e os mais "progressistas, ligados à agricultura e às novas empresas". Assim, como foi o caso apontado de Luiz de Queiroz, "o proprietário de terras converte-se em empresário, e o empresário não raro investe em terras" (Costa, 1999; 267).

O diagnóstico para a limitação da "revolução tecnológica e científica" do período, para Costa (1999)[33], parece contradizer a sugestão de Cardoso de Mello (2009) sobre a dinâmica do complexo cafeeiro, mas, quando este atesta o caráter de embrionário do capital industrial do período, ambos parecem concordar. A industrialização ainda não se pusera sobre seus pés, não se constituíra o seu departamento de produção de meios de produção. Esta limitada industrialização, que Mello observou atrelada à dinâmica do complexo cafeeiro, convivia com a expansão extensiva da cafeicultura, de modo que a tecnificação da agricultura se mostrava, ela mesma, uma irracionalidade, para Furtado.

> As condições econômicas em que se desenvolvia a cultura do café não criavam, portanto, nenhum estímulo ao empresário para aumentar a produtividade física, seja da terra seja da mão-de-obra por ele utilizadas. Era essa, aliás, a forma racional de crescimento de uma economia onde existiam desocupadas ou subocupadas terra e mão-de-obra, e onde era escasso o capital (Furtado, 2000; 166).

Porém, seguiremos vendo, ao longo deste capítulo, que a ascensão de uma suposta racionalidade, conforme a desejada por uma Escola Agrícola, que iria sendo parcialmente possibilitada de ser posta em prática pela mesma dinâmica extensiva, como vimos nos capítulos anteriores, entretanto, traria novas irracionalidades subjacentes.

Na recuperação dessa história, assim, procuramos não idealizar a figura do "rapaz dinâmico e audacioso", mostrando que, na realidade, nem tudo lhe foi possível e que, mesmo o que parece ter sido obra de seu idealismo, foi também obra de seu contexto histórico, e do Estado e do capital que se formavam no Brasil e, particularmente, no interior paulista. Como também derivaram das possibilidades mais amplas de um movimento global de reprodução ampliada (crítica) do capital, algo ainda por ser mais bem apresentado.

Delineamos, com essa história, os primórdios da constituição da Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz, inaugurada em 1901 para formar técnicos agrícolas, e reestruturada, em 1931, como Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, para formar engenheiros agrônomos. Vislumbramos, aí, que o projeto educacional da mesma dialogava, de alguma forma crítica, com a formação dos bacharéis, visando outro tipo de conhecimento voltado para a modernização da agricultura.

---

[33] "A revolução tecnológica e científica, que em outras regiões do mundo aparece associada ao processo de urbanização e industrialização, é frustrada pela posição dependente que o país ocupa no mercado mundial, pela importação da tecnologia necessária, pela existência de abundante mão-de-obra barata e pela debilidade do mercado interno" (Costa, 1999; 267).

Por essa perspectiva, a constituição da nova instituição de ensino e, posteriormente, a sua incorporação ao projeto maior da Universidade de São Paulo, criada em 1934, mostrariam um projeto de modernização até mais amplo.

A modernização do século XIX, cujas novas figuras do capital foram personificadas pelos bacharéis – de maneira "personalista" ou "patrimonialista", como se queira, mas sobretudo contraditória – veria, na continuação do processo, a modificação – por meio da sua institucionalização, burocratização e cientificização – da própria educação que fora o ponto de partida para o próprio bacharelismo. Nesse sentido, a reprodução de certos projetos modernizadores conduzida por bacharéis viria a constituir o substrato para a negação posterior da própria "cultura bacharelesca".

Assim, a geração de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Raymundo Faoro, Sérgio Milliet e Luís Martins, entre outros, pode ser considerada como a de uma transição, partindo daquela cultura e tipo de formação. Transitória porque lidando com tendências distintas como as do Movimento de 1922 e da criação da USP e de outras universidades, do movimento tenentista, getulista, do constitucionalista, do comunista e dos fascistas (e suas reações), da industrialização de base e da crise cafeeira, com as quais todos seus partícipes parecem ter dialogado de alguma forma.

A postura, em geral, negativa como observam o papel "modernizador" e conservador das gerações que lhes antecedem pode talvez ser assim compreendida como fruto de outro estágio de "nossa" modernização, ou meramente de outro contexto. Pensaremos novamente nesse processo adiante, interrompendo momentaneamente uma análise relativamente cronológica para dar um "salto no tempo".

Neste sentido, lembremos brevemente do Relatório Dierberger, de 1927, mostrando uma citricultura atrelada a limitações como as pelas quais também passaram as indústrias que acima aludimos. Afinal, a maioria das determinações do movimento contraditório do chamado complexo cafeeiro ainda se fazia presente ao final dos anos 1920.

Embora a constituição da Escola Agrícola e de uma citricultura em Limeira em moldes técnicos estivesse permitindo a participação de profissionais "treinados" na empreita de exportação de laranjas, ressaltamos na análise do documento a maneira como aspectos da exportação cafeeira eram os parâmetros para a experiência. Resta-nos pensar, a partir de agora, até que ponto a chamada "citricultura técnica" se autonomizou

desse “complexo cafeeiro”, o que, de certo modo, vale também como pergunta para a indústria em si, e mesmo para os técnicos e para os intelectuais.

Condicionantes e consolidação da citricultura técnica, e a sua "auto-teorização"

Para tratar da "citricultura técnica", conforme o conceito proposto por Geraldo Hasse (1987) para o período entre 1928 e 1939, mas também do seu subseqüente, visando acelerar esta exposição, partiremos de um estudo "pioneiro" na sistematização dos custos de produção, num sentido bem mais amplo do que o Relatório Dierberger e já assentado em parâmetros acadêmicos de metodologia científica.

Damos, assim, um salto ao período de recuperação da citricultura, no pós-guerra, quando, em 1957, o engenheiro agrônomo Oscar J. T. Ettori, chefe da Seção de Organização e Administração Rural da Secretaria de Agricultura, escreveu o folheto "Problemas econômicos da laranja". Posteriormente, preencheremos algumas lacunas deixadas acerca do período entre um estudo e outro.

No referido folheto, Ettori trata de diversos aspectos da produção de laranja, desde o investimento necessário para a instalação da infra-estrutura da fazenda e do pomar em si, com os respectivos montantes de financiamento necessários, passando pelo custeio do pomar, indicando os preços vigentes, o período de amortização e os lucros esperados. Trata, também, de aspectos do mercado internacional de laranjas e sua perspectiva futura, e do mercado interno, além de dar indicações sobre propagandas para incentivar o consumo, como avaliar pomares, como indenizar por perdas, e como capitalizar a renda na produção.

Assim, diferente de Dierberger, mostra um panorama da citricultura, a partir principalmente do ponto de vista do produtor, ou, nas palavras de Ettori, para "os interessados que desejam estabelecer uma exploração citrícola" (Ettori, 1957; 1).

Entretanto, estes interessados, no estudo em questão, por vezes, podem ser os próprios agentes do Estado, como nas dicas sobre investimentos em propaganda ou frigorificação, ou na parte em que fala da importância econômica da laranja para a economia paulista; podem ser os compradores de laranja, que obtêm noções para a avaliação dos pomares, algo que também poderia ser, é verdade, direcionado aos produtores; podem ser agentes bancários ou financiadores públicos, que observam montantes necessários para investimentos na produção citrícola; ou até seguradoras ou sócios em investimentos mútuos, que podem sistematizar cálculos para efeito de indenização.

Enfim, embora apresente mais dados sobre os custos de formação e de custeio de um pomar agrícola, o estudo de Ettori, visando um panorama geral da atividade, ia além do interesse do produtor. Por sua vez, comparando com o Relatório Dierberger, veremos que diversos outros componentes de custo da atividade, em especial aqueles que recaem sobre os compradores e exportadores da laranja, à época, não são encontrados no estudo de Ettori.

Não se vê, por exemplo, qualquer referência aqui dos gastos com colheita, seleção e embalagem das frutas, transporte e exportação. Todos estes estão presentes naquele relatório e são importantes para o elo do "setor" responsável pela comercialização da laranja produzida, de modo que se pode concluir que o estudo de Ettori focalizava antes o elo produtivo e as relações de financiamento deste. Talvez, no entanto, se pudesse pensar a colheita como "atividade-fim", como atualmente se cunhou chamar, da produção de laranjas, mas sua atribuição como custo do comprador da laranja era prática consolidada na citricultura de então.

Sendo mais preciso, até quando apresenta dados sobre a formação e o custeio do pomar citrícola, talvez seja incorreto dizer que se apresenta a visão do produtor, uma vez que o trabalho recolheu os seus "números básicos" de produtores de Limeira e Bebedouro, apresentando os "números médios" das "explorações visitadas, as quais eram organizadas de modo racional e lucrativo" (Ettori, 1957; 1).

Dessa maneira, o que se apresenta é, antes, uma média, feita a partir de dados coletados de produções citrícolas previamente selecionadas e, de antemão, tidas como "racionais" e "lucrativas". Obviamente, a metodologia do autor era o que organizava tais dados e provavelmente até a seleção dos produtores informantes, de maneira que seria mais uma visão do pesquisador do que do próprio produtor.

Pensaremos, mais adiante, no papel dessa produção científica, bem como procuraremos também contextualizar as condições de sua existência nessa época. A separação que acima aludimos de uma visão do pesquisador diferente da do produtor deve ser, por ora mantida, mas a relação entre elas existe, sobretudo no potencial de modernização que uma visão racionalizada da produção tem sobre os mesmos produtores. Passaremos agora, no entanto, a apresentar resumidamente os dados e analisar a metodologia do autor.

Para começar, Ettori aborda os investimentos necessários para se constituir um pomar de 10.000 pés de laranja, evidenciando já um módulo produtivo abstrato a

organizar o estudo. Os itens de investimento de capital, como a tabela abaixo sintetiza, são organizados em três categorias (terra, imóveis e máquinas), que corresponderiam, num referencial marxiano, a componentes de capital fixo do capital constante.

Tabela 2 – Capital necessário a ser investido na formação de pomar com 10.000 laranjeiras, em 1957. Custo por item, em cruzeiros.

Categoria	Descrição	Preço (Cr$)	Total (Cr$)
A - Terra	22 alqueires a 36.000	792.000	**792.000**
B - Imóveis	3 casas a 45.000	135.000	
	1 séde	80.000	
	1 galpão p/ máquinas	25.000	
	1 depósito p/ material	24.000	
	1 viveiro p/ mudas	5.000	**269.000**
C - Máquinas	1 trator p/ arado de 2 discos	255.000	
	1 arado de 2 discos	37.000	
	1 grade de 22 discos	35.000	
	1 carreta p/ trator	50.000	
	1 pulverizador a motor	50.000	**367.000**
TOTAL (Cr$)			**1.428.000**

Fonte: Ettori, 1957.
Org.: Cássio A. Boechat.

Como se vê, na metodologia de Ettori, o pomar começa com a aquisição da terra, no caso 22 alqueires, o que poderia caracterizar a viabilidade econômica até mesmo de uma pequena propriedade, no que se refere ao tamanho necessário para o cultivo das mil laranjeiras e o seu lucro líquido auferido no final. Porém, a aquisição da propriedade representa, na tabela acima, o maior investimento inicial de capital a ser feito, mais do que metade do investimento inicial total, revelando o principal aspecto da propriedade fundiária como "barreira de investimento" do capital, como teorizou Marx na seção sobre a renda fundiária (Marx, 1986, II, seção 6). Barreira não só para o investimento de capital, como também para a aquisição da mesma por parte do trabalhador.

Sobre ela, assim, constroem-se edificações para trabalhadores, administrador, máquinas e mudas, observando um fundamento destas edificações na reprodução da força de trabalho e do pomar e na diminuição da deterioração do maquinário.

Já quanto a este segundo agrupamento (imóveis), podemos vislumbrar a especificidade do contexto revelando-se no estudo. As três casas para os trabalhadores

seriam para três famílias de *camaradas*, que forneceriam, cada uma, um trabalhador para os cuidados regulares da propriedade, sendo os demais trabalhadores recrutados na cidade, quando necessários[34].

Veja-se, assim, que a categoria, derivada da relação complementar com o colonato, previa a necessidade de transformar a unidade produtiva, mesmo nos seus termos abstratos, em unidade de moradia, abarcando a família do trabalhador no interior da fazenda. Embora houvesse um contingente de trabalhadores disponível para ser mobilizado apenas no plantio, por exemplo, é sintomático que a necessidade de "fixar" o trabalhador na fazenda seja prescrita mesmo num manual técnico, produzido por órgão estatal, como este.

Outro aspecto interessante dessa subcategoria seria a inclusão de um viveiro de mudas cítricas como investimento necessário, mostrando uma citricultura que, como a fazenda cafeeira, internalizava o seu "departamento de produção de bens de capital", evitando que, como no primeiro ano, continuasse a ter custos com a compra de mudas para a reposição dos pomares e pudesse até expandi-los. Posteriormente, como veremos, este item de investimento seria socialmente "externalizado" na constituição de um "setor viveirista" da citricultura.

Enfim, tem-se uma infra-estrutura necessária, segundo os cálculos do autor, que representava um investimento de quase 270 mil cruzeiros e que ocupava 2 alqueires daqueles 22 inicialmente adquiridos.

Por fim, o último agrupamento de investimentos de capital seria o de máquinas, evidenciando, em 1957, o processo de generalização do uso de tratores, decorrente de investimentos em grande escala do Estado e da política de "exportação de capitais" dos países recém-egressos da Segunda Guerra Mundial.

Se essa produção da indústria automobilística já se fazia marginalmente presente no Relatório Dierberger, de 1927, com o transporte por caminhão das laranjas até os vagões de trem ou dos trabalhadores da cidade até o barracão no pomar, ali o investimento em caminhões fora ocultado como investimento feito pelo promotor da experiência, o Major Levy, ou como fretes embutidos nos custos com os trabalhadores

[34] Diz a nota: "Considerando-se que 3 camaradas são suficientes para os serviços normais dos tratos culturais do pomar, e que cada família forneça um trabalhador adulto efetivo, torna-se então necessário a existência de 3 casas na propriedade. Outros trabalhadores necessários em certas épocas, para o plantio do pomar ou coroação do mesmo nos meses mais chuvosos, etc. não precisam residir na propriedade" (Ettori, 1957; 2).

e, ainda assim, os custos principais com transporte (frete ferroviário e marítimo) não representavam a aquisição dos próprios meios de transporte.

Aqui, por sua vez, já se prescreve o investimento com a aquisição do produto da indústria automobilística em questão, que vem para reorganizar a produção das mercadorias agrícolas. O investimento, nesse sentido, é bastante estruturante da empreitada, correspondendo ao segundo maior dispêndio monetário para a constituição do módulo produtivo de Ettori, abaixo apenas do gasto com a terra.

Porém, os gastos com a implantação do pomar ainda se prolongariam por seis anos, sendo que, a partir do quarto ano, uma pequena (porém ascendente) produção já viria a começar a abater o investimento, até que esta produção se estabilizasse do sétimo ano em diante marcando o fim da formação do pomar. A tabela abaixo sintetiza tais gastos ao longo do processo de formação do laranjal.

Tabela 3 – Custo anual de formação de pomar citrícola de 10.000 árvores, em 1957. Custo anual de formação por árvore, em cruzeiros, e por categoria de custos.

Despesas/Ano	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	TOTAL (Cr$)
Muda e Plantio	42,35	0	0	0	0	0	*42,35*
Tratos	3,8	3,6	7,7	4,7	8	3,8	*31,6*
Despesas gerais	5	5	5	5	5	5	*30*
Despesas fixas	4,6	6,6	7,6	18,7	14,6	16	*68,1*
Total (Cr$)	*55,75*	*15,2*	*20,3*	*28,4*	*27,6*	*24,8*	**172,05**

Fonte: Ettori, 1957; 31-32.
Org.: Cássio A. Boechat.

De um modo geral, vê-se que, fora os gastos com as mudas e com o plantio, restritos ao primeiro ano, os gastos com tratos e com demais despesas (gerais e fixas) se mantêm pelos seis anos de formação, inclusive com as despesas fixas aumentando consideravelmente do terceiro para o quarto ano. Mas o que representam essas categorias de gastos?

Não convém prolongar mais sobre a aquisição inicial das mudas. O plantio, por sua vez, incluía tarefas de preparo do terreno (limpeza, aração cruzada e gradeação cruzada) e o combate à erosão, com curvas de nível revelando uma preocupação que pouco poderia ser observada, por exemplo, na prática corriqueira da cafeicultura, plantada após as derrubadas de matas, evidenciado um preceito de uma agricultura

tecnificada.

Além do preparo, o plantio previa o preparo das covas e aplicação de adubos, antes do plantio das mudas propriamente ditas, as replantas de mudas que não "vingaram" e a irrigação manual das mudas.

Enfim, agrupados numa categoria derivada de uma atividade, o *plantio* era composto de diversas atividades e agregava gastos com força de trabalho (limpeza, aração, gradeamento, coveamento, aplicação de adubo, plantio, replantio, irrigação), que poderiam, no referencial marxiano, ser considerados *capital variável*, bem como gastos com o consumo de *capital circulante* (adubo, combustível, mudas) e de *capital fixo* (depreciação das máquinas e implementos usados). Sem contar que o preparo do solo em si e sua conservação poderiam contribuir para a obtenção de diferencial de *renda fundiária*, advindos desse investimento de capital.

A metodologia de Ettori, entretanto, não organiza nestes termos o seu estudo, mesclando elementos de gastos e mantendo a organização dos custos subordinados às etapas da constituição do capital citrícola particular. Sobressai um entendimento cronológico atrelado ao processo de trabalho. Embora isso tenha a vantagem de explicar as etapas empíricas da formação do pomar, não permite compreender a relação, de fundo, entre os elementos de trabalho e do capital. Relação esta algo distinta do processo de trabalho, constituindo parte do processo de valorização.

Não precisamos detalhar aqui em pormenores a distinção proposta por Marx (ver 1985, cap. 5) entre processo de trabalho e de valorização. Não custa, entretanto, deixar claro que o que sobressai é a compreensão de que, embora meios de produção e força de trabalho entrem como valores de uso do capital, acessados nos respectivos mercados pelo detentor de capital monetário, o consumo de capital constante e capital variável deve ser entendido como fundamentalmente distinto. Enquanto o primeiro transfere seus valores paulatinamente aos produtos finais da produção, o segundo, em realidade, produz valores novos (no mais-produto final convertido em mais-dinheiro), para além daquele que produz para pagar o seu próprio salário. Daí a distinção, que sequer é esboçada em Ettori, entre trabalho socialmente necessário e trabalho excedente.

Enquanto processo de trabalho, o estudo de Ettori tem a qualidade de particularizar o trabalho concreto necessário para a produção de uma mercadoria particular, a laranja. Enquanto processo de valorização, ficamos sabendo um pouco da distinção entre os componentes de custos, para o capitalista/citricultor. Entretanto, nada

sabemos sobre o trabalho médio socialmente necessário para a valorização desse capital, a não ser parcialmente, decompondo as horas de trabalho realizadas em cada atividade e estabelecendo contas (praticamente insondáveis) a partir dos gastos com salários nas mesmas e comparando com outros gastos e com os preços obtidos ao final. Sem contar as dificuldades de estabelecer as conversões de preços em valores.

Enfim, o que parece tarefa hercúlea de contabilização (e re-conceituação nos referenciais marxianos) talvez seja também, em si, um procedimento questionável e de fundamento um tanto positivista. Efetivamente, não incorreremos em tal pretensão de racionalização. O que não se pode deixar de fazer, no entanto, é a crítica conceitual ao procedimento de análise feito e à forma de consciência fetichista que o embasa.

Dessa maneira, podemos afirmar que o capital variável é apresentado como um gasto como outro qualquer, o que em nada difere da mentalidade fetichizada do próprio capitalista que reduz a extração de mais-valia ao lucro oriundo apenas da diferença entre preço de mercado da mercadoria produzida menos os preços de custo da sua produção (Marx, 1986, III, caps. 1-9). Retomaremos essas questões teóricas mais adiante, de forma mais detida.

O mesmo questionamento, todavia, pode ser feito para a etapa de *cultivo do pomar*, que se prolonga pelos seis anos de formação. O cultivo incluía gastos com a carpa manual em torno do tronco da laranjeira (chamada coroação manual), além de carpas mecânicas, desbrota, conservação dos cordões, combate às formigas, adubação e pulverização. Mais uma vez, gastos com o uso produtivo da força de trabalho e com o consumo de materiais e maquinário (meios de produção) se equivalem como meros gastos, ou como dispêndio direto de dinheiro: "[...] as mesmas [despesas no cultivo – CAB] representam o total de dinheiro despendido nesse período" (Ettori, 1957; 6).

Assim, além das despesas, por assim dizer, diretas, deveriam ser incluídas despesas fixas e gerais totais do empreendimento. No que se refere às despesas fixas, seriam antes contabilizadas sobre o capital fixo, no caso considerado como a terra e as benfeitorias. Para tanto, o autor calcula uma taxa de juros anual de 5% sobre o "capital fundiário", que poderia ser considerada como um rendimento mínimo que se deveria obter com esse investimento feito. A ele acresce um cálculo sobre a depreciação das benfeitorias, calculadas as vidas úteis das casas em 40 anos e do viveiro, de madeira, em 5 anos.

Além disso, a categoria de despesas fixas incluía os impostos sobre o imóvel

rural. Por fim, o autor observa uma quarta despesa fixa oriunda dos juros sobre o dinheiro despendido anualmente na formação do pomar. Porém, já indica que se tratariam de juros compostos, que crescem à medida que cresce o montante geral gasto, sendo calculado em parcelas anuais apenas *a posteriori*.

Na outra categoria, de despesas gerais, entrariam gastos com a administração, referente ao "ordenado de um gerente ou administrador – que pode ser o proprietário ou outro elemento" (Ettori, 1957; 7); gastos com luz e força; com materiais de escritório; e outros diversos.

Tabela 4 – Custo total da formação de pomar de 10.000 laranjeiras, em 1957, em cruzeiros. Percentual entre categorias de custo.

Despesas	Montante (Cr$)	%
Plantio	423.480	16,14
Cultivo	629.900	24,01
Fixas	377.070	14,37
Gerais	601.200	22,91
Juros sobre o dinheiro	592.256	22,57
TOTAL	2.623.906	100,00

Fonte: Ettori, 1957; 8.

Org.: Cássio A. Boechat.

Dessa maneira, vê-se que os custos diretos, com plantio e cultivo, embora elevados na composição total, pouco ultrapassavam os 40% dos custos totais, com as despesas fixas, se somadas aos juros sobre o dinheiro, alcançando o maior percentual unitário entre as categorias (36,84%). É de se notar, ainda, que estes custos totais não incluem os investimentos iniciais. Somados os investimentos iniciais totais com os custos totais, o montante se elevaria, portanto, a Cr$ 4.051.906,00.

Enfim, observa-se, ainda assim, uma tentativa de calcular, em termos econômicos, todo o investimento necessário para se estabelecer um módulo de produção de laranjas, em termos racionalizados que extrapolam o simples dispêndio direto de dinheiro no plantio e no cultivo do pomar.

Ettori buscou, dessa forma, embora tenha mesclado elementos dos mais diversos sobre rubricas de custos, relacionar esses investimentos com o mercado de terras, o mercado de dinheiro, de capitais e de trabalho. Por isso, os cálculos pensaram nos retornos hipotéticos de investimento do mesmo capital em mercados alternativos. Daí a

inclusão de taxas de juros, os cálculos de depreciação e mesmo o da administração.

Dessa maneira, dentro da racionalidade fetichista do capital, buscou racionalizar o maior número de aspectos envolvidos na produção citrícola. Restaria pensar sobre a constituição, de fato, desses mercados para investimentos alternativos de capital, principalmente no contexto de 1957. Fica já um tanto claro que a metodologia aplicada pressupõe a constituição autonomizada desses mercados, colocados lado a lado e vistos como alternativos para o "livre" investimento do capital monetário pensado em abstrato. Pressupõe, assim, uma mobilidade perfeita do trabalho e do capital. Resta, aliás, criticar o fundamento dessa metodologia e, consequentemente, da própria racionalidade almejada, o que faremos mais adiante.

Podemos concluir afirmando que a análise do estudo de Ettori, em si, mostra uma tentativa de calcular o "custo total" da citricultura de fins da década de 1950, portanto, do pós-guerra e antes da sua "industrialização", ou melhor, da constituição das indústrias de suco concentrado de laranja. Por outro lado, a "industrialização" da agricultura paulista já estava em processo, o que se mostra com a inclusão de produtos da indústria de bens de produção para agricultura (tratores, implementos, adubos, fertilizantes e pesticidas) nos cálculos.

Se a própria inclusão desses elementos como investimentos necessários, materializados em dispêndios em dinheiro para realizar as mercadorias daquela indústria, força a racionalizá-los como custos, precisamos pensar ainda na consolidação do processo de formação de técnicos e agrônomos que teorizam e fazem estudos sobre esse uso e sobre essa precificação, que se generalizam e disseminam as próprias práticas.

Mais uma vez sob risco de perder a paciência do leitor, incorreremos noutras duas breves digressões sobre esse processo de industrialização por substituição de importações que acaba por atingir elementos do capital produtivo para a agricultura, transformando-a, paralelamente ao processo de institucionalização da formação técnica e superiora de trabalhadores complexos voltados para pensar e agir sobre a mesma agricultura que se moderniza.

A constituição da "técnica" da citricultura técnica

Ao discorrermos anteriormente sobre a constituição da Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz, buscamos relacioná-la à geração de bacharéis da segunda metade do século XIX. Ao longo das primeiras décadas do século XX, no entanto, as instituições já não tinham o mesmo caráter privativo e o interesse bacharelesco das anteriores e, ancoradas no financiamento de suas atividades pelo fundo público, iam gradativamente sendo reformuladas.

Tais escolas e institutos, formados, a princípio, com professores estrangeiros ou jovens brasileiros que estudaram em faculdades estrangeiras logo começariam a formar suas primeiras turmas. A figura do técnico, assim, começava a se fazer notar: "Finalmente, uma figura relativamente nova era a do técnico, que prestava serviços ao produtor, funcionando muitas vezes como vendedor de mudas, sementes, livros técnicos e outros insumos" (Hasse, 1987; 52).

Das primeiras turmas formadas em Piracicaba sairiam personagens que modificariam, de certo modo, a citricultura que se experimentava à época, em bases técnicas semelhantes às da experiência pioneira de Mário de Souza Queiroz e Edmund Hess. Entre eles, cabe mencionar, por exemplo, os casos de Felisberto Camargo, Philippe Westin Cabral de Vasconcellos e Fernando Costa. Da primeira turma de Viçosa – MG, mencionaremos o caso de Francisco Ferreira de Medeiros.

Felisberto Camargo, que aparece aliás nos agradecimentos feitos por João Dierberger Jr, ao final de seu relatório (porque teria assessorado aquela experiência), depois de formado em Piracicaba, faria um curso de especialização em cítricos em Riverside, na Califórnia, assumindo, em 1926, a direção da Estação de Pomicultura de Deodoro, no Rio. Depois viria para trabalhar no Instituto Agronômico de Campinas e seria, por nomeação do Secretário de Agricultura Fernando Costa, o primeiro diretor da Estação Experimental de Citricultura de Limeira, ligada ao IAC (Hasse, 1987; 88).

Philippe Westin C. de Vasconcellos se tornaria professor de Horticultura da própria ESALQ, organizando, no início da década de 1920, o bosque da escola e desenvolvendo variedades de laranja como a baianinha de Piracicaba e a piralima (Hasse, 1987; 57-59). Viria a ser até mesmo diretor da Escola, posteriormente.

Já Fernando Costa se tornaria, ainda bem jovem, aos 27 anos, prefeito de Pirassununga e logo, em 1918, deputado estadual, tendo uma longa vida na política

estadual e dela se consagrando como responsável por diversos feitos, sobretudo como Secretário de Agricultura: reorganização do Agronômico, criação do Instituto Biológico, construção de uma "packing house" em Limeira, implantação das estações experimentais de Limeira e Sorocaba, além de uma grande reforma na ESALQ, quando se tornou Ministro da Agricultura, em 1937 (Hasse, 1987; 88; Torres, 1976; 98).

Francisco Ferreira de Medeiros, por sua vez, tendo estudado com o Prof. P. H. Rolfs, formado na primeira turma de Viçosa, retorna em 1927 para a pequena propriedade cafeeira do pai em Bebedouro, "onde abriu o primeiro viveiro tecnicamente bem conduzido" (Hasse, 1987; 62). Em 1929, tinha formado o primeiro grande pomar da cidade, com mudas trazidas de Viçosa. Logo venderia algumas para o Coronel Raúl Furquim e, em 1936, assumiria a direção do *Departamento de Fruticultura de Bebedouro* (Bray, 1974).

Desses casos levantados, vemos as trajetórias "exemplares" de quatro egressos das novas escolas de agronomia. O primeiro, especializando-se nos EUA, tornar-se-ia uma autoridade da técnica em citricultura, assumindo uma instituição de pesquisa e de apoio técnico. O segundo reproduziria a própria instituição de ensino superior onde se formou, mostrando a ascensão de formados substituindo gradativamente os quadros inicialmente recrutados no exterior. O terceiro representaria a trajetória típica do burocrata que assume funções técnicas no Estado, mas que politicamente colaborou para a expansão e melhoria do aparato educacional e técnico, abrindo, aliás, inúmeras portas para outros egressos das mesmas instituições (ver Torres, 1976; 99 e ss.). O quarto representa, antes, o caso de um pioneiro de uma nova citricultura, mas também do filho de pequeno proprietário que tenta uma alternativa à cafeicultura e que acaba assumindo também quadros menores na burocracia estatal, numa alçada municipal.

Por fim, faltou falar de outra personalidade importante do período que, entretanto, não se formou nas novas escolas, mas na tradicional escola de Coimbra, em Portugal, de onde voltou como agrônomo em 1903. Edmundo Navarro de Andrade é apontado por Hasse (1987; 88-92) como uma espécie de afilhado da família Prado, que subsidiou os seus estudos e, por Perecin (2004; 374), como um dos principais profissionais em agronomia no começo do século, tendo defendido uma tese no I Congresso de Ensino Agrícola do Estado de São Paulo, realizado em 1911.

Como técnico teria feito parte de uma comissão que estudou soluções para o problema da broca dos cafezais, em 1924, quando teria se interessado pela citricultura

como alternativa para os cafeicultores. A partir de então, entre 1928 e 1929, publicou uma série de artigos no jornal *O Estado de S. Paulo*, que ficaram conhecidos como a "campanha pela citricultura".

Reunidos depois em livro, os textos tratam de alguns aspectos que poderiam ser incluídos como parte dos custos de produção da laranja, embora os fizesse de maneira assistemática no que se refere a uma metodologia que os unificasse. Por isso, há artigos sobre derrubada de matas e preparo do solo, sobre sementes, sobre enxertos, sobre espaçamento entre as árvores, sobre variedades a serem escolhidas, sobre pragas. Todos esboçam os gastos com tais atividades e exortam os fazendeiros a se empenharem na plantação de laranjeiras, apresentando os preços conseguidos pelas frutas (Andrade, 1929).

Embora tenha se convencionado apresentar esses artigos jornalísticos como uma espécie de propaganda entusiasta do autor para a adesão dos cafeicultores à citricultura, Navarro de Andrade indicava para o problema de uma adesão impulsiva à citricultura, sem levar em conta uma compreensão e uma adoção das técnicas tidas como modernas para se obter uma citricultura lucrativa[35].

Indicava, pois, uma tendência a uma preocupação crescente com os aspectos da produção e comercialização que seriam, mais tarde, sistematizados e sintetizados em metodologias científicas de custos de produção, como a de Ettori (1957). Por outro lado, do ponto de vista do próprio "personagem", restaria indicar que Navarro de Andrade seria, em 1931, também nomeado, como Fernando Costa, Secretário de Agricultura, por um breve período de 9 meses, indicando, assim, a relação de um corpo técnico em formação com o alto escalão do governo estadual.

Dessa maneira, a formação desses personagens em cursos técnicos e superiores de agronomia e a constituição de institutos de pesquisa seriam fundamentais para a elaboração posterior das referidas metodologias, realizadas por pesquisadores dessas instituições. Hasse (1987), assim, enxergava esse processo como o início de uma

35 *"A citricultura é dispendiosa e a laranjeira não é planta que se cultive em centenas de milhares como o cafeeiro. Quem se quiser meter no negócio para ganhar dinheiro tem que seguir à risca o preceito castelhano: 'poco, pero bueno'. Além disto, a laranjeira não gosta que o dono more longe, nem que seja assíduo freqüentador de clubs ou morador em bonitos 'bungalows' em praias de límpidas areias. A preciosa laranjeira, como vinha, ama a sombra do dono.*

[...] São Paulo, não há dúvida, vai plantar alguns, talvez muitos milhões de laranjeiras, mas nem todas serão como café de 100 arrobas por mil pés. Muito laranjal há de perecer por falta de trato conveniente, por estouro de verbas ou coisas parecidas" (Navarro, 1929, in: Hasse, 1987; 89).

"citricultura técnica", entre 1929 e 1939.

Por sua vez, a constituição do referido aparato técnico do Estado de São Paulo seria, pouco tempo depois, apontado como responsável por diminuir os custos de produção dos citricultores e aumentar sua produção, sempre na comparação com a produção citrícola realizada no Rio de Janeiro, de maneira que um comentador, citado por Hasse, chegava a apontar a produção de laranja nas fazendas paulistas como tendo um custo de produção cinco vezes menor do que no Rio de Janeiro, então o principal centro produtor do país. As razões para essa "vantagem" incluíam o apoio técnico estatal[36], embora a Estação de Deodoro tenha se constituído antes do que a de Limeira.

Curiosamente, em estudos dos anos 1960, essa mesma citricultura paulista, centrada em Limeira, seria apontada como atrasada e pouco produtiva (cf. Ceron, 1969; e Bray, 1974). Do mesmo modo, assim como mostramos, no primeiro capítulo, as queixas de Waibel e Monbeig sobre a persistência do uso predatório do solo e de técnicas rudimentares, essa mesma exaltada "citricultura técnica" será posteriormente criticada como não sendo, na prática dos citricultores, suficientemente "técnica", nem "moderna", algo que deixaremos para discutir nas partes seguintes deste capítulo.

Não é o intuito dessa apresentação retomar, em pormenores, a história da citricultura paulista, que já esboçamos em outras partes desta tese. Por isso, deixaremos de indicar como a citricultura se desenvolveu pelo interior paulista durante os anos 1930 e como a guerra e a doença da "tristeza" fizeram-na mergulhar numa severa crise durante os anos 1940, para, nos 1950, procurar-se uma retomada dos plantios, mais centralizados em torno de Bebedouro, com novos patamares técnicos.

Uma menção ao papel dos técnicos que se formaram e trabalharam nos institutos de pesquisa, criados nos anos 1920 e 1930, fez-se necessária, no tratamento mais específico dado para a questão dos custos de produção porque suas pesquisas tiveram um impacto direto e relevante sobre as técnicas de produção e, conseqüentemente, sobre os custos dessa produção. Embora nem todo o "pacote" dos preceitos técnicos tenha

36 "Se era assim em São Paulo, no Rio nem se fala. Em geral, os citricultores não eram muito caprichosos e, depois que vendiam a safra, bem antes da colheita, não cuidavam dos pomares. Esse sistema fluminense de deixar o trabalho de colher por conta do exportador propagou-se por todo o interior paulista; mas, entre as duas regiões, havia uma diferença fundamental: o custo de produção cinco vezes mais baixo em São Paulo. Para isso contribuíam vários fatores: a influência do imigrante italiano, a tradição produtiva da fazenda paulista e a própria infra-estrutura técnica do governo do Estado, que chegou a provocar reclamações dos citricultores do Distrito Federal" (Hasse, 1987; 93-94).

sido adotado por citricultores, sobretudo o aporte estatal na pesquisa de variedades biológicas e no controle de pragas deve ser considerado como constitutivo da redução dos custos de produção. Especialmente no período acima aludido de crise, os estudos sobre variedades resistentes de frutas e de porta-enxertos resistentes à "tristeza" foram determinantes para tornar a citricultura novamente viável do ponto de vista econômico.

Um dos principais responsáveis por tal "recuperação" teria sido o chefe da Seção de Citricultura do Instituto Agronômico de Campinas, o agrônomo Sylvio Moreira, formado também pela ESALQ, que escreveu, em 1951, um célebre artigo que tratou dessa retomada, indicando mais uma vez que a atenção dos citricultores deveria se voltar principalmente para aspectos que diziam respeito aos custos de produção na citricultura.

> A consolidação econômica da citricultura no estado liga-se intimamente à redução (absoluta ou relativa) do custo de produção [...]. Tal abaixamento do custo de produção poderá dar-se através de melhoria "técnica" com conseqüente aumento da produção. A maioria dos problemas de técnica já encontrou solução adequada (Moreira, 1951; 11).

Embora atribuísse a demora na retomada dos plantios a uma espécie de trauma "psicológico" dos citricultores às perdas que tiveram nos anos anteriores, o artigo apontava um patamar de preços de mercado que estava três vezes superior aos de 1940. Assim, as técnicas que abaixassem os custos de produção deveriam garantir a obtenção de bons lucros. O agrônomo ainda dava outras sugestões para rebaixar os custos, incluindo a produção própria de mudas, o plantio intercalar de outras culturas entre as laranjeiras, nos anos de formação, e outros cortes nos custos de colheita, embalagem e transporte, que, entretanto, ficavam a cargo do comerciante, que, tendo bons lucros, não parecia se interessar por essas melhorias, segundo Moreira (1951).

Apenas no que se refere às sugestões aos produtores, entretanto, podemos ver o técnico se dobrando às práticas rotineiras, presentes na cafeicultura, por exemplo, para rebaixar os custos da produção. Tais práticas, como o cultivo intercalar, podiam, até mesmo, ser consideradas como contrárias a certos preceitos técnicos, mas, do ponto de vista econômico, podiam surtir efeitos.

Embora tratasse de alguns aspectos que compunham sugestões para a redução dos custos de produção, o estudo ainda não constituía uma análise sistemática desses custos, colocados em conjunto e possibilitando uma espécie de planejamento de toda a produção, a partir desses cálculos.

O estudo de Ettori (1957), sim, como observamos, propunha, de maneira

abrangente, essa sistematização, ancorada numa metodologia, por assim dizer, "científica" de uma economia agrícola que se institucionalizava, autonomizando-se como "campo" de especialização dentro da agronomia e dos referidos institutos. Passemos, brevemente, agora a pensar na dinâmica da própria ciência, para situar melhor a distinção entre o estudo de Ettori, por exemplo, daquele de Navarro de Andrade, e mesmo do de Sylvio Moreira (a meio caminho entre um e outro).

A autonomização da ciência e sua relação com a modernização, a burocratização e a espetacularização social

Afirmamos no início desta seção que Luís Martins, que desenvolveu a tese sobre a "geração parricida", era jornalista. Tendo sido marido de Tarsila do Amaral, após o rompimento dela com Oswald de Andrade, teve Luís Martins contato direto com a chamada "Geração de 1922", incluindo uma longa amizade com o "crítico de arte" Sérgio Milliet, cujo *Roteiro do café* analisamos no primeiro capítulo. Posteriormente, Luís Martins viria a se consagrar, de fato, como jornalista de *O Estado de S. Paulo*, no qual assinava uma coluna com as suas iniciais "L. M.", que teria certo prestígio por longos anos. Paralelamente, porém, a esse movimento de consagração profissional, a apresentação do livro revela, porém, uma trajetória que poderia ter levado Martins para uma carreira acadêmica.

Em sua autobiografia (*Um bom sujeito*), Martins teria retomado as críticas que a obra *O patriarca e o bacharel*, escrita nos anos 1940, recebeu de membros ligados às novas universidades e escolas superiores, como Roger Bastide, Wilson Martins e Fernando de Azevedo, que a teriam considerado por demais eclética para os novos "padrões de atuação intelectual". Porém, Gilberto Freyre teria aconselhado-o, em carta, a procurar o próprio Bastide ou o geógrafo Pierre Monbeig para orientá-lo em suas pesquisas; "conselho que, aparentemente, Martins nem cogitou seguir" (Martins, 2008; 11). Envolvido com o jornalismo, teria negligenciado, assim, o "cuidado" com a sua obra[37]. Cuidado esse que o "campo" científico requer, na concepção bastante

[37] O editor da segunda edição do livro de Luís Martins, Haroldo Ceravolo Sereza, no prefácio, especifica de maneira interessante os cuidados necessários com a obra no campo intelectual especializado: "Cuidar dela significa não apenas editá-la, mas 'defendê-la' em encontros, mesas-redondas, debates, seminários. Significa, também, ampliá-la por meio de novos estudos e textos,

consagrada de Pierre Bourdieu[38].

De maneira semelhante, o mesmo Roger Bastide "enquadraria" o jovem Florestan Fernandes no rigor metodológico científico, logo no início do seu curso de ciências sociais, em 1941. No primeiro ensaio escrito ao professor pelo aluno Florestan, de maneira autodidata e eclética, Bastide teria lhe dado uma nota baixa e rebatido que esperava "uma discussão sistemática do assunto e não uma reportagem" (Garcia, 2002; 71).

A reprovação da atitude do aluno, algo que não se restringia ao jovem Florestan, era compartilhada por outros professores da "missão francesa" que estabelecia a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da recém-criada Universidade de São Paulo (USP), como Claude Lévi-Strauss[39] e o próprio Monbeig[40]. A "missão" dos mesmos apareceria, para os jovens discípulos, como uma ruptura disciplinadora que se estabelecia com a chamada "cultura geral", no sentido de uma autonomização que a própria instituição encarnava, como sugere Sylvia G. Garcia:

> Não se trata de negar as diferenças teóricas, políticas e profissionais que distinguem os franceses entre si, mas de enfatizar a concordância em torno do diagnóstico da falta geral de especialização, sistematicidade e fundamentação dos estudantes, fruto, justamente, da inexistência de um espaço institucionalizado de produção do saber capaz de produzir e reproduzir profissionais especializados no manejo de técnicas de

---

responder academicamente a questões metodológicas feitas pelos piores críticos e, principalmente, pelos melhores leitores – coisa que Martins não fez. Significa buscar, em salas de aula ou em conferências, discípulos ou pelo menos leitores entusiasmados, capazes de passar esse entusiasmo adiante. Pensando psicologicamente, há nesse movimento que os acadêmicos conhecem tão bem uma espécie de prazer que os bons jornalistas acabam, muitas vezes, por conhecer em outra dosagem e intensidade. Houve uma concorrência entre o jornalista e o acadêmico no caso de Martins, e não há dúvida de que o acadêmico conheceu uma derrota diante do jornalista" (Sereza in: Martins, 2008; 12).

[38] Em sua espécie de autobiografia, Pierre Bourdieu sintetiza: "o espaço dos possíveis realiza-se nos indivíduos que exercem uma 'atração' ou uma 'repulsão', a qual depende do 'peso' deles no campo, isto é, de sua visibilidade, e da maior ou menor afinidade do habitus que leva a achar 'simpáticos' ou 'antipáticos' seu pensamento e sua ação" (Bourdieu, 2005; 55). Não temos dúvidas de que esse suposto campo autônomo tem relações intrínsecas com a "sociedade do espetáculo" (Debord, 1997) conforme sugeriremos ao longo dessa apresentação.

[39] Na crítica de Claude Lévi-Strauss, por exemplo, a contraposição não era exatamente entre jornalismo e ciência, mas entre moda (ou modismos) e doutrinas científicas: "queriam saber tudo, qualquer que fosse o campo do saber, só a teoria mais recente merecia ser considerada" (Garcia, 2002; 72).

[40] Na crítica de Pierre Monbeig ao comportamento dos alunos, por sua vez, a contraposição parecia ser entre uma filosofia fracamente embasada e o estudo sistemático da Geografia, partindo dos conhecimentos de aspectos naturais, como já analisamos no primeiro capítulo sobre o método regional em Monbeig: "À força de considerar unicamente generalidades, o estudante se esquece de que a geografia é uma ciência de base territorial; que é necessário essencialmente delimitar e descrever estes territórios; que ela não é um ramo da Filosofia, mas uma ciência que se liga mais às ciências naturais" (Monbeig, 1937, apud Limongi, 1989; 183).

investigação e de análise do pensamento crítico (Garcia, 2002; 75-76).

Conquanto jornalismo e ciência se contrapusessem como portadores de *modus operandis* distintos pela centralidade da "técnica" sistemática do pensamento para esses professores[41], Luís Martins também teria tido uma trajetória oposta à de Florestan Fernandes[42]. Porém, teria sido, em parte, exatamente pelo engajamento "sistemático" do grupo ligado ao jornal *Estado de S. Paulo*, em que Martins se fizera como jornalista, que esses mesmos "espaços institucionalizados" do saber teriam sido constituídos, durante a década de 1930, principalmente.

A relação que sugerimos é a do chamado "grupo do *Estado*" com um projeto de ascensão ao poder nacional, imbuído por uma espécie de "missão civilizadora" de uma República corrompida. Missão esta que seria feita pela educação, regenerando nossas elites e treinando as classes subalternas[43].

Enfim, no projeto que daí emerge surgiria uma hierarquia a ser instaurada na estrutura educacional em formação, na qual a universidade assumia função principal de formar tanto os dirigentes como o professorado para reproduzir as escolas primárias, secundárias e a própria universidade. Porém, o intuito declarado dessa hierarquia era o de formar primeiramente as classes dirigentes, a elite orientadora. A "instrução das massas" viria a seguir pela generalização do ensino primário, enquanto o secundário serviria para a formação das classes médias. De ambas, ocasionalmente, seriam "pinçados" elementos mais aptos a subir na hierarquia social. Enfim, uma ideia de sociedade e de mobilidade social, ancoradas no mérito e na racionalidade, subjazia ao

41 "Nascida do desencontro da tradição acadêmica francesa com a tradição cultural brasileira, essa perspectiva marcou a atuação docente dos franceses na Faculdade de Filosofia, investindo de significados mais precisos a polarização entre uma postura propriamente científica em face de áreas especializadas do conhecimento e uma cultura geral, muito imaginativa e pouco sistemática, que se desenvolve modelarmente no jornalismo" (Garcia, 2002; 75).

42 Sereza contrapõe as trajetórias de Florestan e Martins de maneira um tanto definitiva, minimizando a experiência de Florestan como colaborador do *Estadão*, emprego que, aliás, lhe teria sido conseguido por Sérgio Milliet (Garcia, 2002; 83). Diz Sereza: "[...] para voltar ao paralelo inicial, foi exatamente o oposto do que ocorreu com Florestan, que, desde os primeiros anos de faculdade escrevia constantemente nos jornais, mas que se afastou rapidamente de uma possível vida de jornalista para virar um sociólogo profissional" (Martins, 2008; 12).

43 Democracia e elite se compatibilizavam, assim, desde o *Inquérito da Instrução Pública*, feito por Fernando de Azevedo, em 1926, sob encomenda de Júlio de Mesquita Filho, diretor do *Estado de S. Paulo*. Naquele *Inquérito*, segundo Irene de Arruda Ribeiro Cardoso (1982; 28-30), uma nova *elite orientadora*, guiada por princípios maiores, permitiria desvincular a educação pública dos interesses partidários. Essa mesma elite esclarecida poderia transformar o ensino "num maravilhoso instrumento político de coesão". Ensino que deveria ser público também para permitir aquela desvinculação dos interesses particulares.

projeto[44]. O estado de São Paulo deveria tomar a dianteira desse processo[45].

Enfim, caberia à "comunhão dos paulistas" regenerar, pela educação, e, mais ainda, pela universidade, a República deturpada. Para tanto, o próprio "grupo do *Estado*" assumia a dianteira da mobilização dos seus pares por uma "corrente de opinião"[46], materializada numa série de campanhas ao longo da década de 1920 e mesmo antes. Tratavam-se de campanhas como a "pela República" (ainda como *A província de S. Paulo*), "contra a deturpação do espírito republicano", "campanha civilista", pela "regeneração dos costumes políticos", pelo "voto secreto", pela "autonomia de São Paulo".

O próprio grupo há que ser minimamente apresentado. Era formado por intelectuais ligados ao jornal, como Fernando de Azevedo, Plínio Barreto, Amadeu Amaral e o próprio Júlio de Mesquita Filho, e o jornal, entretanto, não se portava como um porta-voz direto do grupo, enquanto este era antes uma espécie de "partido ideológico", nos termos de Irene Cardoso (1982), mas que se institucionalizava de forma apartidária (embora ocasionalmente tenha apoiado o Partido Democrático e a Aliança Liberal) por meio das referidas campanhas. Assim, o jornal aparecia, sim, como porta-voz das campanhas em si, como defesa de valores superiores, independente dos interesses partidários:

> As "campanhas" vinham a ser o partido ideológico em movimento, do qual o *Jornal* era porta-voz. O partido ideológico estava expresso na Comunhão paulista ilustrada. Em suma, colocadas todas as mediações que foram aqui expostas, pode-se dizer que a

[44] "Trata-se de uma concepção piramidal da sociedade, onde a base, imensa, é formada pela massa, o espaço intermediário, pelas classes médias, e o cume, pela elite. O *Inquérito* tenta fazer a compatibilização entre a concepção democrática de sociedade e a teoria das elites, acentuando que a democracia consiste praticamente não no governo do povo pelo povo (o que, em última análise, seria uma ficção), mas no governo constituído por elementos tirados do povo e preparados pela educação" (Cardoso, 1982; 32).

[45] Além da centralidade da educação e, dentro dela, da universidade, como aparecera no *Inquérito*, agora acima dela, o estado de São Paulo aparecia como um estado-chave, que conduziria a uma nova sociedade, de caráter nacional e acima do horizonte restrito das oligarquias regionais, conforme ficava claro no livro *A crise nacional*, de Júlio de Mesquita Filho, publicado antes em 1925 no próprio jornal. Preceitos semelhantes já haviam sido declarados pelo mesmo autor no documento "A comunhão paulista", de 1922, que criticava a política das oligarquias, e atribuía aos paulistas uma missão superior, de formação da nacionalidade.

[46] "A primazia da Universidade sobre os demais níveis do ensino deve-se ao fato de que é nela que se forma a elite dirigente indispensável à obra de regeneração política da nacionalidade, capaz de propor um projeto que seria assimilado e propagado por uma 'corrente de opinião' constituída pela classe média formada pelo ensino secundário. É importante que se retenha que o controle da Universidade, por um determinado grupo, implica o poder de propor e reproduzir um determinado projeto político para a sociedade. É dentro desta proposição que a Universidade aparece como ponto nuclear do projeto da Comunhão" (Cardoso, 1982; 42).

> Comunhão paulista ilustrada é a representação ideológica que o "grupo do *Estado*" faz de si mesmo, quando assume a postura do partido ideológico" (Cardoso, 1982; 46).

Assim, poderíamos incluir aí o caso da *campanha pela citricultura* que anteriormente apontamos como capitaneada por Edmundo Navarro de Andrade, em artigos no mesmo jornal, entre 1928 e 1929, no sentido de uma campanha que visava à transformação de uma sociedade embasada economicamente, sobretudo, na monocultura cafeeira. Uma citricultura que se propagandeava como assentada em preceitos técnicos, superiores à cultura geral vigente que reproduzia em maneira extensiva a cafeicultura da época.

No plano mais geral, vê-se nesse período o grupo oscilando entre apoios a diferentes partidos e movimentos que expressavam, de alguma maneira, algumas de suas plataformas, chegando mesmo a apoiar a chamada "via revolucionária" de Getúlio Vargas, em razão do fracasso da "via eleitoral" no pleito de 1930, em meio à crise econômica atribuída também às oligarquias no poder. Com o objetivo mais amplo de "regenerar a República", o "Estado-maior intelectual" (ou "partido ideológico") chegava a assumir o lado da Revolução, na "campanha pela reconstrução nacional" (Cardoso, 1982; 82-90).

A Universidade de São Paulo seria, posteriormente, criada em 1934 (Decreto estadual no. 6.283, de 25 de janeiro). Sua criação tem relação com esse apoio inicial dado a Vargas, como também teria relação com a unidade da "comunhão paulista" reforçada no movimento de 1932. Por outro lado, dizia respeito, ainda, à intensificação de um movimento em prol da educação de maneira ampla, que ganhara corpo nos anos 1920.

Em 1931, o Governo Provisório de Getúlio já havia baixado um decreto (Decreto 19.851, de 11 de abril) que definia o estatuto das universidades brasileiras, colocando-as como centrais na estrutura do ensino superior, e subordinando todavia as mesmas ao Conselho Nacional de Educação e ao Ministério da Educação, dirigido à época por Francisco Campos. Tal subordinação (num claro exemplo do processo amplo de centralização política do governo provisório), entretanto, bloquearia o projeto da universidade da chamada Comunhão Paulista e o jornal silenciou sobre o Decreto e sobre a Reforma do Ensino Secundário que o seguiu. Como também o grupo viria a se opor à Reforma do Ensino Primário, elaborada pelo médico e educador Miguel Couto, no mesmo ano.

Nesse clima de oposição, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* seria

publicado no *Estado de S. Paulo*, em 20 de março de 1932, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por mais de 25 intelectuais (incluindo Júlio de Mesquita Filho). A partir dele surgiria um movimento de reconstrução ampla da educação, assim como também o Projeto da Universidade de São Paulo coadunava com as ideias expressas naquele documento. O mesmo Fernando de Azevedo redigiria o projeto da Universidade, embora não fosse considerado como um intelectual exclusivo do núcleo do "grupo do *Estado*".

Esse percurso, no entanto, não se deu senão mediante a tensão latente entre o movimento de centralização política encetado pelas medidas de Getúlio e a recorrente reação, em prol da autonomia de São Paulo, ou em defesa da nomeação de um interventor paulista e civil, ou em defesa de políticas conduzidas por paulistas. Tensão que se explicitaria no movimento de julho de 1932. A Revolução de 1932, que unificaria as muitas tendências políticas (incluindo o Grupo), é um marco do contraponto paulista ao governo provisório que se perpetuava no poder.

A guinada, a partir de 1933, de Getúlio no sentido de acalmar os ânimos, retomar o vigor da produção cafeeira e construir um "compromisso"[47] com os paulistas culminaria na escolha dos nomes de Fernando de Azevedo para Diretor Geral para a Instrução Pública de São Paulo, e, finalmente, de Armando de Salles Oliveira, engenheiro formado pela Escola Politécnica e presidente, desde 1927, do "grupo do *Estado*", para assumir a Interventoria do Estado. A Constituição de 1934 era, de certo modo, uma resposta ao fundamento do levante paulista; a Universidade, a coroação do projeto do grupo em questão.

Na formação da Universidade, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) aparece como "núcleo fundamental do sistema universitário e a instituição de alta cultura com a função superior de levar uma 'elite de homens de talento [...] ao estudo desinteressado das questões que pairam nas altas esferas" (Cardoso, 1982; 123).

Paralelamente, em 1933, também seria formada, pelo industrial Roberto Simonsen, a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), recrutando antes professores norte-americanos da Escola de Chicago, num intuito de formar "técnicos com

[47] É interessante que o termo usado à época e aqui retomado em Cardoso (1982) de "compromisso" é o mesmo que Nunes Leal (1976) usou para caracterizar a política do coronelismo, característica da Primeira República, que, neste momento, vivia o seu capítulo final. Como observaremos adiante, esse "compromisso", contraditoriamente, acabaria por reforçar os processos de centralização getulista, exatamente num momento em que esse mesmo processo carecia de "tomar fôlego" para avançar.

competência administrativa" (Limongi apud Jackson, 2007; 38). Aparentemente, esse movimento se atrelaria mais aos interesses (mais conservadores) do PRP, enquanto a USP encarnaria o projeto (mais liberal) do PD, havendo entre elas certa competição[48]. Entretanto, ressaltamos aqui certa autonomia relativa entre os "mentores" do projeto da USP e a política partidária estrita da época, embora houvesse certa familiaridade de temas entre o grupo em questão e aquele movimento de crítica ao PRP, capitaneado, num momento, pelo PD.

A recapitulação dessa história se articula com as recapitulações anteriores quando notamos a incorporação na nova Universidade de instituições sobre as quais vínhamos discorrendo. No que tange diretamente à agricultura: a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, o Instituto Agronômico de Campinas, o Instituto Biológico, além das demais instituições de ensino superior, como a Faculdade de Direito e a de Medicina, a Escola Politécnica, além de uma série de outras escolas, institutos e museus[49]. Por outro lado, articula-se como história das personificações dos discursos sobre a formação e sobre a modernização brasileira, cujo debate reformulamos ao longo de toda essa tese.

É preciso, nesta recuperação, ter em mente que a ideia de uma formação superior de "elites orientadoras" previa a constituição de uma instituição (a Faculdade de Filosofia, como era chamada a FFCL) que se colocava acima dos ensinos especializados técnicos das unidades atreladas à universidade, como o lugar da formação de um pensamento *autonomizado* da cultura geral vigente e também da burocracia tecnocrática

[48] Conclui Jackson, que elabora essa hipótese: "De tal modo, embora as instituições viessem a se autonomizar progressivamente dos objetivos políticos envolvidos na criação de ambas, assumindo orientação cada vez mais acadêmica, é provável que a ELSP significasse para a USP, desde os primórdios, a promessa de um projeto politicamente conservador e intelectualmente limitado" (Jackson, 2007; 38).

[49] Incorporação esta que não queria dizer que tais instituições estivessem organicamente atreladas à missão maior conferida ideologicamente à universidade, havendo inclusive resistência de algumas delas, segundo Limongi: "A incorporação das ditas 'faculdades profissionais' ao projeto não parece ter sido objeto de negociações e contatos estreitos. Quaisquer que tenham sido estes contatos, é certo que da parte destas não há quer um comprometimento anterior com a idéias, quer a iniciativa e o envolvimento profundo com esta causa que notamos entre os 'educadores profissionais'. No máximo, pode-se apontar este ou aquele professor com ligações com a campanha, como o próprio Dória e Porchat na Faculdade de Direito, ou Dreyfus na Medicina. No caso da Politécnica, as informações disponíveis apontam a existência de conflitos com os princípios da universidade que veio a ser criada. [...] De outro lado, ao serem equiparados em representação aos Institutos de Educação, Biológico, Agronômico, as 'faculdades profissionais' perderam a possibilidade de liderar a redação do projeto" (Limongi, 1989; 156).

de estado[50], o que talvez explicite o movimento que levava à imposição do pensamento sistematizado das gerações seguintes, conforme observamos na distinção que se impunha entre jornalismo e ciência[51], no discurso de então. Em contraponto à nova instituição, segundo Limongi (1989), aquelas faculdades e institutos anteriormente estabelecidos, eram chamados de "faculdades profissionais".

Por outro lado, Fernando Limongi (1989) afirmaria que, durante os primeiros anos após a constituição do ensino superior nestes novos moldes, a formação do professorado esteve parcialmente bloqueada pela institucionalização lenta da estrutura de ginásios e escolas do ensino secundário[52], de modo que muitos dos alunos formados acabavam se engajando na própria universidade, sobretudo substituindo os professores estrangeiros que iam retornando aos seus países de origem[53]. De fato, a universidade se impunha como hierarquicamente superior, ao menos no financiamento público à institucionalização do ensino em São Paulo, e numa perspectiva também profissional para os seus egressos.

Entretanto, a "clientela" dessa faculdade (FFCL) concebida para formar as "elites orientadoras", ao menos nos primeiros anos, não seria exatamente a elite, que continuava, em grande parte, sendo formada pelas prestigiosas faculdades e escolas "profissionais", sobretudo nas de Direito, Medicina, Politécnica e, mais recentemente, na ESALQ. Comissões e bolsas de estudos se fizeram necessárias para atrair alunos de outras camadas sociais, em geral normalistas, que viam, na carreira acadêmica, também

---

[50] Nos termos de Fernando de Azevedo, constantes do projeto, recuperados por Irene Cardoso: "O ensino realmente universitário é caracterizado pela formação de 'homens verdadeiramente eminentes, não para um quadro profissional restrito, não para funções técnicas determinadas, não para as 'sociedades secundárias' ou grupos ocupacionais em que se secciona a sociedade geral, mas para a filosofia, as letras e as ciências, para as atividades desinteressadas, nos diversos domínios do saber humano, para a coletividade em geral, para o país e a civilização" (Cardoso, 1982; 124).

[51] Essa separação das atividades "desinteressadas" daquelas que, por oposição e nas entrelinhas, podem ser consideradas como "interessadas", corresponderia à caracterização da dupla dimensão social do intelectual, para Pierre Bourdieu, tal qual recuperada por Sylvia G. Garcia (2002; 14). Por um lado, seria produtor cultural, por outro, líder moral e político. Oscilando, assim, entre a defesa da autonomia do seu "campo" e a participação social, ou o engajamento político.

[52] "A ênfase no ensino concentrava-se na educação superior, expressa na criação da USP, e não encontrou contrapartida em investimento similar no ensino médio. [...] Na verdade, o ensino médio público só viria a se expandir nos anos 50" (Limongi, 1989; 182).

[53] "No interior deste cenário, entende-se por que as verdadeiras perspectivas profissionais abertas pela nova faculdade acabam por se voltar para o preenchimento de posições em aberto na própria instituição. Ou melhor, em função da presença de professores estrangeiros quando do início de suas atividades, tratava-se de assumir os postos de iniciadores desta ou daquela tradição de trabalhos científicos" (Limongi, 1989; 184).

uma oportunidade de ascensão social, inclusive para filhos e netos de imigrantes (Limongi, 1989; 169-174).

Particularmente ao caso analisado do projeto de educação hierarquizada que vimos, a história de Florestan Fernandes poderia ser considerada como a do elemento "pinçado" entre as classes baixas para ascender na estrutura acadêmica, compondo a necessária mitologia do *self-made man*, que o próprio Fernandes descreveu com bastante lucidez: "Um mito que obscurece a verdadeira história, feita 'de desagregação familiar, de sacrifícios, de trabalho duro, vivida por uma multidão de anônimos'" (Garcia, 2002; 25).

O poder dessa ideologia, justamente criticada nos termos de Florestan, não estaria, entretanto, apenas em forjar o ideal da possibilidade de ascensão social. Ela se coadunava com a possibilidade de fato, ainda que muito restrita, de uma inserção numa profissão que se estabelecia com o próprio estabelecimento de tais instituições de ensino. O professor, assim, pode ser socialmente considerado como um trabalhador, cuja força de trabalho é "complexa" em relação ao trabalhador ordinário, peão de obra ou trabalhador rural. Constituirá mais um elemento social das chamadas camadas médias urbanas, cujo prestígio espetacularizado viria a ser bastante reforçado nas décadas posteriores.

Sua formação mais prolongada requer, ao menos num âmbito da aparência social real, o "trabalho duro" e o "sacrifício", tanto do aluno como do Estado (em financiá-lo), mas, diferente de um técnico agrícola ou de um agrônomo, o cômputo do seu trabalho socialmente necessário médio será mais difícil de ser auferido. Passa a ser personagem essencial da reprodução social, enquanto cumpre sua função de preparação da força de trabalho para as supostas necessidades futuras do capital e para o disciplinamento também para uma vida progressivamente mais urbana. Entretanto, a compreensão de seu trabalho como produtivo, no sentido estrito da palavra, faria-nos cair numa controvérsia que evitaremos a esta altura.

De todo modo, a constituição de uma classe que, autonomizada do senso comum, tem a autoridade para criticá-lo, terá peso no processo de modernização. Ao mesmo tempo, a constituição de camadas médias urbanas, logo feitas consumidoras de mercadorias produzidas em massa pelo fordismo mundial, terá relevância na constituição de um modo de vida socialmente médio (nem tão pobre, nem tão aristocrático; trabalhador, sem propriedade dos meios de produção, mas não

necessariamente produtor de mercadorias), alçado ao patamar de modelo de sociabilidade, numa "sociedade de classe média" (Sholz, 2008).

*

De tudo o que foi dito, a autonomização da ciência representa, numa instância, parte da estruturação da sociedade do espetáculo em São Paulo e no Brasil. Tem-se, assim, constituição de uma parcela da sociedade com o "prestígio" da nomeação, conferido aliás inicialmente pelo Estado, para dizer, a partir de seu distanciamento dos interesses mundanos e da cultura geral, o que a sociedade é e, além do mais, o que deveria ser.

> Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da *nomeação* legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxinomias instituídas, como os títulos (Bourdieu, 1989; 146).

Esse distanciamento (ainda que em si totalmente questionável na prática) não podia, como vimos, ser observado nas gerações anteriores de bacharéis. A partir do momento em que a reprodução da vida dos intelectuais possa se dar mediante a reprodução dessas novas instituições, de fato a aparência de autonomia pode ser reiterada pela possibilidade de viver com o salário ali provido, mas também (e não menos importante) nas práticas discursivas e pedagógicas que conferem legitimidade àqueles que personificam a nova instância social.

Mesmo a crítica ao bacharelismo como a feita por Buarque de Holanda, embora este também viesse a assumir uma cadeira de professor de História na FFCL, seria rebaixada metodologicamente a um equivalente de literatura pela sua falta de rigor sociológico pelo mesmo Florestan Fernandes, este sim já devidamente formado nos novos patamares de cientificidade. A própria forma do *ensaio*, tão característica das obras que marcaram o período anterior, seria questionada, bem como muitos dos seus temas e da abrangência da análise. Enfim, entre 1940 até 1970, as novas gerações de egressos da USP (e também da ELSP) e de intelectuais "especializados" marcariam novo "corte" com as gerações anteriores, de 1920 e 1930[54] (embora tenham sido

[54] Apoiamo-nos nesta afirmação na proposição de Luís Carlos Jackson (2007), que, retomando a resenha de Florestan sobre *Raízes do Brasil*, elabora sobre a geração de sociólogos formados por Fernando de Azevedo e Roger Bastide, colocando uma centralidade nas figuras (um tanto contrapostas) de Florestan Fernandes, como entusiasta de um programa cientificista da universidade, e Antonio Candido, como mais aberto a certo sincretismo metodológico. No grupo posteriormente liderado por Fernandes (que incluía nomes como Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Marialice Forachi), Jackson via menos uma ruptura

decisivamente influenciados por elas).

O discurso da técnica e da modernização das relações sociais se impõe na pretensa neutralidade e no rigor do método científico, que já vimos estruturando a crítica do Estado coronelista, da agricultura cafeeira (monocultura extensiva, etc.), do povo sem instrução e de todas as demais mazelas do Brasil. Assim compreendemos esse movimento em prol da Universidade e da ciência – diferentemente dos comentadores desse processo, de que nos valemos até aqui para expor essa passagem – como o "monólogo laudatório" do espetáculo imposto:

> O espetáculo é o discurso ininterrupto que a ordem atual faz a respeito de si mesma, seu monólogo laudatório. É o autoretrato do poder na época de sua gestão totalitária das condições de existência. A aparência fetichista de pura objetividade nas relações espetaculares esconde o seu caráter de relação entre homens e entre classes: parece uma segunda natureza que domina, com leis fatais, o meio em que vivemos (Debord, 1997; 20).

Essa "aparência fetichista de pura objetividade nas relações espetaculares" é o que estamos apontando para o discurso acadêmico da geração de intelectuais que se formaria nas novas instituições de ensino superior que abordamos. Vimos, por um lado, um discurso embasando novas técnicas produtivas para a agricultura, que, no momento de constituição da Universidade, passará a ser contraposto a certo discurso acadêmico, desinteressado (de interesses partidários, em geral) e "superior", assim como o discurso jornalístico passava a ser minimizado, na sua ausência de "sistematicidade".

Por outro lado, observamos a nova importância que os detentores de um meio de comunicação de massas passam a ter, embora fossem eles também oriundos de famílias de fazendeiros, fossem eles bacharéis ou egressos das novas instituições escolares paulistas, como também viessem a personificar cargos superiores na burocracia estatal e institucional. Enfim, a autonomia relativa da imprensa e do grupo que a dirigia evidenciava-se questionável. Ainda assim, sobressai o peso das "campanhas" do jornal como "formadoras de opinião pública", o que em si delineia um processo de constituição do senso comum espetacularizado (com a devida concorrência espetacular para monopolizá-lo), distinto do que antes apontamos para os fundamentos do coronelismo e seus "compromissos".

---

com os temas propriamente ditos do que uma afirmação "pela renovação de métodos, teorias e fundamentos empíricos" (2007; 34). Mas também a aproximação às interpretações derivadas da obra de Caio Prado Jr. conduziriam o grupo a formulações sobre a "modernização brasileira", articulada a uma perspectiva de totalidade econômica, que diferiria radicalmente das escolhas do grupo que seguira atrelado às temáticas culturais que Roger Bastide privilegiara, dentre eles Antonio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Os discursos, dessa forma, se autonomizavam, à medida que se autonomizavam as instituições "nomeadas" socialmente para monopolizá-los. Por isso, faz sentido a recuperação da distinção de trajetórias de vida, a partir de um referencial formativo comum, como a que vimos, a partir dos egressos da Escola Superior de Agricultura. Uma análoga separação como a que se observa na divisão social do trabalho, acaba se verificando na divisão intelectual do espetáculo: "No espetáculo, uma parte do mundo *se representa* diante do mundo e lhe é superior. O espetáculo nada mais é que a linguagem comum dessa separação[55]" (Debord, 1997; 23).

Assim, embora aparentemente o trabalho complexo seja redutível ao trabalho simples, como igual trabalho abstrato, igualado socialmente nas trocas (de tempo de trabalho por salário, no caso)[56] como trabalho social médio simples, deixamos sugerido um desdobramento do fetiche da mercadoria que coloca, de maneira espetacularizada, a mercadoria força de trabalho especializada como equivalente de capital.

Isto é, a recusa ao seu consumo imediato em prol de uma formação mais prolongada, equivaleria a uma suposta acumulação de capacidade produtiva, permitindo uma justificativa social a um salário mais elevado (justificativa aliás equivalente à do lucro na Economia Política clássica). O título acadêmico ou da escola técnica, assim, ratificaria o "capital simbólico, social" do trabalhador complexo, representando à sociedade a propriedade particular da técnica adquirida, como equivalente de meios de produção intelectuais. Embora não formule a questão como um desdobramento do

---

[55] Na concepção de Debord, porém, o espetáculo parece decorrer da generalização da forma–mercadoria (1997; 30-32). Conquanto viéssemos assumindo a perspectiva, nesta tese, de um processo de generalização da forma social em curso na sociedade brasileira, temos que compreender o espetáculo, a esta altura, nos anos 1930 e 1940, como estando em processo de constituição.

[56] É assim que, a princípio, Marx considera o trabalho complexo como trabalho simples multiplicado, ainda que trabalho abstrato como outro qualquer: "Observamos anteriormente que para o processo de valorização é totalmente indiferente se o trabalho apropriado pelo capitalista é trabalho simples, trabalho médio ou trabalho mais complexo, trabalho de peso específico superior. O trabalho que vale como trabalho superior, mais complexo em face do trabalho social médio, é a exteriorização de uma força de trabalho na qual entram custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho e que, por isso, tem valor mais elevado que a força de trabalho simples. Se o valor dessa força é superior, ela se exterioriza, por conseguinte, em trabalho superior e se objetiva nos mesmos períodos de tempo, em valores proporcionalmente mais altos. Qualquer que seja, porém, a diferença de grau entre o trabalho do fiandeiro e o do joalheiro, a porção de trabalho com que o joalheiro apenas repõe o valor de sua própria força de trabalho não se distingue qualitativamente, de modo algum, da porção de trabalho adicional, com que gera mais-valia. Depois como antes, a mais-valia resulta somente de um excesso quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, que é em um caso o processo da produção de fios, em outro, o processo de produção de jóias" (Marx, 1985, I, cap. 4; 162).

fetiche da mercadoria, Pierre Bourdieu (1989) descreve bem as implicações sociais da formação do trabalho complexo, para bem além da esfera produtiva, o que permite seu "desvio" em direção à compreensão do espetáculo:

> Mas a lógica da nomeação oficial nunca se vê tão bem como no caso do *título* – nobiliário, escolar, profissional –, capital simbólico, social e até mesmo juridicamente garantido. [...] O título profissional ou escolar é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-precebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo). Cada vez mais indissociável do título escolar, visto que o sistema escolar tende cada vez mais a representar a última e única garantia de todos os títulos profissionais, ele tem em si mesmo um valor e, se bem que se trate de um nome comum, funciona à maneira de um grande nome (nome de grande família ou nome próprio), conferindo todas as espécies de ganhos simbólicos (e dos bens que não é possível adquirir diretamente com a moeda) (Bourdieu, 1989; 148-149).

Sugeriremos, entretanto, ao longo deste capítulo, como a própria expansão da educação e da formação massificada de trabalhadores "complexos" tende a produzir uma redundância desses critérios de avaliação social, no sentido da criação progressiva de uma superpopulação relativa também de trabalhadores "complexos", paralela ao processo imanente de crise do capital como um todo. Processo esse que pressionará no sentido de redução de salários, mas também do "prestígio" derivado da propriedade (antes oligopólica) dos referidos títulos. Ao final deste capítulo teremos desdobrado os fundamentos econômicos dessa crise que, aqui, aparece como apenas sugerida.

De certa forma, com tal proposição estamos questionando a suposta autonomia do trabalho complexo, socialmente institucionalizado, que Bourdieu (1989) parece afirmar, compreendendo-a nós antes como autonomização, cuja relação com o financiamento do prestígio social aparece sobretudo nas situações de crise:

> É a raridade do título no espaço dos nomes de profissão que tende a comandar a retribuição da profissão (e não a relação entre a oferta e a procura de uma certa forma de trabalho): segue-se daqui que a retribuição do título tende a tornar-se autônoma em relação à retribuição do trabalho (Bourdieu, 1989; 149).

Assim, poderíamos sugerir um processo de constituição dessas instituições educacionais, compreendendo-as como espécies de "fábricas de trabalho complexo", internalizando a produção antes localizada na Europa dessa parte da personificação de elementos dos meios de produção produzidos. A produção de trabalho complexo anda junto, assim, com as novas necessidades sociais de representação e de transformar mais-valia em capital em outros setores. A reprodução dessas mesmas instituições, portanto, tende, ao menos teoricamente, a generalizar o trabalho "complexo".

Na medida em que a educação se generalize, ao menos formalmente, a superpopulação relativa de trabalhadores "complexos" tenderia, também, a reduzir

paulatinamente o trabalho complexo a simples e o simples a complexo. A permanência de elementos de diferenciação, como os apontados por Bourdieu (1989) para os títulos, deve ser encarada, assim, como uma questão a lidar com a constituição progressiva de uma relativa equivalência entre o trabalho complexo e o simples, expressando talvez formas de lidar com as hierarquias em crise no plano econômico?

Neste momento da análise, no entanto, esta mesma crise não parecia estar desdobrada, sobretudo para o caso brasileiro. De todo modo, a recuperação da história de instituições de ensino técnico e superior teve, principalmente, o intuito de pensar no processo de autonomização da formação daqueles que viriam a personificar a técnica e as novas formas tecnificadas, cada vez mais exigidas pela reprodução social.

A ressalva que achamos por bem fazer, antes de concluir essa parte, diz respeito à possibilidade de, numa universidade pensada para abrigar um suposto pensamento "livre de interesses", criar-se realmente um pensamento que tenha ido além daquele que compreendemos aqui como *dualista*. Dualismo este que viria a embasar toda a ação de um Estado planejador, ao formular um modo de pensar que constantemente indica o "atraso", por fundamentos "técnicos" de análise, e aponta-lhe o caminho para a modernização. Indicamos, assim, poder ser formulada uma superação desta forma de pensamento a partir da concepção de Prado Jr. (2000) sobre o "sentido da colonização", embora o mesmo Prado Jr. (1969) aparentemente visse o "período colonial" como algo a ser ainda superado, de modo que este adquirisse também aí uma conotação de atraso.

Conclusão parcial: A centralização política em processo e as novas bases da industrialização

Finalizaremos esta primeira parte do terceiro capítulo com uma breve recapitulação do processo de centralização política que se deu a partir do fim dos anos 1930, durante a ditadura Vargas, para introduzir rapidamente a questão da industrialização que será ponto de partida para a discussão posterior da industrialização da agricultura, em particular da citricultura, a partir dos anos 1960 e 1970. Além disso, ela permite concluir sobre um processo que passava por uma burocratização social, paralelamente à habilidosa condução da política regional e ao reforço do Exército nacional.

Não entraremos nos pormenores dessa condução da política pelo governo central, ainda que tenhamos que deixar claro que a postura conciliatória de Getúlio com os paulistas (em particular com o "grupo do *Estado*") tenha contribuído para a consolidação de uma burocracia centralizada, que posteriormente viria a prescindir do apoio integral desses aliados[57]. No golpe que instaura o Estado Novo, em 1937, se daria uma espécie de "ruptura" com uma fase inicial. O processo de centralização, burocratizando o "espaço organizacional e decisório" seria, entretanto, gradual e estaria incompleto mesmo ao final dos sete anos de ditadura. Não houve, como talvez se pense, um desmantelamento abrupto da velha ordem pela imposição de um Estado forte e centralizado, "mas sim uma redefinição dos canais de acesso e influência para a articulação de todos os interesses, velhos ou novos, com o poder central" (Souza, 1990; 85).

Maria do Carmo Campello de Souza (1990) afirma que, em geral, as elites permaneceram com influência nas decisões políticas, como aliás vínhamos observando no caso paulista, porém, proibidos os partidos políticos, a partir de 1937, passaram a ter

[57] A aparência de liberalismo radical na formação pela USP dos futuros líderes, no entanto, seria, de acordo com Cardoso (1982), uma imagem ideológica construída posteriormente, nos anos 1940. O apoio à ditadura Vargas, no período entre 1933 e 1937, seria reforçado na cruzada (não mais campanha) anticomunista propagandeada no veículo de imprensa, após a Intentona de 1935. O compromisso com o governo provisório teria permitido a consolidação no poder do grupo de Salles de Oliveira, interventor até fins de 1936, mas sobretudo reforçava a institucionalização das medidas de caráter autoritárias e centralizadoras de Vargas. Com o apoio dos paulistas, um projeto "anti-regionalista" se impunha. Em 1937, o compromisso seria quebrado com a candidatura à presidência de Armando Salles de Oliveira. A perpetuação do "estado de guerra" impediria tais eleições e instituía, a partir de então o "Estado novo".

que lidar com os mecanismos de acesso interpostos pela nova "máquina" administrativa que já vinham sendo compostos basicamente pelas interventorias, porém, em 1938, subordinadas ao DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público –, por sua vez, ambos sujeitados ao presidente. Assim, Souza afirma uma centralidade do DASP na nova estrutura de poder burocrático como "um cinto de transmissão entre o Executivo federal e a política dos estados" (Souza, 1990; 86).

Em parte por isso, Ibarê Dantas (1987) acerta ao prolongar a discussão de Victor Nunes Leal sobre o coronelismo para além da Revolução de 1930. O que teria se instaurado a partir de então seria um processo longo de subordinação das bases do "compromisso coronelista", a começar com o papel das interventorias de contraditoriamente tentar conter um "poder extra-legal no âmbito municipal" (Dantas, 1987; 27), apoiando-se em outro.

No que se refere às interventorias, assim, observa-se uma tensa relação dos interventores com os grupos de poder regionalmente estabelecidos, de modo que em geral a escolha tenha se dado em torno de disputas internas que pré-existiam, destituindo as "situações" no poder em 1930 e colocando as "segundas forças" locais, que assim se fortaleciam pelo apoio do governo central à medida que permitiam diminuir "boa parte dos empecilhos à centralização política" (Souza, 1986; 88).

Em São Paulo e em outros estados, por exemplo, Getúlio institucionalizou um rodízio de interventores, com o intuito de impedir o "encastelamento" dos novos grupos dirigentes. No Norte e Nordeste, em geral, membros do movimento tenentista, subordinados a Juarez Távora, mantiveram as interventorias por períodos mais extensos. De todo modo, os interventores estavam sujeitos aos órgãos paralelos de administração central[58]. Por sua vez, modificavam gradativamente os esquemas tradicionais de votos, ao mesmo tempo em que ainda se apoiavam nos poderes locais de coronéis para respaldar o próprio regime autoritário de Getúlio (Dantas, 1987; 29-30).

Mesmo a "nomeação" anteriormente em vigor, que sustentava o referencial

[58] "As interventorias situavam-se, assim, a meio caminho entre a identidade e a independência face aos grupos dominantes estaduais. O elemento novo, contudo, que lhe confere caráter de inovação institucional, é o fato de haver sido implantado como um sistema, em todo o país, como um instrumento de controle e uma cunha do poder central em cada estado" (Souza, 1990; 89). E Souza conclui: "Instrumento do controle federal. Quem guardaria os guardas? De duas maneiras procurou o governo central manter esse controle em segunda instância. Uma, como vimos, foi o processamento de um rodízio em algumas interventorias, a fim de dificultar o encastelamento político dos interventores. A segunda foi a criação de órgãos paralelos de centralização administrativa" (Souza, 1990; 95).

simbólico próprio do coronelismo, foi definitivamente abolida pelo Estado Novo, que aliás chamaria o período anterior de República Velha. No entanto, pelo que se vê, não significavam essas mudanças exatamente uma ruptura com as oligarquias regionais e imediatamente com suas formas de mobilizar o trabalho e de controlar o acesso à terra, mas antes um re-arranjo da política que teve que obrigar novas formas de comportamento e de "valoração" simbólica, muitas vezes personificadas pelos próprios filhos dos antigos coronéis.

Certamente, ao longo do processo, gradativamente também a migração interna seria estimulada, a terra seria objeto de intervenção do planejamento e o poder de coerção concentrado, por exemplo, em jagunços e capatazes viria a ser contraposto ao poder a ser monopolizado pela polícia e pelo exército. Porém, nem essas mudanças se aplicariam por decreto, nem a assim chamada oligarquia regional seria abolida, sendo ela mesma, em muitos casos, a condutora de muitas dessas transformações.

Desse modo, daquele aparelho central (DASP) se ramificavam novas estruturas nos estados, sobretudo com os departamentos administrativos estaduais, os "daspinhos", e uma série de novos institutos, autarquias e grupos técnicos, que se dedicavam a produzir estudos técnicos para a atividade econômica. Tal estrutura administrativa, operando numa ditadura, ia, todavia, além de sua concepção técnica inicial, adquirindo poderes executivos, enquanto os departamentos estaduais operavam como "uma espécie de legislativo estadual e como corpo supervisor para o interventor e o Ministério da Justiça" (Souza, 1990; 96). Os prefeitos, assim, estavam subordinados tanto aos interventores quanto aos presidentes dos "daspinhos", modificando gradativamente os esquemas do "compromisso coronelista" pela subordinação do interventor a Getúlio e ao Ministro da Justiça Oswaldo Aranha, e ao corpo técnico-burocrático.

Vê-se, assim, como o argumento da neutralidade política da técnica e de quem a personifica ganhava uma centralidade no processo de centralização, autonomizando-se em parte da política propriamente dita, que ficava personificada pelo prefeito, pelo ministro, pelo interventor e pelo Presidente, ao subordinar uma parte considerável das decisões políticas do período aos preceitos técnicos, reduzidas muitas das questões políticas a decisões técnicas para realizar a modernização[59].

[59] Mais uma vez, recorremos a Souza: "Como uma engrenagem, a interventoria, o departamento administrativo e o Ministério da Justiça cooperavam na administração dos estados, sob o controle geral do Presidente da República. Enquanto o interventor agia como coordenador político, sob instruções diretas de Vargas, o departamento administrativo, dirigido por burocratas e integrado

Simultaneamente, uma série de institutos, autarquias, conselhos e grupos técnicos foi sendo criada, sob a direção dos respectivos ministérios, com intuitos e diretrizes diversas: a) para organizar a produção de mercadorias específicas (como os institutos do Pinho, do Sal, do Açúcar e do Álcool, o Conselho Nacional do Café; b) para incentivar a indústria (como a Comissão de Similares e o Conselho Nacional de Política Industrial); c) para fomentar a infra-estrutura para a industrialização (Comissão do Vale do Rio Doce, Conselho de Águas e Energia, Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, Comissão de Combustíveis e Lubrificantes, Conselho Nacional de Ferrovias, Comissão Nacional do Gazogênio); e d) para uma produção estatal direta (com a empresa mista no setor siderúrgico e a estatal Petrobrás).

O Conselho Federal de Comércio Exterior parecia coordenar, a partir de 1937, toda a política econômica estatal, como espécie de embrião do Ministério de Planejamento. Apenas em 1949 seria substituído pelo Conselho Nacional de Economia. Também nesse movimento de institucionalização foi criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1938, fruto da fusão do Instituto Nacional de Estatística e do Conselho Brasileiro de Geografia.

Por fim, temos que deixar indicada uma passagem não menos importante do processo, referente à reestruturação e centralização das forças armadas, sobretudo pela influência de membros do movimento tenentista no sentido de impedir ou dificultar o fortalecimento de poderes estaduais no interior do Exército[60]. O Exército passaria, para Souza (1990), a atuar como espécie de avalista, não inteiramente subordinado a Getúlio, da estrutura de interventores e da burocracia, mas, também por possuir quadros técnicos consideráveis, passaria ainda a propor políticas e planos de desenvolvimento industrial, respaldando sua implantação posterior. Entre os anos 1930 e 1950, a estrutura e a burocracia militar cresceriam enormemente, contrapondo-se, ao menos formalmente, de vez ao poder das "milícias" estaduais.

A monopolização da violência pelo Exército nacional seria, desse modo, um dos fundamentos da centralização nacional, apoiada, além disso, nos demais mecanismos de

---

por engenheiros, agrônomos, estatísticos, etc. – indivíduos que se consideravam e eram considerados imunes a pressões clientelísticas – funcionava como um corpo legislativo" (Souza, 1990; 96-97).

[60] "[...] o crescimento do exército, mesmo mantendo essa margem de independência face ao governo, implicou na quebra da autonomia das milícias estaduais e uma expansão quantitativa e qualitativa que terminaria numa configuração de força militar diametralmente oposta à existente na Primeira República" (Souza, 1990; 101).

centralização econômica e técnico-burocrática que acima apontamos. Seria, ademais, um elemento essencial na progressiva subordinação dos poderes coronelistas locais.

Enfim, um vasto aparato burocrático se conformava na época, colaborando com a guinada de intervenção ampla (e autoritária) do Estado na condução, na regulação da e mesmo atuação direta na economia nacional. Por sua vez, vê-se estabelecer instituições nas quais poderão se engajar aqueles mesmos técnicos, agrônomos, engenheiros, etc., cujas formações vínhamos delineando, a partir das instituições de pesquisa e ensino e mesmo de trajetórias pessoais de formação no exterior, incluindo geógrafos.

É emblemática a fala de Orlando Valverde, em entrevista, sobre o convite feito por um colega para trabalhar no governo: "Vamos fazer Geografia para o Governo?". Valverde teria, a princípio, se espantado com a novidade: "para mim, Geografia era só para ensinar" (Valverde, 1991/1992; 228). Meses mais tarde, o próprio viria a se engajar no IBGE, recebendo um salário vultoso para a época. Também os geógrafos viriam a ser, portanto, "mobilizados" para o planejamento estatal, algo que em nada nos espanta atualmente.

Não custa, assim, para qualificar a nova atuação estatal, repensar a ampliação do mecanismo de defesa (ou valorização) do café que se observou à época como atrelado a este movimento mais amplo de centralização política e burocratização estatal, com políticas visando à industrialização. Lembremos, antes disso, que atrelamos a dinâmica industrial precedente à dinâmica da própria cafeicultura.

Na nova conjuntura, emergida após a crise de 1929, o governo prontificou-se, embora soe contraditório com o movimento de centralização, a reforçar os mecanismos de defesa do café, incluindo a expansão dos mesmos ao ponto de passar a destruir parte dos estoques de café, a partir de 1933. Paralelamente, no entanto, o que o governo procurou fazer foi estimular, entre 1933 e 1937, as indústrias leves de bens de produção bem como uma pequena indústria do aço, cimento, etc. que antes já vinham sendo gestadas, como vimos. Ao mesmo tempo, ampliou-se a agricultura produtora de alimentos e matérias-primas, como a do algodão e da cana que observamos, na diversificação da produção pós-1929, no primeiro capítulo. Não se deve esquecer que, também a partir de então, intensificam-se as migrações internas, minimizando o peso da imigração estrangeira sob as finanças públicas.

O rebaixamento dos salários e dos custos de certas matérias-primas e mesmo de certos bens de produção, sem o recurso à importação dos mesmos, tendia a permitir uma

reprodução ampliada de parte do capital constante e variável das indústrias.

Com esses fatores, permitia-se continuar a geração de divisas (sobretudo pelo café) e fomentar minimamente a realização de lucros em outras atividades, que era o problema principal a se conseguir face à rentabilidade superior da própria cafeicultura, como observava Celso Furtado (2000).

Enfim, Cardoso de Mello (2009) considera o período entre 1933 e 1955 como de uma *industrialização restringida*[61], que permitia uma "libertação" progressiva do setor industrial em relação à economia cafeeira. A restrição apontada pelo autor estava na dificuldade, reiterada no período, para a constituição definitiva do departamento de bens de produção industrial, cujas barreiras à implantação dessa indústria pesada se explicavam pela escala dos investimentos, seus custos e os controles tecnológicos das tecnologias por grandes conglomerados internacionais[62]. Por outro lado, o próprio capital industrial nacional se desviava de tamanha empreitada, repleta de riscos, para expandir e diversificar a indústria de bens de produção e a de bens de consumo existente, ou até investindo no ramo imobiliário urbano e na produção e comercialização agrícolas.

Não custa reiterar que a defesa do setor cafeeiro ainda teve, neste momento, papel essencial na "manutenção da renda nacional", o que uma postura liberal não-intervencionista talvez falhasse por deixar quebrar indistintamente os capitais tornados excedentes pela crise mundial. Entretanto, é importante ressaltar a insanidade brutal que a mesma "defesa" constituiu. Isto é, aplicando-se uma racionalidade planejadora da economia, que conclui que a produção em excesso é prejudicial aos níveis de preços (e, pois, à própria manutenção da produção), levava-se à destruição dos excedentes por conta do governo, a um custo de mais de um bilhão de cruzeiros. O absurdo de produzir para destruir (em geral, um tanto permitido moralmente apenas nas guerras) se impunha,

---

[61] "[...] a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial" (Mello, 2009; 90).

[62] "Na industrialização retardatária, os obstáculos a transpor se tornariam muito mais sérios. Já não se tratava de ir aumentando, a saltos mais ou menos gradativos, as escalas de uma indústria existente, como ocorreu durante a Segunda Revolução Industrial. Ao contrário, o nascimento tardio da indústria pesada implicava numa descontinuidade tecnológica muito mais dramática, uma vez que se requeriam agora, desde o início, gigantescas economias de escala, maciço volume do investimento inicial e tecnologia altamente sofisticada, praticamente não disponível no mercado internacional, pois que controlada pelas grandes empresas oligopolistas dos países industrializados" (Mello, 2009; 91).

mostrando todavia uma redução momentânea da produção não tão abrupta e uma realização da mercadoria em patamares de preço não tão críticos, permitindo a manutenção da "geração de divisas"[63]. A racionalidade mostrava-se, ainda assim, completamente irracional, algo que a "normalidade" apenas acoberta sob a aparência de fracasso pessoal de certos capitalistas ou setores, nos mecanismos aparentemente "neutros" e "livres" da abstração real das mercadorias no mercado.

No decorrer desse período, portanto, as políticas de modernização retardatária locais foram sendo esboçadas pela tecno-burocracia do aparelho estatal, anteriormente apontada. A política anticíclica à Grande Depressão norte-americana, exemplificada pelo planejamento regional do *New Deal*, sobretudo na atuação da Tennessee Valley Authorithy (TVA) viria a constituir um modelo a ser adotado também para o Brasil. Se para os citricultores os manuais e o modelo vinham da citricultura californiana, para os novos planejadores do Estado, a TVA também constituiria um parâmetro de intervenção estatal. Não obstante, a alusão ao keynesianismo intuído pela política cafeeira de Getúlio, relacionado aqui com o keynesianismo posto de fato em prática no governo Roosevelt, é pertinente. A partir de então, a intervenção estatal não seria mais, por assim dizer, intuitiva[64], mas ministrada técnica e teoricamente.

A partir de então, a burocracia do Estado nacional viria a se encontrar seguidamente com "missões" da burocracia tecnocrática do governo norte-americano (sempre junto com importantes e interessados empresários), como na Missão Cooke, de 1942; no Plano Salte, coordenado pelo DASP em 1946; na Missão Abbink, de 1948; e, finalmente, na Comissão Mista Brasil – Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU-DE), de 1953. Muitas das quais não tiveram o esperado impacto no desenvolvimento nacional. Ainda assim, da Missão Cooke, que derivava do acordo da entrada do Brasil na Guerra, a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional viria a ocorrer. Apenas a CMBEU-DE parecia trazer, no entanto, um diagnóstico mais amplo

---

[63] Nada que o economista moderno pudesse se espantar: "A destruição das colheitas se impunha, portanto, como uma conseqüência lógica da política de continuar colhendo mais café do que se podia vender. À primeira vista parece um absurdo colher o produto para destruí-lo. Contudo, situações como essa se repetem todos os dias na economia de mercados" (Furtado, 2000; 201).

[64] A noção de uma política anticlíclica tomada inconscientemente é de Celso Furtado, embora ele a considerasse como tendo sido de maior vulto inclusive do que a norte-americana: "[...] a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, **inconscientemente**, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados" (Furtado, 2000; 205 – grifo nosso).

da economia nacional e levaria à constituição das bases para o Plano de Metas do governo JK (ver Corrêa, 2007).

Embora não faça sentido apontar uma continuidade num período tão longo, o que se pode observar é a permanência da importância dos quadros técnicos e do aparelho burocrático na condução de uma série de medidas de modernização, independentemente se atrelado ao governo autoritário ou ao posteriormente legitimado pelo voto e pela Constituição de 1946[65].

Assim, observa-se um modo de proceder do aparelho burocrático estatal que estava já, de algum modo, autonomizando-se da política em sentido estrito, podendo quadros técnicos permanecer atuando na implantação de medidas de modernização retardatária, por longos anos e em relação com os mais diversos governos. Do ponto de vista dos técnicos propriamente ditos, permitia-se, assim, a sua reprodução social, por meio dos cargos nas referidas instituições e pelo salário que delas recebiam. Vemos aqui, portanto, a autonomização das esferas tecnocráticas e sua personificação pelo trabalho complexo, formado nas universidades.

Embora constituídos durante o período, esses quadros e os planejamentos propostos também mostravam-se, de certa forma, restringidos. Por isso, Cardoso de Mello (2009; 93) afirmaria que a implantação ampla da siderurgia, a questão do petróleo e a da indústria química pesada, só puderam ser resolvidas com o aporte definitivo de investimentos pela política externa norte-americana, intensificada no período subseqüente à Segunda Guerra Mundial[66], argumento aliás respaldado por Belluzo & Coutinho (1982). Desse modo, entre 1930 e 1946, a Grande Depressão e o esforço mundial de guerra teriam desfavorecido a exportação de capitais, o que a expansão do período posterior teria facilitado, inclusive com a reestruturação da indústria europeia em moldes renovados, permitindo-lhe também em pouco tempo exportar capitais também para a industrialização de países como o Brasil.

Na medida em que estas considerações permitem vislumbrar as dificuldades do

[65] "Nesse contexto, os diversos estudos dos técnicos diretamente responsáveis pelas ações dessa política pública expressavam um projeto que, embora pautado pela recusa à alternativa 'estatista', associada à herança de Getúlio Vargas, correspondeu antes ao enunciado de uma ideologia autoritária, fundada em *valores* que afirmavam o papel integrador e regenerador da *burocracia técnica*, definida por Lucas Lopes como uma *elite ousada e criativa* [...], empenhada, por sua vez, em resolver o *problema das decisões políticas com análise, trabalho, convicção, estudos e técnica*, como expresso no texto do mesmo engenheiro que serve de epígrafe a esse artigo" (Corrêa, 2007; 5).

[66] "Talvez se compreenda, agora, por que não bastou ao Estado Novo definir, claramente, por razões de defesa nacional, um ambicioso bloco de inversões pesadas" (Mello, 1990; 93).

processo de industrialização e relativizar a possibilidade da "industrialização retardatária" a partir das políticas públicas de um Estado centralizado, permitem pensar a falta de autonomia desse Estado (periférico) em relação ao capital (global). A possibilidade da industrialização "retardatária" seria dada, portanto, no pós-guerra, quando a capacidade produtiva operada em "emprego pleno" durante a guerra tinha que voltar a se adaptar às realidades de relativa concorrência e dificuldade crescente de realização das mercadorias produzidas. Não à toa a "nossa" industrialização pode ser concebida, por autores como Harvey (2005) e Kurz (1995), como decorrente da superacumulação de capital nas economias centrais e sua decorrente exportação para a periferia.

Invertendo brevemente o ângulo da análise, de um ponto de vista do capital mundial, a crise de 1929 e suas conseqüências arrastadas pela década de 1930, evidenciavam um processo de ascensão de um Estado keynesiano, interno aos países centrais, para lidar com as limitações da demanda e da quebra da capacidade produtiva, nos termos de Kurz (1995), enquanto se obstava, com isso, a possibilidade de um vasto "ajuste espacial", nos termos de Harvey (2005), que possibilitasse mitigar os problemas internos com uma expansão externalizada de novos investimentos para a ampliação da massa de lucros.

A conversão posterior dessas economias em economias de guerra faria, por fim, por generalizar a produção fordista, e ruir de vez o padrão-ouro pela explosão das finanças públicas, exatamente para financiar o "esforço". Embora o aumento dos custos sociais com a implantação da infra-estrutura do Estado e pelo Estado seja marcante no período, o que se observa é ainda uma contínua expansão do fordismo para novas realidades, como na incipiente industrialização brasileira. De maneira que, como Kurz (1995) observa, o mecanismo de compensação para a crise imanente decorrente do aumento brutal da composição orgânica dos capitais, evidente a partir da citação de Cardoso de Mello (2009) sobre a siderurgia, ainda se apresentava por meio de um aumento da massa de mais-valia extraída como decorrência desses investimentos produtivos como um todo.

Para concluir essa parte, devemos deixar claro que é neste contexto de modernização retardatária que o estudo de Oscar J. T. Ettori, que analisamos, foi escrito. Por um lado, as análises conjunturais e teóricas que o seguiram permitem compreendê-lo como tendo sido realizado por uma burocracia planejadora que se estabelecia, sendo

o estudo, aliás, destinado tanto aos produtores como aos próprios planejadores. Por outro, observamos nos elementos contidos naquele estudo indicações de uma citricultura que começava a consumir mercadorias industrializadas (talvez ainda importadas), como tratores, oriundas das novas relações entre os Estados, permitindo também a "industrialização" incipiente da produção agrícola. Ainda, por sua vez, o mesmo estudo indicava uma procura por uma metodologia abrangente (de custo total) que, embora expressasse uma tentativa de racionalização ampla da produção, revelava seu caráter fetichista, reduzindo, por exemplo, a relação de trabalho do "camarada" a mero custo indiferenciado.

Passaremos a pensar a partir de agora nas transformações decorrentes deste movimento de "industrialização retardatária" para a citricultura propriamente dita, do período subseqüente a este, a saber a partir da década de 1960. Essas transformações passaram, como sabemos, pela chamada industrialização da agricultura, que compreenderemos como atrelada a este movimento previamente analisado. Buscaremos, ademais, as relações dessa "industrialização" da agricultura com a financeirização da economia nacional no período. Não precisamos insistir muito aqui que o papel do Estado nesse processo de modernização será determinante e que os técnicos e burocratas que o personificam serão, por vezes, protagonistas de uma história fetichizada como "progresso" ou até mesmo "milagre".

PARTE II

Crítica da fundamentação teórica da discussão de custos de produção e a limitação histórica do desenvolvimento da citricultura técnica

Seguiremos, nesta segunda parte do capítulo, discutindo estudos sobre os custos de produção, agora, porém, para a década de 1970. Primeiramente, assim, apresentaremos um estudo que se assemelha bastante ao estudo antes visto de Ettori (1957). No entanto, procuraremos discutir os fundamentos teóricos de ambos, questionando-os a partir de outro referencial.

Posteriormente, tentaremos compreender o que veio ocorrendo desde a década de 1950, quando o estudo de Ettori (1957) foi escrito, até a década de 1970, quando o estudo a seguir apresentado o foi. Nesse desenvolvimento, tentaremos indicar a forma planejadora de ação do Estado como limitada economicamente, de maneira distinta em cada momento, e criando, ela própria, suas limitações ao tentar transpor os problemas antepostos à modernização retardatária. Seguidamente, assim, estaremos perseguindo tentativas de generalização da técnica e, portanto, do trabalho complexo, tanto na modernização da agricultura como na estruturação do Estado. Constantemente, também, tentaremos relacionar os processos mais amplos ao que se deu, particularmente, para o caso da citricultura.

Diante dessas questões, apresentaremos, ainda, uma outra proposta metodológica para a análise dos custos de produção, que, como veremos, não dá as respostas necessárias às críticas que atribuímos à metodologia até aqui analisada. Procuraremos, assim, relacionar uma aparente redução metodológica desses estudos oficiais com a crise da modernização da agricultura. Esta crise será a questão principal a ser pensada, por fim, nesta parte do capítulo.

Os estudos de custo de produção total do IEA e suas limitações

Em 1970, o Instituto de Economia Agrícola (IEA) tinha cerca de dois anos de fundação, fruto do desmembramento da Divisão de Economia Rural, do Instituto Agronômico de Campinas (IAC)[67]. Em 1968, portanto, autonomizara-se por decreto e fora subordinado diretamente à Secretaria de Agricultura. Tinha em seus quadros Oscar J. T. Ettori e passaria a se dedicar a estudos contínuos, como os de previsões de safras, das mais diversas produções agropecuárias do estado.

O engenheiro agrônomo, formado pela ESALQ, Minoru Matsunaga, membro do IEA, conduziu um estudo de custos de produção da citricultura paulista ao longo dos primeiros anos do instituto, publicando-o em 1970.

Curiosamente, o artigo publicado por Matsunaga se inicia afirmando a ausência relativa de estudos do gênero sobre o setor e indicando o estudo que anteriormente analisamos de Oscar J. T. Ettori, de 1957, como uma espécie de única exceção. Mais do que apontar o pioneirismo, Matsunaga se valeria ainda da metodologia do colega para organizar o seu estudo. A seguir, justificaria o próprio estudo pela importância econômica da citricultura, que se expandia pelo interior paulista, aumentando a produção da mercadoria laranja e a renda do setor.

Todavia, a expansão geográfica da citricultura, fica-lhe como pano de fundo, enquanto a sua análise recairá, efetivamente, sobre as condições particulares da produção, com forte importância dada à questão dos preços relativos, tanto dos chamados fatores de produção como da mercadoria laranja e suas rendas (bruta e líquida)[68].

---

[67] Esta divisão fora criada em 1945, mas anteriormente era denominada, desde 1935 (quando da reforma do IAC coordenada por Fernando Costa), de Comissão de Estudos Rurais (depois, Comissão de Estudos de Economia Rural) e fora influenciada pelo especialista no assunto Ruy Miller Paiva, que havia se especializado nos EUA e retornava em 1939-40. Em 1958, teria sido modificada em sua estrutura e ampliada em seu quadro técnico. A transformação da Divisão de Economia Rural do IAC em IEA, ligado diretamente ao secretário de agricultura, deu-se pelo Decreto no. 49.796/68. Informações obtidas na página do Instituto na Internet: www.iea.sp.gov.br/out/instituto/historico.php, consultada em 22 de agosto de 2013.

[68] Essa observação retoma a inserção que fizemos no primeiro capítulo do estudo do economista Martinelli Jr. (1987) para a expansão da citricultura, que dava semelhante peso aos preços na análise da expansão. Esse contraponto deve ser recorrentemente feito à maneira como os mesmos preços costumam ser, eles sim, o pano de fundo das análises de geógrafos, que, por sua vez, reforçam os estudos, em geral, sobre a expansão das materialidades da produção e da circulação de mercadorias sobre o espaço geográfico.

Essa observação relativa aos enfoques de pesquisa, no caso do estudo com viés dado pela economia,

Uma primeira observação deve ser feita à maneira como o autor, assim como fizera o próprio Ettori (1957), coletou os dados do seu estudo, fornecidos por citricultores, "entre aqueles que se destacavam por sua eficiência e conhecimento das técnicas agronômicas recomendadas" (Matsunaga, 1970; 3). A escolha desses interlocutores, agentes da produção, revelaria um pendor modernizante do próprio estudo, embora isso se esvaísse na pretensa neutralidade científica, como uma mera obtenção de dados.

Essa nossa ressalva se justifica pela grande variação entre formas de se produzir laranja, entre esses citricultores "eficientes" e tecnicamente engajados para aquela grande maioria de citricultores que produzia em pequenas propriedades com auxílio de membros de suas famílias e se valendo de técnicas que eram, normalmente, condenadas por técnicos e agrônomos, conforme fica claro a partir de estudos como os de Ceron (1969), que analisavam a citricultura de Limeira da mesma época.

A abstração de tais diferenças também se espraia para uma anulação, explícita no estudo em questão, das diferenças gerais, e por assim dizer geográficas, entre a citricultura realizada em Limeira para aquela realizada mais a noroeste do estado, em torno dos municípios de Araraquara e Bebedouro. Estudos como os de Martinelli Jr (1987), de Bray (1974) e mesmo o de Ceron (1969), que analisamos no primeiro capítulo, mostraram-se enfáticos em destacar uma maior adesão às técnicas agrícolas e aos insumos tidos como "mais modernos" entre os citricultores destes últimos municípios do que entre os daquele primeiro. As diferenças se estendiam também para a destinação da produção citrícola de Araraquara e de Bebedouro ser para as já instaladas indústrias de suco de laranja, enquanto Limeira seguia destinando a maior parte de sua produção para o comércio (interno, sobretudo) de laranja *in natura*.

Assim, não deve passar despercebida a informação dada de passagem pelo autor de que os seus informantes, destacados pela eficiência e cientes das técnicas mais modernas, estavam localizados nos municípios de Bebedouro e de Araraquara[69].

é assim apresentada: "O presente trabalho tem o propósito de estudar os aspectos econômicos da cultura da laranja" (Matsunaga, 1970; 2). Deriva-se a análise para os custos, na medida em que estão na relação com o preço de mercado das mercadorias necessárias à produção de laranja, tendo o preço de mercado da mercadoria laranja como parâmetro final para as rendas: "Especificamente, os objetivos a serem determinados são: a) custo de formação; b) custo de produção e c) renda bruta e renda líquida" (Matsunaga, 1970; 2-3).

[69] "Tais dados provêm de propriedades que satisfaziam aquelas condições e foram levantados nos municípios de Bebedouro e Araraquara" (Matsunaga, 1970; 3).

Lembremos, todavia, que Ettori (1957), por sua vez, escolhera seus informantes entre os citricultores tanto de Limeira como de Bebedouro, o que talvez indique que a modernização dos anos 1960 tenha determinado, de início, uma diferenciação de áreas (em termos de desenvolvimento das forças produtivas) que, na década anterior, não era tão explícita.

A partir de então, Matsunaga afirma ter procurado propriedades que lhe aproximaram da concepção de um módulo abstrato de cerca de 500 pés de laranja por alqueire[70]. O modelo de Ettori (1957), como vimos, era de 10 mil laranjeiras, mas a unidade produtiva era de 22 alqueires (com 2 reservados às benfeitorias). Em Matsunaga (1970), por sua vez, a unidade pensada seria de 70 alqueires, sendo 10 reservados para as infra-estruturas (benfeitorias) e 60 para os pomares, de modo que seriam plantados, nesta área, 30 mil pés de laranja[71].

De início, portanto, vemos uma unidade produtiva em que, embora a área destinada aos pomares seja três vezes maior, o número de árvores plantadas continuava o mesmo, por alqueire: quinhentos. Veremos, ao final desta segunda parte do capítulo, que, apenas ao longo dos anos 1990 e 2000, o adensamento dos pomares se tornou efetivo na citricultura paulista.

Exatamente como Ettori (1957), Matsunaga calculou o investimento necessário em benfeitorias, que incluía 1 casa para sede, 4 para empregados, 1 galpão de máquinas e um depósito de adubos. Com relação a estas benfeitorias, calculou suas vidas-úteis (25 anos para as casas e 20 para as demais construções) e, dessa maneira, dividiu o investimento feito pelos anos, chegando a um preço diluído pelos seis anos de formação do pomar e pelos seguintes de produção. Com relação à depreciação das máquinas, embutiu o seu preço no da própria operação das mesmas. Aliás, as máquinas (2 tratores e um pulverizador) e os equipamentos (1 carreta de 2 rodas, 2 arados de 3 discos, e 2 grades de 24 discos) eram os mesmos do investimento prescrito em Ettori (1957),

---

[70] Na verdade, Matsunaga encontrou, na média das propriedades levantadas, 85 alqueires de terras, em que 60 eram destinados aos pomares de laranjas e os 25 alqueires restantes a outras culturas, o que revela uma especialização relativa dessas propriedades. No módulo abstrato proposto por Matsunaga, então, a policultura é ignorada, em favor de um cálculo direcionado apenas para a citricultura. Por isso, a média de 85 alqueires encontrada na pesquisa é reduzida a um módulo de 70 alqueires, sem as demais culturas produzidas.

[71] Toda essa análise seria, assim, derivada de uma compreensão da chamada "estrutura do capital investido em terras, máquinas e equipamentos", necessária à produção e relacionada aos seus custos, visando estabelecer a "rentabilidade da cultura" (Matsunaga, 1970; 4).

porém com um trator a mais.

Essa simples menção nos permite, assim, concluir que o aumento de casas para trabalhadores – 4 em Matsunaga e 3 em Ettori –, com o aumento relativo de tratores (2 e 1), frente ao aumento da área cultivada (60 alqueires em Matsunaga, e 20 em Ettori) e do número de pés plantados (30 mil e 10 mil, respectivamente), evidenciava já uma relativa diminuição do número de trabalhadores frente ao montante de meios de produção tocados pelos mesmos, compondo, portanto, uma primeira evidência do aumento da composição orgânica do capital. Conseqüentemente, é de se supor um aumento da taxa de exploração do trabalho.

Ao mesmo tempo, a inclusão da moradia do trabalhador no interior da unidade produtiva, como necessidade de investimento de capital, mostra um processo de ausência de autonomização entre a produção (e, pois, do consumo da mercadoria força de trabalho) e a reprodução da força de trabalho (que trabalharia e viveria no interior da unidade produtiva). Neste quesito, nada se diferenciava do que analisamos para o colonato, embora compreendamos que o espaço diminuto ora destinado às benfeitorias não permitiria plantações e criações para as famílias de trabalhadores e que, provavelmente, não se pensava aqui, como Sylvio Moreira (1951) sugerira, no plantio intercalar entre as laranjeiras.

Por sua vez, embora tenhamos incluído a área cultivada (a base fundiária, para ser mais claro) no módulo como componente do capital constante, é importante deixar claro que não a compreendemos, a princípio, como tal, ainda que na reprodução do capital agrícola a terra assuma a forma de equivalente de capital (Marx, 1986, l. III, t. 2).

Essa aparência fetichizada da terra como mercadoria fica exposta no cálculo feito para a remuneração deste "fator". Em procedimento idêntico ao realizado para os elementos do capital constante, o preço do alqueire da terra na área estudada foi multiplicado pelo número de alqueires do módulo (60 alqueires) para se compreender o montante do investimento.

Porém, como não se tratava de um bem a ser depreciado, mas antes "valorizado", o cálculo dessa valorização anual foi feito tomando-se por base a taxa de juros vigente, portanto de 12% ao ano, aplicada sobre o montante investido e, posteriormente, dividido o valor para se chegar à unidade do módulo de 500 pés (Matsunaga, 1970; 15). Enfim, o que sobressai da análise é uma equiparação da terra a

um equivalente de capital monetário. Conquanto a "valorização" desse suposto capital monetário se desse, no mercado, à referida taxa de 1% ao mês, o investimento de dinheiro em terras teria que, ao menos, "cobrir" essa remuneração.

O mesmo procedimento seria aplicado, ainda, aos próprios elementos do capital fixo, antes vistos pela ótica de sua depreciação. Também sobre eles, pensados como parte do montante de capital monetário investido, deveria se aplicar uma remuneração alternativa e equivalente à que se poderia obter por meio da remuneração "normal" do dinheiro (12% a.a.). Exatamente o mesmo seria feito para todo o dinheiro gasto com as operações e com o material consumido em geral, expresso no subitem "exploração" do subitem "capital fixo" da "retribuição dos fatores". Desse modo, à medida que, no seu consumo produtivo, iam passando o seu valor para os produtos produzidos (e assim iam se depreciando), também sua própria existência como dinheiro transfigurado em máquinas, implementos e benfeitorias, além de materiais e combustíveis, permitia-lhes uma "valorização" *per se*.

Já observamos, ao analisar Ettori (1957), que esse procedimento analítico, assim desenvolvido a partir do que é meramente exposto em Matsunaga (1970), pressupõe uma mobilidade perfeita dos capitais e, com ela, também do trabalho. Pressupõe, ainda, uma plena constituição dos mercados alternativos dessas mercadorias (mercado de capitais, de dinheiro, de terra e de trabalho).

Como apontamos, entretanto, durante a digressão que concluiu a parte anterior deste capítulo, o mercado nacional de capitais esteve subordinado, em grande parte, ao mercado internacional de capitais, ao menos até o fim da Segunda Grande Guerra. Observaremos, adiante, que o mercado de dinheiro também encontrava, apenas no momento em que Matsunaga (1970) escrevia, uma constituição mais ampla e em novos moldes, no âmbito nacional. Por sua vez, como observamos no fim do capítulo anterior, o mercado de trabalho nacional, em nova conformação desde os anos 1930, apenas passaria a se reproduzir em moldes distintos do colonato também por volta desse momento. Assim, por exemplo, embora se prescrevesse aqui a utilização do trabalhador *residente*, não seria este exatamente um colono e muitos dos trabalhadores viriam da cidade para as "operações" de coroação (capina) das laranjeiras, por exemplo.

Dessa maneira, talvez possamos indicar que a metodologia, adiantada por Ettori, tornava-se gradativamente mais aplicável à realidade abordada por Matsunaga, o que não anula a nossa compreensão da mesma metodologia como decorrente da mentalidade

fetichista do próprio capital, e, portanto, da forma-mercadoria.

Além dos cálculos vistos, que remetiam à inclusão de itens *fixos* nas planilhas de custos (tanto de formação como de produção), também entrava a remuneração do "empresário". Esta era calculada em 10 vezes o salário mínimo mensal vigente. Assim, o "trabalho" complexo da gerência do capital aparecia aqui, conforme já discutimos brevemente mais atrás, uma mera multiplicação do trabalho médio socialmente necessário. Do ponto de vista da aplicação da lógica, não se entrava aqui em qualquer consideração sobre a qualidade desse "trabalho", nem o caráter social do "trabalhador" (empresário).

Ainda assim, uma hierarquia sobressaía com a inclusão de outro trabalhador "complexo", o administrador. Também personificando a gerência do capital, este, entretanto, estava teoricamente subordinado ao empresário, o que o seu salário de apenas 1,5 salário mínimo mensal evidenciava. Ao contrário da remuneração do empresário, no entanto, o gasto com a administração não seria incluído no item de "remuneração dos fatores", mas no de "despesas fiscais e gerais da propriedade", que, como aquele, apresentava gastos em dinheiro (com material de escritório, luz e força, impostos, taxas, etc.) com "valores" relativamente fixos distribuídos por todos os anos.

Antes de apresentar os "valores" das demais despesas anuais, é importante deixar claro que estas foram organizadas, assim como em Ettori (1957), sobre uma compreensão de dois momentos da organização da "empresa citrícola": a formação do pomar, pensada em seis anos até a estabilização da produção, e a produção a partir do sétimo ano.

Nos dados da tabela a seguir, que sintetiza os gastos com a formação do pomar, incluía-se a preparação do solo e do terreno[72], e embora se perceba gastos maiores de materiais consumidos (mudas, por exemplo) concentrados no primeiro ano, outros gastos com materiais (adubo, calcário, inseticida e fungicida) e com operações (adubação, carpa, limpeza, coroação, pulverizações, calagem, combate à formiga) são

[72] No que se referem às atividades de preparo do solo, plantio e cuidados do primeiro ano do pomar, vemos aí a utilização de técnicas de delimitação e terraplanagem do pomar, além dos usos de maquinários para o preparo do solo e de insumos para sua fertilização que correspondem a uma forma de cultivar que não estava necessariamente generalizada à época, mas sim em processo de generalização. A mera contabilização dos seus custos não se preocupa em apontar essa realidade de modernização da agricultura, aliás completamente ancorada numa política pública de estímulo à utilização dessas técnicas e insumos, política essa que inclusive permitia reduzir com seus subsídios os custos aqui incluídos. Um cuidado deve ser tomado ao se observar esses dados, sobretudo com os olhos de hoje quando a utilização desses elementos já se generalizou.

bastante expressivos e crescentes a partir do terceiro ano.

De início, assim, podemos apresentar crítica semelhante à que dirigimos a Ettori (1957), no que tange à equiparação dos gastos com "mão de obra" (que seriam, por nós, atrelados à compreensão do capital variável) a gastos com quaisquer outros elementos do capital constante e mesmo outras despesas (impostos, remunerações, etc.). Antes de desenvolvê-la por completo, devemos notar que a constituição de uma categoria ampla como a de "operações" turva ainda mais a possibilidade da distinção entre trabalho vivo e trabalho morto. Isto porque apenas destrinchando os elementos que a compunham podemos compreender que a mesma continha os dias de serviço para cada atividade, multiplicado pelo número de homens necessários para realizá-las, incluindo algumas aberrações do tipo: 0,05 homem sendo necessário para o combate às formigas em 0 dia!

De todo modo, fica evidente que os gastos com operações, que podemos identificar como capital variável, apenas ultrapassam os gastos com material consumido, que poderíamos identificar como capital circulante, do segundo[73] ao quarto[74] ano do período de formação. Depois disso, a porcentagem do capital variável será continuamente inferior ao do circulante mesmo no período de produção, sendo, em geral, inferior à categoria de "retribuição dos fatores" e, no custo de *produção*, à das "despesas calculadas". Enfim, mais uma comprovação da queda relativa da importância quantitativa do capital variável sobre o capital total, evidenciando o processo de aumento da composição orgânica do capital.

Dessa maneira, vemos a organização mais ampla da contabilidade partindo de

[73] No segundo ano, as operações de preparo do solo deixavam de se fazer necessárias, mas outras permaneciam. Os cuidados deixavam de ser mais com o solo para serem mais com a árvore que crescia, embora a adubação continuasse sendo requerida. Da tabela relacionada aos custos desse período, é interessante notar a divisão que se faz entre dias de serviço, no quesito "Operações", para o custo diário de cada operação. Aí, a coroação manual, espécie de capina em torno da muda, requeria o maior número dias, 20,4 dias de serviço, enquanto as demais operações (carpa mecânica, desbrota, replanta, adubação em cobertura, pulverização e combate à formiga) requeriam bem menos dias, sendo a pulverização a segunda que mais requeria dias de trabalho, no total de 9 dias. No que se referia ao custo diário de cada operação, porém, os trabalhos manuais eram os que menos custavam, em termos unitários, para as despesas correntes, com um custo diário orçado em Cr$ 5,58. Ainda assim, os usos diretos de trabalho manual, não só da coroação, somadas todas as atividades, acabavam por requerer 38,01 dias de trabalho no ano, na unidade ideal de 500 pés de laranja, num alqueire plantado. Por isso, o custo com o pagamento de funcionários braçais e de tratoristas atingia Cr$ 212,10, sendo a maior parte das despesas diretas do ano: Cr$ 802,23.

[74] "A partir do 2º. ano há um aumento gradativo nas despesas efetuadas em operações físicas, em adubos e defensivos, isto porque à medida que a árvore cresce, maiores são as exigências da mão-de-obra em operações de carpa, pulverizações, etc., como também há um aumento na quantidade física de adubos e defensivos requeridas pela mesma" (Matsunaga, 1970; 14).

um nível mais imediato em que se tem que despender diretamente somas de dinheiro para tocar as atividades necessárias à formação (e também da reprodução cotidiana) do pomar, passando para um segundo nível que trata da depreciação das benfeitorias, maquinários e pomar e dos juros sobre o capital circulante – este segundo nível poderia ser pensado como constituindo um fundo para a reposição do capital fixo (com exceção dos juros sobre o capital circulante) – até chegar no terceiro nível das remunerações (retribuição dos fatores), cuja lógica relacionada aos "custos de oportunidade" do dinheiro já expusemos acima.

Apresentemos, assim, os custos gerais de formação, do estudo em questão.

Tabela 5 - Custo de formação da cultura da laranja para 500 pés, São Paulo, 1969/70, em cruzeiros e em percentuais.

Período (ano)	***1o. Ano***		***2o. Ano***		***3o. Ano***		***4o. Ano***		***5o. Ano***		***6o. Ano***	
Item	**Cr$**	**%**	**Cr$**	**%**	**Cr$**	**%**	**Cr$**	**%**	**Cr$**	**%**	**Cr$**	**%**
A - Despesas em dinheiro	**2.239,55**	**72,36**	**871,56**	**46,84**	**993,33**	**46,53**	**1.247,88**	**48,32**	**1.447,74**	**47,84**	**1.447,74**	**43,73**
1. Despesas diretas:	2.170,22	70,12	802,23	43,12	924,00	43,28	1.178,55	45,64	1.378,41	45,55	1.378,41	41,63
1.1 de operações	*898,69*	*29,04*	*470,58*	*25,29*	*518,22*	*24,28*	*590,85*	*22,88*	*682,86*	*22,57*	*682,86*	*20,62*
1.2 de material consumido	*1.271,53*	*41,08*	*331,65*	*17,82*	*405,78*	*19,01*	*587,70*	*22,76*	*695,55*	*22,99*	*695,55*	*21,01*
2. Despesas indiretas:												
2.1 fiscais e gerais	*69,33*	*2,24*	*69,33*	*3,73*	*69,33*	*3,25*	*69,33*	*2,68*	*69,33*	*2,29*	*69,33*	*2,09*
B - Despesas calculadas	**155,50**	**5,02**	**73,42**	**3,95**	**80,73**	**3,78**	**96,00**	**3,72**	**107,99**	**3,57**	**107,99**	**3,26**
1. Depreciação de benfeitorias	21,13	0,68	21,13	1,14	21,13	0,99	21,13	0,82	21,13	0,70	21,13	0,64
2. Depreciação de máquinas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Juros sobre capital circulante	134,37	4,34	52,29	2,81	59,60	2,79	74,87	2,90	86,86	2,87	86,86	2,62
4. Depreciação do pomar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C - Retribuição aos fatores	**630,77**	**20,38**	**915,64**	**49,21**	**1.060,68**	**49,69**	**1.238,63**	**47,96**	**1.470,30**	**48,59**	**1.755,19**	**53,01**
1. Terra	204,24	6,60	204,24	10,98	204,24	9,57	204,24	7,91	204,24	6,75	204,24	6,17

2. Empresário	310,00	10,02	310,00	16,66	310,00	14,52	310,00	12,00	310,00	10,24	310,00	9,36
3. Capital fixo:	116,53	3,76	401,40	21,57	546,44	25,60	724,39	28,05	956,06	31,59	1.240,95	37,48
3.1 benfeitoria	*60,79*	*1,96*	*60,79*	*3,27*	*60,79*	*2,85*	*60,79*	*2,35*	*60,79*	*2,01*	*60,79*	*1,84*
3.2 exploração	*55,74*	*1,80*	*340,61*	*18,31*	*485,65*	*22,75*	*663,6*	*25,70*	*895,27*	*29,59*	*1.180,16*	*35,64*
Total para 500 pés	**3.095,15**	**100,00**	**1.860,62**	**100,00**	**2.134,74**	**100,00**	**2.582,51**	**100,00**	**3.026,03**	**100,00**	**3.310,92**	**100,00**
Total por pé	**6,19**		**3,72**		**4,27**		**5,17**		**6,05**		**6,62**	

Fonte: Matsunaga, 1970

Org.: Cássio A. Boechat

Nos cálculos realizados, expressos na tabela acima, vemos, no período de formação, um montante elevado dos gastos compondo as despesas em dinheiro e um bastante restrito compondo as despesas calculadas. Aparentemente, quanto maior a porcentagem dos gastos anuais com despesas diretas, menor aqueles com a retribuição dos fatores (que pensadas como parcelas fixas diluídas pelo longo período de vigência do investimento feito tendiam a ser parcelas menores, excetuando a retribuição do capital monetário investido nas "explorações", que se acumula). Ainda assim, essas retribuições compunham montantes elevados em praticamente todos os anos.

Com a estabilização da produção, os custos passavam a ser relativamente mais constantes. O que se observava, entretanto, era o aumento relativo da porcentagem, nestes custos, das "despesas calculadas" e uma diminuição considerável dos gastos com "operações" (capital variável). A tabela abaixo sintetizava esses cálculos.

Tabela 6 – Custo de produção da cultura da laranja para 500 pés, São Paulo, 1969/70, em cruzeiros e porcentagens.

Item	Valor (Cr$)	%
A - Despesas em dinheiro	***1.884,10***	***40,28***
1. Despesas diretas:	1.814,77	38,80
1.1 de operações	734,87	15,71
1.2 de material consumido	1.079,90	23,09
2. Despesas indiretas:		
2.1 fiscais e gerais	69,33	1,48
B - Despesas calculadas	***1.201,51***	***25,69***
1. Depreciação de benfeitorias	21,13	0,45
2. Depreciação de máquinas	-	-
3. Juros sobre capital circulante	113,05	2,42
4. Depreciação do pomar	1.067,33	22,82
C - Retribuição aos fatores	***1.591,37***	***34,03***
1. Terra	204,24	4,37
2. Empresário	310,00	6,63
3. Capital fixo:	1.077,13	23,03
3.1 benfeitoria	60,79	1,30
3.2 exploração	1.016,34	21,73
Total para 500 pés	***4.676,98***	***100,00***
Total por pé	***9,35***	-

Fonte: Matsunaga, 1970
Org.: Cássio A. Boechat

Embora esse corte qualitativo (entre formação e produção)[75] apareça, num primeiro momento, como sendo pautado pela formação "natural" da árvore até atingir certa "idade adulta", é importante notar como, em realidade, estava diretamente relacionado, pelo próprio autor, à questão dos preços de mercado para a laranja produzida, possibilitando uma "desnaturalização" do "corte" em questão.

Assim, especialmente no que se referiam às rendas bruta e líquida, os cálculos apontavam que, com um nível estipulado de adubação e pulverização, as plantas iam aumentando sua produção, a partir do terceiro ano, produzindo, respectivamente, 0,5, 1,0, 1,5, 2 caixas por pé. Relacionando a produção com o preço de mercado da caixa de laranja e subtraindo os custos anuais para a produção das mesmas, o autor concluía que, com uma produtividade de 3 caixas por pé, era possível se obter um lucro considerável.

A discussão final do artigo ficava, pois, em determinar o nível mínimo de produtividade necessária para auferir ao produtor uma renda líquida positiva. Entre duas caixas e duas caixas e meia por pé parecia ser o limite para a viabilidade econômica do investimento em citricultura[76]. Dessa maneira, a partir do sexto ano já se poderia obter certo lucro, o que, ao menos teoricamente, poderia reduzir o período de formação, evidenciando um critério econômico para estabelecer a distinção. Assim, o preço da caixa de laranja surgia como o parâmetro fundamental da análise, algo reconhecido pelo autor:

> Haveria, neste caso, que obter um preço maior por caixa a fim de que a renda proveniente da produção cobrisse o custo de produção. Maior renda o produtor poderia obter se os preços por caixa vigorantes fossem maiores e inclusive poderia haver lucro para a produtividade de 2,0 caixas por pé (Matsunaga, 1970; 27).

Os resultados desse estudo, porém, indicavam uma produtividade que parecia estar muito distante da produtividade média que a maioria dos citricultores conseguia obter. Estudos feitos na mesma época do que o de Matsunaga, pelo professor Antônio Olívio Ceron (Ceron, 1969) mostravam uma realidade em que a produção de apenas

---

[75] A distinção entre custos de formação e de produção não se dava, em termos metodológicos, numa alteração dos itens que compunham os cálculos de custos anuais. Entretanto, a partir do terceiro ano, as laranjeiras já começavam a dar frutos, aumentando paulatinamente até o sexto ano, quando, a partir do sétimo, "a produção se estabiliza e as operações realizadas são constantes nos anos seguintes" (Matsunaga, 1970; 25). A partir de então, não haveria mais, de maneira clara, um processo de formação do pomar e as despesas diretas passariam a ser consideradas como custeio, de modo que se entraria numa denominação das despesas gerais como *custos de produção*.

76 "Teremos então uma renda líquida negativa ao nível de 2 caixas por pé [...]. Para 2,5 caixas por pé [...] a renda já é positiva [...]" (Matsunaga, 1970; 26).

uma caixa por pé estava generalizada, no município de Limeira, ao menos. Ceron chega a afirmar que poucos citricultores, como se via, por exemplo, nos pomares da Citrossuco, conseguiam atingir a marca de duas caixas por pé.

Essa desigualdade de produtividade vigente no setor, que é neste estudo completamente ignorada, acaso se pensasse nele como um setor produtivo qualquer, apenas reforçaria a ideia de que, mesmo nesta época, a média social que levava a um preço médio era composta por uma "pletora de capitais" (Marx, 1986) operando talvez abaixo do nível estipulado para se obter uma "renda líquida", para Matsunaga.

No entanto, diante da especificidade da produção capitalista na agricultura, há que se considerar que o seu padrão mínimo de reprodução, uma vez que o preço da produção no pior solo é que deveria se tornar um requisito, uma vez que a sociedade demandasse essa produção. Este, compondo, pela sua reprodução socialmente viável, o patamar de preço mínimo, seria o nível acima do qual se poderia obter rendas fundiárias diferenciais (ver Marx, 1986, l. III, t. 2). Ainda assim, da perspectiva do capital, o investimento na agricultura ou em qualquer outro setor, deve buscar, no mínimo, a obtenção de uma suposta taxa de lucro média.

Desse modo, poderíamos, inclusive, sugerir que o estudo de Matsunaga pressupõe uma busca por semelhante extração de rendimentos diferenciais, pelas suas exigências e por seus informantes. No entanto, pela ausência de autonomização expressa na produção familiar, poder-se-ia pensar também num patamar de reprodução abaixo do nível mínimo, pensado este último sobretudo para o parâmetro de empresas agrícolas que operassem remunerando os fatores necessários para a produção. Desenvolveremos, ao longo desta segunda parte do terceiro capítulo, estas possibilidades de compreensão.

O papel ideológico de um estudo como o de Matsunaga pode ser afirmado na falta de exposição de outras formas de se produzir laranjas na mesma época, que não levavam em consideração diversos dos componentes que entraram na explicação dos custos de produção aqui apontados. De maneira que a forma explicativa derivada da prática dos citricultores mais destacados do setor estabelecia um parâmetro de produção e produtividade, "fixado" cientificamente na análise em questão.

Um desdobramento da naturalização dos usos de técnicas e insumos modernos na citricultura, propagado pelo artigo do engenheiro agrônomo, diz respeito à sua conclusão exaltando os produtores a procurar aumentar a produtividade. Estando a

técnica para tal aumento disponível (ao menos teoricamente) e já utilizada por alguns, o aumento de produtividade estaria, para o autor, num nível subjetivo da "escolha" individual desses produtores, ao passo que o nível dos preços de mercado das caixas de laranja não estava em disputa ou discussão, sendo alheio ao que o empresário rural pudesse influir:

> Para o empresário rural, é necessário, portanto, que ele procure aumentar a produtividade do pomar, o que é bastante razoável, dada a técnica já existente, uma vez que o preço do produto, sendo um fator que está na dependência da oferta e procura, escapa ao seu controle (Matsunaga, 1970; 27).

Sem querer entrar agora no mérito das possibilidades de distorção dos níveis de preço, sobretudo quando a monopolização de elos do setor estiver consolidada, ou no que se refere ao papel (posteriormente posto em prática) do governo como mediador de uma política de preços, a contradição subjacente ao argumento do autor diz respeito a uma exaltação do aumento da produtividade e, pois, da produção de laranjas, o que diretamente influiria na questão da oferta do produto, pressionando no sentido de uma constante redução dos níveis de preço da laranja, ao menos em tese.

A incoerência apenas se explicaria no plano individual e momentâneo de que, num preço dado, a ação particular do "empresário rural" que produzisse mais lhe facultaria a receber um maior montante de dinheiro. Porém, não é segredo algum que a ação coletiva dos "empresários rurais" compõe a oferta de mercadorias "rurais" derivadas de suas "empresas", compondo um elemento básico da determinação dos níveis de preços. Pensemos a partir de agora, mais detidamente, em algumas das questões críticas levantadas contra a perspectiva de Matsunaga (1970).

O estudo do custo de produção como fetiche do capital: uma questão metodológica?

A maneira como Marx analisou a questão dos custos de produção se inicia com uma apresentação sucinta da forma de exposição de sua crítica, indicando o lugar dessa questão como no início do Livro III d'*O capital*, livro este destinado ao movimento geral de produção e circulação do capital. Desse modo, quando se apresenta a questão, já se tinha desenvolvido os fundamentos da crítica do processo de produção e de circulação capitalistas, que são, assim, pressupostos na análise que se faz da distinção entre os *preços de custo* e *de produção* das mercadorias.

O capítulo 1, do Livro III, se inicia com a apresentação teórica sumária da fórmula que representa o valor de uma mercadoria, composta pela soma do capital constante com o variável e com a mais-valia, ou $M = c + v + m$. Entretanto, Marx já anuncia que a não inclusão da mais-valia m na soma representaria apenas um equivalente do capital inicialmente investido, ou um valor de reposição em mercadoria para o valor-capital. Essa parte, portanto, do valor da mercadoria seria o *preço de custo* (p) da mercadoria[77], na ótica do capitalista.

Na ótica do capitalista, assim, porque o próprio trabalhador entra no processo produtivo como parte do capital produtivo (como capital variável), e o capitalista aparece como o proprietário deste capital, o salário do trabalhador surge-lhe como parte do custo de produção da mercadoria e o próprio capitalista aparece adiantando o capital monetário total necessário ao processo produtivo, e sendo, pois, o produtor. O preço de custo aparece como adiantamento do seu capital e a mais-valia como decorrência parcial desse adiantamento. Por isso, a fórmula $M = c + v + m$ se transforma em $M = p + m$, de início.

Essa expressão do valor da mercadoria seria, para Marx, a expressão do caráter específico da produção capitalista, em que o custo da mercadoria é medido apenas em dispêndio de capital[78], porém um dispêndio que gera um excedente específico.

[77] "Essa parte de valor da mercadoria, que repõe o preço dos meios de produção consumidos e o preço da força de trabalho empregada, só repõe o que a mercadoria custa para o próprio capitalista e, por isso, constitui para ele o preço de custo da mercadoria" (Marx, 1986; 23-24).

[78] "O que a mercadoria custa ao capitalista e o que custa mesmo a produção da mercadoria, são, todavia, duas grandezas completamente diferentes. A parte de valor da mercadoria que consiste em mais-valia não custa nada ao capitalista, exatamente porque custa trabalho não-pago ao

Observamos parcialmente isso em Ettori (1957) e em Matsunaga (1970) – também poderíamos incluir o mesmo procedimento em Dierberger Jr. (1986), embora este último não se propusesse a pensar sobre os custos de produção, como vimos –, na maneira como ambos igualaram os gastos com "mão de obra" ou com "operações" como quaisquer outros gastos, e como assinalaram, assim, o preço de custo como o somatório de gastos, seja em capital variável seja em constante, abstraindo por ora outros gastos como encargos, taxas, etc. Entretanto, como vimos, a mais-valia (*m*) não entrava no cálculo feito por aqueles autores, como decorrência da exploração do capital variável (*v*), sendo o custo de produção (*M*) da mercadoria reduzido em ambos ao preço de custo (*p*).

Mais do que não entrar no cálculo feito, a mais-valia não podia ser sequer compreendida dessa maneira. Assim, o processo de valorização desaparece do cenário, pois não se tem em consideração a especificidade da capacidade do capital variável de valorizar o valor.

Na compreensão crítica proposta por Marx, o trabalho efetivamente posto em prática (trabalho vivo), que modifica a forma do capital constante empregado (trabalho morto, pretérito) e produz mercadorias com valor acrescido, pagaria (embora *a posteriori* pela realização do mais-produto) o seu próprio pagamento (trabalho socialmente necessário) e adicionaria ao capital um valor que anteriormente não existia (trabalho excedente, não-pago)[79]. Porém, ao contrário, o capital variável *aparece* como um adiantamento do capital na forma de salários pagos aos trabalhadores, como um gasto qualquer feito pelo capitalista, ao lado do capital constante (necessário para repor os meios de produção).

Além disso, a decorrência dessa ausência de compreensão do papel do trabalho na valorização do capital acaba por evanescer a própria diferença entre capital variável e capital constante.

À maneira como observamos em Ettori (1957) na formulação dos "custos

---

trabalhador. Como, no entanto, na base da produção capitalista o próprio trabalhador, depois de seu ingresso no processo de produção, constitui um ingrediente do capital produtivo posto em função e pertencente ao capitalista, sendo o capitalista, portanto, o verdadeiro produtor de mercadoria, então o preço de custo da mercadoria aparece necessariamente para ele como o verdadeiro custo da própria mercadoria" (Marx, 1986; 24).

[79] "Dentro do adiantamento de capital, a força de trabalho conta como *valor*, mas no processo de produção ela funciona como *formadora de valor*. No lugar do valor da força de trabalho, que figura dentro do adiantamento de capital, surge, no capital produtivo realmente *funcionante*, a própria força de trabalho viva, formadora de valor" (Marx, 1986; 25).

diretos" e em Matsunaga (1970) na de "despesas em dinheiro", acabamos por ver simplesmente uma distinção entre elementos gastos imediatamente no processo produtivo, tendo que ser repostos com o dispêndio contínuo de dinheiro, a cada ciclo, e elementos com "depreciação" mais prolongada e com "retribuição" quase opcional, acaso "sobrasse" dinheiro. Enfim, para simplificar, temos que a distinção que fetichistamente se observa é apenas entre capital *fixo* e *circulante*[80], diferenciados pelo tempo de seu consumo na produção.

Assim, tem-se que a noção de preço de custo como adiantamento de capital é relativizada, porquanto nem todo adiantamento de capital é diretamente consumido na produção das mercadorias, no ciclo dado (de rotação do capital). Isso decorreria de que o capital circulante seria totalmente consumido num ciclo produtivo, enquanto o capital fixo apenas parcialmente. Nesta passagem, portanto, o capital variável é "diluído" no capital circulante, igualado à parte dos meios de produção (os materiais de produção) que são gastos integralmente num dado ciclo do processo produtivo. Não sem espanto, portanto, Matsunaga (1970) agrupa "operações" e "materiais consumidos" como subitens da mesma categoria de "despesas diretas".

Desse modo, a mistificação do capital como "real" agente da produção se consuma, não sendo para aquele que adiantou seu capital possível distinguir de onde se originou a mais-valia, que aliás parece surgir por igual de todos os elementos do capital produtivo, *na* produção, mas apenas retornar *da* circulação, após a venda do produto final ser consumada. Aparece, pois, a mais-valia como decorrente do investimento de capital e como oriunda da troca. Assim, a relação que se estabelece entre trabalho excedente e trabalho necessário, em relação aos meios de produção, desloca-se e se obscurece. A fórmula $c + (v + m)$ vira $(c + v) + m$. E, *de fato*, a mais-valia valoriza o capital como um todo e não apenas a sua parte variável, repondo em escala ampliada também o capital constante que provém de outra valorização pretérita, o que contribui para o fetiche que põe o capital como um todo como o produtor da mais-valia[81].

---

[80] "Em relação à formação do próprio preço de custo, só se faz, por outro lado, valer uma diferença, a diferença entre capital fixo e capital circulante. [...] Em contraposição aos meios de trabalho, materiais de produção e salários são completamente despendidos na produção e, por isso, todo o seu valor entra no valor da mercadoria produzida. Vimos como esses distintos componentes do capital adiantado adquirem, em relação à rotação, as formas de capital fixo e de capital circulante" (Marx, 1986; 27).

[81] "É agora claro para o capitalista que esse acréscimo de valor se origina dos procedimentos produtivos que são efetuados com o capital, que, portanto, ele se origina do próprio capital, pois após o processo de produção ele existe e antes do processo de produção ele não existia. No que,

Porém, esse excedente sobre o preço de custo aparece como lucro (l) e não como mais-valia (m). Assim, a fórmula inicial $M = c + v + m$, que se transformara em $M = p + m$, assume finalmente a forma mais empírica de $M = p + l$. O lucro surge como equivalente da mais-valia, embora represente outra compreensão do excedente gerado pela produção[82].

Aparentemente, assim, o lucro parece ser o excedente do preço de mercado da mercadoria produzida sobre o seu preço de custo. Esse excedente pode vir, ocasionalmente, a ser igual à mais-valia gerada, mas normalmente não se estabelece uma relação direta entre o preço de produção ($c + v + m$) e o preço de custo ($c + v$), entre os quais se estabeleceria o lucro. A única condição para a reprodução ampliada do capital particular aparece como sendo que o preço de mercado da mercadoria não possa ser inferior ao preço de custo, uma condição mínima para repor o "adiantamento" de capital feito. Qualquer diferença acima deste patamar mínimo é, a princípio, considerada *lucro*.

Obviamente, o restante da diferença entre o preço de custo mais o lucro (que possibilita minimamente a reprodução ampliada do capital produtivo) e o preço de produção (valor) da mercadoria seria o que permite remunerar socialmente uma série de autonomizações que derivam do capital produtivo, como o capital comercial, o bancário, o (assim chamado) capital fundiário, etc., ao menos teoricamente[83]. Pensaremos, a partir da análise desses processos de autonomizações, acerca do

---

inicialmente, tange ao capital despendido na produção, a mais-valia parece originar-se por igual de seus distintos elementos de valor, que consistem em meios de produção e em trabalho. Pois esses elementos entram por igual na formação do preço de custo. Eles agregam por igual seus valores disponíveis como adiantamentos de capital ao valor-produto e não se diferenciam como grandezas de valor constante e variável" (Marx, 1986; 28-29).

[82] "O lucro, tal como o temos inicialmente ante nós, é, portanto, o mesmo que a mais-valia, apenas numa forma mistificada, que, no entanto, brota necessariamente do modo de produção capitalista. Já que na formação aparente do preço de custo não se reconhece nenhuma diferença entre capital constante e variável, a origem da alteração de valor, que ocorre durante o processo de produção, precisa ser deslocada da parte variável do capital para o capital global. Já que num pólo o preço da força de trabalho aparece na forma transmutada de salário, no pólo antitético a mais-valia aparece na forma transmutada de lucro" (Marx, 1986; 29-30).

[83] Entra-se aqui numa controversa seara, em que não se pode estabelecer uma relação cronológica e causal entre o processo de autonomização e a origem de determinados capitais autonomizados. Assim, um ponto de discórdia seria a compreensão acerca da precedência do capital comercial em relação ao capital industrial, ou mesmo de certo capital bancário em relação a este. Não incorreremos nesses debates, a não ser que compreendemos uma ruptura estabelecida entre a forma de reprodução daqueles supostos capitais (comercial, bancário, etc.) precedentes com o que se estabelece após a Revolução Industrial, à maneira como expusemos para a questão da "colonização" no capítulo 2.

crescente custo social de reprodução global do capital a "sufocar" essa mesma reprodução e a pressionar o lucro médio do capital produtivo na direção dos preços de custo, ou mesmo abaixo deles.

Porém, a análise não poderia parar por aqui. Como notamos, a proporção de trabalho acionada pelo capital varia de acordo com o capital variável empregado e sua relação com o capital total, portanto com relação à *composição orgânica do capital*. Isso determina também a quantidade de trabalho não-pago, a massa de mais-valia gerada individualmente por cada capital, mas, como afirmamos acima, nem toda mais-valia é geralmente apropriada pelo capital que a extraiu da força de trabalho. Assim, o montante de lucro a que tem direito o capital estaria numa relação com o montante de lucro médio (*l'*) a que têm direito os demais capitais que compõem o setor. Desse modo, surge uma distinção entre *preço de custo* da mercadoria ($c + v$) e *preço de produção* da mercadoria ($c + v + l'$), que ainda não equivale necessariamente ao valor da mercadoria ($c + v + m$), sendo em geral o lucro médio inferior à mais-valia gerada.

É dessa maneira que Marx procura introduzir a discussão da taxa média de lucro (Marx, 1986, III, t. 1, cap. 9), que em última análise completa uma importante distinção entre valor e preço. A questão da composição orgânica do capital é aqui central porque determina a magnitude individual dos capitais particulares e, assim, determina o "peso" dos mesmos na repartição da mais-valia gerada que, socializada entre os capitais[84] que compõem um setor (ou mais amplamente ainda), retorna aos capitais particulares como parcela (alíquota) de *lucro médio*, determinada pela concorrência. Capitalistas surgem então como acionistas do capital global do setor em que atuam (Marx, 1986; 124), o que por si evidencia a sua posição objetivada no processo, como personificações desse capital (setorial ou nacional) maior do que o deles próprios. Além disso, esse argumento remete à concepção empírica da normalidade de um capital "maior" receber uma alíquota maior do lucro gerado, embora fique escamoteada aí a relação entre massa e taxa de lucro.

Dessa maneira, o preço de custo *aparece* como que regido apenas pela produção particular, enquanto o preço de produção (relacionado ao lucro médio) esteja sendo

[84] "Embora, portanto, os capitalistas das diversas esferas da produção, ao vender suas mercadorias, recuperem os valores-capital consumidos na produção dessas mercadorias, não resgatam a mais-valia, nem portanto o lucro, produzida em sua própria esfera na produção dessas mercadorias, mas apenas tanta mais-valia, e portanto lucro, quanto mais-valia global, ou lucro global, produzida em todas as esferas da produção em conjunto, em dado espaço de tempo, pelo capital social global, que cabe, com repartição igual, a cada parte alíquota do capital global" (Marx, 1986; 124).

aparentemente regido pela produção global. Parece, no entanto, que essa soma *a posteriori* do lucro médio ao preço de custo seria contradita pela prática, quando parece que os lucros já estão embutidos de antemão nos preços das mercadorias, entrando *a priori* na contabilidade e se tornando custos dos demais capitais. Porém, esse custo será repassado adiante, anulando-se reciprocamente os efeitos da sua contabilização inicial, uma vez que os capitais necessitem de mercadorias que compõem seus capitais constantes.

Na verdade, o que variam são as massas de mais-valia[85], enquanto a taxa de lucro se equalizaria na concorrência, enquanto tendência. Isto é, as massas de mais-valia seriam destinadas à reprodução do capital global, por um lado, mas, por outro, determinariam as parcelas do lucro médio a que os capitais individuais teriam direito.

Enfim, toda esta prolífica teorização permite-nos compreender algumas das limitações dos estudos de custos de produção. Limitações no sentido de que eles se direcionam a compreender mecanismos particulares de produção por meio dos preços de mercadorias sem incorrer em qualquer consideração sobre os seus valores e sobre a mais-valia gerada. Não se distingue, em Ettori (1957) e em Matsunaga (1970), valor e preço, o que inviabiliza uma discussão ali sobre a relação de exploração e sobre as relações entre capital particular e capital global.

Como observou Matsunaga (1970), por exemplo, o produtor devia agir para diminuir seus preços de custos, pois não podia agir sobre os preços de mercado. O que Marx, entretanto, sugere com tais passagens é que isso seria uma meia-verdade, ou melhor, uma "verdade" fetichista, assim como a concepção daí oriunda de que a "renda líquida" (na verdade, o lucro médio) advenha simplesmente da redução dos custos num dado nível de preço.

Portanto, a produção particular de uma massa de mais-valia deve ser compreendida como parte da reprodução ampliada global do capital, mas também como credenciamento particular (do capital que a gerou, aparentemente *per se*) para obter sua parcela do lucro médio. Ora, entretanto, de tudo que viemos apontamos, a própria consideração de um capital *particular* remeteria a uma concepção fetichizada do

[85] "Não obstante, isso se resolve sempre no fato de a mais-valia, quando entra numa mercadoria a mais, em outra entra a menos, e por isso também os desvios do valor que se encontram nos preços de produção das mercadorias se anulam mutuamente. Em toda a produção capitalista é sempre de maneira muito complicada e aproximativa, como média nunca fixável de eternas flutuações, que a lei geral se impõe como tendência dominante" (Marx, 1986; 126).

mesmo, em que as relações de propriedade *privada* corroboram uma legitimidade social da apropriação de parcela do mais-trabalho de relações *sociais* de produção; questionável, portanto, em seus fundamentos.

A redução dos custos não significa, por sua vez, em si mesma, o aumento dessa parcela de apropriação do mais-produto social. Mais apropriada ficaria a discussão quando se inserisse a questão da composição orgânica do capital. O seu aumento (aumentando relativamente a parcela de capital constante sobre o variável), como vimos no capítulo anterior, pode reduzir os gastos com capital variável e aumentar a massa de mais-valia produzida por uma mesma (ou menor) quantidade de capital variável empregada. Pode, assim, permitir o acesso a maior parcela de lucro médio. Entretanto, observaremos mais adiante, contraditoriamente, essa progressão tende a levar a uma redução relativa do capital variável sobre o capital total, sendo assim a massa de mais-valia relativamente minimizada face ao montante de investimento requerido. Daí a tendência imanente a tal processo de se conduzir a uma queda da taxa de lucro.

As implicações dessa contradição serão centrais para o argumento das próximas partes do terceiro capítulo. Antes de desenvolvê-las por completo, temos que considerar, por fim, a aplicação mais teórica do que prática da concepção da taxa de lucro média, conforme a esboçamos aqui a partir de Marx.

Deixaremos apenas indicado, neste momento, que uma tal equalização do lucro se explica, em termos lógicos, pela ação da *concorrência inter-capitalista* no sentido de buscar os níveis de competitividade; ou seja, os patamares de desenvolvimento das forças produtivas, que estão dados a cada instante pela maior composição orgânica dos capitais, permitindo uma maior produtividade do trabalho. Enquanto essa produtividade diferencial se mantiver relativamente monopolizada é de se esperar que o proprietário dessas especificidades possa realizar suas mercadorias produzidas acima do seu preço de custo adicionado ao lucro médio. Porém, na medida em que tais "vantagens" se generalizem, pela reorganização técnica das demais unidades produtivas, as mesmas deixariam de ser "vantagens".

O mesmo poderia ocorrer pela entrada de novos capitalistas no "setor" em que se está podendo obter "taxas" de lucro acima das médias, incorrendo numa pressão por um rebaixamento dessas mesmas taxas pela concorrência e levando a um aumento gradativo da oferta das mercadorias.

Por outro lado, o próprio fundamento da competição mostraria uma série de

capitais operando, ocasionalmente, abaixo do patamar para a obtenção do lucro médio e talvez no limiar e mesmo abaixo do patamar de reprodução dado pelo preço de custo. Um movimento de "migração" desses capitais para outras atividades também conduziria a uma "equalização" das taxas de lucro.

A mobilidade do capital aqui apontada (caracterizada de três maneiras) pressupõe, como reiteramos nesta tese, a mobilidade do trabalho. Porém, o que desejamos aqui ressaltar é que nas três possibilidades de se operar uma equalização das desigualdades internas à produção capitalista, no sentido de se conduzir, ao menos como tendência, a uma taxa de lucro médio, todas se dão como mecanismo *post festum*. Ou seja, as taxas de lucro se dão posteriormente às realizações (*ou não*, no sentido de não se conseguir vender as mercadorias produzidas) dos processos produtivos, portanto *a posteriori*.

Como notamos, nas metodologias de Ettori (1957) e Matsunaga (1970), as tentativas são, todavia, de *previsão* de condições de se obter lucros com a citricultura. De antecipá-los teórica e praticamente. Uma taxa de remuneração que se antecipa nestes estudos foi calculada a partir da taxa de juros vigente. Criticamos, de início, o procedimento realizado, porém, passaremos a compreender como essa maneira de antecipar os rendimentos condiz com uma autonomização do capital que rende juros sobre o capital *atuante*. Assim, mais do que questionar os autores, devemos buscar a constituição histórica da possibilidade de se conceber tal pensamento fetichista. Com isso, estaremos levantando, à nossa maneira, a questão sobre a falta de autonomia dessas mesmas metodologias para com o contexto histórico que as subjazem.

Desse modo, podemos deixar indicado que compreendemos, a princípio, o estudo de Matsunaga (1970) como uma espécie de estudo de viabilidade econômica do módulo de produção citrícola. Assim, apesar de não explicitar essa intenção, como o fez Ettori (1957), este estudo poderia servir também como suporte técnico e institucional para a concessão de empréstimos bancários ou de financiamentos públicos, com o cálculo comparativo dos fatores com a taxa de juros cumprindo a função de embasar a decisão sobre a destinação de capital monetário para tais investimentos produtivos.

Antes de formular sobre a autonomização do capital que rende juros, no entanto, apresentaremos a particularidade da questão da técnica para a agricultura, na sua relação com a composição *técnica* do capital (agrícola) e, portanto, da composição orgânica do mesmo, apontando parte do papel perpetrado pelo Estado na história de modernização

da agricultura que viemos acompanhando. Em parte, isso dirá respeito à questão da possibilidade técnica de redução dos custos de produção; em parte, apontará algumas das limitações que surgiram. Por fim, estaremos circundando a questão do aumento da composição orgânica do capital, particularmente na agricultura, e sua relação com a queda tendencial da taxa de lucro.

Repensando a difusão de inovações técnicas, seu planejamento no pós-guerra e suas barreiras

José Francisco Graziano da Silva (1981) apresenta uma interpretação da especificidade da agricultura em relação ao processo de valorização do capital, em que, naquela, o tempo de trabalho está relativamente dissociado do tempo de produção (ou, de valorização do capital), por haver, na atividade produtiva agrícola, a necessidade de lidar com períodos de não-trabalho e de não-produção, impostos pela natureza.

O movimento do emprego da técnica na agricultura, caracterizado genericamente pelo autor como "progresso técnico", dar-se-ia, portanto, na tentativa de subordinação das forças naturais ao capital, diminuindo os tempos de não-trabalho e de não-produção, para aumentar a valorização do capital ali investido. Para tanto, o "progresso tecnológico na agricultura" poderia ser caracterizado, de acordo com Silva, como agindo em três frentes:

> a) inovações mecânicas, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho;
>
> b) inovações físico-químicas que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico;
>
> c) inovações biológicas, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da redução do período de produção, e da potenciação dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas (Silva, 1981; 32).

Em seguida, o autor (Silva, 1982; 33) aprofunda um pouco acerca da especificidade dos componentes desse "progresso técnico" para a agricultura. Assim, a mecanização, por exemplo, embora aja como na industrialização, reduzindo o tempo de trabalho necessário para uma atividade e na intensificação do ritmo do trabalho, tem que lidar com a dificuldade de reduzir o tempo de produção na agricultura, conquanto o tempo de maturação e de colheita dos produtos agrícolas pouco são alterados pela mecanização das atividades.

Por outro lado, o uso de defensivos químicos reduz o tempo de trabalho, aumentando relativamente sua intensidade, pela redução das perdas com o ataque de pragas e doenças e pela competição com ervas daninhas.

A adubação (orgânica ou química) também aumenta a produtividade do trabalho aumentando a produtividade "natural" dos solos onde o trabalho é aplicado. Sua aplicação, ao contrário do uso de defensivos, não diminui a quantidade de trabalho necessário, podendo até requerer mais trabalho para a colheita de mais produtos. Porém, reduz o tempo médio de trabalho necessário para a produção, ao permitir uma maior produção no mesmo espaço de tempo.

Inovações físicas, tais como plantios em nível, drenagem, irrigação, rotação de culturas, entre outras, preservam ou aumentam a produtividade do trabalho aplicado ao solo, pela melhora ou preservação deste em relação ao desgaste produtivo ou à ação das intempéries.

Por fim, as inovações biológicas, na explicação de Silva (1981), interferem diretamente nas determinações das forças da Natureza, aumentando potencialmente o volume da produção num menor espaço de tempo ou permitindo uma readaptação de uma variedade a uma estação diferente daquela encontrada "naturalmente".

Sendo, entretanto, estas últimas inovações aquelas que permitiriam "superar as barreiras naturais" e colocar "a Natureza a serviço do capital", Graziano da Silva se pergunta, então, por que elas se dariam de forma tão "lenta e gradual" (Silva, 1981; 34). Logo, todavia, conclui que a questão se dá pela dificuldade de apropriação privada dos resultados técnicos do progresso técnico na agricultura, principalmente no que tange às inovações biológicas. Assim, as inovações mecânicas e físico-químicas seriam, a princípio, mais monopolizáveis do que as biológicas, que teriam estas últimas que ser adaptadas regionalmente, incorriam em custos enormes para sua geração e corriam o risco de serem multiplicadas pelos consumidores das mesmas[86].

[86] "Não se plantam, por exemplo, as mesmas variedades de trigo nos Estados Unidos e no Brasil, embora se possam utilizar os mesmos tratores, os mesmos adubos e herbicidas, devido à diversidade das condições ambientais. Em segundo lugar, porque essa necessidade de adaptação regional da tecnologia biológica aumenta tremendamente os custos já elevados da sua geração, o que leva quase sempre os organismos estatais a arcarem com os custos dessas pesquisas ou até mesmo da sua difusão através dos serviços oficiais de assistência técnica. Em terceiro lugar e mais importante ainda, é o fato de que uma vez 'inventada' uma nova variedade, por exemplo, a sua multiplicação pelos próprios usuários dificilmente pode ser controlada, sendo impraticável a sua monopolização por um determinando capital particular" (Silva, 1981; 35). Essa impraticabilidade da monopolização de espécimes criadas parece ter sido superada pelo capital, recentemente.

Ou seja, a relação que parece se estabelecer é entre a "necessidade" de desenvolver as forças produtivas e a sua apropriação privada, o que empurraria as pesquisas com inovações biológicas para a alçada de responsabilidade do Estado, não só no Brasil. Essa relação parece sugerir que as inovações biológicas se dêem posteriormente às demais, pelas dificuldades apontadas. Porém, como observamos em passagens anteriores, na citricultura as mesmas parecem ter inclusive precedido às demais formas de "inovação tecnológica".

Não foi outro o papel de universidades, como a ESALQ, e de institutos, como o IAC (principalmente, com sua Estação Experimental de Citricultura, em Limeira) e o Instituto Biológico, na criação de variedades mais produtivas e resistentes, bem como na elaboração de técnicas, como as de enxertia que permitiram a superação de pragas como a da "tristeza", que dizimou os laranjais paulistas nos anos 1940. Sejam (ou não) denominadas "inovações biológicas", é seguro que foram realizadas por "organismos estatais" de pesquisa, ao longo da primeira grande expansão da citricultura.

Paralelamente, técnicas de conservação de solos (com controle de erosão, plantios em curvas de nível, etc.), passíveis de serem classificadas como "inovações físicas", eram prescritas nos cursos de agronomia e iam sendo lentamente aplicadas numa agricultura que estava na relação com a expansão extensiva da fronteira agrícola, como observamos nesta tese.

Entretanto, embora o uso dos tratores aparecesse no estudo de Ettori (1957) de fins dos anos 1950, é de se perguntar sobre a relação diferenciada da aplicação na agricultura paulista dessas inovações *mais monopolizáveis* (como as mecânicas e químicas).

Observamos no primeiro capítulo, por sua vez, processo semelhante que ocorreu no controle, feito *pelo Estado*, do cancro cítrico, que se espalhou por pomares, principalmente da "região" de Presidente Prudente, nos anos 1950. No estudo de L. C. Poltronieri (1976) que ali analisamos, a "difusão espacial de inovações" era o núcleo da análise da autora sobre a expansão da citricultura, que criticamos como sendo fetichista por aplicar fundamentos oriundos da física e da biologia para a expansão de determinadas relações sociais de produção. Portanto, por naturalizar tais relações.

O controle do Estado, neste caso, foi apontado pela autora, como uma "barreira" para a "livre" expansão da citricultura para todo o estado de São Paulo, o que explicaria em parte a conformação do chamado "cinturão citrícola" (ou corredor citrícola),

concentrado geograficamente nas áreas liberadas para o plantio. O que passaremos a apontar, a partir de agora, serão outras "barreiras" que delimitaram a "difusão de inovações" para a agricultura.

Retomemos brevemente, para isso, o projeto de empréstimo internacional para a aquisição de maquinário agrícola, apresentado pela Comissão Mista Brasil – Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU-DE, vol. 14), de 1953. Comissão esta que funcionou durante o segundo governo de Getúlio Vargas e indicou políticas que embasariam em parte o Plano de Metas, do governo Juscelino Kubistchek (1955-1960).

Neste projeto, o Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em meio às atividades da Comissão, receberia do Banco de Exportação e Importação (*Eximbank*), dos EUA, 18 milhões de dólares para a compra de diversos maquinários, distinguidos em 3 categorias (para desbravamento; para irrigação e drenagem; para plantio, cultivo e colheita), portanto incorrendo tanto em inovações mecânicas como em físicas, mas ainda evidenciando a expansão extensiva da fronteira.

O Relatório que justificava o empréstimo apontava, em 1947, no Brasil, o emprego de mais de 6 mil tratores e 100 mil arados, com uma rápida aceleração no início dos anos 1950, quando mais de 21 mil novos tratores teriam sido importados (apenas entre 1951-52)[87]. No imediato pós-guerra, o relatório apontava dificuldades por parte da oferta desses equipamentos, às quais teriam se seguido uma crise cambial que afetou a disponibilidade brasileira de divisas e, posteriormente, o novo esforço americano para a Guerra da Coreia. Em 1951, finalmente, teria se conseguido a liberação em escala ampla da "política de licenças de importação" (CMBEU-DE, 1953; 31-32). Às divisas (sobretudo cafeeiras) destinadas à importação desse "capital", seria, portanto, somado o novo montante para evitar a interrupção do "processo de mecanização" iniciado anos antes.

Dessa breve explicação, vê-se que mesmo a mera compra desse maquinário esteve seguidamente bloqueada, entre 1945 e 1950, pela impossibilidade das economias centrais de exportar tais capitais e pela impossibilidade do Estado brasileiro de arcar com as despesas criadas. As barreiras que se mostravam no discurso oficial evidenciam um entrelaçamento da possibilidade de modernização da agricultura com a economia

[87] "Antes de 1951, as importações anuais desse tipo de equipamento eram feitas em escala muito menor [...]. Somente depois da Segunda Grande Guerra é que se observou um progresso considerável no setor da mecanização agrícola" (CMBEU-DE, 1953, v. 14; 19).

mundial. Por outro lado, fica sugerida uma maior possibilidade da mesma, a partir do pós-guerra, o que indicaria um processo de superacumulação de capitais dessas economias "centrais" permitindo sua exportação a países como o Brasil, à maneira como se organiza o argumento do "ajuste espacial" de David Harvey (2005).

É interessante, por sua vez, o diagnóstico conjuntural da economia brasileira que o Relatório apresenta, mostrando-se uma "peça" de planejamento, pensada em termos nacionais e visando à industrialização, na qual a mecanização reduziria a tendência de aumento dos salários rurais, ocasionada pelo forte êxodo rural que então se observava, ao passo que permitiria reduzir os custos da cesta básica também para os setores urbanos, beneficiando, assim, a própria industrialização. Mais do que isso, a política cambial e a inflação são apontadas como causas (ou melhor, mecanismos de planejamento) da diminuição relativa dos custos do maquinário importado em relação aos custos da mão-de-obra[88].

Um Estado planejador se afirmava numa tal análise, conduzindo as políticas com o intuito de acelerar a industrialização, também da agricultura. A racionalidade dessas medidas, embora esbarrando nas limitações reiteradas do financiamento estatal das mesmas, mostrava-se aqui inquestionável, embora viesse a estabelecer novas irracionalidades como sua decorrência. Os diagnósticos "técnicos", no entanto, apontavam as possibilidades e indicavam onde as políticas reparadoras deveriam incidir.

Por um lado, havia uma breve alusão à adaptabilidade do terreno e da lavoura, o que indicava os estados mais propícios (SP, PR, SC, MT, MG, GO e RS) a receber recursos destinados à mecanização. Porém, o mesmo relatório considerava uma mecanização apenas incipiente nas principais lavouras do país. O café e o cacau pouco eram mecanizáveis, a não ser em atividades de preparação inicial do solo, enquanto o aumento da produção de alimentos básicos (milho, mandioca, feijão e batata) era atribuído mais à expansão das áreas cultivadas, uma vez que se apontavam mais o algodão, o arroz e o trigo como "culturas que se prestam particularmente bem ao emprego de equipamento motorizado" (CMBEU-DE, 1953; 25).

Para modificar o panorama existente, tanto o Ministério da Agricultura como as

[88] "A conservação da taxa cambial de Cr$ 18,50 por dólar em face da contínua inflação brasileira, inflação que excede em muito à que vigora nos Estados Unidos e em outros países fornecedores, contribuiu para acentuar a mudança verificada nos custos relativos da mão-de-obra e da maquinaria agrícola. Tal mudança representa uma etapa decisiva na economia da agricultura brasileira, resultante da industrialização e urbanização, criando o incentivo fundamental para a introdução acelerada de métodos agrícolas mais modernos" (CMBEU-DE, 1953; 27).

Secretarias estaduais, além de entidades privadas, tinham feito "redobrados esforços", "no sentido de divulgar os métodos modernos de agricultura e de exercitar uma equipe cada vez maior de lavradores brasileiros no uso de instrumentos agrícolas" (*idem*, *ibid.;* 28). Criara-se, desde 1947, 23 Seções de Fomento Agrícola, uma de Produção Vegetal, 3 patrulhas e 20 postos agrícolas (*id., ibid.;* 61-63).

No entanto, a própria importação crescente de maquinários vinha estabelecendo uma rede de revendedores que se ramificava pelo interior, principalmente nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná, e parte dos estados nordestinos. Estes revendedores constituíam o fundamento de uma necessária rede de assistência técnica particular, que agia também como "educadora" dos agricultores para o uso correto e corriqueiro dos equipamentos.

Por fim, a maneira como o Estado se apresentava indicava um contínuo esforço de criação da infra-estrutura necessária (armazéns, meios de transporte, hidrelétricas, serviço de extensão agrícola, etc.), mas o financiamento destas políticas ainda aparecia atrelado grandemente à geração de divisas, que se mostrava todavia insuficiente, e à política cambial[89]. No tocante aos compradores finais do maquinário, o Estado se propunha a fomentar a compra desse maquinário com preço mais acessível, porém esperava a amortização das parcelas do empréstimo pelos próprios compradores finais (ao pagar as parcelas do financiamento, mais os juros cobrados)[90].

O incentivo governamental à "inovação mecânica" (na aquisição de maquinário agrícola) e "química" (em termos de fertilizantes e pesticidas) mostrava-se, portanto, como apontamos, restringido pela capacidade de importação dos mesmos, no orçamento estatal que se sustentava na taxação das exportações e importações, em impostos, na emissão de moedas (gerando inflação e desvalorizando as dívidas em moeda nacional) e na política cambial. Portanto, financiado pela própria sociedade e suas relações sociais de produção. As "barreiras" à "difusão de inovações" assim se mostravam, no sentido econômico da limitação do fundo público, mas pareciam ir além destas, na limitação

[89] "A administração da Carteira de Exportação e Importação (CEXIM) do Banco do Brasil está decidida a restabelecer as quotas de câmbio para a importação de equipamento agrícola numa escala tão elevada quanto possível, assim que tiver passado a presente escassez de divisas" (CMBEU-DE, 1953; 34).

[90] "Espera-se, todavia, que o empréstimo será em grande parte auto-liquidável e que o será integralmente no que se refere a cruzeiros, isto é, que as quantias necessárias para satisfação das amortizações serão arrecadadas dos compradores finais antes das datas de vencimento, e que a arrecadação de juros será suficiente para cobrir (em cruzeiros) a maior parte, senão a totalidade, dos pagáveis sobre o empréstimo" (CMBEU-DE, 1953; 36).

dos próprios agricultores em incorporar tais inovações.

O relato do revendedor de uma multinacional de produtos químicos para a citricultura, José Renato Baracchini, embora se referindo às vendas de produtos nos anos 1970, dá um panorama da dificuldade das atividades do técnico privado. Dizia ele:

> Baracchini: — *A gente pegava uma dessas estradazinhas de terra da zona rural de Bebedouro, cheia de sitiozinhos dos dois lados e ia. Porteira por porteira a gente ia chegando e mostrando os produtos. Chegava, aplicava em alguns pés de laranja, anotava tudo e deixava aquilo de amostra. Sítio por sítio, fazenda por fazenda. Anotando tudo. Depois de 15 dias, a gente voltava, com o carro, e percorria tudo de novo, vendo os resultados e vendendo pra quem se interessasse. A gente conhecia mais as propriedades (rurais) e os donos que os técnicos da Casa da Lavoura*[91].

A comparação com a rede de assistência técnica pública não é despropositada. Estado e capital se esforçavam ambos por criar necessidades onde antes elas não existiam. Esta outra rede, que pressupõe a existência de técnicos contratados pelo Estado para servir aos produtores (ou talvez melhor, para servir ao capital na sua expansão técnica na agricultura), teria efetivamente se estruturado a partir do governo de Carvalho Pinto (1959-1963) em São Paulo, como fruto do seu Plano de Ação, mas, como afirmava o Relatório aqui apontado, já vinha se estruturando também pelo governo federal.

Com ela, o lugar social do técnico agrícola passava do laboratório dos institutos de pesquisa para o *front* da "batalha" pela realização das mercadorias agrícolas, produzidas provavelmente em excesso a partir desse momento do pós-guerra. Vale para o caso em questão, dessa maneira, a assertiva de Guy Debord sobre a necessidade criada pela automação da indústria, derivando num exército de vendedores, técnicos e etc.:

> O setor terciário, de serviços, é a imensa extensão das linhas do exército que distribui e promove as mercadorias atuais; o imperativo de organização desse trabalho de suporte, com a mobilização dessas forças supletivas, decorre da própria artificialidade das necessidades relacionadas a tais mercadorias (Debord, 1997; 32, §45).

A constituição dessa infra-estrutura[92] e o processo gradativo de criar a

---

[91] *Entrevista gravada em 20 de julho de 2013. Trabalho de campo.*

[92] Paralelamente, uma rede de postos de gasolina, de rodovias e de oficinas mecânicas vinha se estabelecendo e era outro dos pressupostos da mecanização agrícola: "Fatores técnicos correlatos têm auxiliado de maneira apreciável o desenvolvimento da mecanização da lavoura. No decurso da última década as companhias de petróleo aumentaram grandemente seus meios de distribuição, adquirindo carros e caminhões tanques, instalando tanques-depósitos nas cidades do interior e construindo postos de gasolina e de assistência, mesmo em localidades de maior importância, em toda a região meridional e central do Brasil. Os Estados onde se tem registrada mais intensa mecanização, dispõem de uma rede extensa de postos de reparos de veículos, em razão da maior quilometragem de rodovias melhoradas que possuem e de contarem com o grosso dos veículos a motor de todos os tipos" (CMBEU-DE, 1953; 28).

necessidade do uso de novas técnicas, além das próprias experiências de planejamento do Estado neste sentido[93], levavam os relatores a considerar a mecanização que ocorria no Brasil como "um processo básico de aprendizagem, no decorrer do qual os velhos hábitos rotineiros de trabalho vão sendo pouco a pouco abandonados" (CMBEU-DE, 1953; 33).

A fase de *ensaio* valia, então, tanto para o trabalho dos agricultores, como dos técnicos agrícolas que se insinuavam para além dos institutos de pesquisa, no contato com os mesmos agricultores. Valia, ainda, para o próprio Estado, que esboçava uma política de mecanização agrícola, que ainda se dava pela importação desse maquinário e de maneira um tanto restrita.

A afirmação e as limitações da modernização da agricultura do pós-guerra no bojo do planejamento e da política de substituição de importações

Na tese de Antônio Olívio Ceron (1969), que analisamos no primeiro capítulo, a crise da citricultura, provocada pela Guerra e pela "tristeza", teria tido como primeira conseqüência a diminuição brusca da produção e da área plantada de laranja. Mas, além disso, teria levado à centralização do capital do comércio de laranjas, com a falência dos pequenos barracões de seleção e embalagem para a exportação das frutas do município.

A retomada do plantio e da produção de laranjas em Limeira teria sido lenta, tendo como causa, aliás, para Sylvio Moreira (1951; 12) também fatores psicológicos oriundos das lembranças da crise. Conforme esta retomada fosse se dando, entretanto, segundo Ceron (1968; 56), generalizava-se o cultivo da variedade "pêra", e o consórcio

---

[93] Por exemplo, a explicação de por que importar dos EUA e não da Europa, sobretudo por uma tal rede de infra-estrutura técnica menos desenvolvida, revelam um dos aspectos técnicos da monopolização de inovações técnicas pelo estabelecimento de padrões e de incompatibilidades, além de pelos meios de circulação das mercadorias (rede de revendedores): "Infelizmente, porém, grande parte do equipamento europeu revelou-se inadequado às condições reinantes no Brasil, em razão de fatores técnicos vários, entre os quais o peso excessivo, o baixo esforço de tração e a disposição complicada são os mais significativos. Mais importante ainda é que muitas máquinas européias não se adaptam aos discos, grades e outros acessórios de trator de que os lavradores brasileiros já dispõem, e também, que quase nenhum dos fabricantes europeus de equipamento possui organização eficiente de revendedores no interior do Brasil. Não se pode, assim, assegurar ao lavrador assistência pronta e eficaz para reparo e conservação, e em condições de lhe fornecer peças sobressalentes e conselhos técnicos" (CMBEU-DE, 1953; 33).

de outras variedades cítricas permitia um prolongamento das colheitas para todo o ano, possibilitando uma maior extensão da jornada (anual) de trabalho – e, pois, de extração da mais-valia absoluta, em termos marxianos. Eram "inovações biológicas", para retomar a terminologia de Silva (1981), permitindo certa autonomização da citricultura em relação à cafeicultura.

Vimos, por sua vez, que Moreira, chefe da Seção de Citricultura do IAC, sugeria a produção própria de mudas e o plantio intercalar de outras culturas para reduzir os custos de formação dos pomares citrícolas (Moreira, 1951; 11-12). Por um lado, assim, a barreira à monopolização de inovações biológicas era sugerida pela própria assistência técnica estadual, o que não era qualquer absurdo no cenário em que os institutos estatais de pesquisa monopolizavam tais tecnologias. Por outro, compreendia-se a necessidade de se valer de práticas corriqueiras (como o plantio intercalar)[94] para diminuir os custos do tempo de não-trabalho e não-produção da citricultura.

Ceron, por sua vez, afirmava que os técnicos de Limeira não observavam qualquer preocupação, entre os produtores locais, ainda nos anos 1960, de realizar o combate adequado à erosão (inovação física, para Graziano da Silva), a adubação suficiente dos pomares e o controle de pragas (inovações químicas) nas lavouras citrícolas daquele município (Ceron, 1969; 62).

Ainda assim, a lenta adoção, quando havia, de certos elementos do "pacote tecnológico" por parte dos citricultores de Limeira era atribuída, por Ceron[95], ao

[94] "A prática dos cultivos intercalados nos pomares de citrus em fase de crescimento é, como já foi lembrado, desaconselhada pela técnica agronômica. A totalidade dos citricultores consultados tem plena consciência dos prejuízos que essa prática pode acarretar às mudas recém-plantadas. No entanto, invariavelmente, cultiva-se nos pomares de citrus nos primeiros anos de sua formação e, mesmo em alguns casos mais raros, pode-se encontrar a prática das culturas intercaladas nos pomares adultos já em franca produção" (Ceron, 1969; 181).

[95] "Agrônomos da Casa da Lavoura local e técnicos da Estação Experimental de Citricultura, aliados a uma política de conjunto do Estado, bem ou mal sistematizada, não importa, conseguiram grandes progressos nesse particular, através da propaganda, do atendimento direto ao agricultor, de ensinamentos técnicos e mesmo da imposição, por meio legais, de certos cuidados a serem tomados na formação de um pomar de citrus, no uso de mudas selecionadas, na colheita das frutas, na embalagem das mesmas, etc. Assim foi o que se deu em relação ao emprego de porta-enxertos mais resistentes às doenças, como é o caso da tristeza, e mais produtivos. É o caso também da obrigatoriedade do registro dos viveiristas, da fiscalização dos viveiros, etc. Pode-se lembrar o caso da obrigatoriedade do uso de caixas padronizadas, de sacolas de colheita, do uso da tesoura para a colheita das frutas de exportação [...]. Outro exemplo seria o da erradicação das plantas atacadas pelo cancro cítrico, não em Limeira, mas que evidentemente tem evitado a disseminação dessa doença para os municípios nos quais ela não foi verificada. Com relação a essa doença, deve-se lembrar ainda a existência dos postos de fiscalização nas estradas, os quais procuram evitar a saída de mudas e frutas cítricas das zonas mais atacadas pelo cancro cítrico numa tentativa de confiná-lo às regiões de maior incidência (Zona da Noroeste e Alta Araraquarense)" (Ceron, 1969; 178).

trabalho dos técnicos da Casa da Lavoura e da Estação Experimental. Essa lentidão da referida adoção, no entanto, era atribuída, pelo autor, também à estrutura agrária composta largamente por pequenos produtores, tocando as propriedades com trabalho familiar, e sem suporte financeiro adequado para a aplicação das inovações, que eram assim negligenciadas.

Do estudo de Ceron, portanto, parece ficar explícita a noção de que a não-adoção de inovações mecânicas e químicas, exatamente aquelas mais monopolizáveis, segundo Graziano da Silva (1981), não advinha exatamente da falta de consciência dos citricultores das necessidades de tal uso, mas antes da sua inviabilidade econômica, em termos de custos de produção assim acarretados. Dizia, então, o geógrafo: "Os cuidados recomendáveis pela técnica agronômica moderna não são muitas vezes seguidos em virtude do seu elevado custo. Todos sabemos que o agricultor lamenta constantemente serem os adubos, inseticidas e máquinas de preço muito elevado" (Ceron, 1969; 178).

Relacionando essas práticas com as prescritas por Ettori (1957) e Matsunaga (1970) poderíamos ver uma "economia" desses citricultores com a não-realização de gastos com investimento em maquinários (e, pois, nas benfeitorias para conservá-los), assim como na ausência de gastos diretos e em dinheiro com materiais consumidos, tanto ao longo da formação como do pomar em produção. Valendo-se, ainda, do trabalho de membros da família, certamente estariam deixando de despender dinheiro com salários e, seguramente, não estariam remunerando o empresário, a terra ou o capital fixo (este em grande parte inexistente, aliás). Difícil, portanto, seria compreender quem personificava as categorias a serem remuneradas no caso em questão, uma vez que elas não estavam ali autonomizadas. Em tal conformação, contrapunha-se a "racionalidade" da redução pragmática dos custos com a "irracionalidade" da metodologia que indicava uma remuneração de fatores inexistentes.

Porém, conforme indicou Graziano da Silva (1981), a não-adoção dessas "inovações", sejam químicas, físicas ou mecânicas, faria do trabalho realizado nestas condições, um trabalho menos produtivo, a ser comparado socialmente com aquele que se dava nas demais condições e gradações, até o patamar da adoção completa das inovações. O tempo de trabalho socialmente necessário, entretanto, parecia ainda permitir, na média dada, a reprodução de capitais sem a adoção integral das referidas inovações.

É, porém, necessário compreender que algo esteve se transformando na oferta

dessas mercadorias, desde a acima citada Comissão Mista, de 1953. Embora Ceron, escrevendo em 1967 e 1968, não observasse empiricamente ainda as transformações no uso generalizado dessas mercadorias, elas logo seriam bastante visíveis.

Guilherme Costa Delgado (1985), em estudo consagrado sobre o tema, atestava a existência de uma *primeira fase* da transformação efetiva da base técnica da agricultura, exatamente pela importação de máquinas, fertilizantes e pesticidas, facilitada pelo Estado, na década de 1950. Primeira fase esta que remete à discussão que fizemos sobre os trabalhos da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU-DE).

Entretanto, permitida pela instalação das indústrias de base, em meados da década anterior, conforme aludimos anteriormente, uma fase de industrialização por substituição de importações também viria a constituir um Departamento de Produção de Meios de Produção para a Agricultura (D1 agrícola), fortemente fomentado pelo Estado, no fim dos anos 1950. O marco dessa *segunda fase*, para Delgado (1985; 33), seria a constituição das primeiras fábricas nacionais de tratores.

Ao contrário da sugestão inicial de Graziano da Silva (1981) da importância maior das inovações biológicas para a subordinação da agricultura ao capital, o processo de industrialização por substituição de importações, acelerado no Plano de Metas (1956-1960) do governo JK, valendo-se dos mecanismos cambiais e inflacionários para permitir o acesso à exportação (internacional) de capitais – embora, no caso, tenha promovido sobretudo a produção internalizada de inovações mecânicas e químicas –, seria compreendido por Martinelli Jr. (1987) como a efetiva subordinação da agricultura – antes atrelada, como vimos, à dinâmica da expansão extensiva da fronteira – ao capital (industrial). Com a industrialização em processo, Martinelli Jr. (1987; 14) afirmaria que "a agricultura perderá paulatinamente sua autonomia setorial".

Subordinação nova esta que se daria pelo também novo papel que a agricultura passaria a ter na dinâmica da economia industrializada, de ser demandante de produtos industrializados. No caso, tratores, adubos e fertilizantes, pesticidas e etc. Este consumo, como sabemos, representaria uma espécie de *consumo produtivo* a modificar a base técnica dos capitais agrícolas e, portanto, a aumentar a composição orgânica desses capitais.

Esta forma de compreender a subordinação da agricultura à indústria, a partir da constituição do D1 agrícola que transforma a agricultura em consumidora de

mercadorias industrializadas ("bens de capital", ou meios de produção), negligencia as relações anteriores do mercado mundial, que colocaram essa mesma agricultura (aparentemente autônoma) em movimento, conforme a abordagem que propusemos ao longo do segundo capítulo. Ainda assim, permite, de uma perspectiva nacional, compreender o movimento da relação nova que a industrialização impõe no referido momento, caracterizando a chamada *industrialização da agricultura*. Esta transformação, como reiteramos nesta tese, não era apenas de ordem técnica, mas se dava em termos de relações sociais de produção e na forma de ser da política.

Por fim, a constituição de indústrias processadoras de produtos agropecuários corroboraria o fechamento do elo de subordinação da agricultura, transformando-a também em ofertante de matérias-primas para uma indústria *a jusante*. Essa demanda industrial por produtos agrícolas seria um dinamizador importante das mudanças na forma de se produzir da agricultura, incentivando a adoção das chamadas "inovações". Seria esta a *terceira fase* do processo de mudança da base técnica, de acordo com Delgado (1985):

> A constituição de um ramo industrial (meios de produção para a agricultura) e a modernização do ramo industrial a jusante (processamento de produtos agrícolas) passa, necessariamente, pela modernização de uma parcela significativa da agricultura brasileira. Essa agricultura que se moderniza, sob o influxo dos incentivos do Estado e induzida tecnologicamente pela indústria, transforma profundamente sua *base técnica* de meios de produção. Esse processo significa, também, que, em certa medida, a reprodução ampliada do capital no setor agrícola torna-se crescentemente integrada em termos de relações interindustriais para trás e para frente (Delgado, 1985; 35).

Essa integração teria se dado de maneira desigual no período, entre meados dos anos 1960 até o final dos anos 1970. No que se refere à indústria processadora, a padronização industrial levava gradativamente à imposição de padronizações na produção agrícola. Porém, a indústria produtora de meios de produção para a agricultura teria, para Delgado, centralidade na promoção do dinamismo das transformações no período, atrelando-se à pesquisa e à assistência técnica[96]; ou, nos termos dos demais autores, é, principalmente, esse departamento industrial que promoverá a "difusão de inovações" para a agricultura.

[96] "Por si só, a exigência de padronização de produto não é suficiente para induzir em geral o movimento de alteração da base técnica de produção. Esse depende basicamente, e tem como cerne de sua direção, o ramo industrial que produz meios de produção para a agricultura. É deste ramo industrial que emanam as inovações que estão incorporadas aos novos meios de produção adotados. A ele se integra todo o aparato de pesquisa e extensão rural, conformando o Departamento de Meios de Produção para a agricultura (D1), que dirige tecnologicamente a modernização agrícola, segundo estratégias políticas mais gerais" (Delgado, 1985; 38).

De um ponto de vista estadual, podemos observar, de início, essa setorização da agricultura, colocada lado a lado da indústria, no *Plano de Ação* do governo Carvalho Pinto (1959-1963). No geral, aquele plano previa a constituição de 5 fundos, visando um planejamento continuado das referidas "áreas" de atuação privilegiada do Estado, sendo eles: a) fundo estadual para construções escolares; b) fundo para construção da Cidade Universitária "Armando Salles de Oliveira"; c) fundo de expansão agropecuária; d) fundo de financiamento da indústria de bens de produção; e e) fundo de expansão da indústria de base. O total de financiamento previsto era de Cr$ 100 bilhões.

Neste Plano de Ação (São Paulo, 1959), portanto, o processo de estruturação da educação de base se mostrava em curso, ao lado daquela educação visando o trabalho complexo, justificados pelas necessidades do capital e para o aumento da renda per capita. Via-se no papel do Estado, ao promover essa suposta melhoria das condições de vida, também uma "capitalização da comunidade"[97], explicitando de maneira pioneira e relativamente não teorizada a ideia anteriormente criticada de um capital humano. A formulação, entretanto, que propunha aquela expressão advinha do discurso em voga de superação do subdesenvolvimento, que em muito se apresentava meramente como promoção da industrialização. A tarefa do Estado era, dessa maneira, bastante ampliada, num esboço (ou desejo) de Estado providência.

Dentro dessa proposta, a agropecuária seria financiada para ser renovada e para industrializar os seus produtos[98]. Assim, enquanto a substituição de importações, no setor industrial, era evidente e adquiria a real centralidade do planejamento, com dois fundos destinados à industrialização em processo, o que de fato se projetava para a agricultura era sua subordinação ao processo de industrialização. Portanto, se dissemos que a agricultura era formalmente colocada como um setor ao lado da indústria, vemos, no fundo, uma intenção de modernizá-la no sentido de transformar suas relações de

[97] "Aceita-se, moderna e universalmente, que ao Estado incumbe a ampla tarefa, na comunidade que administra, da promoção do desenvolvimento econômico, entendido este como o constante aumento, através do tempo, da renda 'per capita' da comunidade. Um constante aumento da renda 'per capita' significa uma constante melhoria nos níveis de vida da população: melhor educação, melhor alimentação, melhor vestuário, melhor moradia, melhores condições de trabalho, melhores condições de lazer... Significa, no entanto, também, um maior esforço de capitalização da comunidade, bem como uma escolha racional na aplicação do capital acumulado, utilizando-o em setores que produzam a maior rentabilidade social" (São Paulo, 1959; 16).

[98] Aparentemente já se esperava pela constituição dos chamados *complexos agro-industriais*: "com a finalidade de financiar, a médio e longo prazo, até 60% do montante dos investimentos, projetos específicos que visem renovar e desenvolver a agricultura e pecuária, bem como **promover a industrialização de seus produtos no território do Estado**" (São Paulo, 1959; 8 – grifos nossos).

produção.

Esse mesmo planejamento, que criava o CEASA[99] e previa outras infra-estruturas, dentre elas as Casas da Lavoura, oferecendo assistência técnica para os agricultores, questionava uma noção de financiamento pelo Estado, em que se destinava um recurso para determinada obra, por exemplo, sem prever a dotação orçamentária para a continuidade da modernização que aquela obra visava fomentar.

Assim, para se contrapor à prática estatal que condenava, os planejadores em questão[100], valendo-se de um levantamento tecnocrático das necessidades de intervenção, previam a constituição de fundos permanentes de investimento e de manutenção (custeio da administração) para um planejamento que passava a ser pensado como necessariamente contínuo[101]. Dentre esses fundos, até mesmo uma perspectiva de se precaver contra as crises era alardeada, numa declarada afiliação ao keynesianismo[102], visando, na época, superar o subdesenvolvimento pela manutenção do crescimento econômico, levando ao crescimento da renda per capita, atrelada à

---

[99] Veja-se que o Estado acionava a forma de sociedade por ações para estabelecer uma infra-estrutura de abastecimento do mercado interno: "III – Organizar uma sociedade por ações, sob a denominação de Centro Estadual de Abastecimento S/A, para a construção, exploração e administração de um centro de abastecimento na área metropolitana da Capital, e a subscrever suas ações até o montante de Cr$1.250.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros)" (São Paulo, 1959; 8).

[100] O Plano de Ação era coordenado por Plínio S. de Arruda Sampaio, com o economista Diogo A. Nunes de Gaspar como secretário executivo, mas tinha ainda na sua cúpula os politécnicos Paulo M. Mendes da Rocha e Ruy Aguiar da S. Leme, além do economista Antônio Delfim Netto, então professor assistente da FEA-USP. Compunham o Grupo de Planejamento, também, Celeste Ângela de Sousa Andrade, do Depto. de Estatística do Estado, Sebastião Advíncula da Cunha, do Depto. Econômico do BNDE, Orestes Gonçalves, da Secretaria da Fazenda, e o já citado Ruy Miller Paiva, agrônomo do Departamento da Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura.

[101] Depois de atribuir ao Grupo de Planejamento as funções de estudar as medidas a serem implementadas, ver modificações necessárias no Plano durante a sua execução e acompanhar a concretização das medidas projetadas, parte-se para a análise do financiamento. Nesta, uma racionalização crescente do orçamento estatal é apontada, relacionando sua necessidade ao conhecimento dos recursos e despesas por parte dos governantes, a fim de possibilitar um uso adequado dos recursos. A distinção fundamental apontada seria entre *dispêndios com o custeio da administração* e *dispêndios relativos a capital, ou seja, investimentos*. Por trás desta distinção, subjaz uma distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, ou custos e investimento em produção. Três justificativas são apontadas: a) racionalização; b) combate às crises; e c) melhor aproveitamento financeiro (face à inflação).

[102] "Em segundo lugar, a conta de capital do Governo assume importância pelo fato de poder ser utilizada como **instrumento de política anti-cíclica**, bem como de promoção do desenvolvimento econômico. Embora estes objetivos sejam claramente estabelecidos no âmbito do Governo Federal, pela sua autoridade emissora, pode-se conceber que uma bem estruturada conta de capital, no âmbito do Estado, poderá concorrer para a estabilização econômica, evitando crises regionais de desemprego, inclusive através do uso de recursos federais nos planos do Estado" (São Paulo, 1959; 21 – grifos nossos).

educação.

A constituição prévia de um Grupo de Planejamento que conduziu ao Plano de Ação evidencia, por sua vez, a exaltação da neutralidade técnica de uma burocracia que se afirmava isenta de interesses políticos[103] e imbuída de "valores" superiores, tais como a superação do subdesenvolvimento. A positivação do desenvolvimento era mostrada, portanto, como sendo feita em benefício da população, exatamente como a CMBEU-DE afirmara que a compra de maquinários agrícolas era para melhorar a vida do trabalhador rural e para produzir alimentos para a população.

Por sua vez, a continuidade do planejamento econômico passava pela constituição de linhas contínuas de financiamento estatal. No entanto, esse financiamento estatal era ainda afirmado como decorrente da própria arrecadação normal do Estado, por meio de tributação e taxação, numa perspectiva que visava não incorrer mais no mecanismo de financiamento federal sustentado por uma política inflacionária[104].

Assim, embora nesta esfera estadual se mostrasse um financiamento mais restringido, uma crítica velada ao mecanismo de emissões de moeda para o financiamento da modernização aqui se apresentava[105]. De fato, a recessão anunciada

---

[103] "Cumpriu o decreto, assim e imediatamente, uma de suas funções primordiais, qual seja a de ativar todos os setores e níveis da Administração Estadual, que revelaram, mais uma vez, **admirável grau de disciplina funcional**. Os programas em curso foram revistos e reelaborados, bem como foram estabelecidos, dentro das diretrizes traçadas pelo Governo, os objetivos a serem alcançados pelos principais setores da Administração no presente período governamental. O Relatório do Grupo de Planejamento propicia, assim, uma visão global e conjunta de todos os programas propostos. O mérito desses programas foi assegurado pelo fato de terem sido elaborados por equipes técnicas de cada setor –**livres de injunções políticas ou de qualquer espécie** –, e fundamentados de maneira julgada adequada, vindo ao encontro das diretrizes norteadoras da política administrativa, largamente preconizada durante a Campanha Eleitoral" (São Paulo, 1959; 23 – grifos nossos).

[104] "Cabe acentuar que a principal fonte de recursos adicionais para o programa será a arrecadação estadual e, portanto, **esse aumento de dispêndios não será inflacionário**. Note-se, ainda, que não será necessário recorrer aos recursos do Banco do Estado para financiamento de qualquer parcela da Primeira Etapa do Plano. Assim se procede com o objetivo de deixar liberadas as disponibilidades desse instituto de crédito para o exercício de sua profunda ação social e econômica, na sustentação e desenvolvimento das atividades agrícolas, industriais e comerciais, básicas ao crescimento econômico do Estado" (São Paulo, 1959; 24 – grifos nossos).

[105] "Em terceiro lugar, cria-se um sistema de aproveitamento integral dos recursos financeiros. A falta de distinção clara entre dispêndios de investimentos e dispêndios de custeio teve como efeito assemelhar o primeiro ao segundo. É suficiente examinar-se os vários casos de obras do Estado, que têm um período de construção que abrangem vários orçamentos, para se perceber o desgaste de recursos que ocorre com esse processo, – que faz construções como se elas fossem despesas de custeio, com dotações anuais específicas. Em um regime inflacionário, como temos vivido, as dotações monetárias anuais adquirem, em cada ano, quantidade menor de recursos físicos: constrói-se, em cada ano, com a mesma dotação, uma quantidade menor de obras, ocasionando esse

viria a se confirmar no início dos anos 1960. Para Conceição Tavares (1972) era este o esgotamento do ciclo de substituição de importações que promovera a industrialização acelerada dos anos 1950 e início dos 1960.

É importante, no entanto, reiterar que o processo de industrialização por substituição de importações que se estabeleceu, conforme observou Maria da Conceição Tavares (1972), acionou os mecanismos de câmbio e de inflação para desvalorizar as dívidas contraídas em moeda nacional e para possibilitar a compra dessas mercadorias, por meio de subvenções estatais. Ou, em termos da Economia, criar liquidez para os investimentos necessários para a industrialização, ainda que por meio principalmente de um endividamento externo. Estabelecido um patamar de produção industrial, a restrição que passava a se impor advinha da demanda de seus produtos[106].

Por isso, a ressalva de Ceron se fazia ouvir ainda em fins dos anos 1960: eram produtos caros, cujo uso ficava impedido para grande parte dos seus potenciais consumidores. A principal barreira para a difusão da inovação se afirmava, então, como sendo a falta de crédito para a sua adoção, crédito direto para os produtores, para além do financiamento de infra-estruturas e das indústrias de base. A falta de autonomia da técnica e da ciência (e mesmo da produção industrial em si) em relação ao plano econômico assim se mostrava. Vejamos, assim, como se desenvolveu a questão de um crédito rural para fomentar a generalização da modernização agrícola e algumas de suas conseqüências.

O planejamento de uma política de crédito rural nacional e sua relação com a financeirização do capital

A maneira como Guilherme C. Delgado (1985) teoriza sobre as funções do

processo uma terrível ineficiência nos serviços públicos. Um sistema de administração fazendária que dê tratamento adequado à conta de capital permite que as obras sejam realizadas com prazo determinado, assegurando, em tempo útil, os recursos totais para seu término" (São Paulo, 1959; 21).

106 Terminada a fase de substituição intensiva de importações (anos 1950-1960), o esquema de financiamento público e privado pela emissão monetária, assente portanto em "mecanismos inflacionários interno e de endividamento externo", parecia ter chegado ao limite, para Tavares (1972; 213). Os novos setores implementados, funcionando abaixo de sua capacidade produtiva, tinham sua oferta limitada pela baixa demanda das classes médias e pela impossibilidade crescente do governo e das empresas seguirem bancando a sua reprodução ampliada. A organização e o funcionamento do sistema financeiro apresentavam-se como "superação do impasse".

Estado na modernização da agricultura pode ser comparada com a maneira como Robert Kurz (1997) analisa o papel do Estado moderno em geral em sua relação subordinada à reprodução ampliada (crítica) do capital. Retomar tais esquemas interpretativos, a essa altura, pode ser interessante para organizar a abrangência da atuação estatal na modernização retardatária e perceber a mudança qualitativa do próprio Estado, em sua face planejadora, a partir de meados dos anos 1960.

Delgado (1985; 43-46) aponta a regulação estatal da economia se dando em quatro esferas:

a) Normativa;

b) Financeira-fiscal;

c) Produtiva; e

d) Previdenciária.

Kurz (1997), por sua vez, observa cinco níveis de atuação estatal, que seriam em si as funções econômicas do Estado:

a) Juridificação;

b) Problemas sociais e ecológicos;

c) Agregados infra-estruturais;

d) Produtivo; e

e) Políticas de subsídios e protecionismo.

Num primeiro momento, vemos a categorização de ambos coincidir em grande medida. Poderíamos relacionar a esfera normativa, de Delgado, com o nível da juridificação, de Kurz, sendo que também o lidar do Estado com os problemas sociais e ecológicos atravessaria esses "campos" de atuação, e parece se impor como demanda social para o Estado muito mais premente nos dias de hoje.

O governo autoritário, objeto de estudo de Delgado, portanto, lidou de maneira igualmente autoritária com a questão da terra e do trabalho e dos movimentos sociais, abafando tais problemas ou reduzindo-os ao pragmatismo, de modo que autores como Graziano da Silva (1981), Moraes Silva (1999) e mesmo Delgado (1985) puderam qualificar essa modernização como *conservadora*, ou *trágica*. Enquanto tal concepção

evidencia um dualismo que a contrapõe a uma eventual modernização progressista ou boa, o que convém reter é uma postura autoritária que reduz as questões sociais e ecológicas aos imperativos da modernização em si; subordinadas, assim, de maneira mais explícita e brutal às "necessidades" do desenvolvimento.

Contra tal dualismo, portanto, viemos defendendo seguidamente nesta tese que não escolhemos uma modernização melhor e que a normalidade espetacularizada da forma-mercadoria também é trágica e autoritária. O autoritarismo, explícito no ciclo estatista que Delgado analisa, não deixa, todavia, de existir na aparente normalidade das imposições cotidianas, mesmo em ciclos (por assim dizer) monetaristas, ou quando a aparência de legalidade parece conduzi-las (as questões sociais e ecológicas) todas à alçada supostamente neutra e imparcial da Justiça e do Direito, sempre margeada pela alçada violenta do crime que a ela se refere por oposição e a da polícia que ela pressupõe e que age violentamente, supostamente sempre a serviço da lei.

Voltando à comparação sumária, a inclusão de uma esfera previdenciária, em Delgado, por sua vez, reforçaria um elemento estatal para lidar com os chamados problemas sociais. A pressão social, agravada pela política de arrocho salarial dos anos 1960, assumia aqui um canal de vazão na esfera estatal, que lidava com a crise.

A constituição dos chamados agregados infra-estruturais, que em Kurz (1997) adquire uma importância sistêmica, contribuindo para o seu argumento do crescimento exponencial da dívida pública sobre a reprodução social (Kurz, 1995), parece se esvair no esquema de Delgado, embora, diluído em seu texto, tais agregados infra-estruturais apareçam com certo destaque.

A esfera produtiva aparece em Delgado e em Kurz na atuação direta do Estado na produção de mercadorias, por meio de empresas estatais. No caso da agricultura, entretanto, não teria havido tão diretamente tal ação, segundo Delgado, a não ser nas estatais envolvidas na produção de insumos para a agricultura, como fertilizantes e defensivos químicos, bem como nos institutos de pesquisa e no serviço de assistência técnica, ambos estatais, que cumpriam funções fundamentais. Para Kurz (1997), este aparato de pesquisa e assistência técnica seria, provavelmente, incluído no nível dos agregados infra-estruturais, como custos sociais bancados pela dívida pública.

Deixamos, dessa maneira, para o fim, a esfera financeira-fiscal, de Delgado, e o nível das políticas de subsídios e protecionismo, de Kurz, para introduzir a questão que viemos sugerindo, da financeirização da economia e da ação estatal, como elementos

determinantes da modernização da agricultura dos anos 1960 em diante.

Em Maria da Conceição Tavares (1972), o surgimento de um sistema financeiro nacional advém, entretanto, primeiramente, de um processo de normatização ou juridificação (para relacionar com a terminologia que estamos apresentando), delineado a partir da Reforma Bancária, de 1964, e de diversas legislações subseqüentes que instituem os *marcos legais* do mercado de títulos de propriedade de ações, determinando o novo funcionamento do mercado de títulos da dívida pública e de propriedade de ações na Bolsa de Valores, além da criação de um subsistema financeiro da habitação, por meio do direcionamento da arrecadação de recursos sobre os salários (FGTS) e da constituição do Banco Nacional da Habitação, para impulsionar a construção civil.

O sistema financeiro previamente em vigor se encontrava limitado legalmente pela imposição de uma taxa de juros anuais máxima de 12%, aquela mesma que regulava a "retribuição dos fatores" em Ettori (1957) e em Matsunaga (1970). Dessa forma, a maneira de se "aumentar a liquidez" vinha da emissão de moedas e do estímulo aos depósitos bancários diretos. Nesses limites, o sistema bancário tinha se expandido consideravelmente, em termos do aumento do número de agências bancárias, para estimular esses depósitos. Com isso, entretanto, aumentava o seu custo operacional na medida em que aumentava o chamado "lucro" bancário.

A inovação da nova legislação seria a inclusão de mecanismos de correção monetária que faziam por estimular uma remuneração financeira atrelada à inflação vigente, sobretudo a partir de 1968, quando da constituição de fato de um mercado financeiro de títulos[107].

Em Conceição Tavares (1972) e em Delgado (1985), ambos remetendo às teorias de R. Hilferding, V. Lenin e J. M. Keynes, o sistema financeiro aparece, primeiramente,

---

[107] Tavares apontava duas etapas desse desenvolvimento recente, após 1964, do sistema financeiro. A primeira, entre 1964 e 1968, em que se consolidaram formas de endividamento entre os setores (privado, público e exterior), intermediado pelas financeiras, pelo sistema bancário e com a entrada de capitais de curto prazo, e em que se consolidou um subsistema financeiro voltado à construção civil, intermediado pelo BNH.

A segunda, a partir de 1968, seria caracterizada pela estruturação do mercado de capitais, não exatamente contribuindo para aumentar o financiamento da produção, mas para "permitir o 'descongelamento' do capital invertido em atividades produtivas, mediante a sua conversão em capital financeiro".

A mobilidade do capital, pela sua conversão em títulos, seria a principal positividade dessa estruturação, para Tavares: "Desse modo se pode aumentar a sua mobilidade intersetorial e sua posterior centralização nos setores de atividades com maiores perspectivas dinâmicas" (Tavares, 1972; 215).

como permitindo a liquidez do patrimônio ou do capital. Isto é, transformando, pelo mercado de títulos, a propriedade *fixa*, capitalizada, oriunda de investimentos de médio e longo prazo, em ativos financeiros *móveis*, transacionáveis.

Por isso, a explicação anterior do esgotamento do processo de substituição de importações se atrela à da constituição desse sistema financeiro, como mecanismo visando o incremento dos investimentos produtivos, num contexto de recessão, enquanto o parque industrial instalado absorvera grande quantidade de tais investimentos, ao mesmo tempo em que o consumo encontrava-se restringido às classes mais altas da sociedade.

O montante de capital, por assim dizer, imobilizado na constituição desses investimentos industriais, representava, no contexto da recessão, uma situação de escassez de capital monetário, que aliás dificultava mesmo o amplo funcionamento da capacidade produtiva instalada, cuja produção não se realizava plenamente (cf. Coutinho & Belluzo, 1982). No que se refere à agricultura, as queixas dos pequenos citricultores de Limeira, apresentadas por Ceron (1969), evidenciam uma correlata restrição do consumo das mercadorias industrializadas, no caso os chamados insumos modernos.

A constituição do sistema financeiro, como saída para retomar o investimento produtivo, pelo aumento da liquidez, não teria, todavia, se dado nos termos esperados por Conceição Tavares (1972). Desse modo, a autora observava uma pendência desse sistema financeiro para o lado da *especulação* e para a obtenção de juros de curto prazo. O novo modelo, assente no mecanismo de ganhos financeiros por meio da *correção monetária*, dependente das condições inflacionárias, acabava por não se interessar pelos financiamentos de longo prazo, com maiores riscos e retornos demorados, que acabavam relegados às "agências públicas de desenvolvimento" (Tavares, 1972; 241-242).

À maneira como compreendemos o estudo de Delgado (1985), desse modo, podemos incluir a constituição do *Sistema Nacional de Crédito Rural* (SNCR), de 1964, como equivalente a um subsistema financeiro, porém com o Estado ocupando a lacuna (de fornecer créditos a longo prazo) que o mercado financeiro não se interessava até aí em ocupar[108].

[108] Interessante notar que a saída para isso, para Tavares, era a centralização do capital bancário e financeiro (atrelada à centralização do capital produtivo, constituindo os chamados

Este sistema de crédito rural se diferenciava das políticas de crédito rural anteriores pela maior abrangência e pelo planejamento da modernização da agropecuária[109], ainda que tenha destinado de maneira desigual seus incentivos, questão que não deve ser menosprezada por incorrer em condições desiguais de acumulação de capital[110]. Nos termos de Delgado (1985), privilegiava-se aquelas produções voltadas para a exportação e as industrializáveis, reforçando um processo de integração da agricultura à indústria processadora, na solidificação de *complexos agroindustriais* (CAIs):

> O novo sistema é montado para a agropecuária em seu conjunto. Seu sentido modernizador é claramente estipulado. Seus mecanismos indutores de organização da produção são refletidos nas condições favorecidas de financiamento, em termos de taxas de juros, prazos e carência de pagamento. Sua clientela preferencial é o produtor modernizado ou modernizável, inserido na malha das transações interindustriais do CAI (Delgado, 1985; 45).

Esse sistema de financiamento rural foi implementado especialmente pelo Banco

---

"conglomerados"), algo que o PROER, no Plano Real, viria a fomentar, modificando as bases desse sistema, mas não impedindo a especulação, como se sabe: "Parece existir um certo consenso de que para evitar essa ruptura [crítica da expansão econômica, provocada pela redistribuição contínua do excedente em favor da órbita financeira – CAB] se necessita diminuir a especulação, forçando uma maior centralização do capital financeiro, mediante a qual as grandes agências financeiras controlem o lançamento dos novos títulos em bolsa, intervenham em forma coordenada na manipulação das operações financeiras e promovam a canalização de recursos para os setores com maiores oportunidades de investimentos. O logro dessas medidas significaria, obviamente, **uma maior integração entre os planos real e financeiro, que permitiria a reconversão de capital financeiro em capital 'produtivo'** adequada a uma aceleração da taxa real de poupança-investimento. Entretanto, essa tão conveniente integração não depende apenas da centralização do capital, mas, inclusive, de uma profunda reorganização da estrutura oligopólica vigente, bem como de uma acentuada modificação do estilo de crescimento recente da economia" (Tavares, 1972; 245-246 – grifos nossos).

109 Delgado também atrela o seu surgimento ao processo de modernização anterior que decorria das transformações do pós-guerra, para depois o diferenciar pelo aspecto de conjunto: "É particularmente a partir do projeto de modernização e diversificação agropecuárias, que se insinua claramente a partir da segunda metade dos anos 60, que se tenta institucionalizar o SNCR. **Os graus de abrangência e generalidade desse sistema contemplam a mercadoria agrícola em geral e não apenas atividades específicas ao estilo monocultor,** como o fazem, subsetorialmente, o Instituto Brasileiro do Café e o Instituto do Açúcar e do Álcool, criados depois de 1930. Parcialmente, também a Comissão de Financiamento da Produção exerceu, nos anos 50 e parte dos 60 uma mediação específica, relativamente aos interesses dos produtores de algodão" (Delgado, 1985; 45 – grifos nossos).

110 De acordo com Martinelli Jr., a distribuição do crédito rural era muito desigual entre as regiões do país, com o Sudeste e o Sul, na década de 1970, concentrando cerca de 70% do volume total. Ao mesmo tempo, havia uma "grande disparidade distributiva" (Martinelli Jr., 1987; 18) também entre os produtores, com as médias e grandes propriedades recebendo a maior parte dos financiamentos: "Enquanto os grupos de área com menos de 10 ha, que representavam cerca de 50% do total dos estabelecimentos, abocanhavam em torno de 5% dos financiamentos. No extremo oposto, os estabelecimentos com mais de 1000 ha, representando menos de 10% do total, auferiram mais de 20% dos totais de financiamentos. É claro, portanto, a enorme desigualdade de tratamento na política de alocação dos volumes de financiamento rural" (Martinelli Jr., 1987; 18).

do Brasil. Como observava o ex-gerente do Banco do Brasil, em Olímpia-SP, João Carlos Nazareth, por volta de 1970 teria começado o "derrame de dinheiro", sendo o banco considerado por ele como o "grande agente fomentador do progresso", nos anos 1970 e 1980. Dizia Nazareth, em entrevista gravada em 19 de julho de 2012:

> Nazareth: — *Então, esse era o cenário aqui do início dos anos 1970: o fim do café, o início da laranja, e o governo querendo virar o jogo. Porque um país com essa extensão continental, eles acreditavam que a agricultura era a salvação do país. Não estavam errados, né? Era uma visão até certo ponto lógica.*
> *Então, nessa época, entrou o Banco do Brasil como o grande agente fomentador do progresso. Por exemplo, as propriedades agrícolas, a grande maioria não possuía energia. Máquina, mas nem pensar; existiam aqueles tratorzinhos quando o cara era muito avançado. Geralmente nenhum. Não.*
> *Então, o Banco do Brasil financiava energia elétrica, máquinas, implementos agrícolas, insumos, fertilizantes essas coisas que também eram uma novidade. O pessoal do café ficava sempre em cima do arroz com feijão, que era o orgânico, o esterco. Adubo, nem... O NPK veio dos anos 1970 em diante. E poucos produtores ainda acreditavam nessa possibilidade. Quando punham, punham pouquinho, esperando mais o efeito psicológico: 'Ah, mas eu pus adubo'. Mas pôs quanto?*[111]

O relato entusiasta colocava a política agrícola como contraponto positivo da ditadura, esta criticada pelo ex-gerente, ao longo da entrevista, como se fossem âmbitos dissociáveis. Talvez esta separação fosse reforçada pela própria existência de uma tecnocracia a conduzir o planejamento do Estado, relativamente autonomizada do plano da política. Assim, vemos à frente de todas essas medidas, congregadas no *II Plano Nacional de Desenvolvimento* (PND), no Ministério da Fazenda, o economista Antônio Delfim Netto. Ou seja, conduzindo a constituição desse sistema financeiro e das políticas de modernização, no âmbito de um governo ditatorial, tínhamos um economista que integrou o Plano de Ação do governo Carvalho Pinto: considerados, geralmente, um plano "progressista" e um governo "liberal".

Por sua vez, o imenso afluxo de dinheiro, com relativa autonomia do gerente bancário em destinar tais fundos aos produtores, colaborava para criar localmente o "poder" do gerente na "sociedade", equiparando este cargo burocrático – personificação de parte do sistema financeiro e de parte da alçada estatal – a outras autoridades. Ressaltava Nazareth, dessa maneira, na mesma entrevista: "— *Gerente do Banco do Brasil naquela época era autoridade. Diziam que era o juiz de direito, o prefeito e o*

[111] *Entrevista gravada em 19 de julho de 2012. Trabalho de campo.*

gerente do Banco do Brasil quem mandava na cidade." Para logo apontar o panorama atual, da dissolução dessa autoridade e da subordinação do trabalho complexo às tecnologias da microeletrônica: "— *Hoje em dia não tem a mesma autoridade. Na minha época já começou a mudar, o cara passou a ser um operador de computador*"[112].

Porém, cabe insistir na descrição feita por quem personificou esse afluxo de capital monetário para fomentar uma modernização. Na descrição que se segue, os mecanismos de financiamento são descritos até o limite da atuação do gerente, mostrando, entretanto, a percepção de um "planejamento" um tanto desmedido, porque assentado na dívida pública:

> Nazareth: — *Então, nessa época é que começou o derrame de dinheiro. Nós tínhamos uma revenda da Massey-Ferguson aqui em Olímpia, rapaz era absurdo o tamanho. Na Carteira Agrícola nossa, tinha o EAI: Empréstimo Agrícola Investimento. E o Empréstimo Agrícola Custeio. Nós chegamos a ter mais de 3 mil financiamentos. Por exemplo, um grande proprietário, como Hernani Bulle Arruda, então ele tinha, por exemplo, uns 15 financiamentos. O que que seriam? Por exemplo, custeio do café, aí na outra fazenda, ele plantou café. Aí ele comprou um trator, comprou implementos agrícolas. Então...*
> Pergunta: — *Isso era uma novidade, esse volume de investimento?*
> Nazareth: — *Não sei se foi uma novidade, mas foi o auge. E o Banco do Brasil, onde ele buscava os recursos? Existia uma tal de Conta Movimento, que era um saco sem fundo. Você debitava ali e eu nem sei como era acertada essa conta a nível de governo.*
> *Quando você soltava um empréstimo, você debitava uma conta que era inter-departamental, que era Brasília. E lá em Brasília juntavam todas as agências do país e se ressarciam junto ao governo, junto ao Ministério da Fazenda. Eu não sei qual era a origem desses recursos, mas o certo é que tinha essa Conta Movimento que era um saco sem fundo*.
> Pergunta: — *Não tinha limite?*
> Nazareth: — *Não tinha limite. Então, por isso, facilitava o empréstimo. Por isso também foi uma época que teve um certo desmando, porque a coisa fluía*[113].

É em tais condições, portanto, que se explica como este crédito rural tenha crescido a taxas bem superiores à do produto por ele gerado, indicando um processo amplamente ancorado na dívida pública do Estado e fomentando um capital em grande parte *fictício*: "Calcula-se que, entre 1969 e 1976, o crédito real concedido cresceu cerca de 23,8% a.a., enquanto o crescimento real do produto ficou em torno de 7% a.a." (Martinelli Jr., 1987; 16 – nota 15).

---

[112] *Entrevista gravada em 19 de julho de 2012. Trabalho de campo.*

[113] *Entrevista gravada em 19 de julho de 2012. Trabalho de campo.*

Tendo crescido o crédito rural tão acima do produto, conclui-se que os juros têm aí um custo real – não podendo a remuneração de fatores baseada no parâmetro dos juros ser considerada um equívoco, nem esse cálculo dos juros como algo meramente subjetivo ou residual –, e, ao mesmo tempo, nem todo o montante de capital monetário mobilizado pelo Estado para a produção agrícola – portanto, capital financeiro destinado aos investimentos de longo prazo – se converteu imediatamente, no processo, em capital produtivo, evidenciando uma ficcionalização considerável da política de crédito rural estatal. Indica-se, com isso, o fundamento de uma modernização ancorada na dívida pública e conduzindo ao capital fictício.

Porém, observa-se uma modernização que se expressava efetivamente também na intensificação do capital produtivo aplicado na agricultura, algo evidenciado pelo consumo de "insumos modernos"[114], e que representava também certa mudança no padrão de reprodução antes em moldes extensivos desse mesmo capital[115].

Esse aporte de crédito rural teria se intensificado no período entre 1969 e 1979[116], para, a partir daí cair até 1983, quando uma ligeira retomada aconteceria. Lidaremos mais adiante, assim, com os *limites* para essa política, indicando alguns aspectos que escapavam à formulação do ex-gerente Nazareth. Por ora, basta indicar as

---

[114] O crescimento vertiginoso do uso destes insumos seria a comprovação do processo, ainda que estejamos aqui indicando que parte desse uso não podia ser comprovada. De todo modo, em 30 anos, a frota de tratores cresceu 6.400%, o consumo de NPK cresceu 20 vezes, entre 1960 e 1980, bem como o consumo de arados mecânicos e de defensivos cresceu três vezes, entre 1970 e 1980, assim como o do financiamento. Mais uma vez, a ressalva quanto à desigual distribuição desse consumo havia que ser feita. Por isso, Martinelli Jr. apontava que, entre 1970 e 1980, 80% dos tratores do Brasil estavam nas regiões Sul e Sudeste. Algo semelhante novamente se apontava para a concentração desse consumo nas propriedades maiores, sobretudo aquelas com mais de 500 hectares (Martinelli Jr., 1987; 30).

[115] Ainda nos termos de Martinelli Jr., insistimos neste ponto que compõe uma importante contraposição aos movimentos de expansão da cafeicultura e da primeira citricultura, que circundamos no primeiro capítulo: "Sendo assim, a agricultura que até a década de 60 apoiava-se num crescimento extensivo, através de crescente incorporação de áreas de fronteira agrícola, cuja ligação com a indústria era, fundamentalmente, a de transferência de recursos através da política cambial confiscatória, passa, após a implantação da indústria de bens de produção agrícola a ser ela própria indutora de crescimento de setores industriais. Não mais somente pelo mecanismo de transferência de renda agricultura-indústria, mas também pelo crescimento da demanda pelos produtos industriais, sustentado pelos aparatos monetário-financeiros do Estado" (Martinelli Jr., 1987; 30).

[116] A partir de 1978, porém, sua orientação teria mudado, com o progressivo aumento das taxas de juros e queda nos subsídios, indicando, quando o autor escreve, que a tendência seria o atrelamento do crédito rural às instituições financeiras privadas, algo que Belik (1992) parece confirmar para o período seguinte. Nas palavras de Delgado: "[...] a partir de 1978 o Estado começa a se desvincilhar dessa política financeira, elevando taxas de juros, reduzindo subsídios financeiros e apontando crescentemente para o sistema de crédito privado e para as condições gerais do mercado financeiro, como nova forma de inserção da clientela agropecuária" (Delgado, 1985; 46).

limitações cronológicas dessa "fase" de modernização retardatária, na agricultura. Assim, a crise daquele modelo de modernização agropecuária retardatária atingiria um auge em 1983, sendo, no entanto, arrastada (e gradativamente modificada) até o Plano Real, em 1994. De todo modo, o posterior atrelamento do financiamento rural ao sistema financeiro "privado" corrobora a hipótese da gestação de uma financeirização da produção agropecuária que caminha lado a lado com a consolidação do próprio sistema financeiro nacional.

Retomando, para concluir parcialmente, o delineamento do sistema e da esfera financeiro-fiscal do Estado, Delgado afirmava, também, que a atuação de fomento à modernização pelo Estado também se concentrava nos chamados *incentivos fiscais* que permitiam elevar os lucros dos capitais agrícolas. Deduções de imposto de renda, incentivos à pesca e ao reflorestamento e à exportação de mercadorias agroindustriais se somavam aos projetos maiores da SUDAM e da SUDENE, que constituíram seus próprios fundos financeiros e fiscais regionais. Com todos esses incentivos, o Estado acabava por sobredeterminar a lógica da concorrência, e mesmo indicar o sentido desejado da *centralização de capitais* na agricultura:

> Essa bateria de incentivos, conjugada à ação direta do Estado no gasto público em infra-estrutura geral (estradas, eletrificação e comunicações) potencia a obtenção de vantagens especiais aos capitais que logram integrar-se no tipo de empreendimento que está sendo patrocinado pela política fiscal e financeira (Delgado, 1985; 46).

Restar-nos-ia, a esta altura, apontar a ligação do desenvolvimento desse sistema financeiro, em particular do crédito rural e dos referidos mecanismos fiscais, com a modernização da citricultura dos anos 1960 e 1970.

A dupla industrialização da citricultura e a sua "dependência" do Estado

Geraldo Hasse (1987) abordou tentativas de industrializar o suco de laranja, nos anos 1930 e 1940, inclusive com o Secretário da Agricultura, o major Levy (José Levy Sobrinho), chegando a montar uma fabriqueta de suco de laranja industrializado, ao lado do *packing-house* (barracão de seleção e embalagem) que a Secretaria montara em Limeira, como medida para minimizar os efeitos da crise, durante os anos marcados pela Guerra e pela "tristeza". Tentativas de industrializar o "óleo essencial" das frutas cítricas chegaram a obter relativo sucesso, também neste período, com a firma de

Dierberger Jr. inclusive criando um ramo industrial para essa finalidade. Um importante exportador da época, Alberto Cocozza, teria até fornecido suco de laranja, produzido no sistema *hot pack,* para as tropas britânicas na Guerra.

A crise, no entanto, conforme já afirmamos, promovera uma *centralização de capitais* no comércio de laranjas, com os barracões de seleção e embalagem, em Limeira, e noutras cidades, sendo bastante reduzidos e, em geral, com os menores sendo comprados pelos maiores. Hasse (1987) indicava, assim, certa "concentração" do negócio nas mãos de José Cutrale, em São Paulo, e de Edmund Van Parys, no interior. Este último acabaria por arrendar a fabriqueta montada pelo Estado em Limeira, mas segundo o próprio Van Parys: "'*Fazia suco concentrado de uma maneira muito caseira. Era um sistema antigo. Não pode dizer que era uma fábrica. E, depois, não havia mercado para o suco produzido*'" (Hasse, 1987; 117).

A ideia de então era transformar em suco o "refugo" das exportações *in natura* (as frutas inadequadas para o mercado, às vezes recusadas apenas em termos de aparência). Porém, de acordo com Sued (1990; 32), eram ideias "isoladas", que "tropeçaram na falta de tecnologia adequada ou na inexistência de mercado consumidor". A crise não se atenuara e ainda cobrava o preço da praga da "tristeza", a colaborar para a destruição dos capitais investidos no setor. Semelhantes queixas para a inviabilidade da industrialização em geral, que antes apontamos para as indústrias de base e para a mecanização da agricultura, poderiam explicar parcialmente também o malogro das tentativas anteriores de industrialização do suco de laranja.

O fato é que também a fase de "ensaio" para a industrialização do suco de laranja só chegaria ao fim com a industrialização de fato, o que não significaria que o que seria posto em prática, generalizadamente, fosse aquilo que fora antes ensaiado.

A partir dos anos 1960, assim, o cenário parecia ter mudado drasticamente. Ronaldo Sued (1990; 33-34) aponta que o impulso inicial teria se dado tanto pela forte geada de 1962-63 que afetou a produção norte-americana, de laranja e de suco, como quanto pelo aporte tecnológico dos institutos de pesquisa (Instituto de Tecnologia de Alimentos – ITAL –, Instituto Biológico – IB –, Instituto Agronômico de Campinas – IAC – e o Instituto de Economia Agrícola – IEA), ligados à Secretaria de Agricultura. E, sobretudo, pela série de incentivos financeiros e fiscais da nova política em vigor, a

partir de 1965[117]. Entre brechas no mercado internacional e incentivos governamentais para ocupá-las[118], a exportação de suco de laranja surgia como alternativa de investimento de capitais nacionais e estrangeiros.

Exportadores e comerciantes de laranja como José Cutrale Júnior, Carl Fischer e Edmund Van Parys, que compraram suas primeiras fazendas de laranja, em Bebedouro, Matão e Torrinha, respectivamente, nos anos da recuperação da citricultura, investiriam na constituição de fábricas produtoras de suco concentrado, durante os anos 1960.

A primeira fábrica, considerada rústica ainda, teria sido a da Companhia Mineira de Conservas, criada em Bebedouro, em 1962, em parceria com o maior produtor de laranjas de Bebedouro na época Otto Mahle. Por sua vez, em 1963, a Suconasa (Sucos Nacionais S/A), seria criada, em Araraquara, pelo executivo da norte-americana Toddy, Pedro Santiago, em "moldes americanos", com equipamentos importados. Mas Santiago viria a falecer antes da inauguração, e o conflito hereditário que se seguiu teria levado a empresa à concordata, sendo resgatada por José Cutrale Jr., em 1965. O grupo alemão Eckes, que comprava suco da Suconasa, resolveu entrar no negócio, tendo Carl Fischer como parceiro, fundando a Citrosuco, em Matão, em 1965. E Edmund Van Parys modificaria as bases técnicas de sua produção "caseira" de suco concentrado, instalando a Citrobrasil, em Bebedouro. Logo, já em 1970, a Cutrale e a Citrosuco respondiam por cerca de 60% da produção (Paulillo, 2006; 75).

Paralelamente, os técnicos e engenheiros do ITAL, que tinham desenvolvido uma planta-piloto para a produção de suco concentrado de laranja, ajudaram a instalar a Frular/Sucolanja, em Limeira, em 1968, que, dois anos depois, seria vendida para a Cia. Mineira, que agora era controlada pelo grupo italiano Sanderson, fornecedor de máquinas e equipamentos agroindustriais e comprador de suco de laranja. Uma nova e

---

[117] Na verdade a tese de Sued procura avaliar se foram as geadas ou as políticas de incentivo que determinaram a modernização da citricultura, concluindo que, mesmo que as geadas não tivessem interferido positivamente nos preços internacionais, a política governamental teria conseguido por si só fomentar as mudanças: "Sendo assim, pode-se responder à questão central da Tese, ao se afirmar que foram os subsídios que mais contribuíram para o crescimento do setor, enquanto que as adversidades climáticas da Flórida, tiveram um papel relativamente pequeno na bem sucedida história da agroindústria da laranja no Brasil" (Sued, 1990; 295).

[118] É essa a avaliação, por exemplo, de Geraldo Hasse sobre o período, tido pelo autor como também de aprendizagem: "Em 1966, as vendas se firmaram e, a partir de então, salvo pequenas oscilações, não parou mais de crescer. Até 1970/71, pode-se dizer que a indústria cresceu ocupando brechas no mercado internacional e aproveitando a legislação criada no Brasil para beneficiar as exportações através de incentivos fiscais. Esse período, conhecido genericamente de 'milagre econômico brasileiro' em termos cítricos foi de aprendizado, amadurecimento e estruturação" (Hasse, 1987; 196).

imensa unidade deste grupo seria, então, construída em Bebedouro.

Assim, alguns daqueles que centralizavam os capitais da produção e da comercialização de laranjas seriam, em grande parte, os que viriam a *personificar* o capital das novas "agroindústrias" que surgiam. Estes viriam, por sua vez, a se contrapor, mais adiante, aos próprios produtores e comerciantes que viriam a se relacionar com este capital industrial como seus *fornecedores*. Parte do capital citrícola[119] se autonomizava, portanto, em capital industrial de processamento de suco concentrado de laranja.

O processo de constituição dessas indústrias processadoras se dava muito aceleradamente, e, em 1968, fazia do Brasil o maior produtor e exportador dessa mercadoria industrializada (Sued, 1990). Enquanto muito se reitera o protagonismo de seus proprietários, o que reforçamos aqui é a ligação do mesmo processo com as condições de existência dessa industrialização e da sua integração tecnológica, possibilitadas pelas políticas de financiamento e de constituição infra-estrutural conduzidas pela nova forma de ser do Estado planejador (ver Paulillo, 2000; 97-98).

Não teria havido, segundo Sued (1990; 34-35) e Paulillo (2006; 70-71), como houve para o setor sucroalcooleiro e para o cafeeiro, uma política de incentivo e uma regulação estatal específicas para a citricultura. O SNCR, as políticas de formação de um parque industrial pesado, com apoio do BNDES, e outros incentivos gerais vigentes, financeiros e fiscais, no entanto, permitiram o estabelecimento das referidas indústrias processadoras de suco concentrado de laranja e a modernização da produção de laranjas para os produtores, com a adoção acelerada de insumos ditos "modernos" [120].

---

[119] Obviamente, falar em capital citrícola seria afirmar uma autonomização deste com relação ao capital em geral, o que o fazemos apenas em termos relativos, sendo que seguidamente se observa a associação deste capital com outros capitais – no caso acima apontado: Eckes, Toddy, Sanderson, Cia. Mineira de Conservas, etc. Isso sem contar com a reiteração que estamos fazendo do papel do Estado nesta conformação.

[120] Sued lista seis blocos de incentivos estatais, que ele chama de "facilidades oferecidas pelo governo": "1. Financiamento a curto prazo, até 180 dias, para a manufatura de artigos de exportação e como adiantamento sobre contratos de câmbio, a juros subsidiados; 2. Financiamentos a médio e longo prazo (180 dias a cinco anos) para implantação ou expansão industrial, capital de giro e sustentação de estoques, a juros subsidiados; 3. Isenção de Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) sobre o valor das mercadorias exportadas; 4. Subsídios fiscais à exportação, ou seja, restituição dos valores equivalentes aos impostos citados no item 3, num total de até 28%, e a exclusão da base de cálculo do imposto de renda do lucro auferido em exportações; 5. Financiamento agrícola a juros subsidiados; 6. Incentivos fiscais para reflorestamento" (Sued, 1990; 34-35).

Paulillo cita basicamente as mesmas medidas e conclui: "Com essas medidas do Estado, os interesses industriais se realizaram, como o crescimento do volume exportado de suco concentrado,

Com o "empurrão" "necessário" do Estado, portanto, ocorria tanto a "industrialização" da produção citrícola, por meio da modernização das relações sociais de produção – acarretando o consumo produtivo de meios de produção industrializados e, portanto, o aumento da composição orgânica do capital, ainda que permanecessem formas de se produzir laranja sem tal consumo –, bem como se constituía o setor industrial de processamento da mercadoria laranja assim produzida. A expansão da produção de laranjas e a da produção e exportação de sucos se alimentavam mutuamente[121], mas, além disso, essa produção de laranjas tendia a se intensificar e a de sucos de laranja atingia um patamar de reprodução industrial. Uma dupla industrialização se consumava, pois, ancorada nas políticas estatais, e fomentando a centralização de capitais.

A abrangência desse fundamento da modernização pela ação planejadora da economia pelo Estado, e pelo fomento do sistema financeiro da época, não deve ser menosprezada. Contraposta este planejamento amplo ao que antes vigorava, podemos vislumbrar, a esta altura, a tendência à "paradoxal inversão" a que Robert Kurz (1995; 13) chamava a atenção: já não é a sociedade que nutre o Estado para que ele dê conta dos "assuntos gerais", mas este que passa a nutri-la.

Porém, essa ação estatal, apresentada aqui como planejamento num sentido amplo, ia além das políticas acima descritas. No que se refere à condução dos conflitos internos do setor citrícola, essa ação se dava também em termos políticos de mediação entre produtores e industriais, sobretudo na regulação dos preços da laranja.

Desde as primeiras exportações de suco concentrado de laranja, feitas em 1962 pelo proprietário da Cia. Mineira de Conservas, Eduardo Rinzler, estas demandavam a

---

a ampliação da capacidade de processamento, a elevação do volume de produção de matéria-prima, o avanço da infra-estrutura local necessária, etc. E os interesses dos citricultores que se integraram também se efetivaram, com a concessão do crédito rural e a possibilidade de elevar a produção de laranja. Assim, o processo de constituição do complexo agroindustrial citrícola brasileiro ocorreu em poucos anos, chegando fortalecido ao final dos anos 70" (Paulillo, 2006; 71). Semelhante explicação também se encontra em Paulillo (2000; 94-95).

As mesmas medidas são, ainda, relacionadas por Hasse, que, por fim, conclui: "As empresas de maior porte, via de regra, lançaram mão de todos esses benefícios legais, o que lhes permitiu estruturar-se, expandir-se e capitalizar-se. Sem essas facilidades, a indústria cítrica brasileira não teria alcançado tão rapidamente o grau de desenvolvimento que atingiu" (Hasse, 1987; 204).

[121] E tratava-se de expansões vertiginosas, como os dados de Hasse indicam: "Dos 21,3 milhões de árvores existentes em 1962, a população cítrica paulista passou para 45,7 milhões em 1970 e para 81,5 milhões em 1974. A produção de 19,2 milhões de caixas de laranjas em 1962 subiu para 44,3 milhões em 1970 e para 89 milhões em 1974. Quanto ao volume de suco exportado, cresceu de 5,3 mil toneladas em 1963 para 33,5 mil em 1970 e chegou a 121 mil em 1973" (Hasse, 1987; 212).

obtenção de guias de embarque para a liberação da exportação na Câmara de Comércio Exterior (CACEX)[122]. Esta condição aparentemente apenas burocrática de controle do comércio exterior tornaria esta repartição pública, a partir dos anos 1970, muito mais do que isso, uma arena de intervenção estatal no processo decisório do setor, com a criação ali de um Comitê de Exportação de Sucos Cítricos, possibilitando uma constituição paulatina de uma instância política de mediação dos conflitos do setor:

> A CACEX, de um simples guichê de licenças para exportação tornou-se um fórum de debates e árbitro dos preços das caixas de laranjas. Assim, passou a atuar como uma arena de regulação de três conflitos: entre os citricultores e as empresas processadoras, entre as grandes e as pequenas empresas e entre as duas gigantes industriais (Cutrale e Citrosuco). A transformação da CACEX iniciou um longo processo de amadurecimento institucional, já que as articulações dos interesses privados e estatais começaram a ocorrer (Paulillo, 2000; 99).

De certa maneira, essa mediação poderia ser enquadrada no âmbito da *juridificação*, nos termos de Kurz (1997), ou da esfera *normativa*, para Delgado (1986), das relações inter-capitalistas da citricultura e do complexo agroindustrial citrícola como um todo. Por outro lado, poderia ser ainda considerada como uma derivação das próprias políticas amplas de subsídio que fluíam para todos os elos do setor citrícola, aí apresentados como em conflito. Esse conflito, no contexto de fomento acelerado da modernização retardatária, podia representar a exclusão de certos capitalistas que tinham sido, aliás, largamente financiados pelas mesmas políticas estatais. O acirramento da concorrência tinha de ser, de algum modo, contido pelo próprio Estado, que bancava ambos os lados e queria um "progresso" do setor como um todo. Daí Paulillo (2000) considerar este um Estado regulador ou coordenador.

Por outro lado, foi este um período em que os produtores e os industriais se organizaram em associações de representação para atuar junto às arenas decisórias em favor de seus representados. Assim, em 1974, foi criada a Associação Paulista de Citricultores (ASSOCITRUS) e, em 1975, a Associação Brasileira das Indústrias de Sucos Cítricos (ABRASSUCOS), que lidavam ainda com a FAESP (Federação da Agriculta do Estado de São Paulo) que criou uma Comissão Técnica da citricultura. Paralelamente, em 1978, citricultores e indústria criariam o FUNDECITRUS, destinando 1% do preço de cada caixa negociada para este fundo de defesa, que agiria na pesquisa e na contenção de pragas, como a do cancro cítrico. Enfim, lidando com os conflitos por meio de representações de "classe", atuando em arenas decisórias estatais,

[122] Geraldo Hasse denomina a CACEX como Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Hasse, 1987; 176). Neves *et alli* (2007; 17) dão a denominação que usamos acima.

instituía-se um processo de debate político em torno de temas chave do setor.

Porém, é importante relativizar essa política e reconhecer a posição subordinada do setor em relação ao Estado, assim como dos citricultores em relação à indústria. Isso se expressa de forma gritante no incentivo inicial à criação da Associtrus partir da própria indústria, sendo que a associação dos produtores teria chegado até a funcionar numa sala de uma das indústrias (Paulillo, 2000). Dependência para com a indústria e, principalmente, para com o Estado e, ainda mais, em relação à sua política de crédito:

> A dependência dos citricultores para com o Estado era mais intensa, porque eles necessitavam de condições facilitadas de concessão de crédito para a realização de investimentos em suas propriedades e custeio para a produção de laranja. Grande parte dos citricultores não tinha recursos para a expansão produtiva, e o governo federal conseguiu amenizar este problema porque, até o início dos anos 80, o crédito rural esteve subsidiado (Paulillo, 2000; 104).

Enfim, podemos retomar neste ponto a apresentação de Matsunaga (1970) para lembrar que os investimentos necessários para a constituição de seu módulo produtivo e que mesmo parte do custeio da reprodução desse capital citrícola entravam na esfera produtiva principalmente por meio da ação do Estado, que subsidiava seus custos e, assim, distorcia aquela contabilidade. Como o autor afirmava, a obtenção de uma renda líquida na citricultura, remunerando todos os seus custos e fatores de produção, dependia de uma produtividade relativamente alta, nos preços de mercado vigentes.

Com o controle dos preços desses meios de produção, incluindo parcialmente o da força de trabalho, o Estado estava de algum modo rebaixando os custos de produção em geral, ao menos dentro de uma lógica que os pressupunha, o que não era necessariamente o caso para uma boa parte dos citricultores que ainda dispensavam o uso de parte desses mesmos meios de produção, produzindo com o trabalho familiar e em moldes menos "produtivos". Com o Estado interferindo na regulação, ainda, dos preços finais, mostrava-se que a concorrência não era o fator principal a agir nesse parâmetro fundamental para a empresa citrícola, diferente do que alegara Matsunaga (1970) ao final de seu artigo. Em suma, nenhuma dessas determinações era sequer tangenciada naquela análise do autor, que aplicava de uma maneira abstrata uma metodologia fetichista numa realidade em acelerada transformação.

Passaremos, agora, a analisar uma guinada metodológica que se deu nos estudos de custo de produção. Desta análise partiremos para a penúltima apresentação de um estudo, acerca dos custos de produção da laranja, já na crise deste sistema de produção e financiamento estatal, nos anos 1980.

A redução metodológica do IEA e sua aplicação na modernização crítica da agricultura

Em 1972, o IEA modificou a sua metodologia de pesquisa de custos de produção, deixando de calcular aqueles itens de "retribuição de fatores" e se atendo única e exclusivamente aos chamados custos operacionais. Nestes, manteve a distinção entre custos operacionais *efetivos* e *totais*, distinguindo-os pelo desembolso direto de dinheiro no primeiro e deixando a depreciação de máquinas, implementos e do próprio pomar junto aos juros de custeio para chegar a custos calculados a compor os custos operacionais totais.

Compreendeu, portanto, nesta divisão, a existência de custos explícitos, que seriam aqueles que requerem o gasto imediato de dinheiro, e aqueles implícitos, que requerem investimentos de médio e longo prazo; porém, diante da dificuldade de calcular as retribuições, acabava por abandoná-las. Parte dos custos implícitos era assim ignorada na nova metodologia. Vejamos as explicações para isso e, posteriormente, algumas de suas implicações.

No que se refere à remuneração do empresário, afirmava que "os empresários têm diferentes custos de oportunidades" (Matsunaga *et alli*, 1976; 124), o que poderia significar uma dificuldade de se calcular a sua remuneração.

Quanto às demais retribuições, os autores afirmavam a necessidade de estudos "mais profundos", o que se somava à alegação de dificuldade de analisar o "valor de ativos fixos", que, para o produtor, compunham um capital que não era exclusivo da produção citrícola, mas usado conjugadamente em outras produções agropecuárias "para a empresa como um todo e não por atividade" (Matsunaga *et alli*, 1976; 128). Assim, o capital fixo das fazendas produtoras dificilmente era vendido *por si*, não se encontrando à época num mercado de usados, por exemplo, o parâmetro de preços para calculá-los "corretamente", sendo que teoricamente o "valor de venda desses ativos para usos fora da propriedade é zero" (Matsunaga *et alli*, 1976; 132).

Portanto, essas desculpas para o abandono de parcela da teoria dos custos de produção totais acabavam por afirmar uma limitação da própria ciência, ao se ater esta ao que lhe pareciam fatores mais objetivos, a partir do enfoque apenas nos custos operacionais, porque estes demandavam o dispêndio de dinheiro que servia como parâmetro para a análise. Análise esta que, assim, se subordinava inteiramente à lógica

do capital monetário que, entretanto, ela naturalizava como imparcial e objetiva[123].

Porém, o argumento principal para o abandono da metodologia mais ampla de custos de produção advinha da empiria. Dessa maneira, afirmavam os diretores do IEA, autores do referido artigo, que a metodologia anteriormente adotada fazia com que os cálculos acabassem superestimando alguns custos e levando a uma situação paradoxal em que, apesar de se indicar custos de produção mais altos do que os preços de mercado das mercadorias produzidas, a produção dessas mercadorias continuava a aumentar[124].

Daí uma compreensão distinta para a frase de que "os empresários tem diferentes custos de oportunidade". Isto é, mesmo tendo, ao menos teoricamente, prejuízo, a maior parte dos principais produtos agrícolas paulistas continuava a ser produzida, inclusive com aumento da produção. Tendo os empresários em questão diferentes "oportunidades", deveriam, pela lógica, escolher abandonar a atividade não-lucrativa, por outra mais lucrativa. Os autores concluíam, portanto, que o problema deveria ser da metodologia adotada, e não da realidade.

> Freqüentemente, os custos do IEA superavam os preços de mercados, sendo razoável esperar-se nesses casos que o interesse dos produtores pela produção diminuísse gradativamente, com o abandono dessas atividades. A evidência revelou, entretanto, que os produtores não estavam reduzindo a produção, nem mesmo abandonando certas atividades, em grau compatível com os níveis de custos e renda então apurados [...]. E, aparentemente, isto ocorria em virtude de alguns problemas metodológicos nos procedimentos utilizados (Matsunaga *et alli*, 1976; 124).

Como adiantamos, os problemas seriam solucionados, na visão dos autores, pela redução dos cálculos aos custos operacionais. Restava, assim, confirmar a solução na prática. Então, os autores refizeram os seus cálculos para a produção de leite e de milho, em 1975, mostrando como os novos parâmetros permitiam a obtenção de lucros.

Esse lucro, porém, era denominado ora de "resíduo para remunerar os fatores

---

123 "Tendo em vista as dificuldades em avaliar a parcela dos custos fixos, procurou-se adequar uma estrutura de custo de produção que fosse a mais objetiva possível e, ao mesmo tempo, correta dentro dos conceitos teóricos de custo. Adotou-se então a estrutura denominada custo operacional, que difere do conceito clássico de custos fixos e variáveis" (Matsunaga *et alli*, 1976; 132).

124 Recuperando exemplos do leite e do milho e, aplicando o modelo de análise de custos de produção vigente até 1972, os autores mostravam como as atividades, em 1975, auferiam "renda líquida negativa", ao que se exigia perguntas sobre os motivos dos produtores continuarem na atividade ou se não estariam os cálculos sendo equivocadamente feitos, sobretudo nos quesitos relacionados aos fatores fixos: "Com tais prejuízos, firmas de produção média deveriam substituir a atividade por outra mais lucrativa. No entanto, elas continuam produzindo leite ou milho, o que dá origem a questões como: a) por que razão o produtor continua na atividade quando, segundo a análise, estaria tendo prejuízo?; b) não estaria esse custo incorretamente composto e, talvez, fortemente influenciado pelos fatores fixos?; c) não seriam falhas as definições neoclássicas de ativos fixos ou custos fixos, baseadas que são quase exclusivamente na estimativa de vida útil do capital fixo?" (Matsunaga *et alli*, 1976; 130).

fixos" (Matsunaga *et alli*, 1976; 133), ora de "resíduo disponível para remunerar terra, capital e empresário" (Matsunaga *et alli*, 1976; 134) e, por fim, "margem de segurança" (Matsunaga *et alli*, 1976; 136).

Conforme o que expusemos a partir de Marx (1986), portanto, tinha-se aqui o estabelecimento do patamar mínimo de reprodução dos capitais, o que podia ser considerado como o *preço de custo* das mercadorias, acima do qual, pela lógica fetichista do capitalista, toda a diferença poderia ser considerada como *lucro*[125]. Porém, os autores logo indicavam a destinação preferencial dessa "margem de segurança": o re-investimento da mesma na remuneração dos fatores.

Ora, observa-se, assim, a confirmação de que os autores continuam considerando necessária a remuneração de fatores produtivos que estão para além da estrutura de custos de produção proposta. Isto significa, claramente, um atestado de insuficiência do método utilizado, numa espécie de subterfúgio um tanto envergonhado de fazer a atividade ter lucro. A metodologia colava, assim, na suposta mentalidade do empresário, ancorada numa visão de curto prazo, o que não deixava de revelar a consciência inconsciente deste e, assim, também da teoria:

> Não estando os custos fixos apropriados, fácil se torna ao empresário analisar até que ponto é vantajoso continuar ou não produzindo no curto prazo, uma vez que a tomada de decisão de permanecer ou não na atividade se baseia no custo variável médio. Assim, quando o preço do produto recebido pelo produtor for maior que o custo variável médio, o empresário pode permanecer na atividade durante um determinado período de tempo. Se este preço for igual ao custo, é indiferente ao produtor continuar ou não na atividade. Em contraposição, se este for menor que o custo variável médio, o produtor reduziria suas perdas nada produzindo. Neste caso, o prejuízo do produtor seria igual ao montante dos custos fixos, apenas (Matsunaga *et alli*, 1976; 136).

Não há, assim, qualquer definição supostamente *objetiva* dessa metodologia para o montante do resíduo sobre os custos variáveis médios, ou para a subdivisão que dele devesse partir para remunerar terra, trabalho (complexo de superintendência) e capital. Por outro lado, os autores entendem estar delegando esses cálculos e a decisão de como

---

125 "O limite mínimo do preço de venda da mercadoria é dado por seu preço de custo. Se ela for vendida abaixo de seu preço de custo, então os elementos gastos do capital produtivo não podem ser totalmente repostos a partir do preço de venda. Se esse processo continua, o capitalista está inclinado a considerar o preço de custo como o autêntico valor *intrínseco* da mercadoria, pois é o preço necessário à mera manutenção de seu capital. A isso se acresce, no entanto, que o preço de custo da mercadoria é o preço de compra que o próprio capitalista pagou por sua produção, portanto o preço de compra determinado por seu próprio processo de produção. O excedente de valor, ou mais-valia, realizado por ocasião da venda da mercadoria aparece, por isso, ao capitalista como excedente de seu preço de venda sobre seu valor, ao invés de como excedente de seu valor sobre seu preço de custo, de modo que a mais-valia contida na mercadoria não se realiza pela venda desta, mas se origina da própria venda" (Marx, 1986; 30).

proceder para a *subjetividade* dos empresários, eximindo-se de qualquer culpa.

> Poder-se-á obter, a partir do resíduo (ou renda), a remuneração, inicialmente, do capital fixo em benfeitorias (com percentuais pré-determinados). Posteriormente, e da mesma forma, remunerar-se-ia o capital em terra e, finalmente, o empresário. A sugestão implícita na metodologia utilizada pelo IEA é a de que os próprios empresários, de acordo com seus valores subjetivos e face ao meio social e físico em que vivem, conforme suas capacidades administrativas e também com os valores dos seus ativos fixos, decidam se devem ou não continuar numa dada atividade (Matsunaga *et alli*, 1976; 137).

Observe-se, primeiramente, que a "renda" acima elaborada como resíduo não pode ser considerada aqui como uma *renda fundiária*, como derivada de um sobrelucro sobre o lucro médio dos capitais investidos no setor (Marx, 1986, l. III, t. 2, seção 6), a não ser que se considere que a produção sob os parâmetros do custo operacional seja o que determina a produção agrícola no pior solo, nas piores condições. A partir disso, a "margem de segurança" poderia refletir uma espécie de sobrelucro, passível de ser apropriado como renda fundiária pelo proprietário da terra. No entanto, mesmo naquelas piores condições de produção agrícola se deveria, ao menos, obter um lucro médio para justificar esse investimento de capital, o que não parece ser abarcado na metodologia em questão. Por outro lado, também essa produção no pior solo é passível de pagar renda, conquanto a terra é monopolizável, podendo fazer os preços agrícolas subirem em geral para pagar tal renda, de acordo com Marx (Marx, 1986, cap. 45).

A maneira sugerida para remunerarem-se os fatores fixos, seguindo certa ordem hierárquica, revelava, por fim, uma gradação que ia da prioridade de se repor as benfeitorias, para depois fazer o mesmo com a terra e, por fim, com o empresário. Talvez isso deixe implícita uma realidade em que a terra como patrimônio da família pudesse ser apenas *residualmente* considerada como investimento ou equivalente de capital. Do mesmo modo, o empresário sendo, em geral, membro da família podia ter sua remuneração facilmente confundida com outros rendimentos da empresa como um todo, numa ausência de autonomização que não justificava a remuneração individualizada de quem personificava tanto a propriedade fundiária como a gerência do capital e a própria propriedade de parte do capital. Nada disso, porém, é sequer tangenciado pelo artigo, a não ser pela maneira como sugere uma remuneração quase acidental desses fatores, em caso de sobra.

Dessa maneira, o que se tem com tal redução metodológica é a restrição da análise da viabilidade econômica da agricultura ao seu *custeio*. Ou seja, o instituto que antes buscara uma compreensão plena da viabilidade econômica do módulo de

produção da citricultura, praticamente atestava a sua inviabilidade para a citricultura e para outras importantes lavouras e criações da época. Inviabilidade esta em termos autonomizados, nos quais alguns dos fatores sociais "colaboram" para tal produção autonomizada e, por isso, requerem sua retribuição na forma de uma limitação da mais-valia gerada particularmente. Apenas com a abstração (no sentido da sua não-inclusão) dessas cobranças é que se podia concluir pela existência possível de uma "margem" de lucro (sobre os preços de custo) nas referidas produções.

Provavelmente, essa abstração não se referia apenas a um procedimento metodológico, mas refletia a ausência de autonomização de boa parte desses "fatores" na produção agrícola de então. Ou, por outro lado, parte desses fatores estaria entrando na produção como investimento, feito através da dívida pública, que não podia ser amortizado, incorrendo em dívidas particulares (ou em inadimplência generalizada). De todo modo, o fato é que a reprodução dos capitais nestas produções apenas se mostrava viável quando não se precisava arcar com certos custos da remuneração dos fatores. Isto é, quando esses fatores não fossem apropriados de uma maneira a requerer a sua remuneração.

A irracionalidade dessas condições de reprodução deve, assim, ser contraposta a uma suposta racionalidade de condições de reprodução em que tais remunerações são requeridas socialmente. Ou seja, a "racionalidade" em vigor parecia contestar a "racionalidade" projetada teórica e economicamente, em termos de uma existência autonomizada do capital.

De todo modo, reiteramos que a análise restrita aos parâmetros de *custeio* da produção mostrava a possibilidade igualmente restrita de uma reprodução ampliada do capital; possível em termos contábeis apenas se parte dos seus custos de reprodução não fosse contabilizada. O que aqui ressaltamos é que, não sendo contabilizados, não queria dizer que estes mesmos custos não existissem.

Conclusão parcial: O endividamento estruturante como expressão de uma modernização retardatária crítica

Interrompemos a apresentação anterior da entrevista com ex-gerente do Banco do Brasil, de Olímpia-SP, bem no momento em que ele iniciava o relato do incrível

montante de crédito rural da época ter levado a "muito desmando". João Carlos Nazareth continuava ali indicando procedimentos que podem ser hoje considerados genericamente como "corrupção":

> Nazareth: — *Só para você ter uma ideia, o Banco do Brasil financiava juros subsidiados para insumos, para adubo, era 8% ao ano. De repente, veio uma carta-circular dizendo o seguinte: que o adubo não ia ser só subsidiado, 50% do adubo que você comprasse o governo ia pagar 50%, para incentivar o uso*".
> Pergunta: — *Cortou na metade o preço?*
> Nazareth: — *Cortou na metade... O que aconteceu? O jeitinho brasileiro o que que fez? Forraram o Brasil de adubo, com três metros de altura. Se pegasse toda a extensão do país... Fabriquetas que nunca fabricaram um grão de adubo davam notas. Porque o produto era nota, não era o adubo. Nem existia adubo para isso, não existia o material fisicamente falando, a matéria-prima para tanto adubo que foi comprado. Fabricaram papel*[126].

Nazareth estava aí afirmando a ocorrência de práticas ilícitas no desvio de parte da verba pública, do crédito rural, cuja fiscalização não seria suficiente para coibi-las. Por sua vez, o entrevistado parece primeiramente afirmar o êxito do estímulo ao uso de adubo, com sua adoção generalizada a partir de então, para, em seguida, relativizar essa adoção como em grande parte fraudulenta.

Em grande parte fraudulenta não significa que noutra grande medida não se tivesse efetivado o uso desse insumo moderno, que, como observamos, era bastante restrito anteriormente. Por outro lado, vemos um subterfúgio praticado pelo Estado, de "refinanciamento" das dívidas contraídas pelos produtores pela sua anulação parcial, o que pode ser considerado como uma "socialização das perdas", mas também como a atuação de um Estado numa política anticíclica, num keynesianismo permanente que não parecia encontrar à época uma alternativa macroeconômica para reiterar uma reprodução econômica crítica. Tanto a afirmação de um Estado leniente com a corrupção quanto a compreensão de um Estado desesperado por modernizar a qualquer custo a agricultura não visam aqui, de modo algum, a isentá-lo de qualquer "culpa".

A última constatação, porém, colabora para a compreensão do diagnóstico crítico do IEA das produções agropecuárias, para compreender como se podia pensar quase exclusivamente no custeio da produção, uma vez que o não pagamento integral dos financiamentos estatais era aceito pelo próprio financiador. No entanto, revela-se, assim, um descolamento parcial do dinheiro investido na produção na forma de crédito

[126] *Entrevista gravada em 19 de julho de 2012. Trabalho de campo.*

rural, que não movimenta um processo de extração real de mais-valia. Descolamento este que se dá, em parte, pela inadimplência parcial dos contratantes desse empréstimo e, em parte, pela transferência parcial da dívida contraída para a alçada da dívida pública uma vez que, renegociada, era parcialmente perdoada, com parte do dinheiro antes investido não sendo pago na forma de juros. Trata-se, em última instância, de um pagamento de uma dívida (particular) com outra dívida (pública).

Por sua vez, a feliz analogia de Nazareth deve ser aqui ressaltada, na sua afirmação de que a fraude consistia na "fabricação" de notas fiscais, por assim dizer "fictícias", que equivaliam tecnicamente a uma suposta produção e comercialização de um produto industrializado (adubo). Não existindo a fiscalização do elo efetivo entre o equivalente (a nota) e a produção real, a produção se limitava à fabricação do "papel", sendo este uma importante "moeda de troca" de uma sociedade burocratizada.

Ademais, como vimos em Tavares (1972), viabilizara-se à época um sistema financeiro, cuja produção e comercialização de títulos de propriedades de ações poderia, num certo sentido, ser também considerada como "fabricação de papel". Papéis esses em última instância respaldados na dívida pública, que também comercializava os seus títulos com remuneração futura praticamente assegurada pelo suposto "devedor infalível" que é o Estado (Kurz, 1995). Vale lembrar também para essa "titulação", o poder de "nomeação"[127] que o Estado tem na validação dessas espécies de "moedas paralelas", conformando o espetacular mercado de dinheiro que se valoriza por si mesmo. Tampouco quanto os expedientes fraudulentos das fabriquetas fantasmas de adubo, portanto, os papéis desse sistema financeiro não tendiam a financiar a produção "real" de mercadorias, como a própria Conceição Tavares se queixava.

A especulação aparentemente legítima, com o comércio de títulos e ações e no setor imobiliário, também indicava, assim, os limites de rentabilidade dos próprios investimentos produtivos, e era em grande parte um comércio de papéis. Ao mesmo tempo indicava certa "superacumulação" de capital monetário que, entretanto, não

[127] Retomamos, com isso, os termos de Pierre Bourdieu (1989) usados para o entendimento do assim chamado poder simbólico e da titulação acadêmica, conforme vimos mais atrás. Lembremos que compreendemos ali a conformação de uma sociedade do espetáculo, conforme a proposição de Debord (1997). Esse espetáculo coaduna-se perfeitamente com os mecanismos do capital financeiro, sobretudo na sua faceta *fictícia*, principalmente no simulacro de valorização do valor que engendra.

achava muita vantagem numa re-inversão no setor produtivo[128].

Veremos adiante, na análise da crise que a citricultura enfrentou em 1974 e 1975, que parte de suas causas teve início com a especulação de uma grande indústria de sucos tanto na Bolsa de Valores como entre os citricultores, culminando na falência da mesma e levando o Estado a assumir um papel de interventor direto na solução da crise.

Enfim, a "ficção" da produção e da valorização do capital ganhava terreno em meio ao chamado Milagre Econômico, sendo o "milagre" da autovalorização do dinheiro a própria "ficção", seja por meio da fraude ou por mecanismos "nomeados" pelo Estado como lícitos.

No que se refere à relação entre a agricultura do período e o comércio exterior, Guilherme C. Delgado (1985; 26-33) mostrava um processo em que houve uma primeira fase (de 1967 a 1979) quando as exportações agrícolas (sobretudo de café) ainda comandavam as exportações gerais do país (com cerca de 80% de participação), mas que, a partir da década de 1970, esta exportação já apresentava uma grande diversificação de produtos e tinha um novo perfil, com a inclusão de inúmeros produtos agrícolas elaborados industrialmente pelo setor industrial *a jusante* da agricultura.

Por sua vez, a utilização de grandes montantes e diversidades de insumos modernos, muitos dos quais ainda importados, revelava um aumento da importação desses meios de produção produzidos, com conseqüente diminuição do saldo de divisas gerado pela agricultura, o que caracterizava, no fim da década de 1970, uma pressão na balança comercial.

Delgado (1985), com tal argumento, estava criticando a forma entusiástica com que geralmente se analisou o processo de modernização da agricultura como importante gerador de divisas para o país, o que ignora o papel dos custos dos meios de produção de tal modernização[129], sendo que a intensificação da produção no período implicava num aumento da necessidade de investimentos que acabavam por estreitar o saldo de divisas.

---

[128] "O comércio com os simples *títulos de propriedade* de ações e imóveis produz assim aumentos fictícios de valor, que não têm mais nada a ver nem formalmente com os ganhos reais provenientes do consumo empresarial do trabalho abstrato. Um tal movimento especulativo põe-se em marcha sempre que a real acumulação empresarial do capital atinge os seus limites e os ganhos dos períodos passados de produção não podem ser investidos, em medida suficiente, num aumento da produção real de mercadorias, mas têm que ser aplicados exclusivamente no sistema financeiro" (Kurz, 1995; 3).

[129] "Ora, essa visão claramente parcial só faria sentido se fosse admitida, *a priori*, a irrelevância quantitativa do coeficiente de importações do setor agropecuário" (Delgado, 1985; 29).

Pelos cálculos do autor, apenas até 1973 poderia ser considerada válida a premissa destes estudos da irrelevância dos custos com tais importações, quando essas importações giravam em torno de 28% do montante das exportações. A partir de 1974, porém, estes valores oscilariam para cima até chegar a 50% de cada dólar exportado, entre 1978 e 1980, seguindo depois acima de 1/3 das exportações totais da agricultura.

Isto se referiria apenas às importações de meios de produção para a agricultura, não se incluindo aí outros custos, como os de um hipotético "Balanço de Serviços", que representaria custos com juros, com a assistência técnica e com "lucros e dividendos", "que afetam negativamente as transações com o exterior das indústrias integradas no processo de modernização agrícola" (Delgado, 1985; 30). Esse suposto "Balanço" seria aqui análogo à remuneração de certos fatores das planilhas de custos, porém pensado em termos macroeconômicos. De toda forma, indicariam mais custos a pressionar o saldo de divisas do setor.

Por fim, para completar o quadro, Delgado indicava que as importações não se restringiam, no período, aos meios de produção para a agricultura, mas incluíram também uma grande quantidade e variedade de mercadorias para o consumo de massas – para a complementação do abastecimento e para a administração do salário real urbano –, que teria chegado a consumir, a partir de 1978, cerca de 1/5 das divisas geradas pelas exportações agrícolas.

Assim, Delgado (1985; 32) esboçava a existência de três períodos com relação às políticas salariais e macroeconômicas estatais. Num primeiro, entre 1967 e 1973, teria havido um aumento acelerado do emprego urbano (cujas causas já delineamos no capítulo 2) e uma política de contenção salarial, ou arrocho salarial, para garantir as taxas de lucro industriais. A partir de 1974 até 1979, num segundo período, a liberalização da política salarial teria se dado, gerando uma pressão de demanda súbita de "bens-salário" e levando ao aumento das importações. A partir de 1981, com a recessão que se instaurava, caíram os níveis de emprego e, com eles, os de consumo, permitindo uma redução das importações.

Essa explicação parece, a princípio, mostrar uma "arbitragem" permanente do Estado, no sentido de controlar um suposto "ajustamento" entre a oferta agropecuária, a demanda final de abastecimento e as exportações, com as importações entrando para suprir faltas momentâneas de abastecimento, sobretudo em momentos de relativa "folga cambial". Mostra, ainda, um controle dos níveis de salário, tanto pela oferta crescente

de trabalhadores para o setor urbano, como do custo de sua "cesta básica", mas também pela intervenção direta (e autoritária) do Estado na sua regulação, num primeiro momento em que as importações "reguladoras" não pareciam possíveis.

Porém, como mostrava Delgado, a limitação de tal "arbitragem" se evidenciava na crescente diminuição do saldo de divisas e, como sabemos, conduziu-se a um processo inflacionário sem precedentes.

Essa inflação era o que, como observava Tavares (1972), embasava os mecanismos financeiros de acumulação pela correção monetária, e, por outro lado, consumia rapidamente os salários dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que permitia desvalorizar as dívidas em moeda nacional e estimular as exportações.

Assim, embora se possa recorrer também aqui a Celso Furtado (2000) e ao processo de "socialização das perdas", no sentido de uma transferência de renda da população para o capital industrial, agrícola e financeiro, há que se compreender a funcionalidade e complexidade completamente diversa do mecanismo inflacionário, no contexto de um Estado planejador fomentando a industrialização nacional e lidando com a financeirização, portanto algo muito mais amplo do que o estímulo à expansão cafeeira.

A própria explicação que viemos desdobrando de como o Estado fomentava a industrialização e a intensificação dos capitais agrícolas apontava para uma imbricação das políticas públicas no fundamento da reprodução desses capitais, diferente das limitações da política cambial da economia cafeeira de outrora. Ao mesmo tempo, o controle dessa política salarial, em níveis nacionais, com o gigantesco aporte de recursos e visando o rebaixamento dos custos da "cesta básica", difere radicalmente de uma suposta política "salarial" relacionada à imigração em massa, subsidiada pelo Estado, sobretudo para as lavouras cafeeiras paulistas. Ademais, estamos agora diante de uma tentativa de controle direto dos níveis salariais, enquanto o colonato anteriormente reproduzido guardava uma particularidade reprodutiva em relação ao assalariamento propriamente dito, produzindo grande parte de sua própria "cesta básica" sem intervenção de qualquer política estatal nessa questão.

É de se supor, ainda, que nem todo esse consumo de "bens-salário" regulado pelo Estado estivesse sendo diretamente uma política de incentivo à redução dos níveis salariais da indústria. Isto é, grande parte deste financiamento estatal estava reproduzindo setores de serviços das atividades urbanas, que, embora funcionais do

ponto de vista da exteriorização de custos das próprias indústrias (Oliveira, 2005), podem, em grande parte representar custos sociais, expressos na diminuição do "saldo de divisas". Ou seja, grande parte desses salários não parecia estar gerando novas divisas para o país, sendo, num sentido restrito e questionável do termo, "improdutivos". Ao mesmo tempo, porém, esses "custos gerais" que aqui aludimos, ligavam-se ainda à necessidade estatal de fomentar o "consumo produtivo", cuja valorização decorrente e esperada deveria representar o aumento de uma massa de mais-valia a cobrir todas essas despesas, numa espécie de "mecanismo de compensação". Com isso, entretanto, à medida que se fomentava a valorização do valor, hipotecava-se o seu futuro[130].

Enfim, um Estado keynesiano estava em pleno vigor, lidando com as limitações da reprodução ampliada do capital nas condições críticas em que ela se dava. Com isso, sua política anticíclica devia ser permanente, embora assumisse feições distintas em momentos distintos. Lembremos que este processo se estabeleceu, nos referidos moldes aqui tratados, a partir da recessão do início dos anos 1960, permitindo uma retomada do crescimento amplamente ancorada na dívida pública. A *crise* do modelo de substituição de importações estava, assim, também na origem do movimento de intensificação da produção agrícola e da financeirização do capital.

Observemos, porém, que a inflexão proposta por Delgado, a partir de 1973, coincide com a crise mundial, expressa na alta repentina dos preços do petróleo – alta esta que também pode ser compreendida como a ação de Estados nacionais que procuravam monopolizar essa mercadoria central para a expansão fordista do pós-guerra.

Por fim, cerca de dez anos depois, a chamada "crise das dívidas" de diversos países que passavam por processos de modernização retardatária similares aos aqui descritos, compõe nova inflexão do modelo adotado, evidenciando suas limitações internas e externas.

---

130 "Ora isso significa que a expansão fordista, com o seu 'milagre econômico', já não era em princípio um grande avanço secular da acumulação autônoma de capital, antes já devia ser alimentada com **a hipoteca de massas futuras de valor**. O verdadeiramente 'autônomo' na era fordista e no seu 'modelo de acumulação' era apenas o pagamento regular dos juros da massa creditícia cada vez maior, através duma efetiva ampliação da massa absoluta de lucro. Porém, tal extensão da massa absoluta de lucro já era menor que a concomitante e inevitável ampliação das 'despesas gerais' improdutivas do sistema de mercado em vias de totalização" (Kurz, 1995; 16 – grifos nossos).

Por um lado, a relação entre expansão econômica e crise, e entre economia periférica e central, pode ser novamente compreendida aqui como um processo em que a "superacumulação de capital" nas economias centrais, conformando uma crise de realização dessa produção, se atenua com a exportação desses capitais para economias periféricas, constituindo um "ajuste espacial" (Harvey, 2005). Neste, a possibilidade de modernização retardatária surge, mas representa a possibilidade também de se constituir um novo país produtor de mercadorias (industrializadas), inclusive de meios de produção. Enquanto a solução da superacumulação de capital se resolve momentaneamente, ao se estabelecer um novo centro produtor que realiza as mercadorias produzidas em excesso, tornando-se este um possível novo concorrente, a questão da superacumulação de capital logo tende a se recolocar, numa escala sempre ampliada.

Barreiras de acesso a padrões tecnológicos, constituição de filiais das grandes empresas nos países "em desenvolvimento", remessas de lucro, controle financeiro das dívidas contraídas, de mecanismos privilegiados de câmbio e de emissão monetária e, no limite, o poderio militar seguiam, todavia, demarcando uma nítida diferença econômica e política entre os "blocos" de países, o que não significava que o "ajuste espacial" fosse a mera exportação da crise para a periferia, mas a expressão mesma da crise no "centro" capitalista.

> Graças à sua vantagem na produtividade e na intensidade de capital, as metrópoles industriais puderam durante muito tempo sugar a maior parte da mais-valia global e manter acesso ao crédito internacional, para além dos mercados financeiros nacionais; ao passo que a periferia e os retardatários históricos, para manter um mínimo de reprodução, tiveram de recorrer cada vez mais à criação estatal de dinheiro sem substância, ou seja à inflação do papel-moeda. Contudo, em virtude do processo de globalização a partir dos anos 80, também os velhos centros capitalistas se acham cada vez mais próximos desta situação. O financiamento temporário através de emissões de papel-moeda, típico da economia de guerra durante os conflitos mundiais, não só se repete hoje em grande parte do mundo, mas tornou-se já a condição duradoura da reprodução social como tal (Kurz, 1995; 14).

Assim, a substituição de importações do Brasil dos anos 1950-1960 representa, em grande medida, parte da mitigação do problema norte-americano de superacumulação de capital, ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial, mas este problema se reapresentará mais adiante, inclusive com conseqüências bastante duras para a economia em processo de industrialização, como a brasileira. Do lado avesso, essa industrialização que se instaura com processos de endividamento requeria a hipoteca da valorização futura do valor. Isto é, o crédito entrava como uma promessa de valorização do valor. Em que medida essa promessa se realiza é a questão a ser pensada.

Dessa maneira, a possibilidade de um planejamento estatal tanto da modernização retardatária como da condução do sistema financeiro, requeria a contínua desvalorização da moeda nacional e a contração exponencial de dívidas, porém esses mecanismos não seriam de uso exclusivo dos países em desenvolvimento, mas também requeridos pelas economias ditas centrais. No "circuito de endividamento" (Kurz, 1995) em que a modernização retardatária brasileira se inseriu, sua posição subalterna em relação sobretudo à economia norte-americana se escancarou exatamente na crise do início dos anos 1980, evidenciando a generalização do modelo de financiamento da expansão anterior, não exatamente como mecanismo de industrialização mas antes para dar continuidade ao próprio processo de endividamento geral, que não obstante cobrou em diversos momentos a desvalorização abrupta das dívidas acumuladas e a seleção (politicamente interessada, é claro) de dívidas pagáveis e dívidas impagáveis (comumente agora chamadas de "papéis podres").

Como se sugere a partir de G. C. Delgado (1985), a compreensão da modernização da agricultura brasileira como um "ajuste espacial", para relacioná-lo à teorização de D. Harvey (2005), ficaria parcialmente bloqueada pelo fato desta modernização se dar com a intensificação do capital aplicado nesta agricultura, incorrendo em custos de reprodução crescentes. Desse modo, a tendência de queda da taxa de lucro (lembrando que Delgado não analisa o processo nestes termos) e sua administração no nível das contas estatais parecia se expressar num processo contínuo de diminuição do "saldo de divisas". Obviamente, lidar com o problema neste nível macroeconômico e pelo prisma dos preços (e não dos valores) não permite concluir muito a esse respeito, muito embora sugira tal compreensão de uma expressão da tendência imanente de fundo.

De todo modo, deixamos aqui ressaltada a precariedade da modernização retardatária assim viabilizada. Nos termos de R. Kurz: "[...] se endividamento externo e balança comercial negativa coincidem, trata-se à partida de um projeto precário no contexto do 'capital fictício'" (Kurz, 1995; 22).

Por fim, do ponto de vista do capital monetário superacumulado, a constituição de um sistema financeiro em economias periféricas como o Brasil, representava a possibilidade de uma alternativa de "valorização" financeira de curto prazo. No caso, a inflação que permitia a continuidade das políticas estatais (salarial, industrial e de crédito rural), permitindo a continuidade da expansão da dívida pública e privada, era

exatamente o que garantia a remuneração contínua dos "produtos" financeiros. Para este "setor", a "explosão" inflacionária, como expressão da crise do "modelo" ou da reprodução crítica do mesmo modelo, não podia significar algo negativo. Gradativamente mais, o dinheiro estabelecia os meios de se autovalorizar ficticiamente, descolando-se parcialmente da esfera produtiva, cuja reprodução crítica, amparada na dívida pública, ainda reforçava mais esses meios, numa progressiva "ascensão do dinheiro aos céus" (Kurz, 1995).

Mais uma vez, com isso, estamos mostrando alguns dos limites fundamentais do Estado planejador, de modo que os mecanismos que possibilitam a modernização são os mesmos que produzem as crises. Restaria pensar, ao final, a qualidade distinta da crise que se produzia à época, em escala global, a partir da ruptura profunda com a valorização do valor causada pela "revolução tecnológica" que estava em curso.

Encerramos, desse modo, a segunda parte deste capítulo em que procuramos delinear as contradições da modernização retardatária entre as décadas de 1950 e 1970. Na terceira parte, no entanto, apresentaremos o contexto de crise da citricultura, dos anos 1980, partindo de outro estudo sobre os custos de produção. A partir dele, fecharemos uma análise sobre o processo de centralização de capital que se deu no setor, indicando o processo de monopolização e de cartelização como resposta do capital ao processo imanente de crise que ele mesmo engendrava. Dessa discussão, partiremos para uma análise das possibilidades de oposição àquele processo pela articulação em cooperativas e uniões e pela política de um modo amplo.

PARTE III

A crise imanente do desenvolvimento do capital e o contraponto da política na citricultura pela ótica de suas personificações

Começaremos essa parte do terceiro capítulo analisando um estudo sobre os custos de produção na citricultura dos anos 1980, que lidava com a crise fiscal do Estado e com a inflação estrutural vigente.

Teorizaremos, depois, sobre os fundamentos do processo de acumulação de capital que apontam para uma tendência de limitação das suas taxas de lucro e também para uma centralização do capital, de um modo geral. Discutiremos, por fim, esse processo na citricultura paulista, procurando ressaltar a compreensão do mesmo da parte de alguns entrevistados que personificaram algumas dessas mudanças. Daí, tentaremos discutir o papel possível da política no direcionamento do processo de centralização do capital.

A reprodução crítica da citricultura e a expressão da crise da modernização da agricultura nos anos 1980

O estudo acima citado foi feito pela engenheira agrônoma Nilda Tereza C. de Mello, do Instituto de Economia Agrícola (IEA), tendo sido publicado em 1986. Além de uma pesquisa sobre os custos de produção da citricultura, nos moldes reduzidos da metodologia adotada pelo IEA, apresenta um argumento que permite problematizar tanto essa metodologia como a reprodução crítica da citricultura dos anos 1980.

Começa, dessa maneira, por afirmar que normalmente a "administração rural" teria colocado a centralidade de suas ações na melhor utilização dos insumos e dos fatores de produção, visando diminuir os custos de produção e melhorar as suas rendas. Com isso, estava naturalizando uma suposta ação modernizante dos citricultores. A situação dos anos 1980, decorrente da severa inflação experimentada, teria, no entanto, deturpado essa "normalidade", colocando a questão financeira em primeiro plano[131]. O

[131] "A década de oitenta, entretanto, marcada por uma economia com altas taxas inflacionárias e em ascensão, a preocupação principal dos produtores passa a ser com a elevação desenfreada dos preços dos insumos agrícolas, enquanto a melhoria da eficiência produtiva perde a relevância que deveria ter, em termos de diminuição de custos. Os encargos financeiros é o item de custo de produção que mais cresce nesse período, mascarando dessa maneira a magnitude das despesas

capital produtivo em embate contra o capital financeiro organizava, desse modo, essa introdução, numa clara defesa do primeiro. Defesa esta que, aliás, condizia com a posição social do técnico agrícola ou de um agrônomo, como também do pesquisador de um instituto como o IEA.

O endividamento parecia ser um processo incontornável da situação que se vivia, uma vez que o financiamento dos insumos produtivos, via sistema financeiro, sofria grave desvantagem, no que se refere à correção monetária pós-fixada, comparando-se à correção dos preços dos produtos agrícolas, que não acompanhava uma mesma correção, segundo a autora, devida a falta de organização do setor em pressionar o governo em busca de uma melhor remuneração. Por sua vez, o setor industrial, produtor dos mesmos insumos e fortemente concentrado, tinha força para determinar os níveis de preços e até mesmo as taxas de juros do mercado[132]. A questão, então, advinha do poder político dos monopólios e oligopólios agroindustriais em obter uma remuneração em detrimento do setor produtivo, menos articulado politicamente.

Neste argumento, por sua vez, vemos uma noção menos neutralizada do estabelecimento dos níveis de preço dos setores daquela apresentada, como decorrente da simples operação da lei da oferta e da procura, no artigo de Matsunaga (1970). A articulação política e a monopolização do setor industrial, articulado ao capital financeiro, organizavam aqui outra explicação dos pressupostos sociais que condicionavam a discussão científica em torno dos custos de produção.

Mello (1986), porém, apresentava outra importante variável para a relação entre o investimento de capital na citricultura, por exemplo, face ao parâmetro do seu investimento financeiro. Isto é, parecia alegar que aqueles produtores que não precisassem recorrer ao sistema financeiro para levantar o necessário capital de custeio de suas produções, por outro lado, deveriam pensar seriamente em investir o seu capital no próprio mercado financeiro. O alto risco do investimento na agricultura parecia não

---

relativas aos insumos agrícolas, e destituindo de importância na produção, os coeficientes físicos de uso desses insumos" (Mello, 1986; 439).

[132] "Se o custeio da produção era feito, via sistema financeiro, a insegurança era, principalmente, quanto ao montante da dívida, que só no final do ciclo agrícola era conhecida, uma vez que os encargos financeiros eram pós-fixados de acordo com a correção monetária, sendo que para a maioria dos produtos agrícolas os preços não tinham igual evolução no mesmo período. A agricultura é sabidamente caracterizada como um setor bastante atomizado, sem poder de barganha, enquanto o sub-setor industrial de insumos e o sistema financeiro caracterizam-se como oligopólios com força suficiente de ditar preços e as taxas de juros no mercado" (Mello, 1986; 439-440).

compensar, enquanto a segurança quanto ao retorno estimulava a financeirização da economia.

Desse modo, o Plano de Estabilização Econômica, de 1985-86, tendo contido a inflação, ao menos momentaneamente até ali, deveria, como era a expectativa da autora, diminuir a importância dos encargos financeiros e a insegurança da produção agrícola, facilitando as estimativas de custos de produção, melhorando o planejamento de curto prazo e também os de médio e longo prazo; reinserindo, assim, a chamada "questão técnica", que, de maneira mesmo explícita aqui, era também o que justificava o trabalho de técnico agrícola de um instituto como o IEA[133]. Daí a autora afirmar que: "A questão técnica voltou a se sobrepor em importância à gestão financeira, na administração rural" (Mello, 1986; 440).

Outros pontos importantes do estudo de Mello (1986) estavam na forma de se levantar os dados para preencher as chamadas "matrizes de coeficientes técnicos" que viriam a compor "médias das estruturas produtivas" (Mello, 1986; 442).

Veja-se que, diferente de Ettori (1957), que se embasara em citricultores que se valiam das técnicas e insumos tidos como "modernos", e de Matsunaga (1970), que afirmava ter escolhido alguns dos mais destacados citricultores das áreas consideradas de citricultura mais moderna, à época, Mello (1986) já se preocupava com um levantamento que corroborasse uma maior aparência de neutralidade científica das fontes, escondidas estas atrás de técnicas de amostragem e de médias, para diferentes "regiões produtoras", para se determinar aquilo que Matsunaga (1970) havia chamado de "exigências" dos processos de formação e de produção.

No que se referem aos preços desses "fatores" ou itens, alguns estavam congelados e eram determinados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), como as máquinas, equipamentos, defensivos e adubos, além de combustíveis e lubrificantes. Para os demais itens, fizeram-se cotações de preços no mercado da capital e de outros importantes municípios citrícolas. Já as diárias dos trabalhadores foram equalizadas numa média para os trabalhos simples (volante, mensalista e diarista) e noutra para os trabalhos complexos (tratorista). Por fim, as taxas de juros para custeio foram escolhidas, mesmo em casos em que os gastos deveriam ser tomados como

[133] "Nesse contexto cresce a importância das estimativas de custo de produção agrícola elaboradas pelas entidades institucionais, no sentido de auxiliar os produtores em sua gestão técnica-econômica para a elevação da eficiência na agricultura" (Mello, 1986; 440).

investimentos.

Todo esse procedimento de equalização dos dados acabava por afastar os próprios resultados dos casos empíricos mais particulares, dos produtores. Por isso, Mello chegava inclusive a adverti-los que tomassem os dados com cautela: "Representando médias regionais de escala de produção e tecnologia, essas estimativas de custo devem ser vistas com a devida cautela pelos produtores, devendo ser adaptadas para cada caso, em particular" (Mello, 1986; 444-447).

Outra diferença fundamental de um estudo para os outros é que o período de formação do pomar, em Mello (1986), havia caído para apenas quatro anos, ao invés dos seis adotados por Ettori (1957) e por Matsunaga (1970). Não havendo qualquer explicação para a queda, embora novas variedades ou técnicas e usos efetivos de adubos e fertilizantes pudessem ter acelerado a "estabilidade" da produção das novas laranjeiras, sem dúvida a retirada da remuneração dos fatores de produção da metodologia devia possibilitar a obtenção de cálculos de rentabilidade que superavam os custos de maneira mais "precoce". No entanto, a falta do parâmetro de rentabilidade não nos permite concluir sobre este ponto, e o estudo de Mello (1986) não apresentava os preços de mercado da mercadoria laranja para serem contrapostos aos custos em questão.

Por fim, há que se pensar nos resultados propriamente ditos. Reduzidos a percentuais dos custos sobre os custos operacionais totais, dividiam-se os montantes para o pomar em formação e para o pomar em produção. Os itens de *custo operacional efetivo*, tanto de formação como do pomar em produção, estavam compostos por mão-de-obra, mudas, adubos e corretivos, defensivos e operação de máquinas e equipamentos, e, numa subcategoria, ainda os custos com a depreciação de máquinas e pomar e os juros de custeio. A tabela abaixo procura resumir os dados:

Tabela 7- Valores e participações dos itens de custo do pomar em formação e em produção para a

laranja, Estado de São Paulo, 1986/87.

	Pomar em formação		Pomar em produção	
Item de custo	**Cz$/ha**	**%**	**Cz$/ha**	**%**
Mão de obra	5.355,13	20	1.901,24	17
Mudas	2.200,00	8	-	-
Adubos e corretivos	3.307,27	13	1.778,71	16
Defensivos	4.708,77	18	2.270,41	21
Operação de máqu. e equip.	6.293,97	24	2.315,69	21
Custo Operacional Efetivo	**21.865,14**	**83**	**8.266,05**	**75**
Depreciação de máq. e pomar	2.496,61	10	2.035,23	19
Juros de custeio	1.749,21	7	661,28	6
Custo Operacional Total	**26.110,96**	**100**	**10.962,56**	**100**

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), apud. Mello, 1986; 445.
Org.: Cássio A. Boechat

No pomar em formação, o custo operacional efetivo representava 83% do custo operacional total, enquanto a depreciação do capital (em máquinas e pomar, 10% do custo total) e os juros de custeio (7%) completavam a estrutura de custos. Posteriormente, no pomar em produção, após o quarto ano, o custo operacional efetivo caía para 75% do total e a depreciação do capital subia a 19%.

Dentro do custo operacional efetivo, os custos com operação de máquinas e equipamentos, que não incluíam os salários de tratoristas, representaram o maior percentual no pomar em formação (24%) e em produção (21%). Os custos com "mão-de-obra", no período de formação, chegavam a 20% dos custos, mas caíam a 17% no pomar em produção. Mudas só representavam custos na primeira fase, num total de 8%, enquanto os custos com adubos e corretivos (de 13% para 16%) e com defensivos (de 18% para 21%) aumentavam percentualmente de uma fase para outra.

Os dados absolutos, no entanto, mostravam um custo muito superior na primeira fase, de investimento na formação do pomar, do que na sua manutenção e trato. Assim, os custos operacionais totais que atingiam Cz$ 26.110,96 por hectare caíam para menos da metade, Cr$ 10.962,56.

Na listagem dos itens que compunham essas categorias, embora uma boa base da

estrutura de custos fosse semelhante à adotada por Ettori (1957) e por Matsunaga (1970), vemos que, do início dos anos 1970 para meados dos 1980, alguns novos insumos foram se somando às "exigências" de reprodução do capital citrícola.

São os casos dos fungicidas (fungicida 1 e fungicida cúprico) e acaricidas (1 e 2), além de itens como microelemento, óleo emulsionável, espalhante adesivo e proteína hidrolizada (Mello, 1986; 448-450), que não apareciam nos estudos anteriores. Provavelmente, o uso generalizado desses pesticidas e de seus meios condutores estivesse levando a um desequilíbrio biológico dos pomares, que requeria novos aportes desses insumos. Aqui, os custos ecológicos pesavam diretamente na estrutura de custos operacionais dos capitais investidos na citricultura. Voltaremos a esta questão na finalização desta seção.

Num quadro em que a autora colocava numa perspectiva temporal, desde 1979 até 1987, as porcentagens das categorias de custo operacional total na citricultura paulista, o estudo permitia comparar mudanças na composição dos capitais aí empregados.

Quadro 1 – Evolução das participações dos itens de custo no custo operacional total da cultura da laranja, Estado de São Paulo, 1979/80 - 1986/87.

Item de custo	1979/80	80/81	81/82	82/83	83/84	84/85	85/86*	86/87*
Mão de obra	21	18	13	14	9	7	12	17
Adubos e corretivos	20	24	20	16	11	12	20	16
Defensivos	27	26	29	27	24	16	21	21
Operação de máqu. e equip.	16	11	10	12	11	7	10	21
Depreciação de máq. e pomar	11	13	10	12	11	11	13	19
Encargos financeiros	5	8	18	19	34	47	24	6
Custo Operacional Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

(*) Estimativas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), apud. Mello, 1986; 446.
Org.: Cássio A. Boechat

Nele, observa-se uma queda gradual nos custos da porcentagem ocupada com o pagamento de "mão-de-obra", caindo de 21% em 1979/1980 até atingir o nível mínimo em 1984/1985, com 7% dos níveis totais. Por sua vez, o outro item com maior variação no período foi o de "encargos financeiros", que subiu de 5% no primeiro período até um máximo de 47% no mesmo ano agrícola de 1984/1985.

Essa variação, caso a série histórica se interrompesse aí, mostrava uma tendência a uma dependência absurda das unidades produtivas de um financiamento de sua reprodução. Por sua vez, evidenciaria uma tendência de aumento da composição orgânica do capital, com diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante no setor. É importante lembrar, porém, que a autora sequer esboça tal análise e menos ainda nesses termos.

Os anos que se seguiram levavam, porém, as tendências acima esboçadas a serem questionadas, uma vez que as porcentagens de custos com "mão-de-obra" voltavam a subir para 12% em 1985/1986 e 17%, na estimativa para a safra seguinte. Já os custos com "encargos financeiros" sofriam uma queda significativa para 24%, em 1985/1986, e tinham a previsão de cair para "apenas" 6% dos custos operacionais totais na safra seguinte.

Desse modo, fica difícil afirmar por uma efetiva redução relativa do capital variável em relação ao capital total. Porém, com o retorno dos custos com "encargos financeiros" a patamares similares aos de 1979, podia-se voltar a comparar a distribuição dos demais "fatores", independentemente dos custos com pagamento de juros. Assim, a porcentagem dos custos de "mão de obra", embora não tenha decrescido no ritmo acelerado que parecia estar se dando no início dos anos 1980, caía de 21% dos custos operacionais totais para 17%, na previsão para 1986/87, enquanto a operação de máquinas e equipamentos subia de 16% para 19% e a depreciação do capital fixo de 11% para 19%. Enfim, um aumento da composição orgânica do capital parecia estar realmente ocorrendo, ainda que não tão avassalador.

Conclui-se, ainda, a partir destes dados, que a financeirização estava intimamente relacionada ao processo inflacionário, como observamos mais atrás, e que cobrava uma parcela gradativamente mais significativa dos ganhos produtivos, na forma de juros de custeio. A contenção da inflação, em 1985/86, fazia, portanto, diminuir essa limitação do lucro pela diminuição direta da influência dos juros sobre os custos operacionais da citricultura.

Por fim, algo importante a também se reter da apresentação desse estudo, além da alusão à questão da financeirização e da sua relação com a produção agrícola e com a pesquisa em agricultura nos anos 1980, era a reiteração do fundamento da mudança na metodologia do IEA, algo que seria mais uma vez mencionado na conclusão do trabalho de Mello, transferindo a remuneração dos fatores fixos de produção para uma alçada

particular, como se a divisão do lucro obtido ficasse apenas a critério do produtor:

> E [a] remuneração dos fatores fixos de produção (terra, capital e empresário), não considerada na metodologia dos custos adotada pelo IEA, deverá ser contabilizada de acordo com as expectativas de ganho de cada produtor, em particular (Mello, 1986; 447).

Tal saída acabava, como analisamos anteriormente, por nos levar a considerar a metodologia vigente de custo operacional total como incompleta, mas, transferindo os cálculos e remunerações para o produtor, supunha ainda uma capacidade deste de pensar segundo os critérios econômicos de cálculo destas remunerações e colocar em prática escolhas particulares racionais. Ao fazê-lo, porém estabelecia um corte entre o que estaria no âmbito científico e relativamente neutro, as relações de mercado que estipulam as condicionantes dos custos operacionais, e o que estaria na alçada da escolha de investimento de capital, a ser feita privadamente pelos seus proprietários.

Para concluir, entretanto, devemos apontar outra redução metodológica ainda mais significativa deste estudo de Mello (1986) em relação aos anteriores. Esta diz respeito à ausência de inclusão da comparação dos preços de custo com os preços de mercado vigentes para a mercadoria final. Sem tais dados, não haveria como fazer a simples contabilização dos níveis de rentabilidade da atividade em cada momento, na relação com os preços de custo.

Desse modo, se o IEA reduzira sua estrutura de custos para fazer seus cálculos condizerem com a reprodução dos capitais citrícolas, empiricamente verificada (ainda que crítica), o estudo de Mello (1986) sequer permitia a conta fetichista acerca da renda bruta e da renda líquida da atividade.

Ainda assim, sua retomada aqui serviu-nos para corroborar o argumento da financeirização da economia em processo, dificultando na prática a modernização da citricultura pela limitação dos juros sobre o lucro. A partir de agora, concluiremos tal teorização e apontaremos um sentido de tendência à centralização dos capitais já iniciado nos anos 1970 para a citricultura. No entanto, procuraremos compreendê-lo como resposta fetichista ao processo de redução das taxas de lucro provocado pelo aumento da composição orgânica dos capitais. Uma resposta que não se enxergava, portanto, como sendo a causa mesma (e reiterada) do problema.

A autonomização do capital que rende juros, a queda da taxa de lucro e a centralização do capital

A maneira como K. Marx (1986, L. III, t. 1, seção 5) aborda a autonomização do juro em relação ao lucro parte da existência de um processo de autonomização entre o capital bancário, que centraliza o capital monetário, em relação ao capital industrial. Existindo tal autonomização, as suas personificações contrapostas permitiriam uma espécie de separação no interior da classe capitalista, em capitalistas monetários (ou bancários) e capitalistas industriais.

No entanto, embora personifiquem propriedades reconhecidas socialmente como *capital*, o autor se esforça para demonstrar a distinção qualitativa entre o capital monetário e o capital industrial, relacionando-os à questão da valorização e da distribuição social da mais-valia produzida. O capital monetário é, assim, compreendido como *capital portador de juros* que, embora seja absolutamente diferente de uma mercadoria, torna-se uma mercadoria *única*, tendo o juro como o seu preço de mercado (Marx, 1986; 275).

Como observamos anteriormente, entretanto, o *lucro médio* não é o preço de mercado do capital industrial. Este tampouco é *em si* uma mercadoria, embora seja composto de mercadorias adquiridas, em geral, no mercado e seja uma relação social de produção de mercadorias.

A equalização dos lucros se origina da mobilidade do capital. Ocorre na medida em que capitais são movidos das esferas menos lucrativas para as mais lucrativas, de maneira não simultânea e nem orquestrada, mas como resultado de processos que constituem tendências e que reduzem as maiores taxas de lucro e aumentam as menores. Não pode haver, assim, uma fixação direta do lucro médio, algo que se dá apenas posterior e nunca uniformemente: sempre em processo de equalização. Dessa forma, a taxa de lucro é antes apreendida mais lógica do que empiricamente, como uma suposta taxa real de lucro (Marx, 1986, L.III, t. 1, cap. 22) que não se encontra na realidade exatamente como tal, embora seja constantemente intuída pelos capitalistas em suas decisões de investimento ou não. Estudos como os de previsão de custos de produção que aqui estamos analisando constituem, assim, tentativas de antecipação das condições de realização de um lucro médio.

Ora, algo totalmente diverso se dá com a taxa de juros. Esta, embora flutue, flutua de maneira uniforme para todos os seus interessados, aparecendo como uma taxa

fixa, dada. Por isso, a taxa de juros surgia como elemento importante de baliza de um parâmetro de rentabilidade para aqueles estudos iniciais, de custo total. Também para os capitalistas propriamente ditos o mesmo se dá. Porém, sua qualidade distinta para com a taxa de lucro advém, sobretudo, do processo de valorização que permite primeiramente a existência do lucro e, posteriormente (em termos lógicos), do juro. Ainda que, na realidade, as coisas não se realizem desse modo, mas antes ao inverso, com a taxa de juros precedendo o lucro.

Para compreender o processo aqui apresentado por Marx, podemos retomar a fórmula sintética (e, portanto, lógica) da valorização do capital industrial (ou produtivo, em geral), em que uma soma de dinheiro (*D*) é utilizada para comprar determinadas mercadorias (*M*), que funcionam como meios de produção (*MP*), incluindo pois a mercadoria força de trabalho (*FT*), e que produzem outras mercadorias (*M'*). Estas, ao serem vendidas, geram um dinheiro (*D'*) que deve ser maior do que o anteriormente investido, o que permitiria recomeçar o processo em escala ampliada. Tomando-se o processo num único ciclo de rotação, ter-se-ia a seguinte fórmula:

$$D - M\ [MP + FT] \ldots M' - D'$$

A fórmula – resumida em $D - M - D'$ – não problematiza de onde vieram os elementos iniciais do processo de acumulação capitalista. Não querendo reiterar aqui a compreensão do processo de acumulação primitiva que permite a existência autonomizada de dinheiro, dos meios de produção e da força de trabalho, algo que já procuramos fazer no capítulo anterior, o que se quer circundar aqui é tão-somente que o dinheiro inicialmente investido pode ser, conforme as circunstâncias de apropriação pretéritas, de propriedade do próprio capitalista que o utiliza para comprar as mercadorias necessárias para o consumo produtivo, como pode ser de propriedade de outro capitalista, que o empresta para este uso produtivo.

Quando esta última situação ocorre, o lucro tem que ser repartido com o proprietário inicial do capital monetário emprestado, ou prestamista, havendo um pagamento que é o juro propriamente dito. Por isso, o juro aparece como o preço do dinheiro emprestado. A fórmula anteriormente apresentada ganha uma nova adição, em que A é o prestamista e B, o mutuário:

$$D_A - D_B - M\ [MP + FT] \ldots M' - D'_B - D'_A$$

Dessa maneira, o que se observa é um ciclo de valorização do capital B (D-M-D'), que passa a ser entendido como capital *funcionante* para Marx (1986, l. III, t. 1,

cap. 23), articulado a um ciclo expansivo do capital A, que passa a ser concebido como o capital *que rende juros* (D-D').

O capital *funcionante* "funciona", a partir disso, com o capital monetário que inicialmente não lhe pertence. O capitalista "ativo" aparece, assim, como não-proprietário do capital. Um capitalista que está, irônica e contraditoriamente, expropriado da propriedade do capital... Sua "atividade" como capitalista se contrapõe a uma aparente "inatividade" do proprietário do capital, que ainda assim tem direito à parte do lucro gerada supostamente pela "ação" *do* capitalista ativo. Disto resulta que uma divisão quantitativa do lucro entre dois capitalistas, torna-se uma divisão qualitativa do lucro em *juro*, pago ao prestamista, e *ganho empresarial*, retido pelo capitalista "ativo" (Marx, 1986; 280).

O importante a reter sobre esta explicação é, no fundo, a autonomia aparente do juro se naturalizando e, com ela, confirmando o fetiche do dinheiro como capital *em si,* como uma mercadoria que aparentemente se autovaloriza. Isto porque, não se observando a transmutação do dinheiro em mercadoria (e seu consumo produtivo gerando novas mercadorias, para então retornarem, pela sua venda no mercado, à forma inicial de dinheiro, acrescido quantitativamente), o prestamista tende a perder ainda mais o vínculo da real origem do juro como oriunda do processo de valorização, que passa, ainda, pelo de exploração do trabalho.

Vimos, mais atrás, que o fetiche do capital como "real" agente da produção do lucro já reforçava o obscurecimento do processo de valorização do valor, que aqui se torna ainda mais potente. Assim, contrapondo-se a um capitalista que é "apenas" proprietário de dinheiro, portanto não-atuante na exploração do trabalho produtivo, o capitalista funcionante aparece como o verdadeiro condutor do processo produtivo, que lhe custa esforço e aparece-lhe como *trabalho de superintendência*, um trabalho complexo de coordenador direto do processo produtivo imediato. O capitalista funcionante acaba por, finalmente, se converter, nestas condições, em equivalente de um *trabalhador*! O ganho empresarial é visto, portanto, como o seu salário[134].

[134] À medida que essa autonomização ganha "validade" social, não precisa nem que o capitalista "ativo" precise sempre de dinheiro emprestado para a existência autonomizada dos diferentes rendimentos: seu capital mesmo se decompõe nas duas categorias como propriedade de capital, que atua *fora* do processo produtivo, e de capital *dentro* do processo produtivo, proporcionando-lhe tanto juros como ganho empresarial. Isto em parte explica a validade fetichista empírica e teórica da metodologia dos custos de produção que anteriormente analisamos, ao mesmo tempo em que torna questionável a redução metodológica feita pelo IEA, dentro da lógica dela mesma.

Mais do que isso, o empresário aparece como sendo explorado pelo capitalista monetário. A antítese entre capital e trabalho parece se deslocar para além do processo real de exploração. Não obstante o trabalho de superintendência continue sendo o trabalho de coordenação da exploração do trabalho, este *processo de valorização* pela exploração do trabalho acaba sendo concebido como mero *processo de trabalho*, em que o seu coordenador também se apresenta como trabalhador[135]. Dessa maneira, enfim, o juro assume a forma social de capital *em si*, em oposição a este trabalho e limitando-lhe o ganho empresarial, pela exigência do pagamento de uma espécie de "aluguel" (ou renda) pelo dinheiro emprestado que possibilitou o início de toda a atividade produtiva.

Essa articulação do capital monetário com o capital funcionante tende a ser reiterada pelo processo de reprodução ampliada, em que gradativamente mais dinheiro, no processo produtivo, tem que ser acionado para movimentar um montante maior de mercadorias para o consumo produtivo. Ao fazê-lo, no entanto, o capital fica assim "imobilizado" enquanto não se realiza produtivamente por completo. O capitalista que o possui, nesse ínterim, não pode dispô-lo de outra forma, não podendo emprestá-lo ou investi-lo diferentemente. O mesmo acontece com o capitalista monetário que o emprestou, tendo que esperar pela sua valorização para receber os juros que lhe cabem. Ao mesmo tempo, para se reproduzir como capitalista monetário, há a necessidade do empréstimo desse dinheiro para se garantir o recebimento de juros, ressaltando-se assim a diferença de um dinheiro *entesourado* para um capital que rende juros.

O movimento direto de "autovalorização" do dinheiro (D-D') pode, entretanto, não passar pela produção de mercadorias (com seu processo de valorização) e dela se separar, primeiramente, pela falência, no meio do caminho, da empresa tomadora do empréstimo, levando à inadimplência. Por outro lado, o empréstimo pode ser usado em consumo não de meios de produção, mas de mercadorias finais, o que não permite seu pagamento como repartição da mais-valia diretamente gerada. Noutra situação, o empréstimo pode ainda ser utilizado para pagar empréstimos anteriormente contraídos,

---

135 "Uma vez que o caráter alienado do capital, sua antítese com o trabalho, é deslocado para além do processo real de exploração, a saber, para o capital portador de juros, o próprio processo de exploração aparece como mero processo de trabalho, em que o capitalista funcionante apenas efetua outro trabalho que o do trabalhador. De modo que o trabalho de explorar e o trabalho explorado são, ambos como trabalho, idênticos. O trabalho de explorar é tanto trabalho quanto o trabalho que é explorado. Ao juro cabe a forma social do capital, mas expressa numa forma neutra e indiferente; ao ganho empresarial cabe a função econômica do capital, mas abstraída do caráter determinado, capitalista, dessa função" (Marx, 1986; 286).

protelando o pagamento de uma dívida pretérita e renovando, com isso, a promessa de valorização futura. Por fim, o empréstimo pode ser feito com o intuito de se adquirir a propriedade de títulos de ações e de imóveis, permitindo uma especulação com os seus preços. Em todos esses quatro casos, a separação do ciclo D-D' em relação ao ciclo D-M-D' é evidente. Para quem empresta o dinheiro, no entanto, pouco importa o que será feito com ele pelo contratante do empréstimo, desde que o pagamento final dos juros pelo empréstimo seja "honrado".

Porém, o que Marx esteve ali inicialmente ainda a reiterar é que este capital monetário precisava ser emprestado para possibilitar o ganho dos juros e que o capital realmente produtor de mercadorias precisa de massas de dinheiro cada vez maiores para ativar o seu processo produtivo, realizado em escala sempre ampliada[136]. Enfim, reiterava-se aí a ideia do juro como "promessa de valorização futura" ou como "hipoteca de trabalho futuro" (Kurz, 1995), ainda que a possibilidade dela não ocorrer estivesse presente (e cada vez mais presente).

Aquela relação de necessidade ampliada de crédito já havia sido esboçada por Marx (1985, cap. 23) no Livro I de *O capital*, quando o autor diferenciava os processos de *concentração de capital*, assente na extração de mais-valia (absoluta e relativa), e de *centralização de capital*, realizada pela aquisição de um capital previamente acumulado por outro, numa assim chamada "expropriação de capitalista por capitalista"[137].

Enquanto a acumulação tende a promover o aumento do número de capitalistas, a concorrência entre eles tende a fundir inúmeros capitais menores em capitais maiores[138], algo que o sistema de crédito contribui substancialmente para ocorrer, como

---

136 "A extensão gradual da racionalidade empresarial a toda produção, a sua cientifização e o conseqüente aumento, em escala secular, da intensidade do capital (ou seja, custos prévios sempre mais altos para uma produção competitiva de mercadorias), além da extensão concomitante do capital acionista anônimo, exigem massas sempre maiores de dinheiro creditício, para poder manter em curso a produção capitalista" (Kurz, 1995; 3).

137 "A acumulação e a concentração que a acompanha não apenas estão dispersas em muitos pontos, mas o crescimento dos capitais em funcionamento é entrecruzado pela constituição de novos capitais e pela fragmentação de capitais antigos. Assim, se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, por outro lado ela aparece como repulsão recíproca entre muitos capitais individuais" (Marx, 1985, L. I, t. 2, cap. 23; 196).

138 "O crescimento do capital social realiza-se no crescimento de muitos capitais individuais. Pressupondo-se as demais circunstâncias constantes, os capitais individuais crescem e, com eles, a concentração dos meios de produção, na proporção em que constituem partes alíquotas do capital social global da sociedade. Ao mesmo tempo, parcelas se destacam dos capitais originais e passam a funcionar como novos capitais autônomos. Nisso desempenham um grande papel, entre outros fatores, a partilha da fortuna de famílias capitalistas. Com a acumulação do capital, cresce portanto,

um "enorme mecanismo social para a centralização de capitais" (Marx, 1985, L. I, t. 2, cap. 23; 197), ao passo que também assim se estimulava a criação mesma desse sistema de crédito.

Paralelamente, a centralização de capitais também pode assumir uma forma em que diversos capitalistas se juntam como proprietários de um único capital. Assim, se constituem as chamadas *sociedades de ações*, em que, embora os acionistas majoritários possam controlar o capital como um todo, nem eles podem ser considerados os seus proprietários num sentido clássico do termo. Como notamos, ao tratar do sistema financeiro no Brasil, daí surge a possibilidade de um mercado de títulos de ações que pode alavancar capital monetário para o capital produtivo, como pode ainda gradativamente se autonomizar como um mercado relativamente *à parte* do próprio capital produtivo, num mercado de títulos de propriedades e de ações, normalmente centralizado na Bolsa de Valores.

A centralização de capitais aparecia aí, num primeiro momento, junto com o próprio sistema de crédito, dessa maneira, como "alavanca" para impulsionar também a concentração de capital, ou a acumulação capitalista, e assim por diante e vice-versa: "As massas de capital soldadas entre si da noite para o dia pela centralização se reproduzem e multiplicam como as outras, só que mais rapidamente e, com isso, tornam-se novas e poderosas alavancas da acumulação social" (Marx, 1985; 198).

Nesta explicação, os "velhos" capitais tanto como os "novos", ainda que se apresente um relativo descompasso entre eles, estão constantemente se modificando e incorporando inovações técnicas e tecnológicas que acabam por diminuir a demanda por trabalho, sobretudo pela pressão da concorrência entre si, com o risco iminente da mera falência ou da centralização cobrar o seu preço e levar à incorporação de um capital por outro[139]. O processo "renovador" se acelera, portanto, com a centralização e, com ele,

---

em maior ou menor proporção, o número de capitalistas. Dois pontos caracterizam essa espécie de concentração, que repousa diretamente na acumulação, ou melhor, que é idêntica a ela. Primeiro: a crescente concentração dos meios de produção social nas mãos de capitalistas individuais é, permanecendo constantes as demais circunstâncias, limitada pelo grau de crescimento da riqueza social. Segundo: a parte do capital social, localizada em cada esfera específica da produção, está repartida entre muitos capitalistas, que se confrontam como produtores de mercadorias independentes e reciprocamente concorrentes" (Marx, 1985; 196).

[139] "À medida que se desenvolve a produção e acumulação capitalista, na mesma medida desenvolvem-se concorrência e crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização. Paralelamente, o progresso da acumulação multiplica a matéria centralizável, isto é, os capitais individuais, enquanto a expansão da produção capitalista cria aqui a necessidade social, acolá os meios técnicos, para aquelas poderosas empresas industriais cuja realização se liga a uma

de modo geral, estabelece-se uma repulsa (relativa) por trabalhadores no processo produtivo e de acumulação.

> Por um lado, o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai, portanto, em proporção a seu tamanho, menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele (Marx, 1985; 198).

Ainda ali, naquele momento da análise, Marx colocava relevo na criação da superpopulação relativa, com sua funcionalidade explícita de pressionar a própria classe trabalhadora, mantendo baixos os níveis salariais e as exigências mais amplas de condições de trabalho. Permitia-se, desse modo, com a concentração e a centralização do capital um aumento dos níveis de acumulação. O crédito tinha ali uma funcionalidade explícita e inquestionável na aceleração desses processos.

No Livro III (1986, L. III, t. 2, seção III, cap. 13), entretanto, este mesmo processo já tem uma conotação de crise do fundamento da própria acumulação capitalista, ainda que seu fundamento já estivesse expresso na explicação anterior. Esta crise se originava dos efeitos da própria concentração e centralização do capital, conquanto o aumento da composição orgânica destes capitais representava uma diminuição *relativa* do capital variável (c) sobre o capital total (C), incorrendo numa diminuição também relativa da mais-valia extraída (m) desse capital variável, e assim também da taxa de mais-valia (m/v) e, portanto, da taxa de lucro (m/C)[140].

É importante que se reitere, entretanto, que essa tendência seria de uma diminuição *relativa* tanto do capital variável explorado quanto da massa de mais-valia, assim como da massa de lucro possivelmente apropriada. Relativa em relação ao capital total, ou ao montante de meios de produção, cada vez maiores, tocados pelo capital variável mobilizado.

> O número dos trabalhadores empregados pelo capital, portanto a massa absoluta de

---

centralização prévia do capital" (Marx, 1985; 197).

[140] "A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas *uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista* para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social de trabalho. Com isso não está dito que a taxa de lucro não possa cair transitoriamente por outras razões, mas está provado, a partir da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade óbvia, que em seu progresso a taxa média geral de mais-valia tem de expressar-se numa taxa geral de lucro em queda. Como a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação à massa de trabalho objetivado, posta por ele em movimento, isto é, o meio de produção consumido produtivamente, assim também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valia tem de estar numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital global empregado. Essa relação da massa de mais-valia com o valor do capital global empregado constitui, porém, a taxa de lucro, que precisa, por isso cair continuamente" (Marx, 1986; 164).

> trabalho posta em movimento por ele, portanto a massa absoluta de mais-trabalho absorvida por ele, portanto a massa de mais-valia produzida por ele, portanto a massa absoluta de lucro produzida por ele *pode*, por conseguinte, crescer, e crescer progressivamente, apesar da progressiva queda da taxa de lucro. Isso não apenas *pode* ser o caso. *Tem* de ser o caso – descontadas oscilações transitórias – na base da produção capitalista (Marx, 1986, L. III, t. 2, seção III, cap. 13; 167).

O que se tem, com isso, é um processo que aparece como "crescimento" do capital, mas que, no fundo, representa uma reiteração de uma crise imanente desse mesmo capital, na medida em que se estreita a sua base de extração de mais-valia, na proporção agigantada de trabalho objetivado que não gera *por si* nova mais-valia.

Porém, como vimos no caso da equalização de uma taxa de lucro, os capitais maiores, como maiores "acionários" da classe capitalista, aparecem como tendo o direito de reclamar uma parcela maior na divisão do lucro médio, exatamente pela sua magnitude.

Entretanto, é também essa magnitude que representa uma espécie de "vanguarda" da "inovação técnica" e, com ela, de redução relativa do capital variável empregado. Empiricamente, isso possibilita a produção por um capital particular de mais mercadorias finais: o trabalho ali explorado se torna mais produtivo. Com um mesmo preço de mercado dado, inicialmente o montante dessas mercadorias vendidas – talvez até abaixo do preço de mercado (ainda que acima do novo preço de custo, mais baixo em termos unitários) – permite, portanto, um lucro particular maior.

Por este modo de pensar, estes novos patamares de produtividade, tornam-se, dessa maneira, um "norte" da concentração e da centralização dos demais capitais, em concorrência. Conforme as magnitudes de composições orgânicas desses capitais tendam a se equalizar nesta "corrida", também as massas diferenciais de lucro tendem a se equiparar e, num todo, decair na relação com capitais totais tornados ainda maiores (Marx, 1986, L. III, t. 2, cap. 15; 198-199). Como conseqüência, o preço de mercado das mercadorias tende a cair e se aproximar do seu preço de custo, que é novamente pressionado a ser reduzido. A busca pela redução dos custos pode ser assim pensada como tentativa de minimizar uma tendência de queda da taxa de lucro, na mentalidade fetichista do capitalista[141]. Tentativa, entretanto, que acaba por reforçar o problema mesmo.

---

[141] Assim, embora surja como tentativa de impor uma tendência contrariante à queda da taxa de lucro, leva a recolocá-la numa escala alargada. Este é o mistério da relação de fundo entre "progresso" e crise aqui revelado, que a centralização de capital apenas acelera: "Se, porém, as mesmas causas que fazem cair a taxa de lucro estimulam a acumulação, isto é, a formação de capital

Enfim, todos esses fatores acima expostos teoricamente servem para mostrar uma tendência de fundo à centralização do capital como explicação do processo de formação das grandes corporações e dos grandes monopólios, na medida em que são capitais centralizados numa escala que, embora impulsionada pelo movimento da concorrência entre capitais, acaba por buscar suspender essa mesma concorrência pela monopolização de certos setores.

A tendência à monopolização e as gradações da centralização de capitais na modernização retardatária da agricultura e da citricultura brasileiras

O monopólio, que, como fundamento do capital, já aparecera inicialmente aqui na concepção de um monopólio dos meios de produção a mobilizar a população para o trabalho, como vimos no segundo capítulo, aparece agora como um monopólio de enormes massas de meios de produção apropriadas por alguns capitalistas[142], que, no processo, expropriaram também a outros capitalistas.

Numa medida, este processo se expressa como "desenvolvimento" das forças produtivas e de capitais particulares, embora estejamos ressaltando aqui a reiteração do processo crítico que o engendra e é por ele engendrado.

Por outro lado, a relação autonomizada do capital que rende juros em relação ao capital produtivo evidenciava uma monopolização do capital monetário, centralizado sobretudo no capital bancário. Essa centralização representava, por sua vez, o fortalecimento do "mecanismo social" do crédito como "alavanca do capital", a permitir grandes investimentos e também a aceleração da centralização do capital produtivo. Mas, naquela explicação inicial, o crédito aparecia também se opondo a este mesmo capital produtivo, como uma propriedade do capital (monetário) em oposição ao capital funcionante, cumprindo este "apenas" a *função* do capital de explorar o trabalho. Enfim,

---

adicional, e se todo capital adicional põe trabalho adicional em movimento e produz mais-valia adicional; se, por outro lado, a mera queda da taxa de lucro implica o fato de que o capital constante cresceu, e com ele todo o antigo capital, então todo esse processo deixa de ser misterioso" (Marx, 1986; 171-172).

142 "Em outras palavras: para que o componente variável do capital global não só permaneça o mesmo de modo absoluto, mas cresça absolutamente embora sua percentagem enquanto parte do capital global caia, **o capital global tem de crescer em proporção maior do que aquela em que cai a percentagem do capital variável. Ele tem de crescer tanto que, em sua nova composição, necessite não só da antiga parte variável do capital, mas ainda mais do que esta para a aquisição de força de trabalho**" (Marx, 1986; 170 – grifos nossos).

o capital que rende juros monopolizava ali a propriedade do capital diante de um capital "expropriado" desta mesma propriedade.

Simultaneamente, a modificação da forma da propriedade privada desses mesmos capitais também podia estar ocorrendo pela constituição de sociedades de ações, em que os títulos de propriedade dessas estavam pulverizados por inúmeros proprietários. Já indicamos, todavia, a tendência a se reforçar o mercado de títulos de propriedades de ação com o capital financeiro.

Os escritos de Vladimir I. Lênin (1979) sobre o *Imperialismo* procuraram desdobrar essas interpretações de Marx, de modo que o capital financeiro (derivado da centralização do capital bancário) aparecia ali como centralizando a propriedade do capital monetário e o controle do capital industrial[143], que, aliando o aporte tecnológico crescente deste com o crédito avolumado daquele, podia sobrepujar barreiras e eliminar concorrentes[144], expandindo as relações sociais de produção numa escala global[145].

Assim, a autonomização da propriedade do capital em relação à sua utilização produtiva ganharia proporções inteiramente novas no século XX, para este autor, com a hegemonia do capital financeiro[146]. A ela se atrelava a exportação de capitais, a

---

143 Os bancos, que teriam uma função social inicial de intermediar as transações econômicas, são colocados agora numa centralidade da coordenação da centralização de capitais: "[...] antes de mais, graças às ligações bancárias, graças às contas correntes e outras operações bancárias eles podem *conhecer exatamente* a situação de tal ou tais capitalistas e, em seguida, *controlá-los*, agir sobre eles, alargando-lhes ou restringindo-lhes, facilitando-lhes ou entravando-lhes o crédito e, finalmente, *determinar inteiramente* a sua sorte, determinar os rendimentos das suas empresas, privá-los de capitais, ou permitir-lhes aumentá-los rapidamente em proporções enormes, etc." (Lenin, 1979; 35 – grifos do autor).

144 "Já não se trata, de modo algum, de luta de concorrência entre pequenas e grandes fábricas, entre empresas tecnicamente atrasadas e empresas tecnicamente avançadas. Trata-se sim do aniquilamento pelos monopólios daqueles que não se submetem ao seu jugo, ao seu arbítrio" (Lenin, 1979; 26).

145 Ressalte-se na passagem seguinte, a idéia positivada da generalização do progresso técnico e de uma passagem no sistema de propriedade privada do capital, que é apontada por Lenin como uma fase intermediária em direção ao socialismo: "A concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um imenso progresso na socialização da produção. E, particularmente, no domínio dos aperfeiçoamentos e inovações técnicas. [...] O capitalismo, chegado à sua fase imperialista, conduz à beira da socialização integral da produção; ele arrasta os capitalistas, seja como for, independentemente da sua vontade e sem que eles tenham consciência disso, para uma nova ordem social, intermédia entre a livre concorrência e a socialização integral. A produção torna-se social mas a apropriação continua privada. Os meios de produção sociais permanecem propriedade privada de um pequeno número de indivíduos" (Lenin, 1979; 25).

146 A primeira parte desta citação remete claramente à compreensão da autonomização do capital portador de juros, a segunda introduz a questão política que dela emerge: "Como em regra geral, o que é próprio do capitalismo é separar a propriedade do capital da sua utilização na produção; separar o capital-dinheiro do capital industrial ou produtivo; separar aquele que vive apenas dos rendimentos obtidos do capital-dinheiro, não só do capital industrial, como de todos aqueles que

formação de monopólios internacionais e a "partilha do mundo" entre esses monopólios e, também no nível geopolítico, entre as maiores potências.

Desta concepção foi derivada aquela do assim chamado *conglomerado*, que mescla as descrições de monopólios, cartéis e trustes, sob controle de uma oligarquia financeira, da teoria de Lênin. Para Maria da Conceição Tavares (1972; 254-255), ele surgia do "afã competitivo na conquista de novos mercados" e da "necessidade de controlar e escalonar a introdução do progresso técnico num processo de acumulação de capital em escala mundial", conformando, assim, a "fusão de interesses de grupos industriais, financeiros e comerciais". As formas associativas desses interesses estariam comandadas também aí pelo capital financeiro.

Esse comando, podendo ser relacionado à posição privilegiada deste "setor" como proprietário do capital monetário, poderia remeter ainda a uma centralização peculiar do capital, que aparece com uma condição de quase totalitário e auto-suficiente, monopolizando todos os elos necessários para a obtenção de lucros, ganhos empresariais, e juros, além de rendas fundiárias.

Por si, entretanto, essa mesma necessidade de obtenção de rendimentos diversos não anula o processo de fundo a que o "progresso técnico" conduz, e pode até mesmo ser compreendido como a "necessidade" de fusão de rendas distintas face à tendência de queda da taxa de lucro.

Rosa Luxemburgo (1985) parece indicar exatamente essa relação entre a tendência crítica de reprodução do capital e o seu movimento de expansão, em concorrência (atingindo esta concorrência níveis agigantados e mesmos nas esferas de países nacionais)[147]. No entanto, a maneira desta autora de conceber o imperialismo exigia uma compreensão de uma espécie de acumulação primitiva constante, criando

---

participam diretamente na gestão dos capitais. O imperialismo, ou o domínio do capital financeiro, é aquela fase superior do capitalismo na qual esta separação atinge vastas proporções. A supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas do capital significa a hegemonia dos que vivem dos rendimentos e do oligarca financeiro; significa uma situação privilegiada de um pequeno número de Estados financeiramente 'poderosos' em relação a todos os outros" (Lenin, 1979; 58).

147 "Daí o fato contraditório de os antigos países capitalistas representarem, um para o outro, mercados cada vez maiores e imprescindíveis, e se digladiarem ao mesmo tempo mais intempestivamente na qualidade de concorrentes e em função de seus relações com os países não-capitalistas. As condições de capitalização da mais-valia e as condições de renovação do capital total cada vez mais entram em contradição, **o que, de resto, é apenas um reflexo da contraditória lei da taxa decrescente de lucro**" (Luxemburgo, 1985; 252 – grifos nossos).

mercados pela força e extraindo rendas, matérias-primas e força de trabalho de maneira igualmente violenta.

Claro que esta violenta e contínua expansão do capital sobre relações não capitalistas de produção também se articulava à análise de uma produção com níveis de produtividade cada vez maiores e de taxas de rentabilidade cada vez menores, de modo que as mercadorias produzidas assim em larga escala e preços baixos apareciam aí motivando aquela mesma expansão violenta[148]. Para esta autora, assim, o fim da possibilidade de se explorar essas relações não capitalistas de produção representaria o colapso do próprio capitalismo[149].

Ao mesmo tempo, para Luxemburgo, os mecanismos de financiamento teriam adquirido centralidade na nova fase imperialista de expansão do capitalismo, de maneira que representavam a possibilidade de modernização das "nações capitalistas recém-formadas" e das antigas de controlarem esse desenvolvimento, mas isso tendia, como já vimos a partir de Harvey (2005), a criar novos concorrentes. Enfim, o sistema financeiro, por trás destes empréstimos internacionais, comandava a modernização das relações não capitalistas de produção, ao mesmo tempo em que fazia o capitalismo aproximar-se, ainda mais, de suas limitações históricas[150].

Enfim, o que a contraposição de Luxemburgo permite ressaltar é, diferente da corriqueira constatação de uma mera busca gananciosa pela realização de lucros

---

148 "O método da violência é a conseqüência direta do choque que se estabelece entre o capitalismo e as formações que, na economia natural, interpõem barreiras a sua acumulação. O capitalismo não pode existir sem os meios de produção e a força de trabalho dessas formações, nem sem a demanda destas de mais produto capitalista. Mas, para tirar os meios de produção e a força de trabalho delas, e transformá-las em compradores de suas mercadorias, o capitalismo procura voluntariamente destruir sua unidade formal de entidade social autônoma Esse método é o mais conveniente aos objetivos do capitalismo, já que é o mais rápido e, ao mesmo tempo, o mais lucrativo" (Luxemburgo, 1985; 255).

149 Vemos, ao final da citação, um tom bastante distinto da concepção do imperialismo para Luxemburgo, em relação àquela de Lênin: "Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital. [...] E é nesse ponto que começa o impasse. Alcançado o resultado final – que continua sendo uma simples construção teórica –, a acumulação torna-se impossível: a realização e a capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. [...] A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo. Daí resulta o movimento contraditório da última fase, imperialista, como período final da trajetória histórica do capital" (Luxemburgo, 1985; 285).

150 "Os empréstimos são um meio extraordinário para abrir novas áreas de investimento para o capital acumulado dos países antigos e para criar-lhes, ao mesmo tempo, novos concorrentes; são o meio de ampliar, no geral, o raio de ação do capital e de reduzi-lo concomitantemente" (Luxemburgo, 1985; 288).

extraordinários no imperialismo, que tanto os mecanismos de violência extra-econômica das práticas neo-colonialistas como a violência também expropriadora dos mecanismos de mercado, incluindo aí a financeirização, ambas as formas de ser do capital são derivadas da pressão com que este se depara constantemente pela dificuldade de se reproduzir ampliadamente sobre seus próprios pés.

Por outro lado, a parte da teorização de Lênin aqui recuperada permite uma compreensão de um novo patamar de produtividade e de relação com o capital financeiro se expandindo rapidamente para todo o mercado mundial. Ambos, porém, ressaltam constantemente um nível de competitividade e de ação do capital que se alçava ao Estado nacional como agente primordial dessa nova fase do capitalismo.

Entretanto, o que pretendemos ressaltar neste momento ainda é a constituição precária de certo modelo de conglomerado, condizente com os níveis de produtividade e financeirização do imperialismo, para a modernização retardatária que analisamos, mesmo nos termos de Conceição Tavares (1972), ainda que estivesse na relação com conglomerados internacionais fortemente estabelecidos.

Lembremos que a autora se queixava do funcionamento do sistema financeiro conduzir, preferencialmente, a ganhos especulativos de curto prazo no mercado de títulos de ações que se formara. Assim, o descolamento do ciclo do capital que rende juros (D-D') em relação ao ciclo do capital produtivo (D-M-D') se dava naquele quarto caso que apontamos acima, a partir de Kurz (1995), com a especulação financeira. Por isso, o papel do Estado surgia na substituição do sistema financeiro na condução de supostos conglomerados em formação no país, na medida em que este mesmo sistema financeiro então criado não se interessava, num primeiro momento, em fundir-se amplamente aos capitais produtivos e financiá-los.

Por outro lado, a inadimplência (primeiro caso de descolamento, em Kurz), confirmada pelas seguidas políticas de crédito rural aumentando os subsídios acima do produto gerado por eles, juntava-se aos casos de fomento estatal do consumo (nem sempre apenas de meios de produção) e de pagamentos de dívidas com novos créditos. Assim, todos os casos de descolamento do dinheiro em relação à valorização do valor caminhavam juntos. A especulação financeira e a reiteração do endividamento representavam a faceta realmente *fictícia* do capital que rende juros.

> O aparente movimento directo D-D' só se torna 'fictício' em sentido estrito quando o malogro do processo substancial de valorização é maquilhado, pagando-se créditos que se tornaram malparados com novos créditos. [...] Desse modo, o sistema financeiro

> empurra uma montanha sempre crescente de dinheiro creditício 'sem substância', tratado 'como se' passasse por um processo real de valorização, embora seja apenas simulado por metacréditos. Desta forma, o nexo entre trabalho abstracto e dinheiro prolonga-se, de sorte que a não coincidência das duas formas fenomênicas não se torna de imediato operativa, mas é de algum modo 'adiada'. Contudo, a cadeia fictícia de prolongamentos acabará por romper-se, pois alcançará os seus limites a meta-remuneração de juros do movimento D-D', crescido para além de seu conteúdo substancial (Kurz, 1995; 3).

Como observamos, no entanto, o que se fomentava não eram apenas os investimentos de capital, mas também em enorme medida o consumo das mercadorias produzidas, fossem elas meios de produção ou não, o que pode ser compreendido como uma dependência à segunda potência do crédito estatal (Kurz, 1995; 10). Por fim, a inflação estrutural que se constituiu compunha uma figura ainda mais avançada do processo de ficcionalização, conforme já desenvolvemos. Desse modo, o conglomerado que parece ter se firmado no país de então dependia integralmente da dívida pública e era o Estado que parecia estar no comando de sua reprodução crítica.

Apontamos acima um processo de centralização de capitais aplicados na agropecuária brasileira, fomentado pela política de crédito rural e pelos demais incentivos, que teve o Estado e a dívida pública na condução ampla do mesmo. Neste processo, assim, os simulacros de conglomerados em processo de constituição, materializados nos complexos agroindustriais foram se formando. "Nosso" "imperialismo" parece ter se voltado, dessa maneira, neste momento, para a partilha interna do território, para a coordenação da tecnificação e da industrialização em geral, mas amplamente fomentando a financeirização da economia. No entanto, este se relacionava com o "imperialismo" numa escala mundializada, tendo sido inclusive em boa parte colocado por este. A crise das dívidas, dos primeiros anos da década de 1980, cobrou numa escala mundial a modificação desse projeto nacional de modernização crítica, revelando suas limitações e escancarando sua relativa dependência.

Posteriormente, com a saída gradativa do Estado do aporte sistemático de crédito rural, conformou-se gradativa e parcialmente a relação acima descrita do capital que rende juros se apropriando do capital monetário necessário para a reprodução do capital destes produtores. Neste sentido, o produtor tendia a surgir como um superintendente da produção da matéria-prima, subordinado tanto ao fornecedor de crédito como ao consumidor desta matéria-prima, às vezes ambos sendo a própria indústria processadora.

Ainda que precariamente[151], portanto, os chamados *complexos agroindustriais* (CAIs) se assemelhavam a tais conglomerados, na fusão relativa de capitais produtivos, tanto agrícolas como industriais e comerciais. Porém, é importante reter as particularidades desta integração de capitais que representavam uma quase-centralização dos mesmos.

Diferente de uma centralização propriamente dita e de um conglomerado em sentido estrito, no CAI o produtor não parece transferir totalmente a propriedade do capital (incluindo a própria propriedade fundiária) nem a superintendência da produção, embora tenha grande parte do seu financiamento inicial oriundo do crédito rural estatal – muitas vezes também as próprias indústrias de laranja adiantavam parte do contrato firmado no começo da safra – e se veja quase obrigado a vender exclusivamente para um oligopsônio de poucas indústrias que controlam o processamento da produção. Assim, poder-se-ia pensar numa espécie de resistência de uma oligarquia regional a lidar com as formas "superioras" de centralização do capital e com a nova forma de ser do Estado planejador.

Talvez por essa razão, Delgado (1985) preferisse chamar o processo de integração ou associação, ao invés de fusão ou de centralização, embora admitisse uma integração subordinada, na maioria das vezes, dos produtores aos capitais de agroindústrias, que também assumiam as formas de sociedades anônimas (S/As), *holdings*, de cooperativas e mesmo de multicooperativas. Ligados ao mercado especulativo, os grandes grupos, analisados por Delgado, que participavam também de negócios com terra e investimentos na chamada *fronteira agrícola*, demonstravam uma

[151] Martinelli Jr. assumia que a própria definição formal do CAI se aplicava mais para países em que a base técnica da agricultura já havia se homogeneizado mais e em que o departamento de bens de produção para a agricultura estavam mais plenamente constituídos, o que não correspondia à situação de transição que ele enxergava para o Brasil, mas talvez para alguns setores do mesmo como a citricultura paulista: "Quanto mais homogêneas forem as bases técnicas da produção agrícola e mais independentes dos laços do capital comercial, maior será a aproximação entre o conceito do CAI específico e sua concretização enquanto processo" (Martinelli Jr., 1987; 39).

Para Martinelli Jr, embora a mudança da base técnica fosse central, o estudo histórico demonstrava um processo em que o capital comercial ia sendo gradativamente menos central na relação com a agricultura, rompida essa dependência pelo progresso técnico e pelos financiamentos e incentivos estatais, que com isso ocupava essa centralidade de modo distinto: "o que requer a atuação do Estado enquanto promotor e/ou regulador do desenvolvimento e constituição do sistema agroindustrial brasileiro" (Martinelli Jr., 1987; 10).

importante centralização de capitais[152] e estavam, em geral, estabelecidos no Centro-Sul (Delgado, 1985; 163).

A integração a estes grupos, por parte dos pequenos produtores, demonstrava, para este autor, uma gradação da subordinação aos mesmos grupos[153], que ia daqueles produtores tecnificados e ligados às cooperativas, passava por produtores tecnificados não-cooperados e com nexos financeiros mais frágeis, indo depois para produtores não-associados e, por fim, a muitos marginalizados e tornados exército industrial de reserva dos demais. Para Delgado (1985), eram estas as formas possíveis de inserção da maioria no complexo agroindustrial regido por aqueles grandes grupos.

Indicava o autor haver uma maior predominância dos fornecedores da citricultura entre o segundo caso, de pequenos produtores tecnificados, mas integrados às agroindústrias como ‘‘fornecedores cativos’’, num ‘‘limite entre a reprodução simples e ampliada’’, abaixo pois dos cooperados e reproduzindo-se, em larga medida, enquanto a política de preços da agroindústria permitia e com base nos muitos incentivos financeiros e fiscais que o Estado fornecia (Delgado, 1985; 182-183). Tal explicação condiz com a redução metodológica do IEA aos custos operacionais, cujas dificuldades de remunerar fatores autonomizados da produção seriam expressão do limiar entre a reprodução simples e a ampliada.

Desse modo, Delgado parecia observar uma tendência dessa categoria de decair[154] à categoria de pequenos produtores não-associados[155] ao CAI, num contexto de

---

152 Esta relação sugere uma extração de renda fundiária sendo ativada pelo capital financeiro, de maneira que estes investimentos na fronteira, segundo Delgado (1985), procuram obter o chamado “ganho do fundador”, comprando terras baratas e promovendo sua “valorização” por diversos meios. Esse “ganho” pode ser compreendido, assim, como uma renda capitalizada na forma do preço da terra, mas está intimamente relacionado aqui com a financeirização da sociedade e suas formas de especulação. Diante da taxa de lucro em tendência de queda, parte da literatura procura interpretar essa especulação fundiária como um mecanismo de extração de renda que vai adquirindo importância cada vez maior no capitalismo monopolista (ver Oliveira, 1987)

153 “O significado da associação como aqui é utilizada implica tão somente alguma forma de integração de capitais entre pequenos produtores e o grande capital, geralmente de maneira subordinada, que viabilize algum tipo de reprodução ampliada dessa categoria de pequenos produtores. Por seu turno, a classificação de *não associado* afirma a não existência dessa integração ou dessa reprodução ampliada. A direção do processo de integração ou rejeição dos pequenos produtores depende da estratégia de diversificação do grande capital em consorciação à política agrícola do Estado” (Delgado, 1985; 180).

154 “Creio, embora não possa corroborar empiricamente tal afirmação, que a cada restrição maior sobre a política de financiamento rural, uma parcela expressiva desses pequenos produtores cai fora do mercado, revertendo à categoria inferior dos pequenos produtores que defino como não associados ao capital financeiro” (Delgado, 1985; 183).

155 Note-se a abrangência da categoria, que parece ser unificada pelo rebaixamento à reprodução

restrição das políticas de incentivo ou numa mudança da estratégia de acumulação das próprias indústrias. Restaria pensar se a associação desses pequenos (e também médios) produtores numa cooperativa e, possivelmente, o atrelamento dessa cooperativa a uma indústria processadora poderiam representar uma tendência contrariante a tal processo.

O cooperativismo, a política e a auto-regulação como tendências contrariantes à cartelização e de manutenção provisória da oligarquia regional?

Luiz Manuel de Almeida e Luiz Fernando Paulillo (in Paulillo, 2006, cap. 6) retomam alguns casos de organização dos citricultores que nos permitem visualizar como a união de produtores rurais em associações e cooperativas podem ser pensadas como possíveis contrapontos ao processo aparentemente inexorável de centralização dos capitais. Neste ponto, apresentaremos, principalmente, os casos da união entre a Coopercitrus e a Frutesp, em Bebedouro, mas também a experiência frustrada de uma indústria processadora semelhante em Olímpia, e, por fim, um caso diferente composto por um *pool* de citricultores de Monte Azul Paulista.

Almeida e Paulillo (Paulillo, 2006) apresentam, inicialmente, a constituição nos anos 1950 de uma cooperativa de citricultores de Bebedouro, CITRODOURO, que se uniu para centralizar a produção destes, visando à exportação das frutas. Esta experiência teria, no entanto, acarretado significativos prejuízos aos seus associados, devido a uma malograda tentativa de exportação. Nova experiência importante de cooperação só viria a se consolidar na década seguinte, porém em moldes aparentemente mais profissionalizados, com diretores remunerados e sem relação direta com a vida política local, segundo os autores, e visando basicamente a compra coletiva de insumos. Para tanto, foi criada, em 1964, a Cooperativa Agropecuária da Zona de Bebedouro (CAPERZOBE).

---

simples: "Esse grupo social abrange uma gama vasta de pequenos proprietários, pequenos arrendatários, trabalhadores permanentes, ocupantes, parceiros etc., cuja condição em comum é a completa exclusão dos meios de associação ao capital financeiro, seja diretamente, como sócio menor, seja indiretamente, como partícipe de benefícios e compensações financeiras mediadas pela política estatal. A sobrevivência física ou reprodução simples é, em geral, a estratégia econômica desse grupo" (Delgado, 1985; 183).

Lembremos aqui das ressalvas de Ceron (1969) sobre as dificuldades para a compra de insumos, cuja referida congregação de vários produtores numa cooperativa visava assim facilitar. Para outros, porém, isso se tornaria uma oportunidade, como no relato a seguir de Ivan Aidar:

> Ivan Aidar: — *Quando eu me formei, em 1965, foi o* boom *da citricultura, foi substituindo o café pela laranja. [...] Eu comecei na cooperativa de Monte Azul, com venda em comum. Era a Cooperativa Agrária dos Cafeicultores do Oeste Paulista, CAPDO. Ela mexia com café, ela catava e exportava. E ela não queria, mas eu falei com o seu Osvaldo e ele gostava de mim: 'então, agora eu vou vender adubo'. 'Mas como é que você vai fazer?' 'Eu pego na Petrobrás e vendo tudo antes. Eu pego o tio Badih, o seu Hernani, os produtores que são bons e vendo'. Quando chegava um cara aqui: 'Pô, já acabou?'. Ele tinha medo de vender e o cara não pagar, e eu e ele eram os avalistas. Então, eu ia lá e comprava mil toneladas de adubo, muito mais barato que no comércio, então o pessoal comprava. Os caras que eu conhecia, que eram gente boa, então eu já vendia antes de chegar. E a cooperativa começou a crescer, crescer, e eu falei: 'pô, eu vou sair'. Eu ganhava 400 contos por mês e o cara: 'não, não, não'. Foi e dobrou o meu salário, passou pra 800: 'Não, vou arrumar um convênio com o IBC para você ganhar mais ainda'. Eu falei: 'você quer saber? Eu vou sair, vou trabalhar e comprar café por minha conta'.*[156]

Observe-se que a intenção da CAPDO, de Monte Azul Paulista, parecia ser mais próxima daquela da extinta CITRODOURO, de agregar a produção de seus associados e vender conjuntamente. No entanto, o oportunismo do recém-formado indicava o rumo de uma nova forma de se produzir na agricultura, que passava pelo consumo produtivo de adubos, como também indicava a permanência ainda da antiga centralidade do negócio do café como oportunidade de ascensão social. O crescimento posterior da cooperativa local é, então, apresentado como resultante da intermediação do acesso aos novos insumos, algo mais próximo da atuação então procurada pela CAPERZOBE. A cooperativa, porém, temia a possível inadimplência, que parecia ser evitada pelas relações pessoais do intermediador e pela sua seleção prévia de bons pagadores, vistos como "gente boa".

Em fins de 1975, a CAPERZOBE, então com 1.087 associados, viria a se fundir com a referida CAPDO, com 678 associados, consolidando, em maio de 1976, a Cooperativa de Cafeicultores e Citricultores de São Paulo, a COOPERCITRUS[157]. Uma

---

[156] *Entrevista gravada em 22 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

[157] Almeida e Paulillo interpretam a fusão como decorrente da possível concorrência entre as cooperativas, localizadas em municípios vizinhos, mas já indicam uma centralização de forças com o

cooperativa que agia em 47 municípios, tinha cinco lojas de insumos, oficina mecânica, armazéns e postos de combustíveis. O intuito da intermediação do acesso aos "insumos modernos" aparece muito claramente nesta descrição do patrimônio da nova cooperativa. De início, porém, a intenção de ir além dessa intermediação aparece no relato do então vice-presidente da CAPERZOBE, o advogado Antônio Carlos A. da Silva, indicando um contexto de crise que desdobraremos adiante:

> Dr. Antônio Carlos da Silva: — *Daí eu fui nomeado assessor, isso já no meio da crise, para tentar instalar uma fábrica pela Coopercitrus.*
> Pergunta: — *Já tinha esse projeto?*
> Dr. Silva: — *Já tinha esse projeto. Eu, como já tinha trabalhado pela Citrobrasil e tinha uma experiência na instalação da fábrica e essas coisas todas, fui nomeado assessor especial da Coopercitrus para isso. Então, eu passei a ver as viabilidades e uma das viabilidades era comprar a Sanderson; invés de montar, comprar.* [158]

Tratava-se aí de um prenúncio da experiência da fábrica de suco concentrado FRUTESP, em Bebedouro, que constituiu um caso particular entre as indústrias processadoras, por ter sido atrelada à Coopercitrus, ao final dos anos 1970, tendo existido até 1994, quando foi vendida para a multinacional de *commodities* Louis-Dreyfus, constituindo a Coinbra-Frutesp. Neste meio tempo, teria possibilitado o acesso dos produtores tanto à divisão dos lucros industriais, como às informações privilegiadas do lado das indústrias e do governo, barrando temporariamente a consolidação definitiva do cartel do setor.

Recapitulemos, no entanto, os termos do relato, para repensá-lo. A supra-citada Sanderson surgira a partir do empreendimento da Cia. Mineira de Conservas, associada ao iminente citricultor Otto Mahle, de Bebedouro, instalada numa área no meio de sua fazenda, nos arredores daquela cidade. A Cia. Mineira logo teria transferido o seu controle acionário para a firma italiana Sanderson, que até aí apenas comprava suco de laranja, vendendo metade de suas ações em 1967 e o restante em 1970, sendo que esta firma também começaria a comprar pomares de laranja pelo interior do estado. A planta industrial que se instalaria em Bebedouro, em escala gigantesca para a época, fazia parte

---

intuito de dar um passo adiante: "Havia vários pontos coincidentes na atuação das duas cooperativas, que, em função de sua proximidade geográfica, arriscavam-se à concorrência entre si, o que prejudicava os cooperados das mesmas. A fusão, portanto, apresentava-se como a solução mais viável, pois possibilitava a criação de uma organização mais forte, que traria mais benefícios para todos. Além de obter condições de compra mais favoráveis pelo volume, a união das duas cooperativas poderia viabilizar uma aspiração dos citricultores de processar sua própria produção de laranjas" (Paulillo, 2006; 214).

[158] *Entrevista gravada em 22 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

de uma "jogada"[159] que se completaria, em 1972, com a abertura dos capitais da empresa e com suas ações passando a ser negociadas na Bolsa de Valores.

O engenheiro Flávio Pinto Viegas, que à época montava pequenas fábricas trabalhando pelo Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), colocava em dúvida as reais intenções materializadas na "megalomania" da nova fábrica:

> Flávio P. Viegas: — *Essa fábrica era muito grande, era a maior fábrica do Brasil. Outra escala. As que a gente montava eram bem menores. Essa era um projeto megalomaníaco. A gente tinha a preocupação de que esse projeto fosse só uma jogada de marketing para tomar dinheiro do governo. Porque naquela época tinha muito disso, né? Eu tive muito contato com empresário que era especializado em fazer projeto para dar golpe, superfaturar e tal. E a gente tinha essa preocupação, tanto é que fizeram um projeto de uns evaporadores, que era um projeto único, que ninguém teve a ideia antes, usando uns evaporadores APV, que eram evaporadores de leite, que geralmente trabalhavam horizontalmente e eles puseram verticalmente para simular outro evaporador.*
> Pergunta: — *Mas funcionava?*
> Viegas: — *Funcionava. Com grandes problemas, mas funcionava. Nós conseguimos e operamos a fábrica durante muitos anos com esses evaporadores. Davam mais trabalho, não eram muito eficientes, mas dava para trabalhar.*[160]

Embora a suspeita de Viegas recaísse sobre a oportunidade de fraudar o acesso ao fundo público, a "jogada de marketing" também se direcionava à especulação no mercado de ações. O espetáculo proporcionado por tão acelerada expansão, tanto da citricultura em geral como da Sanderson em particular, era festejado pelos citricultores[161] locais, que encampariam o passo seguinte da empresa, na abertura de seus capitais:

> Em 1972, numa operação comandada pelo Banco Nacional, a Sanderson lançou ações na bolsa para captar os recursos necessários à sua projetada expansão. Não poucos membros da comunidade citrícola paulista resolveram associar-se ao empreendimento. Afinal, era crença generalizada que só havia vantagem no aumento do número de

[159] É Geraldo Hasse quem chama a investida da Sanderson dessa maneira, adiantando o resultado: "O 'caso Sanderson' foi uma jogada que não deu certo. No início da década de 60, o grupo italiano Sanderson era, no Brasil, um simples comprador de suco brasileiro. Em 1967, tornou-se acionista (50%) da modesta Companhia Mineira de Conservas, de Bebedouro. Em 1970, era proprietário de todas as ações da empresa fundada por Eduardo Rinzler" (Hasse, 1987; 212).

[160] *Entrevista gravada em 16 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

[161] O próprio Hasse se vale do termo "espetacular" sem a determinação conceitual que aqui aplicamos: "Nos primeiros anos de sua atuação no Brasil, a Sanderson comprou grandes pomares e projetou uma enorme expansão de suas instalações industriais – só parcialmente realizada. Os citricultores da região de Bebedouro, individualistas e sem noção exata das perspectivas do mercado internacional de suco, acompanhavam com otimismo a espetacular atividade da empresa" (Hasse, 1987; 212).

fábricas de suco no Brasil (Hasse, 1987; 212).

No relato do advogado Dr. Antônio Carlos da Silva, porém, a especulação teria partido de um economista, diretor da Sanderson, tornando-se aparentemente a especulação em si o foco da empresa:

> Dr. Silva: — *Só que o diretor dessa Sanderson, que era uma pessoa contratada, era um economista que era mais ligado no mercado de capitais. Então, ele montou a fábrica aí numa forma adequada, mas começou a vender ações no mercado brasileiro.*
> Pergunta: — *Especulando?*
> Dr. Silva: — *Especulando. Como a citricultura estava em expansão, as ações tiveram um* boom *muito grande. A Sanderson recuperou o capital e começou a tratar isso aí, a fábrica, como uma coisa secundária.*[162]

Na fala anterior do engenheiro Viegas, o intuito da especulação parecia estar imbricado na própria montagem da fábrica. Entretanto, aqui se observa a atribuição de certa "culpa" à pessoa do economista, privando-se assim de compreender a relação conjuntural com a modernização da agricultura, anteriormente abordada e aqui explicitada, no que tange à constituição do mercado de ações exatamente nesta época. Ainda assim, fica marcado na fala do advogado que essa especulação se nutria da espetacular expansão da citricultura, de maneira que o termo recorrentemente usado pelos entrevistados é aqui usado para uma similar expansão no mercado de ações: "boom".

De todo modo, a expansão das atividades levava de fato à constituição de sete fábricas de suco concentrado, duas delas já de grande porte[163], sendo que a da Sanderson seria a terceira e talvez futuramente a maior delas. Esta empresa planejava triplicar sua produção em 1973-1974. Com os preços internacionais altos e com boas perspectivas de lucros, uma corrida pela laranja se iniciou:

> Dr. Silva: — *Então, costumava-se comprar as precoces sempre antes para poder moer, depois iam comprando as outras. Mas naquele ano, como havia uma perspectiva de faltar fruta e essas coisas, houve uma corrida liderada pela Sanderson. A Sanderson pagou pela laranja, se eu não me engano, Cr$ 13,00, o que naquela época era um valor enorme, valia uns 3, 4 dólares, só que o dólar valia muito mais do que vale hoje. Só que foi o seguinte, ela comprou, não pagou. Ela deu promissórias rurais, que o citricultor descontava nos bancos, só que para descontar ele tinha que*

---

[162] *Entrevista gravada em 22 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

[163] "Em 1973, de fato, as opções de venda de laranja eram reduzidas. Em Bebedouro, havia a Citrobrasil e a Sanderson. Em Matão, a Citrosuco. Em Araraquara, a Cutrale. Em Limeira, a Avante e a Citral. E, em Araras, a recém-inaugurada Sucorrico. Ao todo, sete fábricas, sendo duas de grande porte" (Hasse, 1987; 212).

avalizar. [...] O banco, como sempre, ele se assegura de todos os danos.[164]

A captação de recursos não se dava, portanto, somente junto ao Estado, mas no mercado financeiro e também junto aos próprios produtores, que avalizavam a empreitada dando seus próprios pomares como garantia, recebendo adiantamentos na forma de *notas promissórias rurais*, descontadas nos bancos locais. A hipoteca do futuro da Sanderson e de seus fornecedores se dava com a alavanca de crédito oriundo dessas três fontes: financiamentos públicos, venda de ações e emissão de notas promissórias (mediando financiamentos bancários). A promessa de sucesso se nutria, portanto, do "marketing" e reforçava a confiança no "projeto", sem o que o aporte financeiro ficaria comprometido.

Todos esses fatores, assim, teriam levado a uma corrida das indústrias pela laranja dos fornecedores e ao aumento da estimativa dos preços finais. A euforia contrastava com a apreensão que deveria se esperar diante da crise do petróleo que se desenrolava mundialmente, ao mesmo tempo. E, de fato, nos termos de Hasse (1987; 215), "a ilusão durou até maio de 1974". Mas não se deve atribuir a derrocada da "jogada" da Sanderson direta e exclusivamente ao *choque* dos preços internacionais daquela mercadoria fundamental da expansão mundial fordista. Derrocada esta que se materializou no corte do fornecimento de luz pela CPFL e na suspensão do pagamento de salários, fornecedores e bancos; portanto, no descolamento do dinheiro investido, pela inadimplência generalizada do mutuário. Diante disso, outra "jogada" tinha entrado em cena, segundo o relato do advogado:

> Dr. Silva: — *Bom, mas a Sanderson saiu comprando antes e as outras, em vez de seguir a Sanderson, elas deram uma encolhida. Foi uma jogada: 'vamos deixar ela comprar a laranja correspondente à capacidade da fábrica'. Depois que a Sanderson terminou de comprar, as outras entraram com um preço muito inferior. Qual era a jogada? 'Eu compro a laranja por um preço inferior e vendo o suco por um preço inferior e ela vai ficar com esse suco aí, a não ser que ela tome um prejuízo'. Vai ter que vender tomando prejuízo.* [165]

No relato do Dr. Antônio Carlos da Silva parece ter havido uma "jogada" arquitetada pelas concorrentes para causar prejuízo na empresa em ascensão. No relato de Geraldo Hasse (1987), porém, uma dessas concorrentes teria ido além da manipulação de preços legalmente aceita. Assim, paralelamente à corrida pela laranja, a Citrosuco havia se posto de lado à euforia, não entrando na disputa direta pelos pomares

[164] *Mesma entrevista, ver bibliografia.*

[165] *Mesma entrevista, ver bibliografia.*

e, ao final, vendendo seu suco abaixo do preço mínimo estabelecido pela Cacex, conformando, pois, a prática de *dumping*, que provavelmente contribuíra para agravar a insolvência da Sanderson. A Citrosuco rebaixara, assim, a "sua" taxa de lucro para quebrar as concorrentes e abocanhar posteriormente uma massa de lucro maior[166].

Desesperados com a perda iminente da safra, os citricultores, fornecedores da Sanderson, correram atrás do governo estadual para encontrar uma solução. Não conseguindo nada de substancial, valeram-se das relações do "candidato" a ser nomeado futuro governador do estado, Paulo Egydio Martins, para tentar algo. A decisão que viria a ser tomada, junto à Câmara de Comércio Exterior (Cacex), no entanto, teria sido a de suspender a Citrosuco, condenada por *dumping*, o que só limitou ainda mais as possibilidades de escoamento da produção citrícola daquela safra.

Seria em meio a essa crise que teria se organizado a Associtrus, em junho de 1974, para pressionar o Estado por uma solução para a situação. Assim, a busca desesperada por uma solução junto ao governo apenas corrobora o diagnóstico antes indicado de uma dependência dos citricultores para com o Estado. O próprio desespero com a falência da indústria processadora aponta, por sua vez, para uma subordinação da produção de laranjas ao setor industrial, sem o qual a produção se tornava largamente sem destinação, naquilo que Martinelli Jr. (1987) denominou de "subordinação formal" da citricultura à agroindústria[167]. Por fim, esta crise explicita a relação conturbada da expansão da citricultura e de sua agroindústria com o sistema financeiro que se afirmava então.

Saía de cena a "jogada" da Sanderson e entrava em cena outro "jogo": entre citricultores, dispostos a salvar as agroindústrias (tanto a falida como a punida), para

---

166 É nesses termos que K. Marx descreve a prática de *dumping:* "O exame mais superficial da concorrência mostra, além disso, que, sob certas circunstâncias, quando o capitalista maior deseja ganhar espaço no mercado e suprimir os capitalistas menores, como em tempos de crise, ele usa isso na prática, isto é, ele baixa propositadamente sua taxa de lucro para eliminar os menores da arena. [...] A diminuição da taxa de lucro aparece aqui como consequência do aumento do capital e do cálculo, a isso ligado, dos capitalistas, de que, com uma taxa menor de lucro, a massa de lucro por eles embolsada viria a ser maior. [...] Por simplórias que essas ideias sejam, elas mesmas assim se originam necessariamente do modo invertido em que as leis imanentes da produção capitalistas se apresentam dentro da concorrência" (Marx, 1986, L. III, t. 1; 172).

167 "Em função dos volumes crescentes demandados e do comportamento dos níveis de preços, a indústria processadora passou a assumir o papel ativo na dinâmica de geração de lucros da atividade citrícola, fazendo com que seu processo de acumulação se atrelasse cada vez mais ao processo de acumulação da indústria processadora de sucos. Determina-se, assim, um caráter de 'subordinação formal' da atividade citrícola à atividade processadora no conjunto da agroindústria" (Martinelli Jr., 1987; 41).

realizar suas mercadorias (matérias-primas daquelas agroindústrias, largamente sem outra destinação possível), e, de outro lado, as demais agroindústrias, querendo a confirmação da falência e da punição para eliminar dois concorrentes do mercado e comprar fruta barata (Hasse, 1987; 224). Era esse jogo, da concorrência inter-capitalista, que seria jogado na política dentro da Cacex e noutras esferas estatais, especificamente aqui se tratando do destino final da Sanderson.

Este "destino" passaria pelo decreto da falência da Sanderson, em setembro de 1974, e pela troca do governador, em novembro deste ano, com posse em março do seguinte, e, finalmente, pela desapropriação da parte industrial da massa falida, constituindo a Frutesp S. A. Agro Industrial, em junho de 1975. Alegava o governador tomar essa medida por "interesse social"[168]. Paulo Egydio Martins, ainda, nomearia a diretoria, composta por um corpo meio técnico, meio político[169], que incluía o acima citado engenheiro Flávio Pinto Viegas, que recorda ter havido uma enorme pressão política na região:

> Viegas: — *E logo em seguida houve a falência da Sanderson e o governo do estado se interessou em resolver a questão, que estava uma crise enorme. Era o fim do governo Laudo Natel e eu fui chamado até pelo pai do Renato* [Queiroz, um dos atuais diretores da Associtrus, ao lado de Flávio P. Viegas – CAB], *que era diretor do Banespa[170], para fazer um*

[168] Mais uma vez a perspectiva fetichista salta aos olhos, com a classe dos citricultores conformando um caráter "social" que pode ser compreendido como a compreensão da mesma como provedora de empregos para os trabalhadores, ou como ela mesma análoga à classe trabalhadora, na situação de classe capitalista expropriada de parte do seu capital. Naturalizando essa questão, os pormenores da passagem são assim apresentados por Hasse: "O novo governador, Paulo Edydio Martins, sensibilizado pelas reclamações dos citricultores, que, desde antes de sua eleição (em novembro de 1974) e sua posse (em março de 1975), já o assediavam, baixou um decreto em maio, desapropriando 'por interesse social' a maior parte dos bens da massa falida da Sanderson. Foi a primeira vez que o governo paulista interveio no setor privado. Em junho, diversas empresas públicas paulistas, lideradas pela Ceagesp (Centrais de Abastecimento do Estado de São Paulo), constituíram uma nova empresa – a Frutesp S. A. Agro Industrial – para tocar a mais antiga fábrica de Bebedouro. Com a decisão de Paulo Egydio, a citricultura entrou em nova fase. A partir da intervenção estatal, a indústria cítrica brasileira caminhou para a concentração, que se tornaria visível em 1977" (Hasse, 1987; 225).

[169] "Para dirigir a empresa, Paulo Egydio Martins nomeou uma equipe eclética. O presidente, Eduardo de Paula Ribeiro, tinha experiência no comércio internacional. O diretor industrial, Walter da Cunha Stamato, era um agrônomo da Secretaria da Agricultura com grande vivência dos problemas da laranja. Para a direção financeira, foi indicado o funcionário do Banco do Estado, Pirajá Procópio de Oliveira. Os cargos de natureza técnica foram ocupados por funcionários do Ital, entre os quais Flávio Pinto Viegas, atual diretor industrial da Frutesp. Eles colocaram a fábrica em operação em agosto, três meses após a expropriação. Os problemas operacionais foram logo resolvidos; mas havia outras dificuldades, principalmente a morosidade característica das empresas públicas" (Hasse, 1987; 230).

[170] O diretor em questão era Paulo Queiroz e o Banco do Estado de São Paulo, sendo um dos credores da Sanderson, foi nomeado o síndico da massa falida.

> *estudo. Eu estive aqui no dia em que estavam lacrando a fábrica e corri atrás do juiz. E fiz um relatório. Enfim, ficou tudo parado. Daí entrou o governo Paulo Egydio e ele assumiu o compromisso de assumir a fábrica. Tinha uma pressão política grande, principalmente da região*".[171]

A constatação da eficácia dessa pressão política "regional" se materializaria na transferência posterior do controle da firma estatal para a cooperativa de produtores locais, a Coopercitrus, que já havia se juntado à Frutesp, em 1977, assegurando-lhe o fornecimento de laranja pelos seus cooperados e depois garantindo-lhes o controle de uma indústria processadora, no ano seguinte[172], o que não deve ser menosprezado[173].

Em 1978, assim, a Frutesp, com fornecimento garantido pela cooperativa, passava a dar lucro e, além disso, a distribuir parte desses lucros industriais para os próprios fornecedores[174]. O controle acionário só seria transferido para a Coopercitrus em 14 de maio de 1979, que resolveu as pendências internas que tinha fazendo um fundo de implantação industrial, criando um Departamento de Citricultura, e, em 1981, criando uma nova cooperativa autonomizada da primeira, a Cooperativa dos Citricultores do Estado de São Paulo (Coopercitrus Industrial), com pouco mais de 400 cooperados (Paulillo, 2006; 216). A antiga Coopercitrus, porém, seguiria existindo com seus mais de 3 mil cooperados e seu aparato técnico e de prestação de serviços.

Entre a constituição da Frutesp, em 1975, até a sua privatização, passando assim ao controle da cooperativa, em 1978/79, o processo de centralização de capitais na agroindústria citrícola, todavia, se intensificara, sobretudo com a compra das pequenas e

---

171 *Entrevista gravada em 16 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

172 A compra da Frutesp pela Coopercitrus foi financiada, em parte, pelos lucros da própria citricultura e da própria indústria: "O dinheiro para o negócio tinha de sair da própria laranja. Assim, em 1978, ao comprar laranja de seus associados para fornecimento à Frutesp, a direção da Coopercitrus incluiu nos contratos uma cláusula especial que obrigava os citricultores não apenas a capitalizar o departamento de citricultura da cooperativa (através do depósito de uma parcela do dinheiro da venda da laranja), mas a dar garantias reais – hipoteca, em outras palavras – '*para ensejar o financiamento da compra da indústria*'" (Hasse, 1987; 240 – grifos do autor).

173 Também para o levantamento do capital monetário necessário para afiançar a privatização da Frutesp, garantindo a sua compra, as relações de certa "oligarquia regional" com o capital bancário mais amplo aparece no relato de Hasse: "A fiança só foi obtida, junto ao Banco Safra, na última hora, graças ao empenho pessoal dos dirigentes da Frutesp e dos diretores e sócios mais influentes da Coopercitrus" (Hasse, 1987; 240).

174 "Pela primeira vez, também, a Frutesp teve lucro, pois suas exportações pularam de 6 milhões de dólares, em 1976, para 33 milhões de dólares, em 1977. No balanço encerrado em 31 de março de 1978, a empresa apresentou um lucro de 89 milhões de cruzeiros, contra um prejuízo de 30,8 milhões no exercício anterior. [...] Como previa o contrato de apenas oito cláusulas com a Coopercitrus, os lucros da Frutesp foram divididos, meio a meio, com a cooperativa, que pôde assim distribuir aos seus associados um 'extra' sobre o preço da caixa de laranja vigente naquela safra" (Hasse, 1987; 232).

médias indústrias processadoras Citral, Tropissuco e Sucorrico pelas grandes Cutrale e Citrosuco, em 1977, que passavam a alcançar sozinhas 80% da capacidade produtiva do setor. No mesmo ano, a Citrobrasil, de Bebedouro, seria comprada pela multinacional Cargill, enquanto a Avante seria comprada também pela Citrosuco. A Frutesp se inseria, como fábrica de cooperados, num meio bastante oligopolizado: "No limiar da década de 80, todos os empreendimentos industriais iniciados nas décadas de 60 e 70 estavam nas mãos de quatro empresas: Citrosuco, Cutrale, Frutesp e Cargill" (Hasse, 1987; 250).

Havia exceções e novos empreendimentos tentando entrar no setor[175], mas, ainda que Hasse atribuísse as vendas das pequenas às dificuldades das mesmas com o capital de giro e com a manutenção dos estoques, as grandes pareciam agir de maneira cada vez mais agressiva para "ganhar a concorrência", ou, nos termos de Marx (1986; 172), "eliminar os menores da arena".

Novamente, quem relatava a tensão iminente no setor era o então diretor industrial da Frutesp, Flávio P. Viegas, que coordenara a montagem das fábricas da Citral e da Tropisuco e dava outra versão para as dificuldades das "pequenas" concorrentes:

> Viegas: — *A Frutesp conhecia o que eles faziam em função desse histórico, porque nesse processo houve muitas fábricas que em pouco tempo foram inviabilizadas pela concorrência. E qual era a forma de inviabilizar? Eles chegavam e compravam a fruta dos diretores das empresas, da Citral, da Tropisuco... Agora qual é a credibilidade de uma empresa em que os diretores vendem para o concorrente? Como você vai entregar a fruta para aquela empresa? Então eles tentaram reproduzir aqui mais ou menos isso.*[176]

A manipulação da credibilidade da superintendência aparece, nessa primeira explicação, como essencial para a desestabilização das indústrias, revelando, mesmo no caso de empresas particulares e de seus fornecedores certo "jogo de aparências" que corroboram, mais uma vez, a explicação sobre o *espetáculo*: "O espetáculo não é um

---

175 "As exceções não eram consideradas concorrentes: ou porque vendiam suco de limão (caso da Citropectina, de Limeira, e de uma pequena indústria de Matão, depois transformada na Central Citrus); ou porque estavam nascendo (Frutropic, de Matão, fundada em 1978; Branco Peres, de Itápolis, criada em 1979); ou porque se localizavam fora da zona cítrica paulista (Frutene, criada em 1976, em Estância, no estado de Sergipe; Frutos Tropicais, de 1977, na mesma cidade sergipana; Aripé, de 1974, em Montenegro, no Rio Grande do Sul; e Sulivan, montada em 1974, em Bento Gonçalvez, no mesmo estado sulino). Já estavam em andamento novos empreendimentos industriais como a Citromojiana, fundada em Conchal (SP) por Edmond Van Parys, em sociedade com a Coca-Cola, e a Citrovale, criada em Olímpia por uma sociedade de citricultores. Ambas, criadas em 1980, são controladas hoje pela Cutrale" (Hasse, 1987; 250).

176 *Mesma entrevista, ver bibliografia.*

conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens" (Debord, 1997; 14).

No caso, temos a busca dos produtores pela antecipação da melhor "taxa" de lucro a ser obtida na venda de sua laranja às indústrias em concorrência para adquiri-la. Porém, no caso das indústrias, seus diretores representam socialmente o capital que personificam, constituindo um contra-senso com sua imagem pressuposta a atitude de também buscarem realizar seus lucros particulares em outros capitais, algo manipulado exatamente por esses outros capitais. Também aí, evidencia-se, portanto, uma ausência relativa de autonomização entre esses diretores e os produtores, na medida em que os diretores aparecem também como citricultores, portanto na concorrência com outros citricultores e, entretanto, numa posição privilegiada por serem citricultores envolvidos na gestão da agroindústria.

Porém, o ex-diretor industrial da Frutesp apresentaria, ainda, outro subterfúgio das grandes processadoras, também lidando com o "jogo de aparências" da concorrência no mercado e com as diferenças entre preço de custo e preço de mercado:

> Viegas: — *O que a gente sabia é que a forma da indústria de inviabilizar os concorrentes era essa. Comprar ou fornecer preço absurdo para alguns dos fornecedores. [...] Eles tinham maior poder de compra, mais recurso e maior confiança do produtor. Então eles faziam a posição deles e, quando eles terminavam a posição, eles inflacionavam o preço. Comprando de um produtor que tinha renome, que era conhecido, por um preço bem mais alto. E deixavam o mercado num outro patamar para o concorrente. Por exemplo, compravam a 3 dólares e inflacionavam o mercado até chegar em 4 dólares, forçando o outro a comprar nesse preço. E na hora de vender o produto, punham a margem em 3 dólares, fazendo o concorrente ter prejuízo. Então, ele comprou mais barato e fez o outro comprar mais caro, e vende pelo preço mais barato.*[177]

Que fique claro que não eram todos ou quaisquer os selecionados para receberem preços vantajosos, no relato de Viegas acima citado, mas apenas aqueles cuja posição de "renome" (portanto de espécie de "celebridade" no espetacular mercado citrícola) podia inflacionar os preços de mercado, após muitos outros menos conhecidos já terem suprido boa parte da demanda industrial a preços inferiores. Em parte, isso explica a "corrida por laranja" a que Hasse se referia, e, em parte, explica, ainda, a atitude fraudulenta da Citrosuco, na crise de 1974, sendo condenada por baixar o preço final abaixo do preço mínimo estipulado. Ainda assim, aumentando os custos do

[177] *Mesma entrevista, ver bibliografia.*

concorrente e diminuindo as taxas de lucro do setor podia ser que as empresas mais capitalizadas quebrassem as menores sem sequer precisar configurar a prática de *dumping*, desde que se respeitassem os acordos da Cacex. Na explicação do ex-presidente da Frutesp (entre 1985 e 1990), Dr. Antônio Carlos da Silva, o poderio econômico e a concorrência inter-capitalista, fomentada também pelos citricultores, colocavam a Frutesp em risco, nos seus primeiros anos:

> Dr. Silva: — *A Frutesp ficou meio manietada com a questão da compra da laranja. Os outros tinham muito mais estrutura, fiscais de lavoura, compradores, intermediários... A Frutesp não tinha nada.*
> Pergunta: — *E sabiam logo se alguém estava interessado em vender para a Frutesp?*
> Dr. Silva: — *Ficava no ar. Porque o produtor quer vender pelo melhor preço, então ele negociava.* [178]

A entrada da Frutesp no meio, no entanto, segundo Hasse, era vista pelo próprio governo como uma forma de "evitar uma nova concentração industrial no setor citrícola" (Hasse, 1987; 240). No que tange a essa questão da manipulação dos preços industriais e do mercado, entrava em cena uma indústria que tendia a publicizar os custos industriais de produção e, além disso, distribuía metade dos seus lucros com os fornecedores. Na concepção do ex-gerente do Banco do Brasil de Olímpia Nazareth, estes novos fatores passariam a balizar o mercado:

> Nazareth: — *A Frutesp saía na frente ditando o preço. Quem dava o tom da cantiga era a Frutesp, porque eles tinham aquele grupo de produtores que faziam parte da cooperativa (a Coopercitrus). Aquilo ali era o balizador do mercado. Então, ela saia pagando, vamos supor, quatro dólares a caixa, as outras não podiam entrar pagando dois... [...] E ela tinha um custo, que era aberto, um custo dela de produção (que não era baixo porque foi um cabidão de emprego danado), mas era aberto e hoje... é caixa-preta, né? Depois da Frutesp, acabou. O auge da laranja na nossa região foi até enquanto durou a nossa querida Frutesp.* [179]

Porém, Flávio P. Viegas explicaria outro mecanismo de controle dos preços de mercado estabelecido pela Frutesp, não pela sua pré-fixação, à maneira como se observa numa taxa de juros, mas por uma pós-fixação com a garantia da repartição dos lucros:

> Viegas: — *A Frutesp sabendo disso falou: 'Olha, a Frutesp não tem preço fixado. O preço da Frutesp é, preço de mercado, que vai ser estabelecido no final da safra, fazendo levantamento do que os concorrentes pagaram, mais 50% do lucro'. Aí nós colocamos eles na berlinda. Porque, se eles baixassem muito o preço deles, o lucro da Frutesp crescia e dividia por meio. Então, a remuneração da Frutesp crescia e eles perdiam*

[178] *Entrevista gravada em 22 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

[179] *Entrevista gravada em 19 de julho de 2012. Trabalho de campo.*

> *fornecedores. Então, desmontou o esquema deles. Eles demoraram quase 20 anos para descobrir como reverter esse negócio. E outra questão complicada era que a Frutesp, com esse sistema, obrigava eles a dividirem o lucro. Então, eles tinham que transferir parte do lucro para o produtor. Isso foi uma das principais causas do* boom *da citricultura. Quer dizer, você teve de um lado as geadas que criou mercado, e, de outro, a Frutesp que distribuía esse resultado para o produtor.* [180]

Fica, no entanto, uma dúvida a partir da explicação. O preço de mercado a que Viegas se referiria era o do suco concentrado no mercado exterior ou o da laranja no mercado interno? Isso é importante porque o mecanismo anteriormente delineado pelo próprio Viegas para "ganhar a concorrência" era o de rebaixamento do preço final do suco e inflação do preço da matéria-prima para forjar preços de custos do suco mais altos para os concorrentes. De todo modo, a entrada da Frutesp, escancarando o elo industrial para os produtores e atrelando parte do lucro agrícola a parte do lucro industrial deveria representar, de fato, uma resistência à cartelização das agroindústrias citrícolas. Ivan Aidar, conselheiro da Coopercitrus e ex-sócio da Frutesp, enfatizava o papel da fábrica para o setor:

> Aidar: — *E os grandes manobraram e começaram a bombardear a Frutesp. Porque a Frutesp era um incômodo, porque com a Frutesp o produtor passou a ter noção do que era um custo. E sem, a indústria... O negócio da laranja é um negócio muito nebuloso, ninguém sabe por quanto o outro vendeu. E com a Frutesp não, a Frutesp era uma referência para o mercado. E, conseqüentemente, nós criamos um incômodo para as grandes indústrias.*
> [...] Pergunta: — *Ela pagava adiantado?*
> Aidar: *"— Não, ela pagava mais ou menos como as outras. [...] Ela fazia um adiantamento e, ao final da safra, o lucro...* [181]

O fim da afirmação de Ivan Aidar indicava, além da explicitação dos custos de produção industriais pela Frutesp, dois mecanismos de relação com os fornecedores: o adiantamento e a divisão de lucros. No que se refere ao adiantamento, indicando uma espécie de crédito fornecido pela indústria processadora, a comparação dos procedimentos da Frutesp com as demais grandes indústrias, feita por Flávio Viegas, passava pela difícil compreensão da dinâmica cambial, no contexto de inflação estrutural que se vivia:

> Viegas: — *O que os concorrentes faziam? Como nós estávamos numa fase de alta inflação, eles faziam adiantamentos maiores.*

---

[180] *Entrevista gravada em 16 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

[181] *Entrevista gravada em 22 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

> Pergunta: — *No contrato para os fornecedores?*
> Viegas: — *É, então, a Frutesp estava descapitalizada e a Cutrale, por exemplo, vinha e oferecia um adiantamento muito maior, o dobro, o triplo. E o fornecedor da Frutesp começava a chiar: 'pô, é picadinho...'. [...] No final da safra, os valores corrigidos da Frutesp eram muito maiores, porque a Cutrale dava uma entrada grande, depois só ia dar o restante no final da safra. Nós, não, íamos dando ao longo de todo o ano, para o cara ter capital de giro e tal. Eles falavam que era aquele negócio: 'pingadinho' e 'pingadão', o Cutrale dava o 'pingadão', mas você chegava no final do ano, em valores corrigidos, era menor, mas em valores nominais, o valor do Cutrale era maior. Nós falamos: 'Olha, nós vamos passar a corrigir e informar em dólar quanto você está recebendo de cada liberação, para você chegar no final do ano e saber que você recebeu tanto em dólar'. Isso foi a origem do contrato padrão. Quer dizer, a Frutesp manteve o contrato dela e a Frutesp distribuía o resultado em função do valor de mercado. Então o contrato padrão foi basicamente isso: estabelecer uma dolarização das antecipações e calcular uma participação do produtor.* [182]

À maneira como dissemos anteriormente, nos primeiros capítulos, que a meação do café significava uma divisão dos lucros e dos riscos entre proprietários e trabalhadores, algo que tendia a ocorrer em momentos de crise e quando o cafeicultor estava "descapitalizado", a situação inicialmente precária da Frutesp parece tê-la conduzido a constituir um contrato semelhante com seus fornecedores. Entretanto, como já adiantamos, a saída pela dolarização indica um contexto de mudanças abruptas dos preços, que aliás permitia uma difícil compreensão dos fornecedores sobre se o "pingadão" era maior ou menor do que os muitos "pingadinhos". Por outro lado, a prática corriqueira no setor de se fazer os referidos adiantamentos mostra um padrão de financiamento da citricultura feito pela própria agroindústria, que operava aí à maneira de um banco, com um crédito especificamente atrelado à garantia de fornecimento da produção de laranja. Neste quesito, algo um tanto parecido com a prática de financiamento dos cafeicultores pelos comissários de café no período anterior, com as suas particularidades resguardadas. Por fim, retornaremos, ainda neste ponto, à questão apontada por Viegas referente ao assim chamado *contrato padrão*.

Conforme seria esperado, com a crise estatal dos anos 1980, as condições favoráveis de financiamento da produção agrícola teriam sido alteradas, passando-se em parte para os bancos a função de financiar tais atividades. Porém, como vimos, estes operavam atrelados aos mecanismos de correção monetária, que acabavam por levar à

[182] *Entrevista gravada em 16 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

cobrança de taxas de juros muito altas para compensar o empréstimo bancário face à rentabilidade desses mesmos mecanismos. Por isso, Mello (1986) apontou um rápido crescimento dos "encargos financeiros" nas planilhas de custos operacionais de produção da citricultura, a partir de 1983. Porém, aqui observamos um financiamento da produção citrícola sendo feito pela própria indústria processadora, que para tanto precisava ter um capital monetário acumulado para oferecer aos seus fornecedores. Se a questão para tal financiamento não era a cobrança de juros pela indústria, parecia ser antes aqui a garantia do fornecimento da matéria-prima junto aos produtores financiados. Retomaremos esta questão ao final deste ponto, para pensar numa financeirização dessas indústrias, com mecanismos próprios de acumulação, que as permitiam, assim, assumir parte do financiamento direto da produção agrícola.

Também se tratou este de um período, entre 1977 e meados da década de 1980, em que os preços internacionais estiveram excepcionalmente altos e, embora a desigualdade da apropriação dos lucros finais tenha sido visível, autores como Martinelli Jr. (1987) chamaram a atenção para um aumento significativo, efetivo, dos preços aos produtores, permitindo uma capitalização também dos citricultores[183]. Tenha esta capitalização sido ocasionada pelas geadas e preços internacionais altos, pelo aporte sistemático das políticas públicas de incentivo ao setor[184] ou pelo "poder" distributivo

[183] Sobre a alta dos preços ao citricultor, Martinelli Jr. afirmava: "É visível que no período 1976/85, em relação ao período 1964/75, os preços médios pagos aos citricultores foram 84,2% superiores, enquanto que os preços médios de exportação foram superiores em 143,2%. Isto significa, por um lado, que o nível de remuneração dos citricultores foi 84,2% superior neste último período, o que proporcionou um processo real de capitalização para a atividade, capaz de gerar recursos suficientes para o investimento na atividade processadora. Por outro lado, os preços médios de exportação foram, também, bastante atraentes e proporcionaram um horizonte promissor no espectro de lucro da atividade processadora" (Martinelli Jr., 1987; 222-223).

Sobre o crescimento das massas de lucro do setor como um todo e sua desigual repartição: "Nota-se que a relativa estagnação dos patamares de lucro entre 1971 a 1977, período de perturbações econômicas na atividade, e o grande desempenho a partir de 1977, chegando ao cume em 1984, quando a atividade gerou cerca de US$ 272,7 milhões ou Cr$ 162,3 bilhões. É de se notar, entretanto, que estas elevadas cifras não foram homogeneamente distribuídas entre as empresas processadoras, mas concentraram-se naquelas com maiores capacidades de processamento/exportação. [...] Esta situação promoveu a extrema capitalização das principais empresas processadoras, tornando-se uma das atividades que mais expandiram durante os últimos anos" (Martinelli Jr., 1987; 241).

[184] Remetamos, uma vez mais, ao estudo de Sued (1990) que elaborou modelos econométricos para calcular qual foi o impacto das geadas e dos subsídios estatais (algo que, todavia, duvidamos que seja possível calcular e que, aliás, nos soa como um procedimento analítico um tanto positivista e seguramente fetichista), afirmando por fim: "Logo, caso não houvesse as geadas dos anos 70 e 80, e assim menores preços para o suco de laranja no mercado internacional, as características da agroindústria da laranja no Brasil seriam praticamente as mesmas existentes hoje, enquanto que a inexistência hipotética dos subsídios faria com que se encontrasse uma indústria e uma agricultura

da Frutesp, não podemos afirmar nada de maneira conclusiva, embora tendamos a concordar que as três explicações possam ser complementares. De todo modo, a compreensão de uma suposta "capitalização" que se restrinja aos patamares de preços revela-se incapaz de adentrar aos fundamentos da valorização do valor, que viemos seguidamente tentando recuperar nesta tese. Ainda assim, Almeida e Paulillo concluem que a Frutesp teria forçado um aumento do preço aos citricultores, enquanto durou, embora apresentem um desnível considerável das médias, indicando que a "distribuição" dos lucros não afetava, de fato, todo o setor:

> Entre as safras de 1977/1978 e 1991/1992, a média de preço do mercado ficou em 1,33 dólar por caixa, enquanto a média da Frutesp foi de 2,18 dólares. A vantagem dos fornecedores da Frutesp advinha dos diferentes modos de cálculo adotados pela Frutesp e pelas demais indústrias. Enquanto as outras descontavam do fornecedor a margem de lucro, a Frutesp deduzia apenas a taxa de serviço destinada a custear as despesas operacionais, além dos cooperados receberem sobras sociais no final do ano (Paulillo, 2006; 216).

O elemento político da recuperação da história da Frutesp e o seu próprio papel como *sociedade de ações* pertencente a um grupo de citricultores cooperados apareceram, até aqui, como partes de um contraponto à explicação que apontava para uma tendência à centralização do capital das agroindústrias. A tentativa de construir uma experiência semelhante entre os citricultores de Olímpia, no entanto, teria sido efêmera e muito menos bem sucedida na obtenção de um similar contraponto.

A Citrovale, fundada em 1978, por uma sociedade de citricultores de Olímpia e dos municípios próximos era oriunda de um projeto que fora esboçado ainda em fins dos anos 1960. Pensada inicialmente por empresários paulistanos em diálogo com o então prefeito municipal Wilquem Neves, que pleitearam um investimento de cerca de Cr$ 8 bilhões junto ao BNDES, em 1969, a então futura Indústria Paulista de Laranja também viria a constituir-se antes como uma *sociedade de ações*.

Entre 1971 e 1978, no entanto, o projeto teria "esfriado", segundo o historiador de Olímpia José M. J. Marangoni (2003, vol. 3; 229-231). A partir desse ano, por sua vez, o novo prefeito Álvaro Marreta Cassiano Ayusso contribuiria parcialmente para a concretização do projeto com a desapropriação da área para a construção da fábrica, enquanto talvez mais determinante para a mesma concretização tivesse sido o aporte financeiro do grupo Biagi, que comprou 54% das ações e se tornou sócio majoritário frente aos outros 67 citricultores locais.

---

bem menos desenvolvidas que as atuais" (Sued, 1990; 295).

É importante recordar que o grupo Biagi, tradicionalmente produtor de açúcar e álcool em Ribeirão Preto, já se incursionara antes na citricultura, acionando os financiamentos para reflorestamento para constituir laranjais, a partir de 1968, vindo depois a constituir a fábrica de sucos Sucorrico, em Araras, em 1973, segundo Hasse (1987; 204-205). A possibilidade (hoje um tanto incrível) de considerar os novos laranjais como reflorestamento foi proibida em 1976, mas revela uma consideração de esgotamento da fronteira (e de suas florestas naturais) em São Paulo, e, durante os nove anos em que esteve dada, esta possibilidade contribuiu para a "capitalização" de muitos, entre eles os Biaggi[185]. A Sucorrico, como vimos, entretanto, foi logo adquirida, em parceria, pela Cutrale e pela Citrosuco, meio a meio, em 1977.

No ano seguinte, o grupo Biagi se tornava, então, o maior acionista da futura fábrica de Olímpia. O posterior desenrolar frustrante para os citricultores locais da história da Citrovale deixa no ar se a investida dos Biagi teria sido arquitetada pela Cutrale para adquirir a nova fábrica. Novamente, a explicação passava por certa dimensão espetacular que a industrialização ostentava como simbologia de modernidade:

> Criada, a indústria provocou uma euforia total na classe citricultora de Olímpia e região. Parecia até um sonho. Olímpia teria sua indústria [...]. O sonho era moer a própria laranja, que valia muito na época, transformá-la em suco, o que ocorreu durante dois anos seguidos, até que [...] a família Biagi vendeu sem comunicar a ninguém a parte que lhe cabia. Viram-se os 67 citricultores órfãos e, sem poder investir numa futura chamada de capital financeiro, seguiram os mesmos passos dos Biagi, venderam as quotas pelos mesmos valores com que iniciaram a empresa, portanto muito desvalorizadas, para um dos maiores industriais da produção de suco do país: José Cutrale. [...] Os Biagi venderam para a Cutrale muito bem vendido. Na minha opinião, eles ganharam outra Citrovale (Marangoni, 2003, vol. 3; 230-231).

José Cutrale Jr., embora tivesse até se tornado "cidadão olimpiense", com o título outorgado pela Câmara dos Vereadores local, viria a fechar a unidade produtiva, anos depois. Tenha sido ou não uma "jogada" previamente arquitetada, o que se pode afirmar é que os 67 sócios minoritários, embora tivessem a possibilidade de garantir o fornecimento de matéria-prima para a Citrovale e mesmo que tivessem conseguido o financiamento do BNDES, mostravam-se desprovidos de capital monetário suficiente para concluir a empreitada, precisando do financiamento do grupo Biagi (por meio da

[185] "Ao longo dos nove anos em que existiu a possibilidade legal de plantar árvores frutíferas com o dinheiro do reflorestamento – o programa fora criado para estimular o plantio de eucaliptos e pinheiros, visando ao abastecimento da indústria de papel e celulose –, foram plantados quase 9.000 hectares de pomares, sendo a maior parte nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Individualmente, o maior beneficiário foi o grupo Biagi, que teve origem na indústria do açúcar, na década de 20" (Hasse, 1987; 205-206).

venda de ações), e depois tampouco para fazer frente à ação centralizadora de Cutrale[186]. Ao final, teriam inclusive "financiado" parcialmente a acumulação desses dois grupos, pela venda "desvalorizada" das ações que possuíam. Desviando os termos de Marangoni, os citricultores de Olímpia eram capitalistas realmente "órfãos", mas de capital monetário para a industrialização do suco concentrado de laranja por conta própria. O dinheiro aparece aí, então, como um suposto "pai" da indústria.

Ainda que igualmente desprovidos de capital monetário como os citricultores bebedourenses no episódio da falência da Sanderson, não se teve aqui a derrocada da "ilusão" especulativa ocasionando uma crise setorial que tivesse obrigado o Estado a intervir. A conjuntura setorial realmente parecia ser outra e os desdobramentos do episódio da Citrovale também o foram, com a sua incorporação por uma das gigantes do setor e uma decisão particular dessa de desativar a unidade, algo que talvez pudesse ter ocorrido com a própria Frutesp, caso a cooperativa local não a assumisse, com a devida intermediação de altas esferas do Estado para a concretização dessa passagem. O número bem menor de capitais de citricultores associados na Citrovale do que na Coopercitrus-Frutesp também deve ter pesado para o insucesso. Ainda assim, fica difícil explicar, de maneira conclusiva, como a experiência da Frutesp pôde ser parcialmente bem sucedida face à rápida capitulação da Citrovale.

A frustração fica expressa na fala de Ivan Aidar, que era um dos 67 "órfãos" da Citrovale e que atribui o fracasso à falta de organização dos produtores e ao poderio desmesurado das indústrias, tornando-os como equivalentes de colonos, capitalistas expropriados de parte de "seus" capitais, de "suas" indústrias. A ausência de qualquer problematização sobre a exploração do trabalho dos colonos aparece aqui como mera constatação pejorativa de uma espécie de queda social dos fazendeiros à condição de trabalhadores para as indústrias processadoras, apontando-se ao final a mobilidade do

[186] A concepção de Marangoni soa, assim, relativamente ingênua, uma vez que a matéria prima não é o principal de uma indústria, sendo o seu capital circulante. De uma concepção fetichista, que não vê a centralidade de fato do capital variável para a valorização do valor na indústria e que aliás sugere que a industrialização seja positiva e fruto da sorte (fortuna), teve-se a real concretização do "sonho" com outra concepção de fortuna, ou seja o capital monetário dos Biaggi foi mais importante do que a matéria-prima, e talvez ele estivesse interessado na autovalorização do dinheiro, por meio de uma especulação específica: "Ilusão? Decepção? Idealismo inconseqüente? As versões são muitas a respeito da Citrovale. Olímpia tinha tudo para ter uma indústria com condições de desenvolvimento fantástico, pois possuía o principal para o sucesso do projeto: a matéria prima, a laranja. Realmente não foi um sonho, mas um infortúnio. Um dos tantos que perseguiram nossa cidade nas décadas de 70 e 80, quando os ventos sopraram desfavoráveis" (Marangoni, 2003, vol. 3; 231).

capital como saída para a queda do lucro daí decorrente:

> Aidar: — *Tem cartel porque nós não soubemos administrar as nossas coisas. Se nós fôssemos mais organizados, essas indústrias tinham que ser nossas. A usina de cana tinha que ser nossa, a indústria de suco tinha que ser nossa. Tinha que ser. Não ser colono do estrangeiro que vem aqui, hoje nós somos colonos deles. [...] Uma vez, eu era jovem, começou e juntou os produtores que queriam montar uma indústria de suco aqui, começou e não virou nada. Iam montar uma indústria de suco em Olímpia, começou e não virou nada. Aí saiu a Frutesp, eu entrei na Frutesp.*
> Pergunta: — *Você está falando da Citrovale?*
> Aidar: — *Citrovale, ela nasceu e morreu. Você quer concorrer com essas gigantescas aí fica difícil. Eles compraram todas. Eles compraram e fecharam. A Cutrale e a Citrosuco compraram 7 ou 8 indústrias aí e fecharam tudo. Inclusive em Olímpia. Hoje quem tem laranja, não tem indústria. Por isso que eu falo, não pode ter amor por isso aí. Amanhã está muito ruim, muda.* [187]

Essa história serve, dessa maneira, como outro contraponto à noção propagandeada de que, no período de "dependência" e "controle" do Estado, tanto os capitais agrícolas como os agroindustriais teriam, todavia, se fortalecido. Neste caso particular, diferente daquele da Frutesp, a tendência à centralização do capital das agroindústrias se manifesta claramente logo de início.

O último caso a que nos referiremos é o da união, em forma de um *pool*, de citricultores do município de Monte Azul Paulista, localizado entre Bebedouro e Olímpia, denominada Montecitrus. Atualmente, a Montecitrus é apontada como o maior *pool* de citricultores do Brasil, com uma produção de mais de 22 milhões de caixas de laranja, segundo Ana Cláudia Vieira (in Paulillo, 2006, cap. 7; 348). Na descrição do atual presidente da empresa Ronaldo Anacleto, o *pool* se distancia do modelo de uma cooperativa pela capacidade de decisão rápida dos sócios majoritários e pela confiança necessária dos minoritários na gestão daqueles:

> Ronaldo Anacleto: — *Por que não é uma cooperativa? Porque se a gente pegar as famílias que, tradicionalmente, começaram este negócio e que são as maiores famílias, acho que 10 famílias respondem por 80% ou 70% do volume produzido. Se você pegar os grandes produtores, nessa mesa é possível você tomar uma decisão na hora, sem precisar chamar uma assembleia de 125 pessoas, publicar um edital, arrumar um lugar para todo mundo, discutir as ideias com todo mundo e etc. e tal. Então, o que esse pessoal aprendeu foi: esses dez aqui vão fazer um bom negócio para eles. Se eu for tratado igualmente, eu também vou ter um bom negócio. Esse é o esquema de confiança que foi montado. Se é sócio ou se não é*

[187] *Entrevista gravada em 22 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

> *sócio, o argumento é de uma cooperativa, mas só que a legislação é de uma sociedade anônima.*
> Pergunta: — *Sociedade de ações?*
>
> Anacleto: — *De ações. Então, esse grupo aqui. Eu tenho 5, 6 famílias que são mais que 50%, e eles estão no conselho da empresa. Certo? E o restante, é um negócio realmente de confiança. As pessoas vêm aqui e, se tiver que assinar em branco, elas assinam.* [188]

Veja-se nesta descrição o fundamento do "poder de decisão" dentro *pool* estar inicialmente atrelado ao controle acionário, mas também embasado numa relação de confiança que pode ser também concebida como uma espécie de expressão do *espetáculo*, dirigido aqui por aqueles capitalistas cuja história de sucesso permite-lhes representar outros capitalistas menores, sem qualquer discussão sobre as decisões, uma vez que estão previamente gabaritados por um histórico de "bons negócios" a inclusive decidir pelos outros.

Porém, a especificidade da experiência dessa união de produtores está para além da agilidade na tomada de decisões ou ainda da ação coletiva no sentido de vender conjuntamente a produção dos seus sócios, obtendo vantagens contratuais pelo maior volume negociado, como se caracterizariam os *pools* de produtores. Sua constituição derivaria de outro *pool* com tais características que já existia naquele município, chamado CITROPOOL, e se diferenciaria deste pela tentativa de passar a produzir suco de laranja, levando a uma "rescisão amigável" de parte do grupo, nos termos de um dos fundadores do grupo, Gilberto Arroyo, advogado, citricultor e ex-prefeito do município. Segundo este, partiu-se da experiência de uma das famílias que lideraram a mudança, que teria usado a capacidade ociosa da Frutesp para produzir suco de laranja:

> Gilberto Arroyo: — *Era um grupo que queria fazer suco de laranja e foi feita uma rescisão amigável. [...] Nós vínhamos com os Rodas desde antes, desde o Citropool. Eles são os líderes dessa ideia da gente passar a ter suco de laranja ao invés de fruta* in natura. *Inclusive, a primeira experiência de contratação é deles, não é da Montecitrus. A Montecitrus fez o primeiro contato como uma empresa contratando outra empresa. No caso específico, Montecitrus com Cargill, isso foi em 1984. Em 1983, os Rodas fizeram o primeiro contrato deles, dos Rodas, com a Frutesp, de Bebedouro. Aí eles foram os precursores desse tipo de processamento.* [189]

Adianta-se aí, na explicação de Arroyo, a característica da implementação da ideia de se produzir suco de laranja "contratando outra empresa". Ou seja, valendo-se

[188] *Entrevista gravada em 23 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

[189] *Entrevista gravada em 13 de julho de 2007. Trabalho de campo.*

do capital industrial instalado e estabelecendo uma forma diferenciada de contrato, para além do mero fornecimento da matéria-prima da indústria processadora, que assim não precisa também comprar essa fruta, mas tampouco se tornava proprietária exclusiva do suco produzido com o seu capital instalado. Novamente, é o atual presidente Ronaldo Anacleto que distingue a prestação de serviços de um suposto arrendamento da indústria, apontando para uma forma de *parceria*:

> Anacleto: *— A Cargill já tinha entrado no Brasil e queria expandir as suas operações para ganhar market share e, para ganhar market share naquela época, como tinha limitação de fruta e etc., você gastava muito dinheiro para comprar fruta. Então, ela ofereceu para a Montecitrus a opção de, ao invés de vender a fruta, a Montecitrus fazer o suco e aí a gente vendia em conjunto, transportava em conjunto e fazia a operação toda em conjunto.*
> Pergunta*: — Dá para falar que vocês arrendavam a fábrica deles?*
> Anacleto: *— Não, porque o termo mesmo é que você contratava um serviço. Serviço de processamento, de transporte, de logística. Você pagava tarifas para isso, taxas. Não era terceirizado, era uma prestação de serviço mesmo. De uma certa forma, esta fórmula sempre funcionou bem, porque você agrega fruta e market share para o seu parceiro. Agrega suco, mas, ao mesmo tempo, você não está competindo com ele nessa agregação. Você está usando capacidade ociosa, está otimizando o negócio dele. Porque tem muita fábrica que tava a fábrica pronta lá e não tinha fruta. Então, ele prestava um serviço para a gente ou ele alugava por um custo marginal, que para ele significava bastante, porque ele não ia mesmo ter essa receita e o investimento já estava lá feito. Então, isso funcionava e funcionou muito bem. E nós aproveitamos todas as oportunidades que isso deu para crescer.* [190]

O uso da "capacidade ociosa" da fábrica parece ser o que determina o caráter da parceria da Montecitrus com as indústrias processadoras, fazendo-as, assim, operar em "pleno emprego" e recebendo uma espécie de renda (ou "tarifa", "taxa" ou "aluguel por um custo marginal") pelo uso da propriedade dos meios de produção produzidos. Nos termos de Vieira, esse seria: "um contrato pioneiro chamado *toll processing*, que acordava o processamento de sua produção utilizando, em tese, a capacidade ociosa da unidade processadora", o que "estabelece uma governança eficiente da transação entre produção citrícola e indústria" (in Paulillo, 2006; 349).

Para Aquiles E. G. Kalatzis (1998; 84-86), a capacidade ociosa não pode ser unicamente vista como uma subutilização do capital instalado, uma vez que essa capacidade excedente deveria ser inclusive planejada para atender a eventuais aumentos repentinos da demanda, o que aliás permitiria "ganhar mercado" de outras empresas não preparadas, e também para permitir um prazo maior para a "maturação do

[190] *Entrevista gravada em 23 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

investimento", não necessitando de novos investimentos enquanto a capacidade excedente ainda estivesse para ser gradativamente utilizada.

Principalmente, para este autor, a existência de capacidade ociosa podia atuar como "barreira à entrada de novos competidores", no sentido de permitir às indústrias processadoras já instaladas suprir a demanda, inclusive em caso de um aumento da mesma. Por outro lado, também observaria o mesmo autor, que "as práticas de prestação de serviços de esmagamento, além de possibilitar uma ocupação da capacidade ociosa de determinadas firmas, também proporcionam que algumas empresas com insuficiência produtiva operem acima de suas capacidades" (Kalatzis, 1998; 86). Veremos adiante que talvez este fosse o caso da Cargill.

No caso específico da citricultura, o autor via uma capacidade excedente relativamente grande, nos anos 1990: "A capacidade de processamento do setor citrícola gira em torno de 360 milhões de caixas em 1996/97, no entanto só foram industrializadas 243,5 milhões de caixas na safra de 1996/97. Isto representa uma capacidade ociosa de mais de 30%" (Kalatzis, 1998; 85), e provavelmente este também fosse o caso para os anos 1980.

Uma suposta "governança eficiente", como a apontada por Vieira, aparece todavia na fala de Anacleto como sendo um escape do grupo à concorrência direta com os grandes grupos processadores de suco de laranja, o que teria permitido a sobrevivência e o crescimento da Montecitrus.

> Anacleto: — *A Montecitrus, desde o começo percebeu isso: 'se eu continuar comprando fruta e tiver uma parceria com qualquer empresa, Frutesp e etc. e tal, eu estou competindo com ela na compra da fruta'. Como a gente evita a competição então aqui? A Montecitrus é um grupo fechado, para não entrar como concorrente. Então, é a fruta própria da Montecitrus. Isso foi muito importante, porque eles mantiveram isso aqui fiel o tempo todo. 'Nós não vamos no mercado para comprar fruta no* spot *ou na oportunidade, a gente vai processar a fruta que é dos membros da Montecitrus'.*
>
> *E aí a empresa foi crescendo os plantios e crescendo a produção, mas sempre com os mesmos sócios, quer dizer, não entrava produtor novo e nem saía os velhos, então ficava um grupo fechado mesmo, mas com um crescimento pelos próprios produtores. E nós chegamos a praticamente ter aí 30 milhões de caixas de produção própria.*
>
> *E aqui, na venda de suco, a Montecitrus não tinha a pretensão de ser um grande vendedor de suco. É um negócio que está longe. Você depende de agente, de linguagem, de empresa, de faturamento. Quer dizer, é uma estrutura que custa milhões. Então, o que a gente fazia? 'Tudo bem, o suco é meu, mas você vende junto com o seu e eu participo dessa venda a*

> *partir de um percentual de volume'. [...] Com isso, você evitou a competição nos dois pontos fundamentais, que é onde está a briga da indústria o tempo todo. Ou é na compra da fruta ou é na venda do suco.*[191]

A astúcia apontada por Anacleto parece se dar em se portar como mero fornecedor e parceiro da indústria nos dois elos em que se poderia aparecer a oposição com a mesma indústria, o que enfim indica que a autonomização entre citricultura e agroindústria, expressa na concorrência, pode aparecer aqui como uma relação em que, não obstante o crescimento permitido ao grupo produtor, este permanece como subordinado ao elo industrial exatamente por não ter a propriedade de certos meios de produção produzidos e da estrutura de comercialização do produto final. Ao mesmo tempo, fica evidente que uma "estrutura que custa milhões" precisa funcionar a todo vapor, de onde vem a brecha para o uso "marginal" da mesma pela Montecitrus.

Porém, a astúcia também estava na relação entre a constituição formal de um grupo fechado, que não disputava a compra de frutas de outros produtores, mas que internamente expandia a sua produção. Especificamente na concorrência pela venda da fruta, o embate com as grandes processadoras explicaria aliás a decadência do outro *pool* de citricultores anteriormente aludido, o Citropool:

> Pergunta: — *E o que aconteceu com o outro grupo?*
> Gilberto Arroyo: — *Ele continuou a existir até hoje, mas em menor porte. [...] Quando nós cindimos cada um ficou com 5 milhões, numa divisão até aparentemente fraterna aí, mas hoje ele deve ter umas dois milhões de caixas. Porque houve, há uns dois ou três anos atrás, uma ação judicial deles contra a Cutrale e a Cutrale foi solapando por baixo. O sujeito fazia acordo e saía do grupo, fazia acordo e saía do grupo... Então o grupo deles diminuiu em função disso. Estou comentando isso para não parecer que o grupo deles foi minguando por outras razões. Não, o grupo deles foi solapado dentro dessa realidade.* [192]

Mais uma vez, assim, o relato conduz à explicitação da agressividade da competição instaurada por algumas das maiores indústrias processadoras de suco concentrado de laranja. Enfim, o terceiro caso aqui apontado, da Montecitrus, guarda suas semelhanças e diferenças com os outros anteriormente descritos da Frutesp e da Citrovale, indicando algumas possibilidades então dadas para a relação entre citricultores e as indústrias processadoras. Operando nas brechas, a Montecitrus parece ter logrado acumular se esquivando continuamente de uma concorrência direta com as indústrias processadoras, o que, todavia, não modificava sua posição subalterna e nem a

[191] *Mesma entrevista, ver bibliografia.*

[192] *Entrevista gravada em 13 de julho de 2007. Trabalho de campo.*

da citricultura como um todo em relação às mesmas agroindústrias. Como já apontamos, Martinelli Jr. (1987) denominou esta subordinação de formal, talvez ainda não uma subordinação efetivamente real exatamente pela permanência de tais oportunidades de acumulação ainda aparentemente disponíveis aos citricultores.

Para finalizar, gostaríamos ainda de destacar dois pontos que tangenciaram as condições de reprodução dos capitais investidos tanto na citricultura como na agroindústria citrícola, durante os anos a que nos referimos aqui. Tratavam-se dos esquemas de acumulação de capital monetário pelas indústrias no exterior e da política interna ao setor de regulação e dolarização dos preços aos fornecedores, que se denominou à época de "contrato de participação" ou "contrato padrão".

Quanto a esta segunda questão, ressaltamos na fala de Flávio P. Viegas uma compreensão deste contrato como oriundo do modelo de remuneração dos fornecedores estipulado pela Frutesp. Na fala de Viegas, o contrato padrão aparecia, basicamente, como uma explicitação dos valores de adiantamentos, a partir de sua dolarização, e, posteriormente com uma divisão parcial dos lucros industriais.

Paulillo (2000; 113-115, e 2005; 92-94) dá uma explicação mais ampla para tal constituição. Para ele, existia, por um lado, uma pressão política dos citricultores sobre o Estado e sobre a própria associação dos citricultores, a Associtrus. Esta pressão derivava da constatação de que os preços internacionais atingiam níveis históricos elevados, devido às geadas da Flórida no início dos anos 1980, que tais preços não estavam sendo repassados de maneira justa para os citricultores e, portanto, retidos pelas indústrias, e que a Associtrus não estava sendo capaz de pressionar o governo numa intervenção favorável a eles. Assim, acenava-se com a constituição de uma nova associação, a Associação dos Citricultores do Estado de São Paulo (ACIESP), o que efetivamente ocorreu em 1988. Pressionada, dessa maneira, a Associtrus teria reagido e intensificado uma negociação com a indústria até chegar aos termos de um contrato de participação nos lucros industriais que passou a delimitar o preço com base nos seguintes termos[193]:

[193] Graziano da Silva (2000) parece descrever o contrato-padrão em maiores detalhes, embora na essência não difira muito do que Paulillo (2000) indica: "Atendendo às reivindicações dos citricultores, o novo contrato atrelou os preços da caixa de laranja às cotações do suco no mercado internacional, expresso pela Bolsa de Nova Iorque. Os outros itens que estabeleciam o preço da caixa de laranja era: remuneração da produção industrial e de comercialização (RPC) – formada pelas despesas internas e externas, como colheita, frete, tarifas portuárias etc. – e Taxa de Rendimento da Fruta, que representa o número de caixas necessárias para a produção de uma

> a) atrelou os preços das caixas de laranja às cotações do suco no mercado internacional; b) incluiu a remuneração da produção industrial e de comercialização (despesas internas e externas, como colheita, frete, custo de industrialização, tarifas portuárias, taxas alfandegárias etc.) e c) incluiu a taxa de rendimento da fruta, que representa o número de caixas necessárias para a produção de uma tonelada de suco concentrado a 65 º Brix (Paulillo, 1994, p. 87-94). (Paulillo, 2000; 114, e Paulillo, 2006; 93).

Dessa descrição parece que, de fato, o contrato-padrão pouco se distingue da remuneração ao fornecimento feita pela Frutesp e de sua explicitação dos custos industriais, porém aqui se tinha uma ampliação da questão para o rendimento industrial. Obviamente, a generalização das condições de fornecimento constitui também uma novidade, no sentido de abarcar fornecedores em geral e não apenas os cooperados da Frutesp. Assim, embora se tenha aumentado, com isso, os riscos em caso de queda dos preços internacionais, teve-se, na verdade, um aumento vantajoso dos preços da laranja pagos para os citricultores.

Além disso, o papel da política na pressão para a distribuição dos lucros é o que aparece como determinante[194] na explicação de Paulillo, de maneira que, com esse contrato padronizado para todos[195], o Estado pôde inclusive se retirar do papel regulador (quase moderador) que até então tinha. Retirada que condizia, aliás, com um processo gradativo de diminuição do aporte direto de crédito rural pelo Estado, que se debatia com as limitações impostas pela crise internacional e pelo risco iminente de abrir moratória de sua dívida externa. Por sua vez, Sued (1990), estranhamente ignorando o aspecto da crise estatal dos anos 1980, colocaria essa saída do Estado como decorrente de uma suposta racionalidade deste, que considerava o setor industrial do chamado

---

tonelada de suco concentrado a 65 graus Brix. Chegava-se, então, ao preço final da caixa de laranja, que só era fechado quando se encerravam as vendas do suco, no final da safra. O pagamento da safra era feito uma parte antes da colheita (uma porcentagem do valor, calculado a partir da estimativa do pomar) e outra parte quando se encerravam as vendas do suco no mercado internacional – Bolsa de Nova Iorque. Caso o preço final da caixa superasse o que havia sido pago até o encerramento das vendas, os citricultores recebiam a diferença, mas se o preço final fosse menor, ficava um saldo negativo que os produtores tinha de pagar à indústria em dinheiro corrigido ou em laranja na safra seguinte" (Silva, 2000; 6).

194 Lembremos que foi sugerido antes que a Frutesp teria chegado a tal contrato com seus fornecedores por estar numa situação crítica e por temer a ação das concorrentes, de modo que a divisão dos lucros industriais aparecia como subterfúgio de sobrevivência de uma indústria pouco consolidada e capitalizada. Agora, a divisão dos lucros industriais parece ter ocorrido num momento de ascensão dos preços e do processo de acumulação de capital no setor, tendo sido "imposta" pela ação política dos citricultores organizados.

195 Embora fosse padronizado, havia margem para variações individualizadas, conforme sugere Graziano da Silva: "O preço obtido com a equação representava uma referência para as negociações dos produtores com as indústrias, mas o preço final, pago a cada produtor, era fechado entre este e a indústria para a qual vendia a sua produção, sendo possível haver variações nos preços efetivamente pagos aos produtores" (2000; 6-7).

complexo agroindustrial citrícola como "maduro"[196] e já não mais dependente desses financiamentos e incentivos fiscais; restaria pensar se havia tal "maturidade econômica" também do lado dos citricultores.

De todo modo, Paulillo compreende esta fase, que vai de 1986 até 1991, como uma de *auto-regulação* do setor. Como esta auto-regulação dependia da participação das associações de representação, Paulillo também compreendeu o processo como o de uma organização *interprofissional* importante[197] ou uma comunidade política territorial (Paulillo, 2000; 115), no qual a Associtrus se fortaleceu como nunca, embora tivesse mantido suas debilidades por conta da dispersão territorial dos citricultores, pelo seu elevado número de representados e pela dificuldade de lidar com os seus diferentes interesses (Paulillo, 2006; 94 e Paulillo, 2000; 116).

Paralelamente, as associações da indústria mantiveram sua força no cenário, embora sua história mostre uma constante tensão interna. Esta tensão se exacerba exatamente às vésperas da constituição do referido contrato, em 1985. Porém, segundo Hasse (1987; 260), tratava-se de uma disputa que vinha sendo gestada desde 1982, quando foi adotado um sistema de cotas para a exportação, baseadas na produção do ano anterior. Nas palavras de José Cutrale Jr., era para "*evitar a guerra de preços*", que prejudicaria toda a citricultura, num contexto que apontava para uma superprodução, cujos efeitos danosos vinham sendo postergados pelas geadas da Flórida. Na verdade, porém, o sistema beneficiava as grandes exportadoras e dificultava o crescimento das menores e das novas indústrias. Em 1985, assim, a Citrosuco, apoiada pela Cargill, mais a Bascitrus e a Citropectina criaram uma nova associação: a Associação Nacional das Indústrias Cítricas (ANIC).

Diferente da história delineada por Paulillo (2000 e 2005), Neves e Lopes (2005) compreendem o surgimento dessa nova entidade como o que teria levado à implantação do contrato-padrão. Estes autores também interpretam o contrato em questão como uma

[196] "Os maciços subsídios fiscais concedidos nos anos 70, funcionaram como um catalizador do processo de crescimento da agroindústria da laranja, sendo retirados no momento em que se tinha uma indústria madura capaz de concorrer internacionalmente" (Sued, 1990; 294).

[197] Com isso, o autor parece acreditar na possibilidade de uma divisão justa dos lucros, que teria ocorrido no período: "O contrato-padrão também representou o início de um processo de organização *interprofissional*, já que os interesses estavam arrumados em torno de uma instituição que estabelecia uma agenda de atuação considerável entre citricultura e indústria, em que ambos ganhavam" (Paulillo, 2006; 93).

retirada do Estado do papel regulador que até então tinha[198]. No entanto, a atribuição de uma espécie de tutela da indústria na proposição da mudança[199] é o que difere radicalmente da formulação de Paulillo (2000 e 2005), que enfatiza a organização dos citricultores e a pressão política como elementos fundamentais da regulação. Este episódio aparece em Neves e Lopes (2005), bem como em diversos outros textos do grupo em questão, como algo menor, de longe sem a centralidade que assume nos argumentos dos textos de Paulillo (2000 e 2005) e de outros. Esta disputa pela formulação da história será retomada na conclusão deste capítulo.

Retomemos, entretanto, as críticas ao contrato da parte dos próprios citricultores. Assim, embora tenha, ao seu modo, reduzido os conflitos existentes, o contrato padrão não os eliminava e era, ele mesmo, seguidamente alvo de questionamentos, que posteriormente viriam até a inviabilizá-lo. Em Graziano da Silva (org., 2000; 7), procura-se, assim, resumir as críticas:

> Os pontos de discordância em torno do contrato-padrão foram vários, entre eles: a) eram consideradas as despesas de alíquotas e fretes com referência apenas aos Estados Unidos, onde se paga uma das taxas mais elevadas, embora esse país não fosse o único importador do suco concentrado brasileiro; b) a única cotação-referência para o cálculo era a da Bolsa de Nova Iorque, embora os EUA tenham deixado de ser o principal país comprador do suco brasileiro; c) questionamento sobre a taxa de rendimento (caixas/tonelada de suco); d) discordância sobre a Remuneração de Produção e Comercialização.

Mostra-se, desse modo, uma tensão entre citricultores e indústria que permanecia na referida "comunidade política territorial", evidenciando um caráter de concorrência intercapitalista no setor, regulado (mas não superado) politicamente neste período.

Internamente também à "classe" dos citricultores, a relação tampouco era, por assim dizer, harmoniosa, uma vez que ali igualmente estavam capitalistas em concorrência. Essa tensão, entre os citricultores, aparece expressa na fala de Ivan Aidar,

---

198 "Um dos primeiros trabalhos da ANIC foi a implantação do chamado 'contrato-padrão' a ser adotado na compra e venda da laranja, o qual já vinha sendo discutido por pesquisadores da área e pelas associações então existentes. Desde sua adoção, até ser proibido pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), o governo não foi mais chamado a intervir nas negociações entre produtores e indústrias, onde muitas vezes arbitrava os preços da caixa de laranja" (Neves e Lopes, 2005; 188).

199 A entidade das indústrias processadoras aparece aqui voluntariamente cedendo aos pedidos pela distribuição de seus ganhos, numa postura por assim dizer paternalista: "Segundo a ANIC, o contrato era uma antiga aspiração dos produtores que reivindicavam por participações nas elevações das cotações do suco de laranja no mercado externo, que eventualmente ocorriam após fortes geadas na Flórida e depois de ter sido acertado o preço da matéria-prima" (Neves e Lopes, 2005; 188).

que reiterava a necessidade de união dos agricultores, mas seguidamente apontava o caráter concorrencial entre eles, aqui especificamente no caso da remuneração da qualidade da fruta:

> Ivan Aidar: — *Acho até que a Frutesp tinha que ter se modernizado. Eu no conselho sugeri muitas coisas lá que nunca consegui aprovar. Na agricultura, na economia, o mundo é muito dinâmico. E ela deu um grande passo adiante. Na minha opinião, ela tinha que ter dado outros passos que eu nunca consegui fazer vigorar. Que era pagar a laranja pelo teor de sólido solúvel. Não podia pagar o mesmo preço para todo mundo: quem é melhor, recebe mais... Você tem que privilegiar a qualidade. A Frutesp não fez isso. [...] Eu acho que é ignorância, eu acho que o agricultor é ignorante. Acho não, afirmo, vou falar com todas as letras: O agricultor não sabe a força que tem. Ele é, no geral, inculto, não é preparado e não sabe se juntar.* [200]

A modernização que teria faltado à Frutesp seria, para este agricultor, a de remunerar a qualidade da fruta, mas a dificuldade de união do agricultor deveria passar por uma difícil equação aí, na qual os parceiros eram, ao mesmo tempo, oponentes, o que descambava para uma acusação de falta de racionalidade dos seus pares. De certo modo, o que Aidar reclamava era a obtenção de uma renda diferencial derivada de um pagamento pela qualidade do suco gerado por uma fruta diferenciada, obtida tanto pela fertilidade natural e desigual dos solos, quanto pela localização da produção em termos climáticos, bem como pelo uso desigual de "insumos modernos". Certamente, para cobrar tal remuneração, Aidar devesse considerar que sua fruta se enquadrava nesses parâmetros, o que não devia ser o caso da maioria dos cooperados, fornecedores da empresa, que vetaram a medida. A racionalidade destes se opunha à de Aidar, que, não obstante, os considerava irracionais, e talvez o inverso também fosse aqui válido.

A desunião entre os citricultores também aparecia no momento em que a Frutesp carecia de aumentar sua aquisição de matéria-prima para além do fornecimento dos cooperados da Coopercitrus:

> Dr. Antônio Carlos da Silva: — *A Frutesp, não, ela tinha os 400 cooperados e, como esses 400 cooperados não conseguiam subir a capacidade de produção dela; ela fez contratos adicionais com não-cooperados garantindo o mesmo preço. Os cooperados brigavam, brigavam, brigavam, e eu explicava: 'Olha, não é o mesmo preço, porque a metade do lucro de vocês fica na Frutesp e vocês, como eventuais donos das ações, vão ficar com esse patrimônio. Enquanto os outros ganham metade dos lucros e a outra metade incorpora na Frutesp'. Não era fácil explicar, porque o cooperado quer levar vantagem. O sucesso da Igreja*

[200] *Entrevista gravada em 22 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

> *Ocidental é que ela prometia não só o céu para os seus seguidores, mas o inferno para os concorrentes. Então, os cooperados queriam ganhar, mas não queriam que o outro ganhasse. E a gente para ir administrando isso aí é preciso muita paciência.* [201]

Nada melhor para explicar a complexidade de uma instituição que procurasse congregar e representar o interesse de mais de 20 mil citricultores como a Associtrus, tendo que prometer-lhes apenas o "céu", sem poder excluir parcialmente aqueles a quem fosse destinado o "inferno", a não ser que estes fossem as próprias indústrias. Porém, no relato acima, sobressai outra distinção para a atuação da Associtrus e do contrato padrão para a atuação da Frutesp, que estava exatamente na confusa relação entre o lucro repassado para o citricultor e o lucro capitalizado na indústria, algo que os demais citricultores não tinham acesso e mesmo os cooperados sócios da Frutesp não o tinham imediatamente, na medida em que lhes parecia como um capital imobilizado.

A outra questão que abordaremos para encerrar esse ponto diz respeito aos mecanismos de acumulação de capital monetário que se abriram para as agroindústrias neste momento, para assim relacionar o poderio das mesmas também à diversificação de formas de acumulação de capital a que tinham acesso. Para apresentar a questão, vejamos outra queixa de Ivan Aidar sobre os rumos da modernização que a Frutesp deixou de trilhar:

> Aidar: — *Outra coisa, nós tínhamos que ter criado uma empresa lá fora para você vender lá fora. Porque naquela época havia uma diferença do dólar oficial para o dólar paralelo muito grande. E a gente recebia pelo dólar oficial, então a gente nunca recebia o valor cheio, como as outras indústrias que vendiam lá fora. [...] Eu avalio que a Frutesp jogou fora no câmbio uns 100 milhões de dólares.*
> Pergunta: — *Você acha que as outras conseguiram acumular aí também?*
> Aidar: — *Eu acho o seguinte: ninguém é santo no mercado. Se o dólar paralelo valia 20% ou 30% a mais do que o oficial, se você exportasse para você mesmo, se você criasse uma empresa lá fora... Daí você internalizava esse dinheiro de alguma forma, não sei de que forma. O mercado financeiro é um negócio nebuloso, você não entende muito bem. O dinheiro vai parar em ilha fiscal, volta de outra forma, tem mecanismos, que eu também não conheço todos, mas sei que existem porque eu já mexi com banco de investimento, que você auferia uma rentabilidade muito maior. E aí: "Ah! Mas é uma cooperativa, não pode fazer isso...". Eu falava: "Mas, seu Walter, não é cooperativa, só chama".* [202]

Porém, segundo o ex-presidente da Frutesp (entre 1985 e 1990) Dr. Antônio

[201] *Entrevista gravada em 22 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

[202] *Entrevista gravada em 22 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

Carlos da Silva, tal empresa teria sido, sim, criada pela Frutesp, ainda que realmente em moldes mais controlados e menos vantajosos do que os das concorrentes:

> Dr. Silva: — *A Frutesp tinha uma empresa no exterior, autorizada pelo Banco Central, e ela vendia para essa empresa que ficava com o dinheiro lá fora, de maneira a esperar as oportunidades melhores para recambiar o dinheiro para o Brasil. Mas a nossa era fiscalizada pelo Banco Central e tinha uma contabilidade de mercado e os outros não, os outros faziam lá e botavam o dinheiro quando interessasse. Mesmo assim a Frutesp conseguiu competir.* [203]

Dessas falas, fica evidente que o lucro industrial não era a única forma de acumulação da indústria processadora, na época, mas também uma acumulação de capital monetário era possibilitada pela existência de duas taxas de câmbio e pela possibilidade de se constituir um mecanismo de comércio exterior em que a empresa se duplicava no exterior e passava a acumular parte do dinheiro da venda do suco numa empresa *off-shore*. Neste quesito, de fato ninguém era "santo no mercado", sequer a Frutesp, ainda que com condições menos favoráveis porque mais controladas. Essa financeirização em processo apareceria, no relato abaixo de Viegas, como sendo inclusive fomentada pelo Estado. No relato em questão, o problema surgia quando se registrava uma venda de suco por um preço e, no meio do percurso, o mercado recuava e o preço final tinha que ser reavaliado para baixo. Daí a solução:

> Viegas: — *Então o governo chegou e fez a seguinte proposta: "então eu vou resolver o problema para você, vocês podem criar uma empresa em paraíso fiscal, para vocês não pagarem imposto lá fora".*
> Pergunta: — *Foi um acordo com o governo?*
> Viegas: — *É, só que essa empresa tem que ser registrada no Banco Central e fazer o balanço consolidado. Então, está tudo controlado, porque se eu faço o balanço consolidado eu declaro o dinheiro que eu tenho lá fora e pago um imposto sobre aquele dinheiro. O governo não teria nenhum prejuízo e você teria um volume de dinheiro lá para operar.*
> *Tinha mais uma coisa. O registro da exportação era 70% do valor da Bolsa. Então, teoricamente, você já acumulava 30% do faturamento lá fora. Naquela época, a Bolsa tinha alguma correlação com os preços daqui. Então, o governo sabia quanto você tinha e você tinha um prazo para retornar o dinheiro, eu não me lembro mais os detalhes porque isso era do setor financeiro. A Frutesp fez assim, mas nem todas fizeram. [...] Qual era o sistema? Você pega e vende para a* off-shore *e a* off-shore *revende com lucro, mas o lucro fica retido lá. Então, eu vendia por 70% o preço da Bolsa e revendia pelo valor da Bolsa, ou outro preço, sei lá, e ficava lá os 30% mais o lucro. E eu ingressava com 70% aqui, mas aquilo ficava lá e o governo sabendo do balanço: 'você tem tantos milhões de*

[203] *Entrevista gravada em 22 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

> *dólares lá'. Eu sei que as outras empresas não fizeram isso dessa forma e começaram a já ter uma vantagem. Você deve saber que teve uma época que o câmbio negro chegou a ser 100%. Se você entrasse pelo câmbio oficial você recebia 1.000, se entrasse pelo câmbio negro você recebia 2.000. [...] Fora isso, elas também foram acumulando recurso lá fora. [...] Você imagina 30% sobre o faturamento, o quanto não se foi acumulando lá fora.* [204]

A citação demasiada longa faz sentido de entrar aqui porque explicita um importante mecanismo de acumulação financeira que, por mais que derivasse de uma tentativa de solução de um problema prático do comércio exterior, ganhava uma conotação cada vez maior com a possibilidade de se tornar um fundo considerável, de propriedade dessas empresas, que podiam realizá-lo por meio das formas de transações cambiais existentes ou aplicando-o em outras atividades. Mesmo que o uso do câmbio paralelo não fosse acionado, a própria possibilidade, dada pelo governo, de sempre registrar e recolher impostos sobre apenas 70% dos valores negociados, permitia por si uma acumulação considerável de capital monetário por tais empresas. De maneira tal que poderia permitir que tais empresas passassem a se comportar, elas mesmas, como bancos no exterior. Claro que isso não anula a feliz constatação de Ivan Aidar, de que "o mercado financeiro é um negócio nebuloso, você não entende muito bem". Parece, aliás, ser essa obscuridade que permite uma série de "jogadas" no sentido de "eliminar os menores da arena", sendo que algumas das quais viemos apresentando aqui e ali nesta seção.

Talvez seja a partir dessas relações que Paulillo tenha afirmado que a indústria processadora de laranja encaminhara um mecanismo de "auto-financiamento com adiantamentos por contrato de câmbio", em que negociava a obtenção de financiamentos no mercado financeiro internacional e internalizava dólares sem a compra imediata da matéria-prima, esta paga em moeda nacional. Não fica, entretanto, muito claro como este mecanismo funcionava, em Paulillo (2000). Ainda assim, diante do que viemos apresentando, vemos a indústria agindo como se fosse um banco, sendo que se beneficiava também do processo inflacionário, das relações favoráveis de câmbio que obtinha do Estado e de sua mediação do processo produtivo: "Isso proporcionava lucros significativos às empresas, pois congelava o pagamento da matéria-prima (laranja) em moeda nacional e alcançava ganhos com o atrelar dos juros" (Paulillo, 2000; 104). Também isso estaria na base das pressões pela dolarização que culminou no

[204] *Entrevista gravada em 16 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

estabelecimento do contrato padrão. Desse modo, a especulação financeira também adquiria certa centralidade mesmo no elo forte do complexo agroindustrial, que se comportava tal qual o capital financeiro de um conglomerado.

Antes de concluir parcialmente aqui, apresentaremos uma correlata acumulação de capital monetário se dando também na citricultura, para o caso da Montecitrus, que angariou um fundo pela cobrança de uma taxa de administração de seus sócios. Essa taxa de administração, porém, justificava-se pelo trabalho complexo pressuposto na administração da empresa, que aplicava os fundamentos da racionalização da gestão à maneira como o *planejamento* prescrito antes pelos gestores do Estado. Mais do que isso, observa-se na explicação abaixo uma compreensão dos preços de custo da empresa, que se assemelha bastante às análises de custo de produção que estamos apontando, embora sobressaia aí a necessidade de remuneração da administração e também se evidencie uma relação particular de uma sociedade de ações dentro da citricultura, em que a alíquota de cada capitalista sobre o lucro coletivo é mensurada pela quantidade e qualidade de caixas de laranja produzidas por cada um:

> Ronaldo Anacleto: — *Dessas 320 propriedades de 125 proprietários, tem gente com mil caixas e tem gente com um milhão de caixas. A gente integra isso aí numa base de dados e, em cima dela, a gente faz um planejamento de venda da fruta, de processamento da fruta, de logística de colheita, de entrega, de transporte. Depois, de apuração de resultados, de prestação de contas para o produtor. Então, chega no final de uma safra, depois que todos os eventos da safra que ocorreram, a gente soma todas as receitas, soma todas as despesas, chega num determinado resultado para o produtor e distribui esse resultado para o produtor, proporcional às caixas dele, ao rendimento das caixas, ao tipo de fruta, se alguma teve deságio e outra não. Mas é uma regra igualitária. E a empresa, pelo serviço, pode cobrar uma taxa de administração. Isso forma o capital da empresa, que eles distribuem na forma de dividendos ou eles capitalizam. E, na verdade, aí está o segredo da coisa. Esse grupo aqui sempre foi extremamente conservador. Ou seja, para eles, laranja significa diversificar. Você tem que ter laranja e tem que ter dinheiro. A diversificação é essa aqui: tem que ter laranja e tem que ter dinheiro. Então, a empresa juntou, através dessa taxa de administração, juntou uma pilha de dinheiro que protege a gente das ameaças.* [205]

Vemos que a capitalização aí não difere muito daquela que se fazia com a Frutesp, em que apenas metade dos lucros era distribuída "na forma de dividendos" e a outra era capitalizada, embora em outro momento essa porcentagem seja explicitada por Anacleto como se dando em torno de 30% para a Montecitrus. Porém, o essencial da

[205] *Entrevista gravada em 23 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

fala de Anacleto expressa o fundamento da reprodução ampliada de capital em que não é apenas o capital constante que é acumulado, mas também o capital monetário. Entretanto, diferente da tendência que antes apontamos para uma centralização deste capital monetário no capital bancário, temos aqui a retenção parcial desta acumulação no *pool*, que enxerga seu capital como composto por laranja e por dinheiro.

Claro que a expressão usada, de "uma pilha de dinheiro", não significa que este dinheiro seja aí pensado como um "tesouro", dessa maneira imobilizado, mas como um dinheiro acumulado, que, aplicado no mercado financeiro, se autovaloriza, crescendo seu poder de proteção. E é exatamente essa mercadoria especial, o dinheiro, como equivalente geral, materializando a liquidez suprema (ou a mobilidade perfeita do capital) e também a possibilidade de sua autovalorização no contexto do capital fictício que aparece aqui como "proteção contra as ameaças".

*

Desse modo, pelos casos apresentados da Frutesp e da Montecitrus finalizamos essa parte da argumentação observando um "poder" difuso encontrado antes na acumulação de capital monetário, permitindo uma sobrevivência dos referidos grupos em meio às "ameaças" de centralização de uma concorrência "desleal" com "as gigantes" do setor, articulado este poder às estratégias peculiares que esses mesmos grupos desenvolveram para lidar com a pressão que seguidamente encontraram e que outros grupos não lograram neste período suportar. Além disso, retomamos continuamente o papel relativo da política na consolidação ou não dessas estratégias, ao mesmo tempo em que também a política fomentou o fortalecimento das próprias indústrias processadoras.

Mais uma vez, devemos deixar claro como a formulação que desenvolvemos neste ponto se distancia de tal modo das relações sociais de produção mais imediatas, no que se refere à extração de mais-valia, que pouco se pode, a partir dela, compreender o que esteve ocorrendo no processo mais direto de produção das mercadorias aqui referidas, a laranja e o suco de laranja. Por isso, encaminharemos uma última formulação sobre os custos de produção em que as transformações na forma de se produzir laranja, ao longo dos anos 1990 e 2000, são mais tangenciadas. Dessa formulação, concluiremos com os processos mais recentes de centralização de capitais,

finalizando assim o longo percurso de modernização abarcado e criticado nesta tese.

Toda esta formulação sobre a industrialização da produção de suco concentrado, da financeirização mais ampla e também de aspectos da organização política relaciona-se como conjunto de elementos constitutivos que condicionam também as relações de produção mais imediatas, que são objetos de análise (ainda que assim fetichizados) das pesquisas de custos de produção que estamos seguidamente analisando aqui. Assim, embora apareçam como esferas aparentemente autonomizadas dentro da reprodução social, mesmo internamente ao "setor" citrícola, e portanto surjam como objetos de pesquisa distintos de diferentes subdivisões da ciência, a intenção de contrapô-los aqui advém de uma perspectiva que busca estabelecer os nexos entre essas esferas e, dessa maneira, entre tais objetos de pesquisa.

A própria formulação encontrada no estudo de Mello (1986) já demonstrava um incômodo com uma perspectiva que se atinha aos elementos mais técnicos e organizacionais da produção de laranjas e de seus custos, indicando uma tentativa de relacionar algumas mudanças observáveis neste nível de análise com transformações em níveis, por assim dizer, "mais amplos" que incluíram ali a financeirização da sociedade e sua regulação política. Observaremos adiante que também os estudos mais recentes acerca dos custos de produção na citricultura esboçam algumas relações para além do que as planilhas indicavam.

QUARTA PARTE

O espetáculo da autodestruição do complexo citrícola como expressão difusa da crise da valorização do capital

Para concluir, apresentaremos conjuntamente dois artigos escritos por pesquisadores do IEA, para mostrar as transformações que o modelo de modernização retardatária sofreu dos anos 1990 em diante e as particularidades dessas mudanças na citricultura. Circundaremos, especificamente, as últimas transformações da base técnica e tentaremos compreender um sentido diverso, de monopolização, como seu fundamento. Por fim, apresentaremos também as novas bases em que o debate político do setor citrícola se estabeleceu, com o papel fundamental do discurso técnico e acadêmico indicando uma espetacularização tanto da produção como da política.

A persistência da metodologia do custo operacional efetivo e o retorno da metodologia de custo total na produção do espetáculo produtivo e da política espetacular

O primeiro artigo que trataremos, da maneira mais breve possível, foi escrito pelos pesquisadores do IEA Arthur Antonio Ghilardi, Maria Lúcia Maia, Antonio Ambrosio Amaro e José Dagoberto de Negri, e, como os anteriormente vistos, apresenta um estudo sobre os custos operacionais de formação e produção na citricultura paulista, para o ano de 2002.

Neste artigo, porém, diferente dos anteriores, os autores comparavam duas regiões produtoras dentro do estado (chamadas de Norte e Sul), e dois momentos da citricultura, os anos de 1988 e de 2002, o que nos permite, ao retomá-lo, sintetizar as mudanças na base técnica ocorridas na década de 1990.

Como de praxe, a importância do estudo sobre a citricultura advinha, para os autores, da importância econômica da própria citricultura, que apresentava uma expansão da área plantada, desde 1980 até 1998: aumento de 74% no Brasil e 81% em São Paulo. Mas, a produção em si não havia crescido apenas extensivamente, como

havia se dado um aumento da produtividade[206], sobretudo pelo adensamento dos pomares, que, em 1985, tinham, em média, 237 árvores por hectare, e, em 1999, tinham passado a 297, em média[207].

Enfim, a importância se sintetizava na constatação de que 70% da laranja nacional era para se fazer suco concentrado, que 80% dessa laranja era paulista, e que também cerca de 80% do mercado mundial era de suco brasileiro (Ghilardi *et alli*, 2002, 19).

Tivessem interrompido aí o panorama tudo estaria ótimo, mas os próprios autores chamavam atenção para uma crise que, segundo os mesmos, advinha principalmente de fatores externos, como a concorrência com os EUA e as barreiras alfandegárias, que levavam, na outra ponta, à redução dos preços dados aos produtores. Mas, diante desse limite ao lucro do citricultor, comumente observável no discurso dado pela própria indústria, havia ainda o limite do lucro internamente à produção, observável no aumento dos custos de produção, atrelados ao aumento das doenças que se multiplicavam nos pomares (Ghilardi *et alli*, 2002; 20).

Como se nota, assim, também esses fatores apareciam como externos ao próprio movimento de intensificação da reprodução ampliada do capital: política externa e concorrência no mercado e pragas nos pomares não se relacionam aqui diretamente ao aumento de produtividade e muito menos à tendência crítica imanente a ele. Por isso, uns são tidos como negativos (e assim causas da crise) e outros positivos (justificando a pesquisa).

Para completar o cenário de pressão sobre os produtores, os autores apontavam

---

[206] Os dados para tanto são, todavia, questionáveis, pois, observando uma produtividade média do Estado por hectare em torno de 600 caixas (de 40,8 kg), em pomares com densidade de 300 árvores por hectare, ter-se-ia uma produtividade de 2 cx/pé, enquanto numa de 400 pés/ha seria de apenas 1,5 cx/pé. Esses números evidenciariam uma produção média abaixo das expectativas, sobretudo para um estudo como o de Matsunaga (1970) que previa um lucro líquido apenas a partir de uma produção média de 2,5 cx/pé. Por outro lado, comparando com dados de Ceron (1969) e Bray (1974), que afirmavam que a produtividade média dos pomares de Limeira e Bebedouro girava em torno de uma caixa por pé, mostrariam um aumento considerável da produtividade média da citricultura paulista.

[207] Essas médias, a princípio, eram as nacionais, uma vez que adiante outras serão apresentadas para o Estado. Os autores afirmavam que o número de pés por hectare vinha crescendo desde meados da década de 1980, de 260 para 320, até que, em 2002, estavam-se plantando pomares com 400 pés por hectare, sendo que "no final dos anos 80 a densidade no Estado era de 212 pés/ha" (Ghilardi *et alli*, 2002; 22). Assim, portanto, de maneira um pouco arbitrária, o número médio dos plantios mais adensados e modernos, 400 pés/ha, seria o adotado para a análise do período de formação, enquanto o número de 300 pés/ha seria o do período de manutenção, da pesquisa em questão.

um movimento de queda dos preços pagos a eles desde meados dos anos 1980. Também, a partir de 1994, o contrato de participação (contrato padrão) tinha sido definitivamente abolido, encerrando a ligação politicamente mediada dos preços aos produtores com os preços finais do suco concentrado e, ainda, repassando aos produtores a coordenação e os custos com a colheita da laranja.

Desse modo, acabavam por exortar os citricultores a um aumento da racionalização dos processos produtivos, administrativos e financeiros, dando especial ênfase na melhoria técnica e organizativa. Enfim, conclamavam a um aumento da composição técnica do capital, face à queda da taxa de lucro dos produtores, sem relacionar uma coisa à outra[208].

Entretanto, a reafirmação da neutralidade científica viria logo a seguir. Os dados coletados por um corpo acadêmico e, sobretudo técnico, acabavam por minimizar o papel dos produtores informantes. Por sua vez, a metodologia era a mesma dos custos operacionais do IEA, que já analisamos para Matsunaga *et alli* (1976) e Mello (1986). Esta metodologia era apresentada agora, entretanto, como uma "importante ferramenta na administração da atividade, principalmente no curto prazo" (Ghilardi *et alli*, 2002; 21).

A postura antes prescritiva e modernizante dos técnicos e pesquisadores era diluída, dessa forma, numa propagada neutralidade da intenção do artigo em ser uma *mera análise*[209], a ser adotada ou adaptada pelos leitores, caso estes fossem produtores[210].

Adiante, a comparação das médias produtivas e do uso médio de fatores de produção seria feita entre a produção citrícola de parte do chamado "cinturão agrícola", mostrado como região Norte, e de outra parte daquele agrupamento atrelado a uma nova

---

[208] "Nesse amplo contexto, é de fundamental importância na atividade o maior domínio possível sobre os processos produtivos, seja pela ótica dos requerimentos físicos, seja dos respectivos fluxos econômicos e financeiros, de forma a permitir constante monitoramento, avaliação e reordenação das técnicas e processos adotados" (Ghilardi *et alli*, 2002; 20).

[209] "Ressalte-se que, com base na metodologia adotada, essas matrizes registram o conjunto das operações e fatores geralmente utilizados pela maioria dos pequenos e médios produtores durante as últimas safras, aos preços de junho de 2000, **não se tratando especificamente** de dados da safra em andamento nem **de recomendação técnica**" (Ghilardi *et alli*, 2002; 23 – grifos nossos).

[210] "Não são incluídas operações e fatores utilizados eventualmente e/ou de maneira não usual pela maioria desses produtores, os quais, entretanto, podem adaptar e utilizar essas matrizes como base para a elaboração e estimação de seus particulares custos de produção, tanto para cada um de seus talhões como as safras que se seguirão" (Ghilardi *et alli*, 2002; 23).

área ao sul do estado, que apresentava uma produtividade um pouco maior[211]. As tabelas que permitiram tal comparação são as que se seguem.

Tabela 8 - Estimativa e distribuição percentual do custo operacional para a cultura de laranja para indústria, Pomar em produção, 1 hectare, 300 pés, Produção de 600 caixas de 40,8 kg, Região Norte do Estado de São Paulo, Safra 2000/01.

Item	Em real de junho de 2000		Distribuição percentual	
	R$/ha	R$/caixa	COT	COE
Mão-de-obra	59,11	0,10	3,2	4,1
Operações de máquinas	204,62	0,34	11,1	14,2
Adubos e corretivos	293,15	0,49	15,9	20,4
Defensivos	579,17	0,97	31,3	40,3
Outros materiais	1,97	-	0,1	0,1
Colheita empreitada	300,00	0,50	16,2	20,9
Custo operacional efetivo (COE)	**1.438,02**	**2,40**	**77,8**	**100,0**
Depreciação do pomar	246,86	0,41	13,3	-
Encargos financeiros	62,91	0,10	3,4	-
Depreciação das máquinas utilizadas	81,71	0,14	4,4	-
Encargos sociais diretos	19,51	0,03	1,1	-
Custo operacional total (COT)	**1.849,01**	**3,08**	**100,0**	**-**

Fonte: Ghilardi *et alli*, 2002
Org.: Cássio A. Boechat

[211] A divisão em Norte e Sul não é comum na literatura sobre a citricultura. A linha divisória, no que se referiria ao chamado "cinturão agrícola", passava aqui na divisão entre os municípios de Araraquara (Norte) e Rio Claro (Sul), de maneira que importantes municípios produtores de laranja, como Bebedouro, Matão, Taquaritinga e Olímpia estavam na região Norte, concentrando aliás a maior parte das indústrias, enquanto o Sul aglomerava municípios de uma citricultura com longa história, como Limeira, Piracicaba e Sorocaba, e ainda outros com novos e grandes plantios como Avaré, Ourinhos, Bauru e Itapeva. De um modo geral, feitas as contas para ambas as regiões, arbitrariamente definidas, via-se que o Norte concentrava os pés novos e em produção, bem como a maior parte da produção, embora no Sul se verificasse uma maior produtividade por pé, em torno de duas caixas (2,04) contra 1,96 caixa por pé no Norte.

Tabela 9 – Estimativa e distribuição percentual do custo operacional para a cultura de laranja para indústria, Pomar em produção, 1 hectare, 300 pés, produção de 600 caixas de 40,8 kg, Região Sul do Estado de São Paulo, Safra 2000/01.

Item	Em real de junho de 2000		Distribuição percentual	
	R$/ha	R$/caixa	COT	COE
Mão-de-obra	65,29	0,11	3,6	4,6
Operações de máquinas	239,30	0,40	13,2	17,0
Adubos e corretivos	308,94	0,51	17,0	21,9
Defensivos	493,36	0,82	27,2	35,0
Outros materiais	1,97	-	0,1	0,2
Colheita empreitada	300,00	0,50	16,5	21,3
Custo operacional efetivo (COE)	**1.408,86**	**2,35**	**77,6**	**100,0**
Depreciação do pomar	225,99	0,38	12,5	-
Encargos financeiros	61,64	0,10	3,4	-
Depreciação das máquinas utilizadas	96,86	0,16	5,3	-
Encargos sociais diretos	21,55	0,04	1,2	-
Custo operacional total (COT)	**1.814,90**	**3,02**	**100,0**	**-**

Fonte: Ghilardi *et alli*, 2002
Org.: Cássio A. Boechat

Numa rápida comparação, podemos apenas apontar o peso dos gastos com a colheita, acima de 16% dos custos operacionais totais, que antes não eram atribuídos aos produtores. Além desse custo "novo", o da "mão de obra" era dos que menos "pesava" sobre os gastos, sendo comparável aos custos de "encargos financeiros". Por sua vez, os defensivos apresentavam uma fatia considerável dos gastos operacionais, o que não se observava tanto nos estudos anteriores que analisamos. Na comparação entre as regiões, via-se um gasto maior destes defensivos na Norte, enquanto a "mão de obra", as "operações de máquinas" e o uso de "adubos e corretivos" eram ligeiramente

maiores na região Sul, balanceando as contas que acabavam por ser muito pouco divergentes.

Evitaremos, nesta altura da apresentação, esmiuçar os custos operacionais apresentados pelos autores para evitar uma fadiga ainda maior do leitor. Para tanto, adiantaremos a análise do referido artigo para a sua conclusão, em que se apresentavam as mudanças nas técnicas e na utilização dos chamados fatores de produção, chamadas ali de "matrizes de coeficientes técnicos" em comparação com um estudo de 1988 do IEA, coordenado também por Nilda T. C. Mello.

Desse modo, algumas das mudanças já puderam ser vistas na breve apresentação da estrutura de custos, nas tabelas acima. A inclusão da colheita nos gastos do citricultor é talvez a principal mudança, ocasionada pela transformação institucional e normativa do setor, após o fim do contrato de participação (contrato padrão), em 1994-95. No geral, porém, as outras mudanças se referem a transformações na composição orgânica dos capitais, algumas provocadas pelo aumento das pragas, outras por mudanças técnicas. De todo modo, observava-se uma queda progressiva no uso direto de mão de obra comum (trabalho simples) e de trator/tratorista e equipamentos de tratos culturais.

Tabela 10 – Estimativa de evolução da utilização de mão-de-obra comum e de trator/tratorista e equipamento nos tratos culturais (1), na formação (2) e na produção (3) na cultura de laranja para indústria, 1 hectare, Região Norte do Estado de São Paulo, safras 1988.

	Mão de obra comum			Trator/Tratorista e equipamento		
Tratos culturais	**1988/89**	**2000/01**	**Variação (%)**	**1988/89**	**2000/01**	**Variação (%)**
Formação do pomar						
1o. Ano	29	18,3	-37	4,5	4,4	-2
2o. Ano	21,2	6,7	-68	2,3	2,3	0
3o. Ano	26,3	4,5	-83	3,1	2,2	-29
4o. Ano	32,1	1,9	-94	4,7	1,6	-66
Total na formação	**108,6**	**31,4**	**-71**	**14,6**	**10,5**	**-28**
Pomar em produção	**10,1**	**1,8**	**-82**	**2,3**	**2,3**	**0**

(1) Não inclui dias de colheita, operação efetuada por empreita.

(2) Na formação do pomar, a densidade é de 200 plantas/ha em 1988/89 e de 400 plantas/ha em 2000/01.

(3) No pomar em produção, a densidade é de 212 plantas/ha em 1988/89 e de 300 plantas em 2000/01.

(4) Na safra 1988/89, os dados da formação referem-se à estimativa para o Estado de S. Paulo e os do pomar em produção à estimativa para a região de São José do Rio Preto.

Fonte: Ghilardi *et alli*, 2002.

Org.: Cássio A. Boechat.

A explicação para quedas tão acentuadas se centrava, principalmente, no processo de adensamento dos pomares, que anteriormente esteve atrelado ao aumento da produtividade da citricultura como um todo e que agora se mostrava como aumento da produtividade do trabalho explorado na citricultura[212]. Mas esta não era a única causa.

Mudanças nas técnicas adotadas também tinham tido um impacto considerável. Entre elas, o fim da coroação (ou coroamento), que era uma capina manual que requeria muitos dias de trabalho, e a redução da capina mecânica com trator e grade, substituídas ambas por herbicidas e por roçada com trator e roçadeira, além de outras mudanças[213].

Na conclusão, porém, os autores pareciam indicar certo limite à continuação desse processo de aumento da composição técnica do capital. O "pacote tecnológico" parecia ter sido aplicado na sua integridade. Segundo os autores, sobravam mudanças a serem implementadas na parte administrativa e organizacional para reduzir custos[214]. Ainda assim, todas essas mudanças continuavam a ser justificadas como para o bem do homem e do meio ambiente, não obstante a clara relação que já se observava entre "progresso técnico" e desemprego[215] e danos ambientais.

Porém, o aspecto mais relevante talvez seja a explícita falta de compreensão

---

212 Os autores, porém, mantém a concepção fetichizada de uma produtividade da terra *em si*, que não compreende que a produtividade é sempre do trabalho aplicado em terras com composição distintas: "Observe-se, assim, que o processo de adensamento registrado na citricultura paulista na década de 90 contribui não só para aumento da produtividade da terra, mas também para aumento das produtividades da mão-de-obra e das máquinas e equipamentos" (Ghilardi *et alli*, 2002; 32).

213 Quanto à mecanização e à adoção de novas tecnologias: "[...] a liberação de mão-de-obra comum foi decorrente da introdução da carreta distribuidora de calcário e de adubo, da maior eficiência dos pulverizadores acoplados ao trator e, principalmente, da adoção do pulverizador atomizador no 4o ano da formação do pomar" (Ghilardi *et alli*, 2002; 33).

214 "Resultados deste trabalho, apresentando para a citricultura paulista grandes ajustamentos na tecnologia adotada na década de 90, revelam poucas áreas de manobras para medidas que visem reduções dos custos de produção e participação majoritária dos dispêndios com materiais consumidos, principalmente com defensivos. Indicam, por sua vez, que a adoção e gestão de técnicas alternativas, que utilizem de maneira mais eficiente e eficaz esses fatores de produção, é seguramente uma área de estudos que deve ser priorizada, e que pode possibilitar tanto o aumento de rentabilidade e competitividade do setor como a redução dos impactos negativos sobre o homem e sobre o meio ambiente" (Ghilardi *et alli*, 2002; 34).

215 "Finalizando, observe-se que embora grande a demanda de mão-de-obra comum na citricultura aconteça na colheita, sua utilização ainda é significativa no plantio e nos tratos culturais, principalmente nos primeiros anos da formação. Assim, a redução registrada nos últimos anos na área cultivada com laranja no Estado, decorrente da eliminação de pomares em produção e do menor ritmo de formação de pomares, é um elemento que pode estar atuando negativamente sobre o emprego de mão-de-obra comum na citricultura paulista" (Ghilardi *et alli*, 2002; 33).

sobre as implicações desse aumento da composição orgânica do capital sobre a taxa de lucro global, sendo que esta tendência parecia estar ocorrendo em praticamente todos os setores produtivos. Assim, reiteramos que a valorização do capital tende a reduzir em termos relativos o fundamento do uso da força de trabalho da sua base de reprodução ampliada, como já observamos teoricamente. O que parece um processo de redução imediata de custos diretos, aparece, no longo prazo, e numa escala global, como um processo de uma crise fundamental da acumulação capitalista, que vai eliminando o fundamento da exploração do trabalho vivo, minimizado na relação com o montante global dos capitais, no processo produtivo. A aparência de um aumento da mais-valia relativa e, portanto, da massa de lucro, encobre uma diminuição gradativa da taxa de lucro. Esse fundamento não é sequer tangenciado pelos autores que estamos apresentando, de modo que estes autores parecem ficar na imanência do processo de produção, reproduzindo a lógica mesma dos capitalistas, que confunde preço de produção com preço de custo e reduz valor a preço.

No entanto, o artigo também tratou de temas que os artigos anteriores não haviam observado, como as questões das transformações políticas do setor e das estratégias de adensamento de pomares, que entraram na explicação da redução das "margens de lucro" e do "aumento dos custos" dos citricultores. A metodologia, entretanto, manteve-se a mesma.

Essa mesma metodologia, no entanto, vinha sendo modificada por outras instituições de pesquisa que passavam a analisar as condições de reprodução da citricultura. Passemos, assim, para o segundo artigo que analisaremos nesta última parte do capítulo. Nele, um dos autores do estudo acima apresentado, Arthur A. Ghilardi, viria a compilar as pesquisas daquelas instituições e meios de comunicação voltados para o setor, evidenciando, em parte, uma retomada da antiga metodologia de custos totais do próprio IEA, para algumas instituições.

Ghilardi (2006), assim, comparou seis estimativas disponíveis em quatro publicações distintas e apresentou suas aproximações e divergências. Eram elas duas estimativas publicadas na Revista Laranja, duas preparadas pela Associtrus, uma publicada na Revista Agrianual e uma última da CONAB. Entretanto, até para a comparação das mesmas, o autor precisou, por vezes, modificar um pouco suas estruturas e, principalmente, revelar as suas bases distintas de avaliação. Estas diferenças acabavam mostrando formas distintas de se conceber a produção de laranjas,

o que a tabela a seguir permite uma visualização inicial.

Tabela 11 – Itens considerados em estimativas de custo de produção (1) de laranja, safra industrial 2005/06, Estado de São Paulo.

Item de custo	Revista Laranja		Associtrus		Agrianual	CONAB
	Custo Básico	Custo Ampliado	Custo A	Custo B		
Mão-de-obra	x	x	x	x	x	x
Operações de máq. e eq.	x	x	x	x	x	x
Adubos e corretivos	x	x	x	x	x	x
Defensivos	x	x	x	x	x	x
Colheita empreitada	x	x	x	x	x	x
Custo operacional efetivo (COE)	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**
Depreciação do pomar	x	x	x	x	x	x
Deprec. de máq. e eq.	x	x	x	x	x	x
Custo operacional total (COT)	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**
Frete	x	x	x	x	N	x
Imposto (2)	x	x	x	x	x	x
Juros	x	x	N	N	N	x
Energia/Seguro/telefone	N	N	x	x	x	x
Diversos (3)	N	N	x	x	x	x
Custo Op. Total e de Transação (COTTr)	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**
Remuneração do empresário (4)	N	N	x	x	x	x
Remuneração do capital fixo	N	N	x	x	N	x
Remuneração anual da terra	N	N	x	x	N	x
Custo total (CT)	**N**	**N**	**x**	**x**	**N**	**x**

(1) A partir de dados básicos publicados/disponíveis, reagrupados; x indica que o item de custo é considerado na estimativa e N assinala que o item não é incluído no cálculo. (2) 2,3% da receita estimada. (3) Contab./Escrit., Viagens, Assist. Técnica, Deprec. E Conserv. De Benf., Irrigação, Mudas e Material de Colheita. (4) Mão-de-obra administrativa. **Fonte:** Ghilardi, 2006. **Org.:** Cássio A. Boechat.

Eram concepções distintas até certo ponto no que se refere à metodologia em si. Isto porque, como se nota na tabela a seguir, a metodologia dos custos operacionais totais, incluindo aí os custos operacionais efetivos, parecia estar presente em todas. Entretanto, como se nota, incluía-se outra distinção categorial, em relação à metodologia observada nos estudos de Matsunaga *et alli* (1976) e Mello (1986). Tratava-se da categoria de "custo operacional total e de transação" (COTTr), que aliás englobava alguns elementos antes constantes da categoria de "custo operacional total", como "impostos", "juros" e parte dos "diversos". Assim, podemos simplificar a compreensão da metodologia constante na Revista Laranja, que inclusive já debatemos em torno dos trabalhos de Mello (1986) e Ghilardi *et alli* (2002), como sendo especificamente a metodologia prescrita pelo IEA do custo operacional total. As demais é que irão se diferenciar desta, incluindo outros elementos. Por fim, assim, a metodologia da CONAB parecia ser a mais completa de todas, sendo todavia muito próxima da estrutura de custos totais que já analisamos para os estudos de Ettori (1957) e Matsunaga (1970).

Mais do que apontar quais categorias metodológicas existiam e quais eram negligenciadas nas referidas análises de custos de produção para a citricultura paulista, Ghilardi (2006) também procuraria mostrar diferenças nas concepções do módulo produtivo de cada pesquisa, mostrando, por sua vez, que a diferente composição técnica dos capitais embasando cada uma tendia exatamente a relacionar densidades distintas dos pomares. Assim, conforme a prescrição do uso dos "fatores produtivos", tinha-se ainda a produtividade esperada para cada módulo produtivo.

Dessa maneira, o que se observavam eram diferentes composições orgânicas de capitais subentendidas em cada pesquisa. Essas relacionavam, por fim, custos operacionais bastante desiguais. Estes custos, resumidos na tabela que se segue, na medida em que evidenciam como o aumento do capital constante implica em aumentos progressivos de custos, mostram também uma redução quase proporcional desses custos em relação à unidade de produção, medida em caixas de laranja de 40,8 kg. Em suma, aumentavam-se os custos por hectare, mas diminuíam-se os custos por caixa, o que em parte expressa o movimento teórico da tendência imanente da concentração de capital, que analisamos em torno da teoria marxiana.

Embora a planilha da Conab fosse anteriormente apontada como a mais completa, via-se a concepção de um pomar mais adensado na planilha da Agrianual. A

planilha do custo B da Associtrus ficava mais próxima daquela da Conab, embora sua produtividade e seus custos fossem mais próximos da Agrianual. As demais apresentavam a mesma densidade, embora com outras especificidades das estruturas de custos distintas.

De todo modo, embora os níveis de produtividade fossem incrivelmente desiguais, num sentido ascendente conforme a maior densidade dos pomares, os custos operacionais totais por caixa não chegavam a ser menores do que aquela produção feita com a estrutura de custos mais modesta, sem a remuneração de diversos fatores produtivos, conforme a planilha de custo básico da Revista Laranja. Porém, a produção em condições de produtividade semelhantes a esta que incorresse na remuneração desses mesmos fatores, como se expressava no custo A da Associtrus tornava-se, de uma tacada, a mais onerosa por caixa produzida.

Não parecia haver uma esperada relação linear e tão direta entre o maior aporte técnico e tecnológico, com aumento proporcional do custo por hectare e diminuição igualmente proporcional do custo por caixa. Ghilardi atribuía isso às diferenças metodológicas.

Tabela 12 – Estimativas de custo de produção (1) de laranja, safra industrial 2005/06, Estado de São Paulo (em reais por hectare e em reais por caixa de 40,8 kg).

Item de custo	Revista Laranja		Associtrus		Agrianual	CONAB
	Custo Básico	Custo Ampliado	Custo A	Custo B		
No. de plantas/ha	300	300	300	400	408	400
Produtividade						
Caixas (40,8 kg) por planta	2	2	1,8	2,2	2,4	1,8
Caixas (40,8 kg) por hectare	600	600	537	890	979	716
Custos com preços (R$) de	set.05	set.05	dez.05	dez.05	jun.05	mar.06
Custo Operacional Efetivo (COE)						
Reais por hectare	3.103,20	4.850,58	4.528,52	6.113,41	6.024,60	4.452,61
Reais por caixa	5,17	8,08	8,43	6,87	6,15	6,22
Depreciação Pomar, Máq. e Eq.						
Reais por hectare	648,24	763,26	1.353,24	1.264,69	1.058,96	1.043,44
Reais por caixa	1,08	1,27	5,52	1,42	1,08	1,46
Custo Operacional Total (COT)						

Reais por hectare	3.751,44	5.613,84	5.881,76	7.378,10	7.083,56	5.496,05
Reais por caixa	6,25	9,36	10,95	8,29	7,24	7,68

(1) A partir de dados básicos publicados/disponíveis, reagrupados.

Fonte: Ghilardi, 2006.

Org.: Cássio A. Boechat.

Talvez isso, no entanto, indicasse a possibilidade de se produzir em condições bastante precárias, desde que não houvesse autonomização de algumas categorias do capital a reclamar por remunerações que implicassem novos custos, de modo que, do contrário, o nível de produtividade a ser buscado tivesse que ser extremamente alto. O próprio autor parecia sugerir que, caso não se precisasse investir na aquisição da propriedade ou de parte do capital fixo, a "camada" de "custo operacional total e de transação" seria a mais apropriada para uma análise da produção, enquanto o "custo total" deveria ser acionado para uma análise de uma produção que envolvesse a "aquisição, aluguel ou arrendamento de terra e de ativos" (Ghilardi, 2006; 169).

Ghilardi (2006), então, tentaria esboçar uma comparação mais detalhada entre as planilhas de custo, esboçando contas que aparecem como os itens sublinhados na tabela abaixo, para preencher os elementos ausentes em algumas planilhas.

Tabela 13 – Estimativas de custo de produção (1) de laranja, safra industrial 2005/06, Estado de São Paulo (em reais por caixa de 40,8 kg).

Item de custo	**Revista Laranja**		**Associtrus**		**Agrianual**	**CONAB**
	Custo Básico	Custo Ampliado	Custo A	Custo B		
Mão-de-obra	0,26	0,44	0,78	0,47	0,48	0,73
Operações de máq. e eq.	1,05	1,68	0,98	0,59	1,04	0,77
Adubos e corretivos	0,95	0,95	1,66	1,47	1,09	1,16
Defensivos	1,51	3,61	3,33	2,66	2,04	2,01
Colheita empreitada	1,40	1,40	1,68	1,68	1,50	1,55
Custo operacional efetivo (COE)	**5,17**	**8,08**	**8,43**	**6,87**	**6,15**	**6,22**
Depreciação do pomar	0,75	0,75	2,11	1,17	0,73	1,39
Deprec. de máq. e eq.	0,33	0,52	0,41	0,25	0,35	0,07
Custo operacional total (COT)	**6,25**	**9,36**	**10,95**	**8,29**	**7,24**	**7,68**
Frete	0,60	0,60	0,72	0,72	0,72	0,46

Imposto (2)	0,27	0,27	0,32	0,32	0,18	0,32
Juros	0,23	0,35	0,37	0,30	0,27	0,81
Energia/Seguro/telefone	0,15	0,15	0,16	0,08	0,16	0,08
Diversos (3)	0,15	0,15	0,17	0,11	0,21	0,24
Custo op. total e de transação (COTTr)	**7,65**	**10,88**	**12,69**	**9,82**	**8,77**	**9,60**
Remuneração do empresário (4)	0,38	0,38	0,42	0,36	0,29	0,29
Remuneração do capital fixo	1,05	1,05	1,18	0,67	0,61	0,86
Remuneração anual da terra	1,13	1,13	1,26	0,76	0,69	0,42
Custo total (CT)	**10,21**	**13,44**	**15,56**	**11,60**	**10,36**	**11,17**

(1) A partir de dados básicos publicados/disponíveis, reagrupados; os dados (sublinhados) incluem valores imputados, com base nas estimativas que consideram esses itens nos cálculos.
(2) 2,3% da receita estimada.
(3) Contab./Escrit., Viagens, Assist. Técnica, Deprec. E Conserv. De Benf., Irrigação, Mudas e Material de Colheita.
(4) Mão-de-obra administrativa.

Fonte: Ghilardi, 2006.

Org.: Cássio A. Boechat.

O que nos salta inicialmente à vista na análise da tabela acima é a parcela ínfima que as despesas com a "mão de obra" ocupam na composição do preço de custo final da caixa de laranja em todas as planilhas de custo. A "colheita empreitada" ainda chegava a ocupar cerca de 15% dos gastos que compõem o preço da caixa, mas ainda assim outros gastos como aqueles com "defensivos" lhe eram superiores e outros como os com "adubos e corretivos" e o item de "remuneração do capital fixo" atingiam patamares muito próximos de gastos. Enfim, a composição orgânica do capital em todas as situações parecia ser bastante elevada, fazendo com que a proporção dos custos referente ao chamado capital variável fosse relativamente bastante baixa em relação ao capital total que entrava na composição do preço de custo.

Por outro lado, a comparação permite mostrar a incompletude de uma análise que se atenha apenas aos custos operacionais, que em todos os casos ficam ainda muito aquém dos custos totais[216]. Essas metodologias, quando completadas com itens de

[216] "Os custos, em geral, mais pronta e facilmente identificados e quantificados são as despesas desembolsadas pelo produtor diretamente nos tratos da cultura, ou seja, os que compõem o 'custo operacional efetivo' (COE). Assim, o COE é o conceito de maior utilização como base para a mensuração da importância relativa dos custos diretos, acabando, inclusive, muitas vezes, esses percentuais serem apresentados e discutidos, genérica e indevidamente, como representativos da importância no custo de produção. [...] Sob outros ângulos, observa-se que os desembolsos diretos

custos que nelas eram negligenciados, acabam por mostrar que a diferença, que antes parecia largamente favorável àquelas produções analisadas nas primeiras planilhas, cai significativamente. Desse modo, o custo básico da Revista Laranja não seria tão mais baixo, quando pensado por caixas produzidas, do que aqueles realizados em níveis de produtividade muito superior. Essa tendência à equalização dos preços de custos constitui um panorama que gradativamente tende a pressionar aquela produção de laranjas que se dava em condições mais precárias e com a ausência de remuneração de fatores (ou ausência de categorias autonomizadas do capital). Essa tendência, caso fosse confirmada, corroboraria um patamar de produtividade altíssimo como a média social do setor, expropriando aqueles que não o atingissem.

O autor, como se sabe, não articulava seus argumentos nestes termos. Por sua vez, apenas repetia algumas considerações que já tivera, principalmente no que se refere ao uso alternativo das "camadas" de custo operacional conforme a situação do produtor[217]. Veremos, a seguir, no entanto, que esta escolha não seria tão neutra no contexto vigente, embasando um uso astucioso pela indústria processadora das metodologias de custo de produção mais reduzidas, para compor um discurso justificador de uma severa política de preços por parte da mesma indústria.

A conclusão do artigo de Ghilardi (2006) acabava, enfim, por retomar a hipótese de que a tendência demonstrada nas planilhas analisadas era a de um aumento das densidades dos pomares, levando a um aumento dos custos em termos absolutos, por hectare, porém com uma queda dos custos em termos relativos, por caixa de laranja produzida[218]. Com isso, o mantra da busca pela eficiência na produção seria mais uma

---

(COE) representam em torno de 80% do COT (Tabela 6), por volta de 70% do COTTr (Tabela 7) e caem para entre 50% e 60% do CT (Tabela 8)" (Ghilardi, 2006; 178).

[217] "Colocou-se que o 'custo operacional total e de transação' (COTTr) pode se configurar como o indicador mais apropriado no caso de áreas e ativos próprios, onde o objetivo é atividade produtiva visando à obtenção de lucro, enquanto o 'custo total' (CT) pode ser mais relevante para análises de projetos e novos investimentos que envolvam aquisição/aluguel/arrendamento de terra e de ativos" (Ghilardi, 2006; 183).

[218] "Os resultados demonstram que os custos por hectare elevam-se, significativamente, para as maiores densidades e produtividades, registrando-se patamares de custos nas estimativas por hectare. Verifica-se, entretanto, que os custos por caixa são menores para as maiores densidades e produtividades, tendo-se também patamares de custos por caixa. Estimativas com custos de produção, num mesmo patamar, tanto por hectare como por caixa, apresentam grandes diferenças nas importâncias absoluta e relativa de itens específicos do custo. A participação e importância de cada um dos itens de custo também apresenta elevada variação conforme o conceito de custo adotado" (Ghilardi, 2006; 183).

vez entoado agora por este autor[219], reiterando o papel modernizador e ideológico desse tipo de estudo, talvez também revelador de uma forma de consciência que não está consciente do processo de crise a que conduz este mesmo processo de modernização positivado pelo seu discurso.

A retomada de uma metodologia supostamente mais completa não significava, assim, qualquer crítica ao fundamento do fetiche que embasa a concepção capitalista do preço de custo, embora pudesse, como veremos, embasar uma luta política nos limites da competição intercapitalista, no contexto de uma crescente centralização do capital, sobretudo no elo industrial do chamado complexo agroindustrial citrícola.

Assim, os artigos aqui apresentados sugeriram um movimento de aumento da composição orgânica do capital sendo expresso nos custos ascendentes da produção de laranja em anos recentes. Os autores em questão procuraram explicações que consideraram conjunturais e algumas que compreenderam como internas à modernização da citricultura. Passaremos a pensar nessas mudanças e no contexto de transformações mais amplas que afetam atualmente o setor.

[219] "Na produção paulista de citros, há cada vez mais necessidade de eficiência na produção, aumento na produtividade, redução do custo de produção e aumento da rentabilidade. Para isso, é importante o conhecimento e utilização de dados e informações disponíveis, que devem abordar um número maior de níveis tecnológicos e especificidades da atividade. Além disso, é essencial que cada produtor conte com registros detalhados e sistemáticos dos seus próprios custos de produção, e que esses custos sejam estimados e calculados, ao longo do tempo, das safras, para eficiente análise, avaliação e tomada de decisão, em termos de 'que', 'como' e 'quanto' produzir" (Ghilardi, 2006; 183).

Desdobramentos recentes da modernização crítica da citricultura

Neste último ponto dessa tese, apresentaremos algumas importantes transformações que acometeram o setor da citricultura e da produção de suco concentrado de laranja, sobretudo ao longo das décadas de 1990 e 2000. De um lado, apresentaremos brevemente a questão das mudanças recentes na base técnica da produção citrícola, que se relacionam diretamente com a questão dos custos de produção. Paralelamente, indicaremos uma importante consideração sobre as mudanças na base técnica da circulação da mercadoria final do setor, o suco concentrado, constituindo um elemento fundamental da concorrência industrial e da pressão final sobre os preços ao fornecedor. De outro lado, abordaremos de maneira breve o aumento dos plantios de laranja pelas próprias indústrias e tentaremos compreendê-lo segundo nossos referenciais teóricos. Todas essas questões serão relacionadas com as mudanças organizacionais das relações dentro do setor, que compreendemos aqui também como sendo questões políticas, às quais relacionaremos inicialmente a venda da Frutesp e o fim do contrato padrão.

Por fim, encaminharemos uma conclusão em torno da monopolização e de suas estratégias e da maneira como a política passou a ser articulada numa esfera espetacular, notadamente por meio da produção acadêmica. Também, tentaremos compreender os impactos de todas aquelas transformações acima listadas sobre os pequenos produtores e sobre os trabalhadores, indicando uma compreensão da centralização mais recente como uma expressão final da crise da citricultura.

Deslocamento da expansão, controles de pragas e aumento da composição orgânica de capitais

De início, devemos retomar algumas questões que estão delineadas nos artigos sobre custos de produção na citricultura anteriormente analisados, no que tangem mais às mudanças na forma de se produzir. A começar, uma mudança que já havíamos indicado no primeiro capítulo, dizia respeito à constituição de uma nova área produtora dentro do estado de São Paulo, que é denominada agora de Região Sul.

O agrônomo da antiga Casa da Lavoura (hoje CATI) de Bebedouro, Walkmar de Souza Pinto, em entrevista gravada em Bebedouro, em 20 de julho de 2012, relacionaria

a questão ao aumento das pragas da citricultura na Região Norte, a mais "tradicional":

> Walkmar de Souza Pinto: — *O clima daqui, da região norte, produz o melhor suco. Uma caixa dá de 3,5 a 4 quilos de suco, quando no Sul dá 2,5 a 2 quilos de suco, porque o suco lá é muito aguado: chove mais lá, o período seco é mais curto. Então, a seca daqui é importante. Esse clima nosso daqui, da região Norte, é excelente.*
> *Então, daí vem uma pergunta, por que o pessoal daqui começou, da década de 90 pra início da década de 2000, a fugir pro Sul de São Paulo, pra Avaré, Itapetininga, Bauru? Fugiram da CVC, porque a CVC era mais agressiva que o amarelinho. Hoje, lá, com o advento do* greening*, o* greening *é mais intenso do que aqui. Pode pegar as tabelas do Fundecitrus, o índice de* greening *aqui é baixo. Em relação à propagação...*[220]
> Pergunta: — *Mas continua tendo uma expansão grande para lá?*
> Souza Pinto: — *Continua porque tem terras mais baratas... Mas lá não tem nenhuma fábrica, tá entendendo?*
> Pergunta: — *Tem que trazer a fruta pra cá?*
> Souza Pinto: — *É, mas a indústria gosta da fruta nossa, por causa do* ratio*. [...] Do Triângulo Mineiro também, porque lá o período seco é até maior*[221].

Não é nosso interesse retomar, a essa altura, as questões sobre o impacto do clima, do solo, do preço da terra e da localização das indústrias sobre a expansão da citricultura, algo que acreditamos já ter sido desenvolvido suficientemente no primeiro capítulo desta tese. A relação da expansão da citricultura para o sul do estado, esboçada pelo engenheiro agrônomo, com a propagação das doenças é, no entanto, algo que aqui pode ser brevemente abordado, uma vez que este era outro fator apontado nas planilhas

---

[220] Numa publicação do grupo PENSA, da USP de Ribeirão Preto, essa hipótese adiantada por Walkmar é reiterada, embora a região seja denominada ali de sudoeste: "O deslocamento da citricultura para a região sudoeste é uma alternativa encontrada para reduzir a pressão de doenças como morte súbita dos citros (MSC) e clorose variegada dos citros (CVC), cuja proliferação tornou o controle fitossanitário oneroso e dependente de alta tecnologia, ou em última instância causando danos irreversíveis como a erradicação do pomar" (Neves *et alli*, 2007; 46). Para os números desse deslocamento, em termos de área plantada, produção e unidades processadoras, veja-se este mesmo artigo "Mudanças geográficas da citricultura e renovação" (in Neves *et. alli*, 2007, cap. 4), que parece indicar esse deslocamento como uma possível saída para a crise da citricultura e enxergar nestes investimentos uma citricultura mais "modernizada".

[221] Mesmo uma publicação como a de Marcos Fava Neves e Vinícius Gustavo Trombin, que se autodenomina de *position paper* e que é divulgada na página da internet da nova associação das indústrias processadoras, a CitrusBR, confirma essa informação do agrônomo entrevistado, o que deve indicar que a mudança não pode ser considerada como uma alternativa definitiva da indústria: "Outro fator de grande variação de safra para safra é o conteúdo de suco presente na laranja medido em forma de quantidade de caixas de 40,8 kg necessárias para se produzir 1 ton de FCOJ [sigla em inglês para SLCC: suco de laranja concentrado e congelado – CAB] 66 º Brix. Esse conteúdo, com alta variabilidade entre 224 e 263 caixas por tonelada de FCOJ durante o período analisado [de 1999 a 2009 – CAB], tem piorado a cada safra com a migração dos pomares para a região sudoeste do estado de São Paulo, o que mostra mais uma incerteza do setor e um risco ao comprador da fruta" (Neves e Trombin, 2010; 44).

de custos de produção como limitador dos lucros da citricultura nos anos 1990. O aumento do número de pragas desde os anos 1970 aparece na fala deste agrônomo, porém, pouco relacionado ao controle das mesmas por defensivos, a não ser que estes já apareciam como incorrendo em custos elevados:

> Pergunta: — *Era mais simples o controle nos anos 1970?*
> Souza Pinto: — *Muito mais simples. O ácaro da leprose não estava tão expandido quanto está hoje, né? [...] Os defensivos começaram a ficar muito caro, tá entendendo? E fazia muita pulverização a olho, naquela época. Era o seguinte, faziam 4 pulverizações por ano. Agosto e setembro, chovendo ou não, fazia uma. Era um* molotov*: era um acaricida, usava muito Diclofol na época. Tinha Neuron também, o bromo-propilato, antes do bromo-propilato tinha o Accar338, que era cloro-benzilato [...]. O Accar controlava mais o ácaro da ferrugem e o Diclofol, [...] controlava o ácaro da leprose. E o pessoal, agosto e setembro fazia uma aplicação; dezembro e janeiro fazia outra; março e abril fazia outra. Enfim, eram quatro aplicações, tendo ou não tendo, o cara fazia. De três em três meses.*[222]

Embora as pragas, então, se resumissem basicamente à ferrugem e à leprose, vemos que o combate às mesmas já aparecia como caro e desproporcional, ou melhor, caro porque desmedido, para o agrônomo em questão, que passaria a tentar racionalizar esse uso com a aplicação de um *manejo integrado de pragas*, visando o uso direcionado apenas para as árvores infectadas e suas adjacências. Assim, um planejamento das ações de controle de pragas viria a ser implementado em parte das propriedades. Não seria, entretanto, de se espantar se o uso continuado e geral do referido "molotov" de defensivos fosse apontado em parte como o próprio causador do surgimento de novas pragas, tanto por ocasionar um desequilíbrio biológico como por induzir as pragas existentes a uma resistência aos mesmos defensivos, como na questão da persistência e difusão do ácaro da leprose nos dias de hoje.

As pragas na citricultura existiram desde os anos 1920, tendo sido recorrentemente retomadas nesta tese. Vimos inclusive que os casos mais emblemáticos da tristeza e do cancro cítrico representaram custos econômicos que quase inviabilizaram a citricultura, tendo os institutos de pesquisa do Estado permitido a superação dessas barreiras "naturais" ao lucro do citricultor. Claro que o surgimento daquelas pragas também devia guardar alguma relação com o processo avassalador de desmatamento e de propagação das monoculturas que esteve em curso no estado, ao menos até os anos 1950. Portanto, a partir dos anos 1970, vemos aqui também a

[222] *Mesma entrevista, ver bibliografia.*

pesquisa de empresas particulares incorrendo em produtos químicos, chamados genericamente aqui de defensivos, permitindo parcialmente o controle de pragas. A agressividade desta "defesa" contra as pestes é o que, todavia, se ressalta na fala do agrônomo. Desse modo, o uso desmedido desses mesmos produtos pode também ser compreendido como levando a novos descontroles ambientais, para além dos descontroles econômicos salientados pelo agrônomo.

A relação entre as inovações químicas e o desequilíbrio ambiental não é, todavia, mais qualquer novidade, embora historicamente seja uma "novidade" conquanto o uso de tais inovações tenha se generalizado apenas a partir dos anos 1970. Sua relação com o aumento dos custos de produção, por sua vez, ficou evidente nos estudos analisados mais atrás.

E são estes custos elevados e uma progressiva queda do nível de preços que estaria levando, da parte de citricultores com maiores dificuldades, ao abandono quase total de controles fitossanitários[223], algo que, nos anos 2000, teria se resolvido parcialmente com a "migração" desses pequenos e médios produtores "negligentes" para o cultivo da cana ou para o arrendamento das terras para tal cultivo. Com isso, também o processo de concentração e de centralização do capital, que passa como vimos pelo uso intensivo de tais "inovações", parecia conduzir à ruína de alguns e, disso, levar a um aumento da propagação de doenças. Isto é, diante dos novos padrões de reprodução da monocultura citrícola, ancorados no uso generalizado de defensivos, o abandono parcial do uso de inovações químicas representava a ameaça de um descontrole geral da incidência dessas pragas. Porém, também as inovações mecânicas aparecem no relato de Walkmar como causadoras de problemas semelhantes para a lavoura:

> Pergunta: — *Foi uma época de novidade?*
> Souza Pinto: — *Foi. Era tudo meio novo. É até interessante, as tecnologias e tal. Naquela época, a gente gradeava os pomares e dava um índice de gomose muito grande, né? Às vezes, até a produtividade abaixava, e a gente não sabia o que que era. Então hoje, com o desenvolvimento tecnológico, hoje não se usa mais grade em pomar, só*

[223] Esta questão é levantada em um estudo feito por um grupo de trabalho, coordenado por José Graziano da Silva, para o PT, em 2000, sobre a crise da citricultura: "Para agravar o problema, a falta de alternativas rentáveis nessas regiões mais antigas, leva os pequenos produtores a simplesmente abandonarem os pomares afetados sem erradicar as plantas doentes, acelerando a sua disseminação. [...] A preocupação com essas doenças da laranja no estado de São Paulo é tanta que as grandes indústrias de suco concentrado já não escondem sua estratégia de buscar outras regiões produtoras da matéria-prima" (Silva, 2000; 17).

roçadeiras, né? [224]

A relação causal direta entre progresso técnico e aumento da produtividade da agricultura é aqui rompida com esse exemplo, que também aponta para um problema fitossanitário decorrente do uso de uma inovação mecânica, nos anos 1970 e 1980. Porém, a questão mais importante de ser retomada talvez esteja num ponto que já reiteramos aqui à exaustão e que se refere à relação entre progresso técnico e dispensa direta de parte do uso da força de trabalho. O relato de Ivan Aidar sobre como funcionava a sua fazenda, no início dos anos 1970, é revelador:

> Aidar: — *Tinha os tratoristas meus e você contratava o pessoal para carpir. Naquela época era tudo na mão. A colônia vivia cheia. Imagina o que é carpir tudo na mão, você não tem ideia, era outra citricultura! Para começar, não tinha praga, tinha um pouco de ácaro da ferrugem, um pouco de cochonilha. E a usina que colhia. Então, a coisa era mais fácil.* [225]

Já lidamos com tal questão do uso corriqueiro da força de trabalho na citricultura no segundo capítulo, mas aqui vemos o entendimento de uma facilidade para o citricultor sendo somada à incidência anteriormente baixa de pragas e ao fato da colheita estar a cargo da indústria processadora. No entanto, o relato de Walkmar vai além e permite sugerir que a própria progressiva desnecessidade do uso extensivo de mão de obra teria sido uma das causas da possibilidade de existência atual de pomares com extensões antes inimagináveis:

> Souza Pinto: — *Naquela época, não tinha grandes pomares de 1 milhão de pés, era tudo 300, 400 mil pés. Até a década de 1960, lá por 65, o maior produtor de laranja era aqui o Otto Mahle, que tinha 600 mil pés. Foi considerado o maior produtor de laranja do mundo. Hoje, só o Cutrale parece que tem de 15 a 20 milhões de árvores; porque agora adensou ele deve ter umas 20 milhões de árvores. Quer dizer, seria impossível hoje ter elemento humano para carpir tudo isso. Ia precisar de um batalhão, e com as obrigações sociais de hoje era impossível. Então, houve essa introdução do herbicida que eliminou...* [226]

Mais do que repassar as questões já tratadas no segundo capítulo aqui a título de conclusão, desejamos, com tal relato, indicar uma relação não desdobrada antes entre a centralização dos capitais das indústrias processadoras, o progresso técnico a eliminar a base de extração de mais-valia da produção e a estratégia hoje mais acentuada da indústria de ter os seus próprios pomares e de adensá-los. No entanto, também a

---

[224] *Mesma entrevista, ver bibliografia.*

[225] *Entrevista gravada em 22 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

[226] *Entrevista gravada em 20 de julho de 2012. Trabalho de campo.*

formalização do contrato da força de trabalho incorrendo em "obrigações sociais" e, portanto, em custos ao empregador oriundos de sua juridificação ou normatização, aparece aí na entrevista como fomentando o processo de aumento da composição orgânica de capitais, ao passo que sugere que antes não houvesse tais obrigações e, com isso, fosse mais possível contratar os referidos "batalhões" de trabalhadores braçais. Como disse Aidar, expressando o ponto de vista do fazendeiro: "a coisa era mais fácil", o que não quer de modo algum dizer que o fosse para os trabalhadores.

O debate sobre os plantios próprios da indústria: eficiência e barganha

Mas não só por tais fatores a relativa facilidade para os fazendeiros seria apontada. Nas palavras do Dr. Antônio Carlos da Silva, o plantio próprio de pomares pelas indústrias é um fator decisivo de mudança:

> Dr. Silva: — *O cenário hoje está totalmente mudado por dois fatores. Primeiro, a indústria começou a plantar laranja, elas próprias.*
> Pergunta: — *No começo não tinha isso?*
> Dr. Silva: — *Tinha, mas era bem pouco. O Cutrale começou... Mas hoje eles estão falando em 50%, 60% de produção própria. Então isso pôs a corda no pescoço do produtor, porque, qualquer dúvida, eles começam a moer laranja deles. E o produtor fica esperando. E não recebe mais adiantamento. Felizmente, os bancos estão dando financiamentos generosos. E fora isso aí você tem que cair na boca de um dos três grandes.* [227]

Primeiramente, é importante a consideração de que a indústria plantar laranjas não é em si nenhuma novidade, a não ser na escala que se está sendo feito. Basta lembrarmos o que já apontamos antes, de que os primeiros grandes industriais do suco de laranja foram grandes compradores de laranja nos anos 1950 e que já tinham suas primeiras fazendas produtoras antes mesmo de terem constituído as suas indústrias processadoras de suco, nos anos 1960, tendo continuado nessas outras atividades depois. São estes os casos célebres de Cutrale, Van Parys e Fischer.

Por sua vez, a centralização do capital agroindustrial aparece nesta fala do advogado entrevistado como mais adiantada do que vimos até aqui, com apenas três grandes a dominar o setor. Outra mudança acima apontada estaria no fim dos adiantamentos, com o financiamento bancário da produção se generalizando. No

[227] *Entrevista gravada em 22 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

entanto, o foco da fala parecia estar mesmo na assim chamada "verticalização para trás". O plantio próprio de pomares pela indústria aparece, para o advogado, como um elemento de pressão sobre o citricultor, posto que a indústria passava a competir com os seus fornecedores e podia, assim, postergar a compra da fruta dos fornecedores e forçá-lo a aceitar piores acordos de preços, diante da pressão por perder as frutas maduras nos pés. A indústria formava, dessa maneira, uma espécie de "superpopulação relativa" de laranjeiras (ou de laranjas e mesmo até de produtores de laranjas), se a comparação assim nos for permitida, colocando boa parte da produção dos seus fornecedores na "reserva".

Para Martinelli Jr. (1987), a "integração vertical" do processamento com o fornecimento, com as indústrias investindo em pomares próprios, significava uma busca por uma redução dos custos com a aquisição da fruta, além de um mecanismo de competição com outras indústrias e de pressão contra os citricultores[228]. Visto desse ângulo, pressupõe-se que as indústrias estivessem internalizando o lucro que antes ficava com os citricultores, ainda que o autor reforçasse, logo em seguida, uma compreensão desse movimento como um mecanismo de pressão sobre os preços da laranja. Eficiência e barganha aparecem, então, como argumentos justapostos na explicação desse autor.

Para Neves e Trombin (2010), em trabalho que já afirmamos estar alinhado com o discurso das indústrias processadoras, no entanto, os pomares próprios das indústrias não chegavam aos percentuais sobre a produção total apresentados pelo Dr. Silva, mas, sobretudo, representavam uma produção mais eficiente de laranja, em que os custos de produção ali conseguidos eram inferiores aos dos fornecedores, sugerindo uma suposta apropriação aí de uma "margem operacional" pela indústria:

> Os pomares próprios das indústrias correspondem a aproximadamente 35% do abastecimento do total de frutas processadas na década analisada, passando de 110 milhões de caixas na safra 2011/2012. Nesse cenário, a laranja própria da indústria, produzida a custos mais baixos em relação à fruta adquirida de seus fornecedores, propiciou na década analisada uma margem operacional média de US$ 1,15 por caixa de 40,8 kg, o equivalente a US$ 263,00 por tonelada de FCOJ (Neves e Trombin, 2010; 42).

[228] "No sentido de verticalizarem o processamento, ficando assim cada vez mais independentes das demais fontes de suprimento, algumas empresas procuram investir em pomares próprios. Isto garante uma maior margem de lucro, já que diminuem o custo da matéria-prima no processamento industrial, e potencialmente exercem tanto como um instrumento de competição junto às demais empresas, como principalmente um mecanismo de pressão contra os citricultores, na tentativa de impor preços mais baixos à matéria-prima" (Martinelli Jr., 1987; 50).

Estes autores não indicavam aí qualquer elemento de pressão sobre o produtor, a não ser uma pressão que devesse ser assumida (e mesmo internalizada) pelo próprio citricultor para aumentar a sua produtividade e obter melhores "margens" (veja-se a conclusão de Neves e Trombin, 2010), algo que, aliás, não difere dos argumentos corriqueiros dos estudos do IEA que aqui retomamos. Apenas a questão da eficiência parece organizar tais argumentos, com a barganha, em geral, sendo minimizada ou naturalizada.

Numa medida, essa busca por incrementos da produtividade poderia sugerir uma procura pela extração de uma renda fundiária diferencial, sobretudo do segundo tipo, em que sucessivos investimentos são feitos na mesma unidade de terra, visando-se produzir com um diferencial de lucro acima da média social[229]. No entanto, a fusão que aí se observa entre a propriedade fundiária e a propriedade do capital torna difícil compreender até que ponto este sobrelucro devesse ser denominado de renda fundiária e até que ponto devesse ser simplesmente considerado como um lucro particular acima do lucro médio, portanto numa divisão desigual e limitada da mais-valia produzida[230].

De todo modo, a eficiência na produção de mercadorias agrícolas, passando pelo aumento da composição orgânica do capital (em que aí se mesclam elementos do capital fixo, incluindo o pomar), permite uma apropriação maior da massa de lucro produzida socialmente, o que requer uma compreensão da formação do lucro médio, que implica numa competição pela distribuição da mais-valia. Com isso, estamos sugerindo que, no fundo, a eficiência não pode ser vista como algo em si, mas como pressuposto da barganha.

Kalatzis (1998; 96-98), assim, ainda que operando com outro referencial teórico,

---

[229] A realização desse sobrelucro se dá pela relação antes já desenvolvida entre a produtividade a interferir nos preços de custos relativos das mercadorias produzidas e seus preços de mercado: "... não porque vendam sua mercadoria acima do preço de produção, mas porque a vendem pelo preço de produção, porque suas mercadorias são produzidas ou seu capital opera sob condições excepcionalmente favoráveis, condições que estariam acima do nível médio dominante nessa esfera" (Marx, L. III, t.. 2, cap. 37, 1986; 142).

[230] Quando Marx denomina a renda diferencial como uma metamorfose formal do sobrelucro em renda não está querendo dizer que este deixa de ser também meramente um sobrelucro, mas que a propriedade fundiária permite sua retenção parcial como renda fundiária: "Embora a renda diferencial seja apenas uma metamorfose formal do sobrelucro em renda, a propriedade fundiária possibilitando aqui apenas ao proprietário transferir para si o sobrelucro do arrendatário, mostra-se, no entanto, que os sucessivos investimentos de capital na mesma área de terra ou, o que dá na mesma, o aumento do capital investido na mesma área, com taxa decrescente de produtividade do capital e preço regulador constante, encontra muito antes seu limite, na realidade uma barreira mais ou menos artificial, em conseqüência da metamorfose simplesmente formal de sobrelucro em renda fundiária, que é decorrência da propriedade fundiária" (Marx, 1986, L. III, t. 2, cap. 48; 210).

introduz um elemento de estratégia mais amplo à questão da "integração vertical para trás". Recuperando autores que lidaram com o tema, Kalatzis apontava que a plantação de pomares próprios, podendo ser considerada como um auto-abastecimento que era apontado como da ordem de 30 a 40% da necessidade da indústria, aparecia como capaz de reduzir cerca de 30% os custos de produção da laranja, assim como também aparecia como componente de "barreira a novos entrantes" no setor, porque implicava num investimento substancial que "exigirá uma elevação do custo do capital aplicado, aumentando o risco em relação à taxa de retorno esperada" (Kalatzis, 1998; 96).

Embora indicasse, assim, a contradição fundamental do processo, com um aumento do capital global implicando em riscos de não se obter uma taxa de lucro condizente com o investimento feito, o autor ressaltaria a seguir o elemento estratégico de dominação setorial, possibilitado pelo controle da oferta da matéria-prima: "propicia uma posição dominante na indústria e reforça as barreiras à entrada, uma vez que poderá assegurar vantagens absolutas de custos não só ante às novas entrantes, como a competidores já existentes" (Kalatzis, 1998; 96).

Com tal afirmação, poderia se concluir que, no fundo, este autor não parece discordar do argumento de Neves e Trombin (2010) de que a busca pela eficiência estaria em primeiro plano no movimento delineado, embora adicionasse a questão estratégica que antes não aparecera. Entretanto, na página seguinte, o mesmo autor apresentaria um argumento diferente para explicar a estratégia em questão:

> este movimento é parcial e movido fundamentalmente por objetivos estratégicos, [...] como fundamentalmente um instrumento estratégico que proporcionaria melhores condições de barganha para as indústrias e não como uma estratégia de redução de custos e eficiência (Kalatzis, 1998; 97).

Este argumento era derivado da tese de Paulo Furquim de Azevedo (1996), que defendia que o aumento do poder de barganha junto aos fornecedores, conseguido pela produção própria da indústria, era o que determinava a constituição desses pomares. Isto se repetia na formulação de Luiz Fernando de O. Paulillo: "O movimento estratégico de verticalização para trás da indústria processadora trouxe fortes impactos para os produtores de laranja, porque este movimento visou à elevação do poder de negociação da indústria perante a citricultura" (Paulillo, 2000; 73).

Ana Claúdia Vieria (2003) não chegaria a discordar dessa posição, mas apontaria, ainda, uma relação deste plantio com os estoques das indústrias processadoras. A produção própria apareceria, assim, como elemento de reposição

controlada dos estoques de suco concentrado das indústrias, sendo que estes, sim, assumiam um papel de pressão sobre os preços praticados. Mais ainda, a autora enxergava uma relação entre os níveis estratégicos dos estoques e o tempo dos contratos feitos pela indústria com os seus fornecedores. Assim, caso os estoques abaixassem havia uma tendência a se estabelecer contratos mais longos com os fornecedores para garantir o suprimento da matéria-prima da indústria, e vice-versa (Vieira, 2003; 146). Para a autora, uma intrincada conta entre pomares próprios, níveis de estoques e preços e contratos com fornecedores estava sendo feita, com Vieira não acreditando que a indústria fosse plantar toda a sua necessidade de fruta[231], uma vez que "o melhor é dividir os riscos com o produtor"[232].

Essa relação entre o quanto o capital pode extrair de mais-valia de sua própria reprodução e o quanto pode se apropriar da mais-valia gerada pela reprodução nos demais capitais parece ser fundamental na relação estabelecida entre indústria processadora e citricultores. Observa-se, assim um duplo movimento que impulsiona a indústria a se portar como citricultor, adquirindo fazendas, plantando pomares, e explorando trabalho para produzir laranjas, mas também um movimento no sentido de se autonomizar em relação à citricultura e se portar como mera compradora de laranjas produzidas por terceiros. O quanto estes terceiros dependem da mesma indústria para realizar suas mercadorias parece ser o ponto chave da questão, no que o plantio próprio e os estoques agem diminuindo a demanda. A pressão sobre os fornecedores aparece, numa pressão sobre os preços da própria laranja, o que também em certa medida pode sugerir uma pressão sobre a própria produção de laranja da indústria, o que deveria representar um limite à generalização dos plantios próprios.

---

231 Também Neves *et. alli.* (2007; 85) não viam sentido num tal movimento absoluto: "Não faz sentido econômico uma indústria ter 100% de integração vertical, pelo elevado preço das terras e imobilização necessária".

232 Vieria elenca alguns dos argumentos da própria indústria, que não deixam de revelar a tensão entre o investimento e a funcionalidade do repasse do risco ao citricultor: "Este argumento reforça e explica em parte o fato de a verticalização ser parcial e não total. As empresas não precisam produzir tudo o que processam, pois os estoques garantem a parte que completa a produção e exportação de suco. Além disso, a integração total, segundo a indústria, é inviável porque haveria muita dificuldade de gerenciamento e também porque existe o risco de investir muito em apenas um tipo de produção que, sendo agrícola, é vulnerável a clima, doenças e até catástrofes. O melhor é dividir os riscos com o produtor" (Vieira, 2003; 147).

O adensamento dos pomares e as múltiplas concepções sobre a propriedade fundiária no capitalismo: eficiência ou crise da citricultura?

Porém, recordemos que a fala do agrônomo Walkmar atrelava, ainda, aos pomares próprios da Cutrale um processo de adensamento dos mesmos pomares, que, aliás, foi largamente discutido nas planilhas de custos que analisamos no início deste ponto. Walkmar compreendia esse adensamento como "a grande mudança dos anos 2000", embora Ghilardi *et. alli* (2002) e Ghilardi (2006) e mesmo o próprio entrevistado aqui mostrassem um processo que se iniciara na década de 1990.

> Souza Pinto: — *Outra coisa importante: até 1995, mais ou menos, a gente tinha aqui 160 plantas por hectare. 160 quando era hamlin, que tem um porte maior. 200 plantas eram as outras, quer dizer, pêra, natal, valência... Hoje, com o adensamento, que eu considero uma das maiores tecnologias, a grande mudança dos anos 2000, com ele tem de 400 plantas, no mínimo, até 800 plantas. A média está entre 400 e 500 plantas por hectare*[233]*. Tá entendendo? Quer dizer, o que se plantava por alqueire, 400 a 500 plantas, hoje se planta por hectare. Então, com isso, a área diminuiu, mas a produtividade aumentou.*
> Pergunta: — *E tem concorrência por nutrientes entre as plantas?*
> Souza Pinto: — *Não, ela tem que ser adubada [...]. A adubação é normal, é feita por caixa esperada. Se ele esperava mil caixas por hectare, ele fazia uma adubação para mil caixas. Outra coisa importante no adensamento: quando a gente tinha um espaço maior, a planta tinha uma vida maior, em média de uns 20 anos. Com o adensamento, as projeções estão sendo feitas para 12 a 15 anos, no máximo.* [234]

Observa-se, desse modo, que a planta cultivada no pomar adensado passava a depender de uma maneira ainda mais determinante do consumo produtivo de insumos industrializados, o que seria uma dimensão da subordinação real da agricultura à indústria produtora de meios de produção.

Com o adensamento, além dessa questão, que já debatemos antes, do aumento da composição orgânica do capital, com um aumento absoluto dos custos de reprodução contraposto a uma diminuição relativa dos custos individualizados das mercadorias produzidas, tem-se também uma diminuição da vida útil do capital fixo em pomar, o que deveria representar um aumento dos seus custos em termos de depreciação, acaso os

---

[233] Neves *et alli* (2007; 43) afirmavam uma densidade média do estado, em 2005, da ordem de 320 pés/hectare, com uma produtividade média de 1,9 caixa/pé e, assim, de 612 caixas/hectare, segundo dados do IBGE, mas indicavam os autores que a densidade média na região sudoeste chegava a 434 pés/hectare, com uma produtividade de 988 caixas/hectare, em 2005, enquanto na região nordeste estava em 337 pés/hectare, com uma produtividade média de 620 caixas/hectare.

[234] *Entrevista gravada em 20 de julho de 2012. Trabalho de campo.*

custos da formação do pomar tivessem se mantido. Em condições dadas, portanto, diminuindo a vida útil do pomar, se teria que recolocar o investimento na sua reposição mais cedo do que antes, pressionando com isso também por uma maior remuneração dessa parte do capital. De certa maneira, isso representa ainda um aumento da rotação do capital.

Articulando, por outro lado, a verticalização para trás com o adensamento, deveria se pensar neste último como uma diminuição da necessidade de um maior investimento na compra de terras e na formação de novos pomares. Uma expansão intensiva do pomar estaria, neste modo de pensar, minimizando uma expansão extensiva dos pomares. A relação entre investimento em pomar e investimento em terra é o que sobressai aí. Os relatos, em geral, indicam a ação conjunta de ambos os processos, ao menos no caso da expansão para a Região Sul e para o Triângulo Mineiro e dos plantios próprios da indústria, onde se teriam as maiores taxas de adensamento, embora se venha afirmando também uma estagnação ou mesmo uma diminuição da área plantada, nos últimos anos. Sistematizemos, brevemente, assim, as possibilidades de se compreender a relação da propriedade da terra com o investimento de capital na agricultura.

Como vimos no primeiro capítulo, a terra aparecia como uma barreira ao investimento de capital, por se tratar de uma propriedade cuja compra requer o direcionamento de um capital monetário que poderia ser investido de maneira alternativa. Ali discutimos a falta de incentivo ao investimento intensificado de capital na terra já apropriada, na medida em que esse mesmo capital poderia ser aplicado na aquisição barata ou quase gratuita de novas terras na fronteira aberta. Um uso exploratório de uma terra quase descartável se apresentava na possibilidade da obtenção barata de novas terras mais férteis, recém-apropriadas.

A citricultura, no contexto das crises daquela expansão extensiva da cafeicultura, entrara primeiramente na ocupação de terras subaproveitadas ou na substituição de culturas decadentes no interior dessas fazendas. Do ponto de vista da produção citrícola que agora é discutida, a compra da terra surge como necessidade pressuposta para um investimento posterior no pomar e na exploração do trabalho produtivo, na ausência quase absoluta das possibilidades de se apossar de uma terra "livre" ou de uma prática nada corriqueira de um arrendamento temporário de uma terra de outrem para tal finalidade. Pensamos aqui, assim, a terra como meio para a produção (intensificada) de laranjas.

Porém, esse meio de produção, constituindo-se em propriedade privada tem que ser adquirido por meio de um investimento de capital monetário que deveria representar, como bem apontou Kalatzis (1998), uma espécie de barreira para quem quisesse acessá-lo. Neste sentido, a terra deveria ser contabilizada no preço de custo da laranja, como uma espécie de renda fundiária absoluta capitalizada pelos seus antigos proprietários, conforme a ressalva de Ghilardi (2006), algo que estranhamente não o era nos estudos de Neves *et alli* (2007; 81), de Neves e Lopes (2007; 100) e de Neves e Trombin (2010; 40-41), que se atinham aos custos operacionais efetivos, excluindo até mesmo a amortização e a depreciação dos ativos em geral. Em Ana Cláudia Vieira (in Paulillo, 2006), ao menos o patamar de custo operacional total, que abarca tais depreciações, era mobilizado, sendo que este estudo se baseava totalmente no acima analisado de Ghilardi *et alli* (2002), de modo que tampouco aí a remuneração do "fator terra" era considerada.

Não o sendo, o que se observa é que tais análises devam estar considerando apenas uma produção de laranjas que se realiza nos limites da sua reprodução, não podendo pagar renda fundiária, portanto se dando no pior solo. O que nos parece mais plausível, no entanto, diante da situação fundiária do estado de São Paulo, é que tal possibilidade de acesso livre mesmo no pior solo não parece ocorrer, havendo que se considerar a existência de uma renda fundiária absoluta a ser contabilizada mesmo na operação mínima da reprodução da citricultura, visando alguma acumulação de capital. O que, entretanto, turva essa consideração, como já reiteramos nesta tese, é a falta de autonomização entre capitalista e proprietário fundiário na figura do fazendeiro em geral, e do citricultor em particular. Assim, não parece haver, em geral, a figura, na citricultura, do arrendatário que efetivamente paga renda fundiária para ter acesso à terra onde produz a laranja.

Por sua vez, como discutimos ao longo do segundo capítulo, esta barreira ao investimento deveria se aplicar fundamentalmente ao acesso da maior parte da população a esse meio de produção. Sem tal pressuposto, toda a formulação e o desenvolvimento dessas outras formas de monopolização cairiam por terra, sem poder movimentar o processo de valorização do valor pelo consumo produtivo da mercadoria força de trabalho, que assim tenderia a deixar de existir como disponível num mercado de trabalho. Nesta situação, o vencimento da barreira de acesso à terra faz do trabalhador um trabalhador para si, comumente aqui apontado como um sitiante ou pequeno citricultor. A partir disso, realmente a negligência da remuneração posterior do

"fator terra" poderia até ser considerada de um ponto de vista particular, mas ela não deveria deixar de existir socialmente para novos investimentos ou para a apropriação de terra por outros trabalhadores. Portanto, a terra e sua monopolização aparecem, principalmente, como meio para mobilizar a força de trabalho e o adensamento como meio de intensificar esse consumo produtivo de força de trabalho, no que a citricultura e a indústria processadora parecem agir de maneira conjunta tanto na exploração das capacidades da população como naquelas da própria natureza[235].

No caso particular do trabalhador que teve acesso à propriedade fundiária, constituindo-se numa espécie de camponês, a compreensão de um trabalho inteiramente para si também deve ser questionada. No caso do pequeno citricultor, seu trabalho "excedente" tende a ser apropriado pela indústria processadora através do fornecimento da fruta produzida com o trabalho familiar. Daí surge um rendimento complementar para a família do sitiante, que muitos autores, compreendem como possibilitando sua reprodução simples, embora ocasionalmente ele também possa acumular, intensificar a sua produção e mesmo contratar trabalhadores para complementar suas necessidades produtivas. O processo de concentração fundiária e os muitos mecanismos de mercado que obrigam esse sitiante a efetivamente se submeter a essa produção, acabam por não permitir uma compreensão de sua condição como de uma autonomia em relação à reprodução ampliada do capital.

De um lado, portanto, a existência desses sitiantes opera, na sociedade, como uma necessária ocupação integral da base fundiária local, geralmente nos piores solos e piores localizações, vetando aos trabalhadores expropriados a possibilidade de sua ocupação. Por outro lado, Marx (1985, L. I, t. 2, cap. 23) também os considera como uma espécie de reserva de trabalhadores potencialmente mobilizáveis para a produção capitalista, com membros da família sendo esporadicamente empregados, podendo rebaixar os seus salários e os dos demais.

Por último, temos a compreensão dos mesmos como produzindo, de fato, mercadorias abaixo das médias sociais, por se dar em condições de reprodução social

235 "Grande indústria e grande agricultura, exploradas industrialmente, atuam conjuntamente. Se, originariamente, elas se diferenciam pelo fato de que a primeira devasta e arruína mais a força de trabalho e por isso a força natural do homem e a última, mais diretamente a força natural da terra, mais tarde, ao longo do desenvolvimento, ambas se dão as mãos, ao passo que o sistema industrial na zona rural também extenua os trabalhadores e, por sua vez, a indústria e o comércio proporcionam à agricultura os meios para o esgotamento da terra" (Marx, L.III, t. 2, cap. 46, 1986; 266).

excepcionais, de fusão das categorias do capital, em que não se busca necessariamente a realização de um lucro médio, como deve ser o caso de uma empresa capitalista. Oliveira (1987) compreenderia isso como uma extração de renda fundiária destes camponeses, capitalizada pelo capital monopolista[236]. Nestes sentidos acima apontados, enfim, a terra aparece tanto como mecanismo de mobilização do trabalho, bem como mecanismo de produção de mercadorias abaixo do preço de mercado.

Quando discutimos o período em que o Estado foi um amplo fomentador da modernização da agricultura, principalmente pelo aporte direto de crédito rural, vimos pelos relatos do ex-gerente do Banco do Brasil, pelo episódio da crise da Sanderson e pela forma como a Coopercitrus avalizou a compra da Frutesp, que a propriedade fundiária seguidamente serviu também como garantia de empréstimos bancários e de financiamentos em geral[237].

Não parece ter sido, assim, apenas por conta de uma escassez relativa de terras para a expansão da produção[238] que os preços das terras em São Paulo (e em boa parte do país) subiram tão exponencial e quase ininterruptamente, a partir dos anos 1970. Sua propriedade, dessa maneira, ao permitir o acesso ao dinheiro, também se tornava mais cara. Naquele sentido, a terra aparecia como meio de acesso ao capital financeiro.

---

[236] Como já vimos anteriormente, há aí inclusive uma distinção entre reprodução do capital e produção do capital, o que remete diretamente à teorização de Rosa Luxemburgo, que viemos tratando esporadicamente, numa contraposição à teorização de V. Lênin: "Neste caso, quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo o trabalho excedente do camponês e sua família em renda capitalizada. Está-se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista" (Oliveira, 1987; 53). Não estamos seguros de que esta denominação seja apropriada, embora compreendamos que exista uma especificidade da condição de exploração do trabalho do camponês que, com tal conceito, busca-se teorizar e criticar.

[237] "'Através do sistema financeiro, a elevação do preço da terra conduz ao crescimento da massa de capital dinheiro disponível. Por esta via o capital resolve, ou, mais precisamente, *recoloca em outro nível*, a sua contradição com o monopólio da terra. A imobilização do capital dinheiro em terras gera capital dinheiro que ativa o crédito rural e o sistema financeiro em geral. [...] As novidades estão na pouca expressão da renda sob sua forma clássica, no imbricamento da renda com o lucro, no papel especial da renda capitalizada e, em última análise, pela articulação entre o monopólio da terra e o movimento do capital a nível financeiro'" (Delgado, 1985; 201-202).

[238] Embora estejamos ensejando uma outra finalidade para a aquisição de terras, cabe apontar aqui que Oliveira (1987) incluiria mesmo os camponeses como parte da demanda por terras, fomentando também numa fatia específica do mercado de terras um aumento do preço das terras: "Esse processo geral que intensificou sobremaneira o trabalho familiar fortaleceu, de certa forma, o próprio campesinato e instaurou entre eles a procura de terras, pois esse campesinato está, particularmente naqueles países onde todo o solo já está apropriado, condenado a reproduzir-se de forma simples, ou seja, dentro dos limites estabelecidos pelo capital. Daí uma certa subida do preço da terra, nos países capitalistas avançados, ditada pela raridade dessa mesma terra e pela procura por parte dos camponeses" (Oliveira, 1987; 55).

Por sua vez, a relação entre a compra da terra e as condições de acumulação na esfera financeira não são nem um pouco simples. Meio de especulação num mercado de terras e, dessa forma, também meio de "reserva de valor", num contexto de inflação e aumento dos preços em geral (e também dos de terra) são outras possibilidades de se interpretar a propriedade fundiária[239]. Certamente, uma relação entre a rentabilidade de aplicação nos mercados financeiros, atrelada à correção monetária num contexto inflacionário, e a rentabilidade entre compra e venda de terras, num contexto de aumento de seus preços, deveria, por fim, indicar que o preço da terra se relaciona diretamente à taxa de juros vigente[240].

O controle parcial da inflação e, com isso, da rentabilidade financeira de curto prazo, deve ter, de alguma forma, pendido em favor da especulação imobiliária,

[239] Cláudio Antônio G. Egler (1985) analisa as interpretações de Ignácio Rangel, para quem haveria uma relação inversa entre a taxa de lucro (e de juros) e o preço da terra e, em momentos de crise, aquelas cairiam e o segundo subiria. Neste instante, haveria uma pressão especulativa originando uma espécie de quarta forma de renda fundiária. No entanto, com a retomada da economia e o crescimento das taxas de lucro e de juros, os preços da terra tenderiam a cair, fazendo desaparecer a renda especulativa. Por sua vez, a constituição de um mercado financeiro teria transformado a terra num ativo que se tornara inacessível para o pequeno produtor, atrelando a questão agrária à questão financeira. Egler, por outro lado, contrapõe essa interpretação de Rangel à de João Sayad, para quem a terra tradicionalmente funcionou no Brasil como uma "reserva de valor", comumente articulada a investimentos produtivos, mas como espécie de "poupança" para o capital acumulado. Desse modo, Sayad duvidaria da capacidade do sistema financeiro em aumentar a liquidez pela transformação dos títulos de propriedade dessas "reservas de valor" em negociáveis. A especulação no mercado fundiário, assim, deveria fazer frente à ascensão da especulação com o mercado financeiro de títulos. Egler, no entanto, argumenta que essa especulação no mercado fundiário se tornava insuficiente diante das novas exigências do capital monopolista, embora pudesse explicar os mecanismos até então em vigor. Enfim, a partir dos anos 1970, a relação passaria a se dar entre uma forma e outra de se especular com o dinheiro acumulado. Daí, sua conclusão: "A conclusão que se pode retirar desta análise é de que, a partir do desenvolvimento de um sistema financeiro capaz de valorizar de modo fictício as massas de capital, o preço da terra agrícola reflete de modo inverso às variações da taxa de juro o que inevitavelmente permite que se especule em dois mercados distintos: o de títulos mobiliários e o fundiário" (Egler, 1985; 133).

[240] Marx inclusive identifica a propriedade fundiária ao capital portador de juros, na medida em que representa também uma soma em dinheiro, que pode ser valorizado ou não, ou pode lhe render uma renda fundiária, mas que seria um capital *em si*, para o seu comprador, apenas pela revenda da mesma terra: "O que foi pago pela terra, como pelos fundos públicos, como por outras mercadorias compradas, é uma soma de dinheiro. Esta é em si capital, pois ela pode ser transformada em capital. Depende do uso que o vendedor faz disso, se o dinheiro recebido por ele realmente se transforma em capital ou não. Para o comprador, nunca mais pode ter essa função, como tampouco qualquer outro dinheiro que ele tenha gasto definitivamente. Em seu cálculo isso figura para ele como um capital portador de juros, pois os rendimentos que ele obtém como renda da terra ou como juros devidos do Estado são calculados como juros do dinheiro que lhe custou a compra do título sobre esse rendimento. Enquanto capital, ele só pode realizá-lo pela revenda. Então, entra, porém, um outro, o novo comprador, na mesma relação em que aquele estava e sem nenhuma mudança de mãos o dinheiro assim despendido pode transformar-se em verdadeiro capital para quem desembolsa". Mais adiante, afirma com todas as letras: "o preço da terra é regulado pela taxa de juros. Se está baixa, então o preço da terra está alto, e vice-versa", para então desenvolver casos em que o preço da terra pode subir junto com a taxa de juros. (Marx, 1986, L. III, t. 2, cap. 46; 263-264).

fomentando uma espécie de segurança maior de retorno desse investimento[241]. Desse modo, essa hipótese, que não desdobraremos nesta tese, sugere uma relação ainda não pensada entre a expansão dos pomares próprios da indústria com a mudança da forma de reprodução do sistema financeiro, após o Plano Real, em 1994.

Poderíamos também conjecturar a respeito de uma suposta relação entre aquele acúmulo de capital monetário no exterior por parte das indústrias, desde os anos 1970, conforme os mecanismos que descrevemos mais atrás, e esta intensificação da compra de terras e de formação de pomares pela própria indústria. Não estaria parte desse fundo acumulado no exterior se reconvertendo neste processo, passando de capital fictício superacumulado a capital produtivo? Impossível saber ao certo, embora se possa, com isso, confabular sobre a terra agindo aí como meio de aplicação alternativa de um dinheiro excedente.

Ainda assim, essa aplicação alternativa se desdobraria nas relações de pressão sobre os fornecedores de laranja das mesmas indústrias processadoras, não sendo, portanto, nada neutra. Por fim, retomando essa pressão, podemos compreender, ainda, do ponto de vista da indústria, como de fato se dando, a partir dos pomares próprios e do adensamento dos mesmos, um maior controle sobre um fornecimento de sua matéria-prima principal. Assim, a terra aparece aí como meio para se racionalizar o suprimento do capital circulante da indústria.

De todo modo, o que se ressalta na teoria do poder de barganha, poder este acrescido pela integração vertical para trás, é que a incursão mais acelerada da indústria

[241] Gervásio Castro de Rezende (1992) analisa o impacto dos Planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor na contenção parcial da inflação, somada às políticas de preços mínimos, gerando aumento de investimentos tanto em terras como em estoques de alimentos, concluindo que a retenção da inflação tornava relativamente menos atrativas as rentabilidades do sistema financeiro, portanto diminuindo os juros auferidos, ocasionando este retorno aos investimentos em mercadorias físicas, ao mesmo tempo em que levavam a uma desindexação, enquanto estes mesmos resultados e os preços mínimos forçavam um ímpeto de inflação, numa relação dada com os estoques, e obrigavam a se criar outros mecanismos de rentabilidade financeira. Quando a inflação retornava, retomava-se a indexação e a queda de investimentos na agricultura. Embora tal artigo permita estabelecer relações claras entre o mercado financeiro e o mercado de terras e de produtos agrícolas, sua intenção parece se restringir a uma compreensão da inflação e de suas distorções pelas políticas macroeconômicas dos anos 1980: "Ora, a hipótese básica deste trabalho é de que os congelamentos de preços adotados nos Planos Cruzado, Bresser e Verão romperam com a capacidade de os ativos financeiros servirem de *hedges* contra a inflação, enquanto os descongelamentos que se seguiram recompuseram esse atributo. O argumento é de que, nas fases de congelamento, os índices de preços – e, com eles, a indexação financeira – tornaram-se enviesados para baixo com relação à 'verdadeira' inflação corrente (por não captarem os ágios) e, sobretudo, com relação à inflação futura, da saída do congelamento (pela defasagem da coleta). Nas fases de preços livres, por outro lado, os índices de preços – e, com eles, a indexação financeira – recuperaram sua credibilidade como indicadores da inflação efetiva" (Rezende, 1992; 118).

monopolista sobre o setor produtivo de laranja permite a ela controlar os níveis de preços da laranja e de estoques do suco, colocando o citricultor como mobilizado a aceitar as piores condições para a realização de sua mercadoria. Aliás, estamos lidando com uma mercadoria perecível (a laranja) posta numa relação com meios monopolizados de transformar esse caráter perecível em relativamente imperecível, pelo processamento do suco e por sua estocagem. Neste sentido, a terra surge aí também como meio de controle de mercado e até como meio de espoliação dos citricultores.

Neste quesito, a mobilidade do capital se assemelharia à do trabalho, como não sendo apenas uma mobilidade geográfica *stricto sensu* (como no caso da recente expansão para o sul e sudoeste do estado), mas também uma mobilidade no sentido de modificar qualitativamente sua forma de produzir e comercializar; modificar até, em última instância, a mercadoria a ser produzida, saindo-se eventualmente da citricultura.

A pressão acima referida poderia, neste sentido, fomentar mudanças na base técnica da produção, buscando produzir-se mais e de forma mais barata, como também poderia simplesmente levar até o limite da falência ou de uma decisão final de mudança (ao fazer os preços de mercado operar abaixo, ou no limiar, dos preços de produção, transferindo rendas e lucros dos citricultores para a indústria). A mudança, assim, para a produção canavieira passaria a ser rápida e bastante visível nos últimos anos, como Walkmar procura descrever:

> Souza Pinto: — *Eu posso te falar o seguinte. Em 1991, nós tínhamos 45 mil hectares de laranja [plantados no município de Bebedouro – CAB], e 3 mil de cana. Aí em 2000, houve uma expansão muito grande depois daquela crise de 99, da super-safra que deu 428 milhões de caixas de laranja e, em 1999, só Bebedouro perdeu 4 mil hectares de laranja para a cana. Foi uma passagem rápida. Aí dali começou a subir. Hoje, 2012, Bebedouro está com 36,4 mil hectares de cana e em torno de 16,4 mil de laranja, e a tendência é diminuir mais dois, três mil hectares de laranja.*
> *Vai sobrar só os grandes, uns médios e alguns pequenos organizados, que plantam pêra-rio para o mercado interno. Mas muito poucos. Porque, de primeiro, se um pequeno plantasse 10, 12 hectares de cana, ele passava fome. Hoje, não. [...] Ele não tira na laranja o que ele tira na cana.*[242]

A relação indicada, ao final, pelo agrônomo estaria entre a renda auferida pelo arrendamento para o plantio de cana para com o lucro proveniente da produção de laranja, sobretudo numa pequena escala de produção. Neves *et alli* (2007; 47) veriam até com bons olhos essa fuga de citricultores para a produção canavieira, como uma

[242] *Entrevista gravada em 20 de julho de 2012. Trabalho de campo.*

saída para os menos produtivos do setor, restando alguns "oásis" de alta produtividade de citricultura em meio ao "mar de cana"[243], numa espécie de seleção econômica (vista como quase natural) daqueles produtores mais aptos. Teoricamente, para estes autores, abandonariam o setor exatamente aqueles que além de produzir pouco, produziam uma laranja de qualidade pior e, ainda, negligenciando os tratos fitossanitários dos seus pomares, contribuíam para propagar as pragas da citricultura. Estes eram considerados como aplicando uma suposta "tecnologia bronze". Restaria, preferencialmente, a chamada Nova Citricultura, a quem atribuíam fetichistamente uma medalha de ouro.

Num estudo de 2005, Maurício P. Nogueira e Alcides de Moura Torres Jr. viam uma rentabilidade da ordem de 1,5% para a produção citrícola, que era, assim, inferior ao mero arrendamento das terras para o plantio de cana, com os autores concluindo que: "Em São Paulo, o proprietário de terra pode ganhar 'mais', sem os riscos operacionais e a preocupação com as rotinas exigidas na produção de laranja. Basta arrendar para a cana" (Nogueira e Torres Jr., 2006; 3). Dessa forma, a terra passava a ser meio de se conseguir renda fundiária, no sentido estrito do termo, como também um meio para se fugir às "ameaças" da citricultura.

Vemos, assim, no que se refere à relação de mercado para a compra da laranja, como estaria se dando uma intensificação da agressividade da concorrência, sendo gradativamente a citricultura subordinada de uma maneira mais real[244] à agroindústria do que o era nos anos 1970 e 1980, também pelos referidos mecanismos de pressão. Conforme se desenvolve a suposta subordinação desse citricultor à indústria processadora, vai ficando mais marcada, especialmente nas falas dos entrevistados, uma

---

[243] Fica clara uma postura quase higienista dos autores, ideólogos da modernização da citricultura: "De um modo geral, pode-se dizer que o avanço da cana pode ser benéfico no médio prazo para toda a citricultura porque estimula os produtores com baixa produtividade a mudarem de atividade dando-lhes outra alternativa e permanecendo uma citricultura mais profissional e mais vigilante no que diz respeito ao controle de pragas e doenças, formando ilhas de cítrus entre os canaviais, ao invés de área extensivas, como acontece em algumas microrregiões" (Neves *et. alli.*, 2007; 47).

[244] A analogia aí estabelecida é entre a subordinação formal e real do trabalho ao capital. Ela só pode ter alguma validade se compreendermos que o processo representa, sobretudo, a expulsão dos pequenos sitiantes, que, compreendidos como camponeses, eliminados do setor, faria sobrar apenas uma produção de laranjas assente exclusivamente na exploração do trabalho assalariado. É de se duvidar que tal processo ocorra completamente, no entanto. Ainda assim, cabe a ressalva de Oliveira (1987) para a adoção dessa terminologia marxiana para o caso da subordinação da agricultura camponesa ao capital: "Não pode, também [a presença de relações não-capitalistas no campo – CAB] ser entendida no viés de interpretação das categorias de apropriação formal e real do trabalho pelo capital. Não pode ser por essa via, pois esses conceitos precisos foram utilizados por Marx para compreender dois momentos distintos dentro do capitalismo industrial" (Oliveira, 1987; 66).

analogia de alguns desses citricultores à posição do trabalhador na sociedade, de modo que o citricultor, como o trabalhador, aparece como (parcialmente) expropriado dos meios de produção e do capital monetário e, portanto, também do controle efetivo do processo produtivo, tendo que se submeter a constantes imposições *desde arriba*.

Claro que tal analogia se torna aviltante quando analisamos de fato às condições de expropriação e de reprodução social dos trabalhadores e as comparamos com as dos citricultores. No entanto, ela expressa aspectos críticos da reprodução social e de um importante momento de transformação das relações sociais de produção na citricultura, que inclusive pode vir a modificar elementos culturais e políticos anteriormente consolidados. Adiante, no entanto, particularizaremos esta questão para o caso dos pequenos produtores, para compreendê-los como mais próximos, realmente, às condições reais de reprodução social dos trabalhadores da agricultura, porém estabelecendo outras relações sociais de produção.

A modernização da circulação internacional do suco concentrado de laranja: eficiência ou barganha?

Por outro lado, antes disso, vejamos o que estaria se dando na outra ponta do processo produtivo (em sentido amplo) do suco de laranja concentrado, no outro ponto de possível atrito, segundo o entrevistado Ronaldo Anacleto, na comercialização desta mercadoria. Lembremos da fala de Anacleto de como a venda do suco era, junto com a compra de laranja, um dos dois pontos de possível conflito da Montecitrus, a ser evitado, com a indústria processadora. Resta saber se também aí não estaria se estreitando a margem de atuação para uma empresa como aquela de fugir à concorrência "desleal". Dessa maneira, o outro fator que ficara no ar, no relato do Dr. Antônio Carlos, diria respeito às mudanças no sistema de transporte:

> Dr. Silva: — *Todas as empresas tinham navio, quem não tinha alugava. A Frutesp fez um convênio com a Cargill porque eles não conseguiam manter. Porque o navio volta vazio, e tem que ir sempre cheio e tem que ter um movimento constante, senão o custo fica muito alto.* [245]

A maneira como o advogado descreve a questão coloca o navio como uma necessidade, a ser comprada ou alugada, portanto apontava-se aí um sistema de transporte que já se generalizara. No entanto, a rápida generalização desse padrão de

[245] *Entrevista gravada em 22 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

circulação da mercadoria industrializada tivera início apenas nos primeiros anos da década de 1980, a partir de uma inovação introduzida exatamente pela Cargill, que aparece aí como não sendo capaz de manter o sistema operando em "pleno emprego".

A Cargill, multinacional conhecida pela atuação na produção e comércio de cereais, entrara no setor, como afirmamos mais atrás, comprando a fábrica da Citrobrasil, em Bebedouro, em 1977. Posteriormente, abriria uma nova fábrica em Uchoa, e implementaria o inovador sistema de transporte *a granel*, em que se dispensava os antigos recipientes (tambores de 200 litros com cerca de 270 quilos de suco concentrado), conforme explica Ronaldo Anacleto:

> Anacleto: — *E aí a Cargill desenvolveu esse sistema, que na verdade é um sistema que não tem embalagem. Você dentro da fábrica aqui tem tanques, granel, de onde se bombeia para um caminhão. Esse caminhão desce para um terminal, em Santos, onde ele descarrega. Aí vem um navio, já preparado para isso, e carrega. E ele chega lá e descarrega em outro terminal. Aí, nesse terminal, põe num caminhão-tanque, que vai na fábrica do engarrafador, e põe num tanque. Ele pega esse material, mistura com água, pasteuriza, põe dentro da embalagem e vende para o supermercado. Então, o processo é todinho fechado.* [246]

Embora eliminasse os custos de embalagem e reduzisse os custos de transporte significativamente, tratava-se de um investimento bastante elevado para ser feito, na casa dos 80 milhões de dólares, o que teria gerado críticas das demais indústrias contra a Cargill, segundo Hasse[247]. Por sua vez, teria havido uma redução dos custos de transporte em cerca de um terço, o que deveria compensar o investimento[248], num prazo curto. Para Ronaldo Anacleto, além de reduzir os custos, o sistema instituía um módulo mínimo de transporte, cujos gastos obrigavam um funcionamento pleno, de maneira que sugere que os patamares de produção passaram a ser regidos pelo funcionamento do sistema de transporte:

> Anacleto: — *Agora aqui é o processo de volume. Então, quanto maior o volume, maior a eficiência do sistema. Só consegue fazer o sistema a*

[246] *Entrevista gravada em 23 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

[247] "O sistema de transporte a granel, inventado pela Cargill, assustava seus concorrentes brasileiros porque, pelas primeiras estimativas, deveria proporcionar uma redução de 90,29 dólares por tonelada no custo do suco brasileiro. Seu investimento, num total de 18,7 milhões de dólares, deveria retornar em menos de quatro anos. Para acompanhar a Cargill, as concorrentes estimaram que deveriam investir cerca de 80 milhões de dólares" (Hasse, 1987; 250).

[248] "A adoção de caminhões-tanque, navios graneleiros e terminais de grande porte pelas três maiores indústrias cítricas brasileiras desencadeou uma nova corrida pelo barateamento dos custos de produção do suco" (Hasse, 1987; 251).

granel quem tem, no mínimo, 150 mil toneladas de produção por ano. Porque o menor módulo de um navio, e entre aqui e a Europa ele faz dez viagens por ano, ou doze no máximo, o menor módulo desse navio seria alguma coisa em torno de 12 mil toneladas. Se esse navio aqui não estiver cheio, ele é obrigado a ir meio vazio e voltar vazio. Sempre refrigerado, nunca é esquentado e você vai ser obrigado a lavar os tanques e fazer a sanitização toda. Então, ele é mantido fechado e refrigerado. Eles tiram o suco e injetam o nitrogênio líquido para inertizar, quando chega no porto eles puxam o nitrogênio, recuperam o nitrogênio e enfiam suco de novo. E vai e volta, mantendo sempre a temperatura de -8 º a - 10 º C.

Pergunta: — *Então, tem que operar sempre no limite?*

Anacleto: — *Isso é o ideal. Tendo ociosidade ele custa um dinheirão.* [249]

Dessa maneira, o módulo mínimo da produção industrial de suco concentrado passava, assim, a se dar num patamar entre 120 mil e 150 mil toneladas de suco por ano, sendo que esta conta derivava da capacidade de carga do navio (12 mil toneladas) multiplicado pelo número de viagens por ano (de 10 a 12).

A exportação de suco concentrado de laranja subiu continuamente desde 1970 até 1993, passando de 33.468 toneladas até 1.174.568 toneladas, segundo os dados de Neves e Lopes (2005; 113). Portanto, em 1993, levando em conta o referido módulo mínimo para a exportação, poderiam existir quase dez módulos exportadores pelo sistema a granel. Porém, apenas as três maiores empresas da época (Cutrale, com 239.427 toneladas exportadas; Citrosuco, com 272.059; e Coinbra, com 177.385) teriam capacidade de ter *por si* um módulo mínimo, segundo os dados de Kalatzis (1998; 81). Se esses dados estiverem corretos, as duas maiores, que respondiam em 1995/96, por mais de 53% da capacidade industrial instalada, podiam ter, cada uma dois módulos mínimos de exportação a granel.

A Cargill, que tinha realmente sido precursora na instalação do sistema chamado de *tank farm*, exportava "apenas" 98.456 toneladas de suco, produzidos a partir de 25.599.000 caixas processadas, em 1995/96. Somando-se com a produção de 20.745.000 caixas da Montecitrus, adicionava 79.787 toneladas, ao seu sistema de distribuição (Kalatzis, 1998; 87).

Desse modo, as dificuldades da Cargill em manter esse pleno funcionamento aparecem nas repetidas histórias de parcerias feitas para completar esse módulo mínimo, como ressaltamos no caso da Montecitrus, que realizou seu *toll processing* com a Cargill, em 1984, e a Frutesp, que passaria a fazer um convênio com a mesma Cargill

[249] *Mesma entrevista, ver bibliografia.*

apenas para o uso do sistema de transporte. Flávio P. Viegas, no entanto, indicaria a existência de outras dificuldades dessa multinacional para lidar com o padrão de competitividade instaurado no setor:

> Viegas: — *O pessoal da Cargill, por exemplo, a gente teve muito tempo de contato com eles porque durante um tempo a Cargill fez a distribuição a granel para a Frutesp. Então, a gente conversava muito. E eles falavam, "nós não vamos mais ser produtores de suco, nós vamos ser prestadores de serviço". Porque eles não conseguiam ter a flexibilidade de comprar laranja e vender... Porque isso aconteceu muito, quando, por exemplo, eles fizeram [a fábrica de – CAB] Uchoa, e precisavam comprar laranja. Então eles tiveram que subir o preço da laranja. Daí o Cutrale pegou e baixou o preço do suco e eles tiveram um prejuízo, e o homem que era o presidente da Cargill aqui perdeu o emprego. Então, uma vez conversando comigo eles disseram: "como é que eu vou fazer para explicar para Minneapolis [onde era a sede da empresa – CAB] que eu vou comprar laranja a 3,80 dólares, perder 100 milhões de dólares, mas que no ano que vem eu vou recuperar isso. É uma loucura!" E, principalmente, numa empresa que é administrada profissionalmente. Você é o gerente, é o diretor, e tem que apresentar resultados trimensalmente, e, no fim do ano, você está defendendo o seu bônus. Você tem resultado, tem seu bônus; se não tem, você perde o emprego. Então, a Cargill ficou travada...* [250]

De certa forma, essa explicação parece contrapor um modelo de gestão racionalizado à agressividade de uma competição que, inclusive, procurava se valer de mecanismos aparentemente irracionais para vencer o concorrente. Por exemplo, ter prejuízo para poder ter lucro, ou aumentar os custos para poder diminuir os custos! Neste sentido, a multinacional estava menos adaptada às estratégias, por assim dizer, mais "dinâmicas" e arriscadas do processo de monopolização. Ainda assim, era essa situação, que colocava a Cargill como "travada", exatamente o que possibilitava a sobrevivência de outros grupos como a Frutesp e a Montecitrus, que estabeleciam parcerias para suprir o módulo mínimo instaurado pela própria Cargill, que não lograva operá-lo na sua capacidade plena.

É interessante notar que, a partir de 1993 até 2004, salvo algumas pequenas oscilações para baixo, como em 1995, a exportação de suco concentrado parece ter se estacionado nos patamares entre 1.000.000 e 1.200.000 toneladas exportadas, segundo Neves e Lopes (2005; 113). Dessa maneira, entre 9 e 10 módulos mínimos de exportação a granel.

Aparentemente, portanto, ter-se-ia uma relativa estagnação da demanda, neste

[250] *Entrevista gravada em 16 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

período que abarca importantes transformações do setor. Porém, é de se perguntar se tal estagnação teria sido provocada por uma queda nos níveis históricos da demanda por suco, ocasionada pela migração do consumidor para bebidas alternativas e industrializadas, como sugerem os discursos da indústria, materializados em Neves e Trombin (2010). Ou talvez se possa conceber que tenha havido uma mudança estratégica no sentido de controlar também a oferta mundial (e conseqüentemente os níveis internacionais de preços) do suco concentrado de laranja. Ou, ainda, ambas as coisas.

Sendo essa oferta, a partir de então, ditada por módulos de exportação que crescem a passos pré-determinados (de 120 ou 150 mil em 120 ou 150 mil toneladas de suco exportadas), o controle à entrada de novos módulos no setor poderia representar um mecanismo eficiente de controle da oferta e, pois, dos preços. Vejamos, por meio de alguns relatos, assim, o desdobrar dessas questões incorrendo em supostos controles sobre o crescimento também da produção de laranja. A começar por uma ameaça ao crescimento da Frutesp, segundo o advogado que foi seu presidente:

> Dr. Silva: — *Eles chegaram a falar nas entrelinhas que a Frutesp podia crescer até 40 milhões de caixas. Quer dizer, não foi bem uma ameaça. Durante os anos da Frutesp, eles foram falando isso. E como a Frutesp nunca pretendeu ter um aumento maior do que aquele, vamos dizer, "autorizado" por eles, a gente ia concordando, e nós ficamos numa convivência muito boa. Primeiro, também eles acharam que não tinha jeito. Então, a gente foi convivendo.*
> Pergunta: — *Mas não estava chegando perto do limite?*
> Dr. Silva: — *Já tava perto, a Frutesp com 35 milhões de caixa... Mas a Frutesp tinha uma deficiência em relação aos outros.* [251]

O patamar máximo "autorizado" pela indústria, apontado pelo advogado, para o crescimento da produção de laranjas por um grupo, nas referidas ameaças feitas nas "entrelinhas", aparecia como sendo em torno de 40 milhões de caixas. Pelos cálculos feitos antes pelo agrônomo Walkmar, de que, na região Norte, conseguia-se de 3,5 a 4 quilos de suco com uma caixa de 40,8 kg de laranja, uma tal produção de 40 milhões de caixas deveria proporcionar uma produção entre 140 e 160 mil toneladas de suco concentrado. Portanto, exatamente o módulo descrito por Anacleto. A Frutesp chegava perto da marca, ainda que o seu presidente não acreditasse que pudesse crescer muito mais, pela limitação da produção dos cooperados e pela já aludida tensão interna em se comprar laranja de terceiros.

[251] *Entrevista gravada em 22 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

Novos conglomerados na citricultura e o acirramento da concorrência

Essa tensão não se expressava apenas na possível entrada de citricultores no grupo, como também se dava entre o capital associado internamente e capitais monopolizados de outras formas, como outra queixa de Ivan Aidar nos permite recuperar:

> Aidar: — *Uma vez, o Pedro Moreira Salles me ligou porque eu era presidente da Mangalarga e ele queria saber como era, daí ele falou que queria montar uma indústria. E eu falei: "por que você vai montar uma indústria, por que não fica sócio da Frutesp?". E ele: "Ah, mas vocês vendem?". Eu falei: "Não sei, vou perguntar lá." Levei para uma reunião do conselho e resolveram vender 30% para o Unibanco, mas eles queriam 51%. Eu falei: "Eu sou um dos maiores acionistas e tenho 1,5%, vamos pôr um banco sócio nosso, vai ficar uma potência". Os caras não queriam, o agricultor é muito atrasado. Não tem espírito associativo.* [252]

No relato, Aidar recorda um contato pessoal com o acionista majoritário de um grande banco se tornando a possibilidade de uma associação entre a Frutesp e o capital bancário, pela venda do controle acionário. A intermediação, vista como oportunidade de se tornar uma "potência", teria sido, no entanto, vetada pelos demais acionistas. Receosos de perder o controle da firma cooperada, seu "espírito associativo" parecia, então, se contrapor a outro tipo de "espírito associativo".

Esse caso evidencia uma mudança significativa no padrão de ação do capital bancário, que se mostrava, nos anos 1990, mais interessado em se articular ao capital produtivo, consolidando finalmente a figura do conglomerado na citricultura[253]. Talvez esse novo interesse dos bancos tenha sido fomentado pela mudança no padrão de reprodução do sistema financeiro, com a contenção parcial da inflação e com o estímulo à centralização do sistema bancário (pelo PROER), no Plano Real. Uma outra forma de associação de capitais parecia, então, delinear-se: outro "espírito associativo" do capital.

---

[252] *Entrevista gravada em 22 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

[253] A descrição do grupo indica uma impressionante diversificação de investimentos, ainda que com uma centralidade financeira: "O grupo Moreira Salles, indicado como sendo o terceiro maior grupo privado brasileiro com um controle acionário no valor de US$ 6 bilhões, possui ativos em várias áreas que vão desde o mercado financeiro, com um banco (Unibanco) e uma rede de crédito (Credicard/Mastercard), até ativos no setor de seguros (Unibanco Seguradora), fundos de pensão (Prever), exploração mineral (Cia. Brasileira de Mineração e Metais – o maior produtor mundial de nióbio), metais (Cia. Siderúrgica de Tubarão), turismo (Mediterranée), edição (editora Cia. das Letras) e outros investimentos no agronegócio do café, seringueira e grãos" (Paulillo, 2006; 350).

O "atraso" do agricultor, na visão de Aidar, talvez estivesse em aquele não compreender o "avanço" do processo de monopolização.

Da negativa do acordo com a Frutesp, o grupo Unibanco teria depois partido para a constituição de outros investimentos e acordos na citricultura, instalando, em 1992, uma fábrica em Matão, denominada Cambuhy Citrus, e se associando à Montecitrus, em 1994, que teria comprado 50% de suas ações, formando a Cambuhy MC. De acordo com Murillo Sicchieri de Carvalho e Luiz Fernando Paulillo (in Paulillo, 2006, cap. 8), a Montecitrus já se via ameaçada em sua parceria com a Cargill e a *joint-venture* com o grupo de Moreira Salles teria sido decisiva para a sua continuidade no setor, pelos investimentos compartilhados e pelo maior conhecimento adquirido do negócio mundial de suco de laranja.

Nas palavras de Ronaldo Anacleto, no entanto, seria exatamente o crescimento exponencial do *pool*, a partir dessa união, o que o colocaria em rota de colisão com as "empresas-líderes do mercado de SLCCC que conspiravam contra a atuação de produtores citrícolas no comércio internacional do suco de laranja e usavam de vários instrumentos para desestabilizar o *pool* no mercado" (Paulillo, 2006; 350). Antes desse atrito, porém, a Montecitrus ainda faria contratos até mesmo com as todo-poderosas do setor:

> Anacleto: — *Em 1993, a gente ficou sócio do grupo Unibanco, na fábrica da Cambuhy, em Matão, com 50%. Em 94, 95, a fábrica foi expandida para acomodar a fruta da Montecitrus. A gente foi crescendo muito e não cabia. Então, a gente fez uma parte de processamento no Cutrale e na Citrosuco. Então, a gente atuava com a Cargill, com a Cambuhy, com a Cutrale e com a Citrosuco. Dependendo da produção, eventualmente a gente fazia operação em todas. Teve ano que eu entreguei fruta em oito fábricas, ao mesmo tempo. E operava três sistemas de logística ao mesmo tempo.Quer dizer, a fórmula que nós tínhamos era uma que propiciou a gente crescer. Só que, nessa época, além de sermos sócios da Cambuhy, a gente comprou uma participação numa empresa chamada CTM de Limeira. Então, a gente tinha a CTM de Limeira com uma fábrica; tinha a Cambuhy, que era metade da Montecitrus e metade do grupo Unibanco, com a fábrica; além da fábrica, a Cambuhy tinha plantio próprio e fruta que ela comprava no mercado; e a Montecitrus tinha mais fruta do que todas elas. Somando tudo dava umas 30 milhões de caixas. E a Montecitrus tinha na Cargill mais umas 10 milhões de caixas. Então, somado tudo, dava umas 40 milhões de caixas.* [254]

A Montecitrus aparecia, num primeiro momento, como uma espécie de

[254] *Entrevista gravada em 23 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

"coringa" de todas as indústrias processadoras, que se valiam de sua produção para completar os volumes dos seus módulos de escoamento da produção. Porém, logo a produção da fornecedora "universal" de volume adicional das demais se aproximava da fatídica marca de 40 milhões de caixas, aquela mesma marca que completava um módulo mínimo do sistema *tank farm* de transporte a granel. Ainda, a relação estreitada com um grande grupo como o Moreira Salles e a recente compra de uma pequena fábrica faziam da Montecitrus uma concorrente em potencial das demais grandes processadoras. Então, veio a suposta retaliação:

> Anacleto: — *E aí eles falaram: 'então, o objetivo é quebrar isso aqui'. Isso que eu estou te falando não está escrito em relatório nenhum e em livro nenhum. Simplesmente, a Cargill falou que o CADE proibiu ela de fazer negociação com a Montecitrus e que quebrou o contrato por ordem do CADE.*
> Pergunta: *"Era um pretexto?"*
> Anacleto: — *Para nós, é um pretexto. Para ela, pode ser a lei. O Cutrale e a Citrasuco seguiram na mesma linha. Então, nesse período aqui, de 1996 até o final de 97, a Montecitrus, a Cambuhy e a CTM tiveram que mover todo o seu suco para o mercado em tambor. No sistema antigo, que custa muito mais caro. O objetivo, até certo ponto inconfesso, era de que isso ia quebrar a gente ou dominar a gente.* [255]

A história que se seguiria era de que a Cambuhy contratara uma empresa norte-americana, de origem norueguesa, e já fizera um estudo para a adaptação ao transporte a granel de navios usados, construindo um módulo de transporte a granel, mais barato e em menos tempo do que o esperado pelas concorrentes. Cambuhy e Montecitrus não faliram como seria o esperado, mas, pouco depois, em 1998, o grupo Moreira Salles se retiraria da fabricação de suco concentrado, vendendo a Cambuhy MC para a Citrovita, de outro conglomerado, o grupo Votorantim, capitaneado por Antônio Ermírio de Moraes, que já tinha se instalado com uma fábrica em Catanduva, também em 1992. Com isso, a Montecitrus voltaria à atividade que antes lhe permitira crescer, realizando o chamado *toll processing* com a Citrovita, em contrato que se estendeu por 15 anos, até 2013, quando a Montecitrus fez contrato com a Cutrale.

> Anacleto: — *Mas a Cambuhy resolveu sair do negócio, depois de uns 8 ou 9 anos lutando para crescer, eles viram que isso aqui tinha muito competidor e que a competição abaixava as margens. Então, eles resolveram vender a fábrica e nós tínhamos a opção de comprar 50% da fábrica, só que nós não tínhamos capital suficiente para ser, ao mesmo tempo, dono de indústria e dono de pomar. Ou você é um ou você é outro,*

[255] *Mesma entrevista, ver bibliografia.*

> *sob o ponto de vista financeiro. Então, a gente acabou procurando um parceiro que fosse, vamos dizer assim, amigo, para a gente vender a fábrica em conjunto. E aí apareceu a Citrovita, que comprou a fábrica.* [256]

Não dá para se saber, ao certo, o que determinou a retirada do grupo Moreira Salles do setor de processamento e distribuição de suco de laranja concentrado, e a alegação de um excesso de competitividade pode significar, como estamos vendo, muitas práticas diferentes para "eliminar os menores da arena", ainda que os "menores" aqui sejam conglomerados de capitais centralizados em grande escala. No entanto, observa-se que a Montecitrus não parece ter tido capital suficiente para dar o passo adiante, numa situação aí semelhante àquela dos 67 citricultores da Citrovale, de Olímpia. A alegação final de certa defesa da autonomização entre produção citrícola e produção industrial soa quase como uma auto-justificação perante as dificuldades de um grupo que quase chegou a integrar completamente ambas as "esferas".

Num setor marcado recentemente pela "integração vertical" (para trás com os plantios próprios da indústria e, para frente, com o sistema de logística de distribuição) visando ganhar a concorrência em diversos níveis, portanto, o "ponto de vista financeiro" que supostamente prega a especialização e a divisão de tarefas parece ser constantemente torcido. Do mesmo modo, fica complicado aceitar a existência aí de uma parceria que seja de fato "amiga" de alguém nestas condições de competição. Ainda assim, ressaltamos da fala de Anacleto sua compreensão sobre o papel do sistema de transporte a granel, levando a uma formulação mais ampla sobre o processo de centralização de capitais, em que o Brasil aparece como "vanguarda" particularmente no caso da produção de suco concentrado e congelado de laranja:

> Anacleto: — *O granel é, na verdade, o grande tutelador da concorrência.*
> Pergunta: — *É uma barreira de entrada?*
> Anacleto: — *Por que a Flórida não exporta suco para o exterior? Porque, em grande parte, tem uns 10 processadores e cada um faz cerca de 10 milhões de caixas e eles não conseguem fazer um módulo real para fazer isso. Então, aí está uma das grandes vantagens da concentração e também uma das grandes desvantagens. A vantagem da concentração é que ela permite você a fazer um produto muito mais barato, do ponto de vista da logística. Muito mais dinâmico, mais moderno, e o Brasil é imbatível nisso. E ao mesmo tempo bota a concentração na mão de poucos.* [257]

[256] *Mesma entrevista, ver bibliografia.*

[257] *Mesma entrevista, ver bibliografia.*

A mesma pergunta que fizemos para Anacleto sobre o sistema a granel funcionar como uma "barreira de entrada" seria respondida positivamente por Aquiles E. G. Kalatzis (1998; 95). Surge, dessa maneira, uma clara noção de uma centralização, articulada ao processo de aumento da composição orgânica do capital e da possibilidade de, com isso, aumentar a produtividade e diminuir os preços de mercado. Na fala do presidente da Montecitrus, essa centralização (chamada ali de concentração) do capital é positivada em seus aspectos técnicos e nos seus resultados econômicos, sobretudo para o consumidor, e criticada parcialmente em seus aspectos distributivos de apropriação privada dos mesmos resultados.

De nossa parte, viemos apontando aspectos dessa história recente para compreender um processo de centralização que se articula à monopolização do mercado e, sobretudo, que fundamenta um processo mais amplo de tendência da queda da taxa de lucro, que talvez fosse este último o desencadeador mesmo de tal agressividade competitiva. Neste caso, a hipótese seria de que busca pela concentração do capital em escalas maiores e sua crise imanente seriam o impulso da centralização, ao mesmo tempo que impulsionadas por esta.

O fim da Frutesp e suas muitas interpretações

Vejamos, a partir de agora, brevemente como se desenrolou a história final da Frutesp, que deixamos até aqui em suspenso. Das falas do ponto anterior, víamos indicações de que a Frutesp fora bombardeada, de que era mal-organizada ou atrasada, de que tivera conflitos internos entre diretores e também entre cooperados e, por fim já neste ponto, de que chegava perto de uma produção que lhe permitiria constituir um módulo de transporte a granel, nos primeiros anos da década de 1990. Talvez, provavelmente, todas essas explicações sejam complementares.

Dos relatos que já adiantamos, a pressão teria vindo, como vimos, no sentido da compra por preços altos da laranja tanto de fornecedores conhecidos e renomados como dos próprios diretores da Frutesp, colocando os demais fornecedores contra a Frutesp e contra a sua direção. Neste quesito, ainda valia a afirmação de Ivan Aidar de que "*o negócio da laranja era muito nebuloso",* em que ninguém sabia ao certo por quanto o outro vendeu sua laranja. Além disso, uma disputa interna à direção pelo seu controle parecia se desenrolar nos primeiros anos da década de 1990:

> Dr. Silva: — *E houve uma disputa e aí nasceu a única coisa que o cooperativismo não concorda: desunião. Houve uma eleição, e cada um conta uma história. Eu sei que um grupo ganhou e o restante começou a fazer um movimento pela venda da coisa. Isso é o que eu ouvi dizer. E como a Frutesp tinha um valor muito alto, começou a levantar a ambição de todo mundo.* [258]

Uma derrota aparentemente política teria, desse modo, desencadeado um estímulo interno à venda, mobilizando alguns "desejos" até então reprimidos. A "ambição de todo mundo" se voltava, diante das circunstâncias de conflitos diversos, portanto, exatamente para a mobilização, por meio da venda, do capital imobilizado na fábrica, transformando em dinheiro para os cooperados aquela metade dos lucros industriais que não fora dividida e fora capitalizada, retida ao longo de mais de 15 anos. Para Ivan Aidar, essa era a confirmação de que a propriedade desses meios de produção produzidos era o fator determinante da acumulação de capital na citricultura:

> Aidar: — *Eu acho que... a gente vendia suco, não vendia laranja. Então, você vender suco e vender laranja é outra coisa, para um leigo é a mesma coisa, mas não é não. [...] E o negócio era tão bom que nós assumimos uma indústria que não valia nada e estava devendo, pagamos e vendemos, na época, por 170 milhões de dólares. Quando o dólar era dólar, não é esse dólar de hoje. Então, você vê quanto foi bom o negócio vendido. Acho que se no Brasil, se nós tivéssemos 5 ou 6 ou 10 Frutesps, você teria uma condição de sobrevivência muito melhor.* [259]

Por um lado, a fala do ex-citricultor revela que a propriedade de mercadorias intercambiáveis no mercado esconde (melhor seria dizer: abstrai) as condições desiguais de reprodução social no interior da sociedade. Assim, do mesmo modo, podemos compreender que, no mercado, o trabalhador também se apresenta como um proprietário de mercadorias, no caso da mercadoria força de trabalho que lhe pertence. Porém, sua condição de expropriado dos meios de produção o coloca numa posição radicalmente desigual perante os proprietários de outros tipos de mercadoria (como o dinheiro e o capital constante, por exemplo). O que Aidar chama atenção aqui, portanto, é que, diante da propriedade da mercadoria industrializada, a propriedade da mercadoria agrícola aparece numa posição de desigualdade em termos da possibilidade de se acumular capital e no montante dessa acumulação.

Por mais que soe absurda a comparação entre a desigualdade do citricultor perante a agroindústria processadora e a desigualdade do trabalhador perante o capital,

---

[258] *Entrevista gravada em 22 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

[259] *Entrevista gravada em 22 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

há aí um relevante aspecto sobre a forma mais centralizada de reprodução ampliada do capital na citricultura. Por sua vez, a fala também remete ao próprio processo de concentração do capital industrial, na Frutesp, que, ao se capitalizar, acumulou um capital *em si* muito valioso.

Além disso, o preço da venda, para Aidar, ao indicar um "dólar que era dólar" acabava por confirmar a hipótese de Kurz (1995) de uma inflação estrutural e, conseqüentemente, de uma desvalorização monetária praticada também pela economia nacional central do capitalismo, que apenas demonstra que a gestão crítica da crise da modernização retardatária não se restringia às economias nacionais periféricas.

No fim, Aidar ainda parece sugerir que a experiência distributivista da Frutesp poderia ser uma solução para os problemas nacionais, numa espécie de proposta de "socialização" da propriedade do capital industrial. Solução visivelmente formulada a partir de um ponto de vista bastante particular, diga-se de passagem, posto que não parece sugerir que tal socialização se ampliasse também para a população em geral.

Enfim, tinha-se a concretização de uma venda da Frutesp por um preço realmente avolumado que deveria representar o acesso a um capital monetário que, por ser de uma sociedade de ações, antes era relativamente coletivo, não podendo ser apropriado privadamente até então. A venda, assim, privatizava o capital coletivizado e, desse modo, metamorfoseava o capital industrial em capital monetário:

> Nazareth: — *Quando fecharam o negócio com a Coimbra, não era Dreyfus ainda, os produtores, ao invés de chorar, eles celebraram, comemoraram. Porque eles começaram a ficar de olho no capital que eles tinham armazenado na indústria. Então, ao longo dos anos, o capital dele foi crescendo, porque, além dele fornecer a fruta, além de investir na indústria que era dele, ele começou a ter um certo percentual de capital dentro da empresa, como acionista. Mas com o passar do tempo, ele foi ficando com olho grande em cima daquilo. "Pô, se esse dinheiro estivesse na minha mão..." [...] A coisa foi andando, foi andando, até que aprovaram a venda pra Coimbra. Com a venda pra Coimbra, em 1994, os produtores receberam o primeiro derrame de dinheiro. [...] Os caras compravam quatro, cinco carros... Foi uma farra! A primeira parcela da venda das ações saiu em 1994, eu estava [como gerente da agência local do Banco do Brasil – CAB] em Itajobi; na segunda, em 1995, eu estava em Bebedouro. Em 94, eu fiquei abismado com a quantidade de dinheiro que caiu nas contas, em Itajobi... Quando eu cheguei em Bebedouro, vi aquele pacote de dinheiro e me assustei, e o Banco do Brasil era o agente pagador.* [260]

[260] *Entrevista gravada em 19 de julho de 2012. Trabalho de campo.*

A “alegria” de poder usufruir do capital imobilizado, podendo até transformá-lo em mercadorias de consumo pessoal, parecia obscurecer o real entendimento do evento como a transferência da propriedade dos meios de produção produzidos, que passavam do controle da cooperativa de citricultores para o de uma multinacional.

Cabe lembrar aqui que, para a Economia Política clássica, o lucro se justificava como uma “renúncia ao consumo” no passado, o que teria proporcionado a acumulação de uns poupadores enquanto outros, menos contidos e gastadores, teriam que, assim, trabalhar para aqueles por não terem eles próprios poupado (ver Marx, 1985, L. I, t. 2, cap. 24). Claro que a perspectiva aqui adotada pressupõe a crítica desta fábula como uma ideologia que abstrai os processos violentos de acumulação original do capital, mas aqui, no caso da Frutesp, o fim de certa recusa ao consumo aparece na “farra” consumista após a venda da fábrica e colocaria, de fato, estes citricultores posteriormente como “expropriados” de sua fábrica, reduzidos a meros fornecedores de outras fábricas. Diferente de um processo violento de acumulação primitiva, no entanto, essa suposta “expropriação” se dava, neste caso, voluntariamente, por uma aceitação coletiva de se consumar uma venda no mercado.

Ivan Aidar, por sua vez, afirma ter saído da citricultura pouco após a venda da Frutesp e se “aventurado” numa bem-sucedida tentativa de produção de milho e soja no sul do Maranhão. Já o advogado Dr. Antônio Carlos da Silva, que tinha uma propriedade citricultora, no entanto, aponta um consumo diferente do dinheiro recebido:

> Dr. Silva: — *Eu, por exemplo, era um citricultor médio, tinha de 70 a 80 mil caixas, em média. Eu recebi 750 mil dólares da venda da Frutesp. Quer dizer, uns grandes como os Campanelli devem ter recebido uns 3 milhões, 4 milhões de dólares. Bom, muita gente não pensou, porque isso era um engodo. Ia acabar a única garantia que eles tinham.*
> *Pergunta: — O que aconteceu com o dinheiro?*
> Dr. Silva: — *Voltou. Veio e voltou. Eu, como não era muito acostumado com dinheiro, arranquei todos os meus pomares e plantei outros, porque eu pensei que nos próximos anos a coisa ia ser boa... Mas a laranja não teve mais aqueles altos e baixos. Porque, antigamente, quando tinha uma geada na Flórida, em novembro, dezembro, eles já começavam a comprar laranja. Tinha um impacto imediato, já dava adiantamento, oferecia mais. Agora não. As quatro aí foram diminuindo, a Cargill foi vendida. A Citrovita fez pacto com a Citrosuco. A Citrosuco, uma das acionistas, filha do Fischer casou com o filho do Antônio Ermírio de Moraes. Então, eles fizeram uma união, não sei se o CADE já tinha aprovado. Hoje tem Cutrale, esse conglomerado Citrovita-Citrosuco e tem a Louis-Dreyfus,*

que nunca mais conseguiu comprar as 35 milhões de caixas. [261]

O relato do Dr. Silva indicava um dinheiro realmente fora do comum para o citricultor que o recebia e, assim, não sabia direito o que fazer. Tanto o Dr. Silva como Aidar, assim, não parecem ter se inclinado à "farra" e, sim, reinvestido o dinheiro na renovação do seu capital produtivo, recusando-se, assim, mais uma vez ao consumo. Mas o "engodo" do acesso a tamanho montante de dinheiro se originava do fato de que, como Marx reiterava, o dinheiro pode funcionar como capital apenas em determinadas condições de valorização, que, com a venda da Frutesp, pareciam se escassear para os citricultores locais, embora estivessem se abrindo na escolha de investimento feita por Aidar.

Numa semelhante linha de argumentação às de Aidar e do Dr. Silva, o agrônomo Walkmar apresenta um ponto de vista municipal de médio prazo contraposto à vantagem imediata e privada, e dá um diagnóstico conclusivo: "*E eles queriam receber o dinheiro das cotas que eles tinham. E cada produtor recebeu das cotas de ações que eles tinham. Foi isso. Mas para o município foi um desastre. Eu pessoalmente falo que a venda da Frutesp foi o fim da citricultura aqui."*

A centralização recente da agroindústria citrícola e o controle espetacular do mercado de suco concentrado

	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2004
Duas maiores empresas (%)	63,2	51,5	60	63,2	61,5	54	45,6	61

Tabela 14 – Indicadores de concentração na indústria de suco concentrado de laranja, São Paulo, 1970-2004.

[261] *Entrevista gravada em 22 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

Quatro maiores empresas (%)	86,8	71,6	89,6	90,2	86,8	83	73	89,6
Empresas com 75% da instalação (no.)	3	5	3	3	3	4	5	3
Índice de Herfindahl	0,251	0,175	0,248	0,254	0,246	0,147	0,164	0,233

Fontes: Neves e Lopes, 2005; 117.
Org.: Cássio A. Boechat

A centralização do capital das indústrias processadoras apareceria, então, se agravando continuamente. O controle dos preços da laranja, em níveis bastante baixos, seria, a partir daí, uma constante, não mais transmitindo ao nível do fornecedor as variações da oferta de laranja no mercado internacional, segundo estes entrevistados. A tabela abaixo procura sintetizar esse movimento de centralização, ao longo dos anos:

Diante do exposto, podemos observar uma ligeira queda da porcentagem das duas maiores (Cutrale e Citrosantos) sobre a capacidade industrial instalada, durante a década de 1970 e a de 1990, aparentemente revertendo um processo de centralização que esteve continuamente em curso. Se, no primeiro caso, tratavam-se dos episódios anteriormente investigados da criação de fábricas como a Frutesp e outras muitas de pequeno e médio porte; no segundo caso, parece ser mais a entrada de novas concorrentes de médio e grande porte, como a Coinbra, a Cambuhy e a Citrovita, que fizeram tais indicadores caírem. Como vimos, porém, a partir de 1977, Cutrale e Citrosantos compraram diversas fábricas, e uma terceira concorrente grande, a Cargill, entrou no setor. No segundo período, a venda da Cambuhy para a Citrovita[262] e sua posterior fusão à Citrosuco; a venda da Frutesp à Louis-Dreyfus e a posterior venda da Cargill à Cutrale e à Citrosuco, em julho de 2004, conformaram uma nova centralização do setor industrial da agroindústria citrícola.

Porém, diferente do que vinha ocorrendo até a década de 1990, a centralização desses capitais não pareceu mais ocasionar um aumento significativo dos níveis de processamento de frutas e de comercialização de suco concentrado[263], sugerindo-se, desse modo, um novo sentido estratégico para o processo de monopolização.

O termo constantemente citado é o de "ganhar *market share*". Um mercado que não parece mais crescer significativamente parece assistir, internamente às suas dimensões consolidadas, a uma disputa por fatias de mercado. No entanto, esse nível espetacular da concorrência pode esconder um controle premeditado dos níveis de produção, de custo e de consumo, controlando, ainda, os preços finais. Alguns dos mecanismos anteriormente analisados parecem sugerir isso, sobretudo nas compras de fábricas para fechar, nos plantios de pomares próprios pelas indústrias e no controle do acesso ao sistema de logística de circulação da mercadoria final. Mesmo a ação conjunta

---

[262] A Citrovita, em 2005, adquiriu a Sucorrico S. A., fábrica instalada em 1996 em Araras – SP, por um grupo de 123 proprietários que processavam inicialmente 6 milhões de caixas, passando a 12 milhões de caixas processadas, a partir de 1997.

[263] Mesmo Neves e Lopes (2005) se deparam com essa constatação: "É importante observar, porém, que as aquisições de empresas não provocaram aumentos momentâneos de capacidade operacional no setor, nem aumento das possibilidades de acesso a novos mercados consumidores, apesar de terem permitido maior *market share* por parte da empresa compradora nos mesmos países que já adquiriam suco do Brasil. [...] Os efeitos quanto à futura política de suprimento de fruta às fábricas, decorrentes da saída da Cargill e da Sucorrico do mercado brasileiro, são ainda difíceis de ser avaliados corretamente, embora passem a representar importante preocupação aos citricultores, particularmente num momento em que há sinais de arrefecimento da demanda por suco de laranja em alguns importantes mercados consumidores" (Neves e Lopes, 2005; 120-121).

das duas maiores, Cutrale e Citrosuco, na compra partilhada de algumas dessas fábricas (Tropissuco e Cargill, por exemplo) permite colocar em dúvida até mesmo a alegada disputa concorrencial por *market share*.

Apresentemos, por fim, para encerrar estas suposições, uma tabela que pretende dar uma noção dos preços internacionais do suco de laranja em dois mercados e mostrar os volumes exportados pelo Brasil, na última década:

Tabela 15 – Preços médios na Bolsa de Valores de Nova Iorque e nos portos da Europa e Volume total de suco de laranja exportado, entre 2000 e 2010.

Safra	Nova Iorque (1)	Europa (2)	Foodnews (3)	Volume exp. (4)
2000/01	677,79	824,65	954,88	1.276.820
2001/02	858,17	888,02	1.237,50	1.348.196
2002/03	925,54	1.089,43	1.219,34	1.214.833
2003/04	553,75	1.048,47	1.090,14	1.362.331
2004/05	794,76	864,33	956,33	1.314.301
2005/06	1.349,13	1.078,08	1.558,41	1.403.468
2006/07	2.144,37	1.726,07	2.493,67	1.310.309
2007/08	1.397,68	2.043,38	2.224,56	1.415.523
2008/09	798,54	1.500,56	1.504,75	1.291.299
2009/10	1.321,99	1.122,06	1.610,90	1.300.554
MÉDIA	1.082,17	1.218,51	1.485,05	1.323.763

(1) Preço médio do suco de laranja concentrado e congelado (SLCC) na Bolsa de Nova Iorque, deduzidos impostos e taxas. (US$ por tonelada SLCC 66º Brix).
(2) Preço médio real da venda do suco de laranja brasileiro (SLCC Standard a Granel FCA nos terminais da Antuérpia, Ghent e Rotterdam - US$ por tonelada SLCC 66º Brix).
(3) Preço médio de safra de SLCC reportado pelo periódico Foodnews (US$ por tonelada SLCC 66º Brix).
(4) Volume total de suco de laranja exportado (Suco concentrado e congelado + Suco não concentrado - Toneladas conv. 66º Brix).

Fonte: Neves e Trombin, 2010; 30-33.

Org.: Cássio A. Boechat.

Quanto aos volumes exportados, diferente dos dados para a década anterior, vistos a partir de Neves e Lopes (2005), os patamares de exportação parecem ter subido um pouco, oscilando agora entre 1.200.000 e 1.400.000, aproximadamente. No entanto, atentemos para a informação de que estão aqui agregados os dados das exportações de suco concentrado e daquelas de suco refrigerado não concentrado, cujo consumo parece ter aumentado consideravelmente nos últimos dois decênios. De todo modo, estes dados

sugeririam a necessidade de operação entre 10 e 12 módulos de exportação a granel, pouco a mais do que nos anos entre 1994 e 2004. Porém, parece-nos ainda haver uma exportação se dando em níveis de volume relativamente estáveis, sem oscilações bruscas.

Quanto aos preços, vemos uma discrepância considerável entre os parâmetros, o que os próprios autores do estudo de onde estes dados foram retirados afirmam se tratar de uma assimetria de dados que dificultaria a "transparência" e a conformidade de um "ambiente institucional" (Neves e Trombin, 2010; 30). Neste sentido, vale mais uma vez a constatação de Ivan Aidar de que "o negócio da laranja é muito nebuloso": nebulosidade aqui aplicada para o mercado de suco.

De todo modo, uma rápida olhada nos dados parece sugerir que os preços da Bolsa de Nova Iorque estão, no geral, abaixo dos preços europeus, e parecem apresentar uma oscilação maior, safra a safra. Na comparação entre os preços reportados nos portos europeus e aqueles averiguados pelo periódico *Foodnews*, os dos portos são também, geralmente, mais baixos do que os segundos, ainda que dizendo respeito ao mesmo mercado europeu. Os da *Foodnews* estão também sempre acima dos da Bolsa, e comumente em patamares significativamente superiores.

Maria Flávia de Figueiredo Tavarez (2005) afirmaria que as negociações de suco concentrado na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*NYBOT*) representam, de maneira geral, apenas a movimentação do mercado norte-americano de suco concentrado e congelado (SLCC), embora aqueles preços balizassem os preços do mercado brasileiro de suco concentrado, refletindo nos preços de mercado da laranja.

Esta autora iria além, ao indicar que o suco brasileiro era preferencialmente vendido pelo chamado "mercado a termo", na Europa, em que negociações individuais entre as indústrias processadoras e os clientes finais, as engarrafadoras, eram realizadas diretamente, com a entrega física da mercadoria final para o comprador, furtando-se aí dos riscos dos mecanismos de mercado futuro e incorrendo em outras formas de especulação que não exatamente às de títulos de propriedade no mercado de ações.

Porém, a autora considerava que a securitização (pela Câmara de Compensação) do mercado de ações, face aos riscos da variação de preços ou o risco de não entrega do produto no mercado a termo, faziam deste último um tipo de negócio, a princípio, mais arriscado do que o primeiro (Tavarez, 2005; 218). Diante disso, no mercado externo de suco de laranja, as partes se protegiam desses riscos, renegociando os preços do contrato

e baseando-se na confiança das grandes indústrias no sentido de garantir o fornecimento do produto final nas condições contratadas.

> O mercado a termo pode ser considerado uma forma híbrida de contrato onde ocorre a dependência bilateral dos agentes econômicos, e está sendo utilizado para reduzir os riscos envolvidos em uma transação. As empresas processadoras estão administrando o risco de preços e a governança do mercado vem sendo feita por meio dos contratos a termo, ocorrendo a entrega física do produto, sendo que nas negociações entre as empresas brasileiras e os clientes não é utilizado o preço futuro e sim o próprio preço, negociado em contratos individuais, desse modo o preço é pré-estabelecido, assim como a qualidade e a quantidade do suco e o local de entrega (Tavarez, 2005; 237).

Essa consideração talvez explicasse em parte a pouca variação de preços nos mercados europeus, expressando um mercado controlado pelas indústrias processadoras e pelas engarrafadoras, intimamente ligadas por relações particulares, cujos eventuais conflitos não pareciam se transmitir em variações de preços de mercado.

Desse modo, diante dessa preferência, Tavarez (2005; 219-221) observava uma reduzida quantidade de contratos de compra e venda de suco de laranja na Bolsa de Nova Iorque, além de isso levar a uma obscuridade dos termos destes contratos, uma vez que se tornavam de interesse apenas das partes em negociação.

Entretanto, ainda que reduzida, a autora acabaria por afirmar que as grandes indústrias brasileiras agiam no controle do preço da Bolsa de Nova Iorque, que ainda se afirmava como um preço regulador do mercado. Esse controle se dava, principalmente, pelos níveis de estoques:

> Analisando estas informações fornecidas pelas empresas e também as informações obtidas nas entrevistas, observa-se que o mercado futuro é um assunto que causa muita controvérsia no setor, e, por serem estratégicas, as informações sobre este mercado quase não são divulgadas. Mas, analisando os dados primários e os secundários é possível observar que a concentração das empresas brasileiras de SLCC afeta o mercado futuro desta *commodity*, pois as empresas tentam controlar o preço na *NYBOT* por meio dos seus estoques, ou seja, quando os preços estão baixos, elas aumentam os estoques, diminuem a oferta de suco no mercado e o preço aumenta [...] (Tavarez, 2005; 227).

A tentativa desse controle dos preços de mercado futuro da *commodity* SLCC aparece, assim, como uma estratégia de controle de um índice regulador das relações internas do chamado *complexo agroindustrial*, ainda que esse preço não fosse efetivamente o preço de mercado da maior parte do suco de laranja vendido por elas. Enfim, mais vez, sobressai uma dimensão *espetacular* da reprodução ampliada do capital.

Neste espetáculo, regido por números que expressam o que não são, as decisões que determinam de fato os grandes negócios firmados em outra praça são todas sigilosas e controladas. O monopólio da informação aqui aparece como decisivo e articulado à

obscura determinação dos preços do suco concentrado. A assimetria de poder entre as indústrias – a controlar os preços internacionais e, a partir deles, pressionar os preços internos – e seus meros fornecedores fica, portanto, evidente.

O fim do contrato padrão e algumas de suas consequências

Porém, ainda houve outros episódios para gravar a desigual correlação de forças instaurada entre as partes do setor. Um deles já vinha se dando mesmo antes do fim do contrato padrão e dizia respeito ao questionamento pelas grandes indústrias, na prática, do referido contrato coletivo. Voltemos, assim, às obscuridades do mercado de laranja propriamente dito.

Lembremos que Graziano da Silva (org, 2000; 6-7) apontava que o preço final da caixa de laranja vendida para a indústria continuava, mesmo na vigência do contrato padrão, a ser fechado entre o citricultor e a fábrica, havendo margem para variações. Paulillo (2000) afirma que, desde 1991, parte da indústria passou a fechar preços ao produtor abaixo dos estipulados pelo contrato padrão, desrespeitando-o.

A discordância quanto ao contrato-padrão já se dava na época também nos cálculos de custos industriais, que eram em grande parte "nebulosos" por se tratarem, na maioria dos casos, de empresas particulares. Tais custos compunham, no entanto, uma importante parcela do cálculo do preço final, denominada então de RPC (remuneração da produção industrial e de comercialização). Neste quesito, o desenvolvimento das forças produtivas que esteve em processo, do lado da "racionalização" do processamento de laranja, aparecia como ponto de discórdia. Vejamos na fala de Flávio Viegas, que fora diretor industrial ao longo das décadas de 1970 e 1990, uma explicação que desmistifica um pouco esta questão, ao indicar um processo de padronização industrial e sua relação com custos e lucros:

> Viegas: — *Você não tem ideia da quantidade de variedades que tinha, eram todas aquelas variedades de mercado de fruta fresca: barão, baía, baianinha, lima, laranja lima, lima da pérsia. A gente recebia aquele negócio e não tinha muito controle. Computador só apareceu em meados da década de 80. Mesmo assim, eram uns computadores muito limitados que a gente não usava na operação de controle industrial. Só passamos a usar bem no final da década de 80. Então a gente tinha dificuldade. E também, a citricultura ia crescendo muito, você tinha muitos pomares novos, então o rendimento industrial era baixo, porque você pega aquela frutona de pomar novo, aquilo não tem suco nenhum quase, tem muita*

> *água, o suco é ralo e tal. Então, de um lado, havia falta de informação; de outro lado, não tinha padrão. Então, por exemplo, começaram fazendo acho que 280 caixas por tonelada [de suco – CAB]. Agora, com o tempo, a gente foi acumulando conhecimento e também os pomares foram ficando mais maduros, foram selecionando mais as variedades mais adequadas à industrialização, e o rendimento foi melhorando.*
> *E a indústria, lógico, reagia porque ela queria segurar para ela o rendimento maior. E aí que gerou essa briga por causa do contrato padrão. Não que o contrato padrão fosse ruim, só que os ganhos de produtividade e ganho de conhecimento a respeito da produtividade não foram sendo transferidos para o produtor.* [264]

As variáveis apontadas pelo entrevistado parecem ser muitas: variedade, tamanho e qualidade das frutas, idade do pomar, controle e rendimento industrial, e divisão dos lucros. Certo é que a padronização dos pomares e das variedades das frutas, ainda que fossem estimuladas pelo controle (facilitado pela Revolução da Microeletrônica) e pela pressão da indústria processadora, indicavam uma atuação do próprio citricultor no aumento da produtividade industrial. Do lado da indústria, sua ação na busca por melhorar seus rendimentos parece óbvia, mas a divisão dos mesmos tendia a absolutizar este lado de um processo conjunto, principalmente por uma espécie de monopólio do conhecimento sobre o próprio rendimento industrial.

Enfim, a discussão se daria, principalmente, em torno do último item do contrato-padrão, a Taxa de Rendimento da Fruta, que estipulava quantas caixas eram necessárias para se chegar a uma tonelada de suco concentrado, no padrão de 66° Brix. Viegas afirmava, acima, uma relação inicial de 280 caixas por tonelada na Frutesp do fim dos anos 1970. Nos primeiros anos do contrato-padrão, considerava-se já uma taxa de 270 caixas/tonelada, caindo depois para 260. Nos últimos anos, porém, os citricultores exigiam a redução da base de cálculo para 250 caixas/tonelada suco (Paulillo, 2006; 97).

Outros custos de industrialização e de comercialização eram, no entanto, também motivos para a controvérsia. As contas para se chegar aos valores do RPC eram sigilosas, sendo chamadas por Ana Cláudia Vieira (1998) pelo mesmo termo usado pelo ex-gerente Nazareth: "caixa-preta".

Por fim, teria havido uma oscilação para baixo dos preços internacionais do suco concentrado, na Bolsa de Nova Iorque, nos anos de 1991, 1993 e 1994, ainda que, como vimos, os Estados Unidos já não fossem mais os grandes importadores do suco

[264] *Entrevista gravada em 16 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

brasileiro e que os preços dessa bolsa diferissem substancialmente (para baixo) dos preços alcançados no mercado europeu.

Assim, os preços da caixa de laranja pagos pela indústria, caíram nos anos de queda dos preços internacionais, mas não voltaram a subir quando estes preços (mesmo os da Bolsa) retornaram aos seus patamares altos, a partir de 1995, conforme o quadro a seguir mostra:

Tabela 16 – Evolução do preço médio anual da caixa de laranja pago pela indústria, em dólares, e do preço médio anual de exportação do suco de laranja concentrado e congelado, em dólares por toneladas - de 1987/88 a 1996/97

Ano	Preço (US$/caixa)	Preço US$/ tonelada de suco
1987/88	3,23	1.724,43
1988/89	3,74	1.395,06
1989/90	3,53	1.539,33
1990/91	1,11	985,17
1991/92	2,13	1.024,25
1993/94	1,3	702,01
1994/95	1,3	859,06
1995/96	1,3	1.167,07
1996/97	1,8	1.185,93

Fonte: Kalatzis, 1998; 76 e 89.
Org.: Cássio A. Boechat

Desses dados, vemos alguns dos motivos da exacerbação da tensão entre citricultores e indústrias processadoras se dando nos últimos anos do contrato-padrão, mas, sobretudo, após sua ruptura, na prática, em 1991 e oficialmente, a partir de 1994-95. Se o contrato-padrão apresentara melhoras, em termos de preços relativos, para boa parte dos citricultores, não deixara de apresentar problemas, criticados inclusive pelos próprios citricultores. Porém, o seu fim traria um agravamento drástico das condições de reprodução dos citricultores em geral.

Flávio Viegas, retomando a passagem do fim do contrato-padrão, explicava que a denúncia, capitaneada pela própria Associtrus e pela ACIESP, em 1992, direcionava-se para as questões controversas do contrato, não contra o contrato em si. Segundo Neves *et alli* (2007; 18) a Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça julgou improcedente as denúncias, porque o contrato fora acordado entre as

representantes do setor. Posteriormente, em 1994, as associações dos produtores entrariam com nova denúncia no SDE, acusando "as 12 indústrias paulistas de formação de cartel, imposição de preços na negociação com produtores de laranja e integração vertical" (Neves *et alli*, 2007; 18). O SDE, dessa vez, julgaria o contrato-padrão anti-competitivo e passaria o caso para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O resultado teria sido, de certo modo, inesperado, segundo Viegas:

> Viegas: — *E aí que gerou essa denúncia ao CADE, contra o contrato padrão. E o CADE, eu acho, de uma forma muito errada, talvez até inspirado pela própria indústria proibiu o contrato-padrão. Isso foi o maior desastre.*
> Pergunta: — *Alegando o quê?*
> Viegas: — *Dizendo que era uma cartelização, que havia um conluio entre o produtor e a indústria para a fixação de preços e que isso prejudicava o consumidor. Como agravante, a indústria, logo em seguida, 93 ou 94, transferiu a colheita e o frete para o produtor, sem nenhuma compensação. Então, houve a venda da Frutesp e, logo em seguida, a proibição do contrato padrão e a transferência da colheita e do frete para o produtor. Que a indústria até pretendia fazer num prazo mais longo, mas como viu que o citricultor não reagia, que estava aceitando aquilo, fez isso de uma vez, num ano ou dois anos no máximo. E o produtor aceitou aquilo sem nenhuma compensação nos preços. [...] E aí vem essa fase do setor da laranja controlado pelo cartel... Totalmente.* [265]

O inesperado da decisão seria uma suposta constatação de um cartel se dando entre citricultores e indústrias, prejudicando o consumidor. Guardadas as devidas e necessárias ressalvas, seria como dizer que um acordo de salários (como o salário mínimo) compusesse um cartel entre trabalhadores e patrões para forjar preços mais altos para o consumidor do aqueles aos quais a livre concorrência conduziria. A comparação, no entanto, vai somente até o ponto do reconhecimento de que citricultores se opunham às indústrias, disputando (aqui politicamente) a divisão das massas de lucro, enquanto entre trabalhadores e patrões também deva se reconhecer uma oposição, mas um aumento de salário implicaria, de fato, na diminuição direta da mais-valia e, portanto, do lucro. Apenas num plano bastante abstrato (e mesmo ideológico) é que podemos ver tanto trabalhadores, como citricultores e indústrias em "conluio" para a produção da mercadoria suco de laranja, que tendo que ser paga pelo seu consumidor, e este preço que remunerar os "agentes" dessa produção, estariam estes agentes agindo contra os consumidores. Neste caso, o ponto de vista do consumidor parece surgir como discurso autoritário a obscurecer as reais relações de produção e de dominação.

[265] *Entrevista gravada em 16 de janeiro de 2013. Trabalho de campo.*

Cabe aqui lembrar brevemente que a decisão do CADE teria sido usada, pela indústria, para pressionar também o *pool* da Montecitrus, que crescia até o limite do "permitido", em 1994/95, conforme o relato de Ronaldo Anacleto. Segundo Kalatzis (1998; 86), apenas em março de 1997, o CADE voltaria a autorizar as práticas de *toll processing*, sendo que, durante esse período, a Montecitrus e a Cambuhy tiveram que se valer de sua capacidade instalada e daquela da CTM, até o acordo com a Citrovita, em 1998.

De todo modo, a decisão parece ter enfraquecido os citricultores politicamente, de uma forma quase decisiva. Essa fraqueza em termos de organização política foi aqui continuamente reiterada, nas dificuldades da Associtrus, como também nas tensões entre os próprios citricultores em diversas ocasiões. A nova associação, a ACIESP, tampouco teria podido solucionar as dificuldades organizativas, assim como tampouco uma outra, a ABRACITRUS, que surgiu em 1991, explicitando a falta de consenso entre os citricultores.

Desse modo, o repasse da colheita e do frete das indústrias para os citricultores teria vindo a reboque, no pacote de medidas que instaurou a "nova fase" da citricultura, marcada ainda mais pela hegemonia da indústria: "Com o 'preço livre, a assimetria de poder entre a indústria e a citricultura se elevou de forma considerável. A dominação industrial se intensificou" (Paulillo, 2006; 102). Esses "novos" custos já aparecem, portanto, nas planilhas de custos de produção, de Ghilardi *et alli* (2002) e de Ghilardi (2006).

Por sua vez, o repasse da colheita significava que a indústria deixava de ter em seu controle direto essa tarefa decisiva da citricultura, que aliás significava um controle do fluxo de matéria-prima para a indústria. Esse controle tinha um custo para a indústria, como fica evidente quando ele se explicita para o citricultor. A suposta perda deste controle se articula às novas estratégias da mesma indústria para controlar tal suprimento, no que o plantio próprio e o adensamento desses pomares devem ser ressaltados. Passando a plantar uma parte significativa de sua matéria-prima, a indústria continuava a ter que arcar com a colheita e o frete dessa parcela. Dessa maneira, o repasse destas atividades e de seus custos deve ser visto como parcial.

A existência de estoques a minimizar a necessidade de aquisição de frutas, a preferência para a colheita e o processamento de frutas da própria indústria e também a emissão seletiva de autorizações para o descarregamento nas fábricas dos caminhões de

frutas de fornecedores seriam outros mecanismos a contribuir para retenção pela indústria processadora do controle do fluxo da "sua" matéria-prima. Tudo isso colocava o consumo produtivo da força de trabalho como dependente destas questões.

Como observamos ao final do segundo capítulo, um processo de terceirização e de precarização das condições de trabalho ocorreu para a maior parte dos colhedores de laranja. Paralelamente, portanto, ao arrefecimento do processo de centralização de capitais e a delegação da colheita como da alçada dos citricultores, constituíram-se as chamadas "cooperativas de trabalhadores", muitas das quais estimuladas pela própria indústria. Nestas, o cooperativismo formal escondia a organização de empresas para agenciar a contratação dos "cooperados", em que, ao mesmo tempo, deixava-se de recolher impostos de renda e de contribuir para a garantia de direitos sociais desses trabalhadores. Dessa maneira, sobressaía a figura escamoteadora da "prestação de serviços", em que o trabalhador surgia como uma espécie de micro-empresa, cujo serviço seria a extração de mais-valia de si mesmo para oferecê-la ao contratante.

No fim da década de 1990 e começo da de 2000, o Ministério Público do Trabalho proibiria esse subterfúgio, exigindo o estabelecimento de um vínculo formal entre o empregador e o empregado. Alguns dos empregadores se juntaram na constituição de "condomínios" para empregar coletivamente as turmas de colhedores e organizar melhor a sua utilização em muitas propriedades.

A expulsão do pequeno produtor da citricultura: falta de eficiência ou de poder de barganha?

Lembremos que Delgado (1985) afirmava a existência de citricultores que se encaixavam, em sua grande maioria, numa categoria de pequenos produtores tecnificados associados ao *complexo agroindustrial*, mas vivendo no limiar entre a reprodução simples e ampliada. O autor dizia que estes citricultores se mantinham enquanto houvesse o aporte de crédito subsidiado feito pelo Estado e enquanto a política de preços da indústria permitisse. Se o primeiro já vinha minguando desde o início dos anos 1980, a segunda parecia agora se voltar a uma agressividade que colocaria, realmente, em risco a permanência destes produtores no setor. Não seria, entretanto, como temos visto, apenas uma mudança na política de preços da indústria, como diretamente o impacto se fazia sentir também pelo aumento de custos.

No caso particular de pequenos citricultores, proprietários de pequenas propriedades, tocando-as com trabalho familiar, com uso reduzido de insumos modernos, algumas "vantagens" persistiam, como a redução dos gastos com salários, com a compra de terras e dos mesmos insumos. No entanto, os custos com a colheita dificilmente poderiam ser contornados pelo uso da força de trabalho familiar, a não ser em pomares bastante diminutos. Já a maior incidência de pragas deveria estar fazendo reduzir a produtividade ou aumentando os custos com defensivos. Enfim, como vimos, a negligência dos tratos parece ter sido algo corrente, até o momento em que a alternativa do arrendamento para a cana tenha se afirmado, principalmente a partir dos anos 2000.

A penúria do pequeno citricultor não pode ser, no entanto, atribuída apenas às novas conformações do complexo agroindustrial citrícola, marcadas no argumento de Paulillo (2000 e 2005) como tendo um marco no fim do contrato-padrão. O mesmo Paulillo, em artigo conjunto com Graziano da Silva (in Silva, org., 2000; 13-14) mostrava dados que indicavam que a categoria dos pequenos citricultores vinha perdendo número e também percentuais de imóveis produtores e de produção de laranjas, mesmo durante o período de vigência do contrato-padrão:

Tabela 17 – Variação do número de estabelecimentos produtores de laranja por grupo de área, no estado de São Paulo, entre 1985/86 e 1995/96

Tamanho do imóvel	1985/86	1995/96	Variação (%)
Pequeno (menos de 50 ha)	18.215	17.869	-2
Médio (50 ha a menos de 200 ha)	4.168	6.806	63
Grande (menos de 200 ha a menos de 1.000 ha)	1.710	1.943	14
Muito grande (mais de 1.000 ha)	207	194	-6
Total	24.300	26.812	10

Fonte: IEA apud Graziano da Silva (2000; 13)
Org.: Cássio A. Boechat

Os números gerais de citricultores no estado de São Paulo ainda eram bastante elevados, tendo aumentado durante o mesmo período. Em números absolutos, os pequenos estabelecimentos eram os que tinham diminuído mais, embora em porcentagens os muito grandes tenham apresentado maior variação negativa. No entanto, observa-se que, pelo aumento significativo de estabelecimentos médios, talvez

se possa considerar que o contrato-padrão tenha sido especialmente benéfico para os citricultores de médio porte.

A distribuição percentual do total de imóveis pelas referidas categorias, considerando ainda seu percentual de produção também permite traçar uma espécie de "estrutura produtiva" em processo de transformação, beneficiando sobretudo os grupos de área médios e grandes, em detrimentos dos estabelecimentos do menor grupo de área.

Tabela 18 – Distribuição dos imóveis e da produção, segundo o tamanho do estabelecimento produtor de laranjas, no estado de São Paulo, entre 1985/86 e 1995/96.

	Estabelecimentos (%)		Produção de laranjas (%)	
Tamanho	**1985/86**	**1995/96**	**1985/86**	**1995/96**
Pequeno	75	67	34	22
Médio	17	25	23	31
Grande	7	7	35	28
Muito grande	1	1	8	19
Total	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: IEA apud Graziano da Silva (2000; 14)

Org.: Cássio A. Boechat

Os números da tabela acima mostravam uma queda acentuada dos percentuais de estabelecimentos de pequeno porte (até 49 hectares) e nos percentuais de produção de laranja destes em relação à produção total do estado, durante a vigência do contrato-padrão. No entanto, adiante os autores indicariam que, ainda assim, entre 1990 e 1996, nos pequenos estabelecimentos havia ocorrido um plantio significativo de novos pés de laranja, indicando um movimento de tentativa de permanência destes no setor. Assim, Paulillo e Graziano da Silva afirmavam que, ainda em 1999/2000:

> cerca de 90% dos citricultores paulistas hoje existentes colhem menos de 10 mil caixas de laranjas, o que, nos preços atuais, significa uma renda bruta inferior a US$ 20 mil por ano e possivelmente uma renda líquida mínima ou até mesmo negativa para aqueles localizados em regiões mais distantes das fábricas (Silva, 2000; 15).

A alternativa que apontavam para estes era a venda da fruta para o mercado interno, embora logo afirmassem que também aí havia uma concorrência se elevando com a entrada de grandes produtores, inclusive as próprias indústrias.

Neves e Lopes (2005) mostrariam um quadro de redução acelerada do número total de propriedades rurais produtoras de frutas cítricas, afirmando que o número que,

em 1999, era estimado em 24 mil propriedades, havia caído, em 2005, para próximo de 15 mil propriedades, portanto 9 mil a menos em apenas de 6 anos, o que atribuíam "à dificuldade de renovação dos pomares resultante da redução da renda nos últimos anos em vista do aumento do custo de produção e da redução da remuneração da caixa de laranja" (Neves e Lopes, 2005; 98).

Ainda assim, afirmavam haver, em 2003, cerca de 93% das propriedades citrícolas do estado na faixa de pequenas propriedades, com até 20 mil plantas. Os seus números na produção total não teriam, entretanto, mudado em relação ao período anterior, respondendo os pequenos estabelecimentos por 25% da produção do estado, em 2003, enquanto os médios respondiam por 30% e os grandes (com mais de 150 hectares) por 45%. Por outro lado, estes pequenos tinham a menor produtividade (1,66 cx/pé), enquanto médios (2,16) e grandes (2,46) se destacavam (Neves e Lopes, 2005; 100).

Num estudo realizado com dados fornecidos pelas indústrias processadoras, por meio de sua associação (CitrusBR), Neves *et alli* (2010b) indicavam que, em 2009, 87% dos fornecedores ainda eram de pequeno porte, representando um número de 11.011 produtores com menos de 20 mil árvores. Portanto, teria havido uma diminuição na porcentagem dos mesmos, de 2005 (95%) para 2009 (87%), e do seu número, de 15 mil para 11 mil.

No que se refere ao número de pés plantados, o crescimento maior se dava nos estabelecimentos maiores (com mais de 199 mil árvores) que teriam subido de 16% do total de árvores, em 2001, para 39%, em 2009. Os de médio porte (entre 10 mil e 199 mil árvores) teriam caído de 61%, em 2001, para 40%, em 2009. Desse modo, tem-se que a variação para os menores (até 9 mil laranjeiras) ficou de 23% para 21%.

Estranhamente, porém, o estudo não indicava os dados de produção para os estratos de tamanho de estabelecimentos, mostrando apenas uma estratificação por produtividade. Indicava-se aí uma faixa de produtividade necessária para se obter renda (e para agravar os dados se referiam apenas aos custos operacionais efetivos), com uma média de 280 caixas por hectare, o que não seria alcançado por 44% dos hectares plantados no cinturão citrícola. Daí o diagnóstico da saída dos citricultores menos eficientes: "Esta dinâmica que está acontecendo na citricultura explica a razão pela qual produtores menos eficientes, não podendo competir com os mais eficientes, têm deixado o setor e passado a se dedicar a outras culturas" (Neves *et alli,* 2010b; 51).

Enfim, tinha-se aí, mais uma vez, um diagnóstico inteiramente assentado no nível de produtividade do setor, ancorado, principalmente na questão do adensamento dos pomares. No entanto, este diagnóstico apontava para uma exclusão de uma parcela considerável de citricultores, num processo que já estava em curso.

Esta redução progressiva no número de estabelecimento produtores, desse modo, relaciona-se, provável e diretamente, com uma diminuição da área cultivada da citricultura no estado. Como observamos nesta última parte, esta redução evidencia um agravamento das tensões inter-capitalistas no setor, expressas sobretudo nos níveis de preços relativos.

A redução da área cultivada não parece, entretanto, estar ocasionando uma redução da produção, uma vez que a produtividade e o adensamento dos pomares parecem estar, ainda, compensando esta queda de extensão cultivada por uma intensificação da produção.

O contrato-padrão que antes analisamos pode ser compreendido como uma regulação coletiva da relação entre citricultores e indústrias. Como observamos, ele terminou em 1995, embora já fosse desrespeitado durante os seus últimos anos. Há que se compreender, entretanto, que o cenário que se firmou depois disso, foi de uma "livre" negociação entre as partes. Neste sentido, vale retomar uma abordagem de Neves *et alli* (2007) que observavam a existência de uma multiplicidade de tipos de fornecimentos de fruta para e de contratos sendo feitos pela indústria, sugerindo, assim, a existência de diferentes patamares de preços de mercado para distintos "tipos" de produtores.

Os tipos iam desde a produção própria da indústria, avaliada como estando entre 18 e 22% da produção total, e incorrendo em maiores riscos para a própria indústria, passando por uma parcela irrisória de contratos longos de arrendamento (1 a 2% do total); contratos de parceria integral (1 a 2% da produção total) em que a indústria custeia toda a produção e paga pelo preço de mercado da fruta; contratos de parceria com fomento (0,5%), em que a indústria apenas financia os insumos; contratos de *toll processing* (7%) como os analisados para a Montecitrus; contratos flex/ gatilho (de 20 a 25%) em que o fornecimento de laranja tem uma parte do preço fixa e outra variando conforme o preço do suco no mercado internacional; contrato fixo (de 30 a 40%), com preço fixado por 2 a 5 anos; contrato por uma safra (de 5 a 10%); e mercado *spot* (de 5 a 10%) com preços dados dia a dia e com a entrega feita direta na fábrica.

Enfim, vê-se que a maior parte da produção estava nos modelos de produção

própria, de contrato só pela entrega da fruta, com preços fixos e variáveis, e na última modalidade, praticamente sem qualquer contrato. Da análise dos autores, o risco para a indústria era maior nas primeiras modalidades e menor nas últimas. De nossa observação, vemos a tendência dos pequenos citricultores de não terem tido contratos longos firmados, restringindo-se a contratos anuais (quando muito), e sendo levados à entrarem na última modalidade de fornecimento, pela entrega da fruta na porta da fábrica, sem qualquer garantia contratual, se submetendo aos controles laboratoriais da fruta pela fábrica (algo que aparentemente todos são) e da liberação seletiva do desembarque da fruta nas longas filas de caminhões na porta da fábrica. Sem contar, é claro, com as variações de preços e os riscos de perdas da fruta produzida.

Com isso, tem-se que a assimetria de poder de barganha se intensificou e que, portanto, não se pode compreender a saída dos pequenos citricultores apenas como resultado de sua menor produtividade, por não terem pomares tão adensados quantos os maiores citricultores.

Tentativa de compreensão da crise da citricultura articulada às suas particularidades mais recentes

Porém, o essencial a se perguntar sobre o referido movimento seria qual o impacto para os níveis de acumulação de capital, portanto de valorização do valor, com a saída dos pequenos produtores familiares do setor?

Marx (1986, l. III, t. 2, cap. 47), quando trata da parceria e do chamado camponês parcelário, observa que a sua produção e sua exploração não participam da formação do lucro médio. Na verdade, suas condições de reprodução social tendem a ser tão críticas que não se pode contabilizar direito custos e rendimentos para compor daí a média social. Por outro lado, do ponto de vista deste pequeno produtor familiar, que tem acesso parcelar aos meios de produção não-produzidos, tampouco o lucro médio parece se constituir num parâmetro para sua reprodução.

A autonomia relativa desta reprodução aparece quando se observa que o acesso à terra não se lhe antepõe necessariamente como custo, não precisando ele pagar diretamente renda ou comprar a terra, conquanto já a tenha possuído, pelos meios mais diversos. Também os salários de um suposto capital variável a ser despendido para a produção não costumam ser sempre contabilizados, uma vez que o trabalho familiar

supre boa parte dessa demanda. Por outro lado, o lucro médio não necessita ser necessariamente atingido, porque a tendência é que se busque uma remuneração de seu próprio trabalho.

Esta remuneração, assim, mais próxima de uma remuneração pelo trabalho familiar, não pode sequer ser efetivamente compreendida como salário, nem lucro, nem renda[266], dado que as categorias que requereriam tais remunerações estão ali fusionadas.

Quando é o caso de se pagar uma renda capitalizada pela compra da terra, mesmo os juros dessa renda podem aparecer aí como parte do lucro das atividades, ou mesmo uma dedução dos "salários" de membros da família.

Enfim, o que Marx parece sugerir, com tal análise, é que o preço de mercado dos produtos fabricados nestas condições pode ser mais baixo do que aquele preço de mercado que precisa remunerar uma produção capitalista que busca a obtenção do lucro médio. Dessa maneira, a apropriação do mais-trabalho desse pequeno produtor se dá quase gratuitamente, sendo extraída pela própria mobilidade desse trabalho miserável que permite uma produção abaixo dos níveis médios de produtividade: "Uma parte do mais-trabalho dos camponeses que trabalham sob as piores condições é dada gratuitamente à sociedade e nem sequer entra na regulação dos preços de produção ou na formação do valor em geral" (Marx, 1986; 261).

No entanto, parece ainda haver a indicação, por Marx, de um limite dessa apropriação de trabalho não-pago sendo dado pelos mesmos níveis de preço de mercado, quando estes não podem suprir o "salário" (ainda que ínfimo) deste pequeno proprietário e de sua família, constituindo-se assim um equivalente precário ao "trabalho socialmente necessário":

> Para ele, como limite absoluto enquanto pequeno capitalista não aparece nada senão o salário que ele paga a si mesmo, após dedução dos custos propriamente ditos. Enquanto o preço do produto cobrir seu salário, ele continuará a cultivar suas terras, e isso com freqüência até chegar a um mínimo físico do salário[267] (Marx, 1986; 261).

---

[266] Embora concorde que esta renda não seja exatamente uma renda fundiária capitalista, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1987) chama-a, ainda assim, de renda. Uma renda que é capitalizada pelo capital monopolista, embora ocasionalmente seja acumulada na própria unidade camponesa: "Assim, o conceito de renda da terra torna-se um conceito importante para o entendimento desse processo de subordinação a que o camponês está sujeito, e importante também em relação aos grandes monopólios capitalistas" (Oliveira, 1987; 58). Como, a princípio, reservamos o conceito de renda capitalista para um sobrelucro específico, não utilizaremos o mesmo termo para denominar o rendimento do "camponês".

[267] Do mesmo modo como afirmamos não concordar exatamente com a definição de uma renda extraída desses camponeses como sendo renda no sentido *stricto* do termo, aqui tampouco podemos concordar com a definição desse rendimento como salário. A própria explicação de Marx

A transposição dessa teorização para o caso dos pequenos citricultores não é algo que se deva fazer sem nenhuma mediação. Como desejamos aqui encaminhar a conclusão, faremos tal passagem de forma bastante apressada.

A princípio, podemos identificar a existência nos estudos aqui retomados tanto de um número significativo de pequenos proprietários representando a maioria das propriedades produtoras de laranja e, até certo período, representando também uma boa parte da área cultivada e da produção. Com o adensamento, principalmente, a participação dos pequenos citricultores nos percentuais de produção total é o item que mais rapidamente tem caído, não obstante os demais dados também tenham decrescido.

Observamos, no desenrolar dos argumentos, que até meados dos anos 1970, a utilização de insumos "modernos" esteve sendo introduzida mesmo nas maiores fazendas citrícolas. Ao longo dos anos 1980, as fazendas médias e grandes passaram a sobressair sobre as pequenas, em termos de área cultivada e de produção, num contexto, como vimos, de maiores dificuldades para estas e melhores preços para aquelas.

Nos anos 1990 parece ter se iniciado uma transformação mais radical na forma de se produzir. Pelos dados apresentados por Ghilardi *et alli* (2002) e por Ghilardi (2006) os percentuais relativos de custos com força de trabalho parecem ter caído drasticamente, em relação ao aumento de custos com defensivos e outros elementos do capital constante.

Uma vez que esse aumento da composição orgânica do capital fez diminuir a importância relativa do trabalho face ao capital, certamente uma produção familiar (com menor composição orgânica de capital e menor uso de insumos modernos) deve ter passado a se contrastar mais com as da chamada Nova Citricultura. O aumento no número de pragas também deve, como indica a bibliografia, ter diminuído a produtividade desse trabalho ou aumentado os custos.

Por outro lado, a passagem para os citricultores dos custos com colheita e com frete, que já adiantamos, certamente deve ter obrigado à contratação de força de trabalho suplementar à familiar.

Paralelamente a tudo isso, as mudanças nas condições de financiamento também se agravaram. A retirada quase total dos subsídios estatais para o crédito rural,

---

revela o absurdo, para uma racionalidade derivada da reprodução das formas autornomizadas do capital, da situação de um salário que é pago para si mesmo. Ao mesmo tempo sugere uma forma de pensar muito parecida com a que estamos lidando nos estudos sobre custos de produção, na forma de se conceber despesas e rendimentos e o esperado "lucro".

principalmente a partir dos anos 1990, o fim do contrato-padrão e a nova política de preços e contratos da indústria processadora, podem ter levado uma parte dos pequenos e médios citricultores a assumir dívidas bancárias para o financiamento dos pomares e do custeio da produção, num contexto de aumento das exigências desses custos.

O adensamento dos pomares em geral, por mais que não tenha implicações diretas sobre a remuneração do pequeno produtor que não se baliza pelo lucro médio (em tendência de queda), pode todavia cobrar suas contas, sobretudo em caso de renovação de pomares, cujos gastos com o investimento passavam a ser aumentados.

Ghilardi (2006) chegava a indicar a existência de, aparentemente, três níveis de produtividade bastante desiguais na citricultura paulista. Neves *et alli* (2007) atribuíram "medalhas" de bronze, prata e ouro para diferenciar tipos de produtores, indicando uma tendência dos da categoria menos produtiva de sair do setor. Neves e Lopes (2005) chegaram a ver com bons olhos a alternativa do arrendamento da cana para estes saírem de uma vez da citricultura.

Como sabemos, estas análises já lidavam com um contexto de preços de mercado mais baixos da laranja para o produtor. Estes mesmos preços estavam na relação com a capacidade produtiva decadente dos pequenos proprietários, sobretudo com os novos custos (colheita e frete) que passaram a ter que arcar e pela queda da produção pela maior incidência de doenças.

Suas condições de negociação por melhores preços junto à indústria também parecem ter se deteriorado nos últimos anos, sobretudo a partir do fim do contrato-padrão e da perda do poder político das associações de citricultores. A tendência passou a ser a de se fazer contratos individuais com a indústria[268], o que, no caso de pequenos produtores, indica uma assimetria brutal de poder no estabelecimento das condições de negociação.

A tendência, portanto, seria a de uma compressão do "salário" (ou da remuneração, em sentido amplo) do pequeno produtor, de modo que a alternativa do arrendamento parece ter contribuído para dar um parâmetro para até quanto o preço de mercado da laranja podia cair para mantê-los na produção.

Esta parecia ser uma alternativa para o pequeno proprietário de, saindo antes de

[268] "Com a redução ou quase extinção das condições coletivas de negociação entre produtores e indústrias, as negociações individuais terão um peso determinante na entrada, permanência ou saída de produtores do mercado" (Neves *et alli*, 2007; 83).

chegar a níveis de endividamento que o levassem a perder a terra, portanto antes de ser expropriado, poder se tornar uma espécie de rentista, recebendo renda fundiária. Nestas condições, o ex-pequeno citricultor permaneceria numa condição de reprodução social relativamente melhor do que aquela vivenciada pelo trabalhador totalmente expropriado.

Essa saída aparentemente racional não representa, necessariamente, a maneira de pensar de um pequeno produtor, cuja vida tenha se dado na relação direta com os meios de produção. É bom cotejar essa linha de pensamento com aquela que sugere que o "limite para a produção camponesa é a sobrevivência" (Oliveira, 1987; 58), ou que "sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio" (Oliveira, 1987; 68).

Por essa linha interpretativa, dever-se-ia conceber uma produção camponesa de laranjas que decorre do trabalho excedente do camponês para além do trabalho realizado na própria terra e para a produção de sua subsistência. O próprio Oliveira (1987) concebe, no entanto, um camponês tecnificado e produzindo mercadorias agrícolas, também pelo consumo produtivo de meios de trabalho, adquiridos no mercado. Concebe, ainda, um camponês que paga impostos e depende parcialmente de políticas de preços mínimos e de cooperativas para se manter, face aos preços de mercado baixos das mercadorias agrícolas[269].

Por outro lado, também a subsistência passa a ser gradativamente contraposta à possibilidade de se adquirir os mesmos bens de consumo no mercado, podendo assim destinar a parte do trabalho antes voltada para esta produção para a produção de mercadorias para o mercado. Enfim, estão dados todos os elementos para uma compreensão da sobrevivência do camponês na terra para além de uma concepção fisiológica do termo. Ainda assim, não se quer, com isso, ignorar a resistência de parcela desse "campesinato" em abandonar voluntariamente suas terras, mesmo diante de todas as adversidades. Mas, deve-se conceber sempre a possibilidade dessas adversidades

[269] "Dessa forma, de certo modo abriram espaço para a expansão da produção camponesa, surgindo um camponês ultra-especializado, diferente, portanto, do camponês livre da etapa concorrencial do capitalismo. Um camponês agora permanentemente endividado no banco, pressionado pelos encargos fiscais do Estado, esse mesmo Estado que de certa forma intervém no setor no sentido de buscar a sua regularidade; um camponês altamente produtivo, cujo trabalho agrícola torna-se cada vez mais intenso, que inclusive necessita, dependendo do setor, entregar temporariamente parte do processo de trabalho para trabalhadores de empreitada, ou então entregar para os monopólios industriais a última etapa do processo produtivo: a colheita" (Oliveira, 1987; 54).

forçarem ao abandono, ainda que este seja apresentado como “voluntário”.

Todos estes fatores se limitam a uma compreensão que parece se ater às questões econômicas mais prementes para estes produtores. No limite, apontam para o limiar da diferença entre preço de custo e preço de mercado e a possibilidade de não havendo um saldo ao menos de zero, que se incorra num endividamento. Possivelmente, na perda da propriedade fundiária.

Com isso, abstraímos fatores não menos importantes da reprodução social desses pequenos citricultores. Num contexto de acelerada urbanização, de generalização da necessidade de escolarização, de entrada de novos padrões de consumo de mercadorias industrializadas e mesmo de novas relações de autoridade e de configuração familiar, é de se supor que o agravamento da tensão da reprodução desses produtores deva estar sendo sentido no interior da família e de suas estratégias cada vez mais individualizadas de vida. Principalmente, numa produção que parece pressupor o trabalho familiar, um baixo nível de consumo e, geralmente, a vivência no meio rural.

Porém, segue a dúvida do impacto da saída destes citricultores para a acumulação do setor como um todo. Se a questão for analisada apenas pelo prisma da produção de laranjas, é possível que não haja grandes dificuldades dos médios e grandes citricultores, incluindo as próprias indústrias, com seus pomares adensados, de fornecer a oferta antes suprida por aqueles pequenos produtores, estimada por Neves e Lopes (2005) como sendo de cerca de 25% da produção total.

Do ponto de vista da qualidade dessa fruta, constantemente criticada pela indústria e pelos seus porta-vozes, talvez isso represente até um incremento da produtividade industrial.

No entanto, a retirada de um quarto da produção citrícola produzida, possivelmente, abaixo do lucro médio e podendo ser adquirida pela indústria processadora a preços de mercado menores do que a média, deve vir a representar um aumento dos custos industriais para a obtenção dessa fatia da produção, acaso venha a ser produzida por citricultores que exijam uma remuneração por investimentos de outra ordem ou mesmo tendo que ser produzida pela própria indústria.

De todo modo, a questão indicada fica com uma resposta apenas parcialmente sugerida. Essa produção de laranjas, realizada nas piores condições, podendo ser sub-remunerada ao extremo, representava uma parcela considerável da produção do estado e, de um modo ou de outro, compunha uma parcela significativa dos níveis de

acumulação da indústria processadora. Esta produção está rapidamente sendo eliminada, no entanto, sobretudo pelo movimento agressivo de centralização movido pela própria indústria, embora apareça uma eliminação se dando pela falta de eficiência destes produtores.

Essa limitação à acumulação de capital pela indústria processadora se junta com o processo geral de aumento da composição orgânica dos capitais, também no chamado complexo agroindustrial citrícola. Este processo, por sua vez, como já desenvolvemos neste capítulo e no anterior, conduz a uma eliminação gradativa e relativa do consumo do capital variável frente ao capital global. Isto é, também o trabalho vivo da força de trabalho assalariada está sendo paulatinamente eliminado da produção de laranja e da produção de suco concentrado de laranja.

Neste sentido, o fundamento da extração de mais-valia tem se reduzido rapidamente e, principalmente, ao longo dos últimos 20 anos, embora a intensificação da reprodução ampliada do capital na agricultura tenha se acelerado mesmo a partir dos anos 1970.

Uma vez que a produção esteja atingindo níveis de produtividade tão altos, que a rentabilidade financeira esteja sempre sendo comparada com a rentabilidade da produção direta, que o capital variável esteja se tornando irrisório perto de outros elementos do capital exatamente para tentar manter aquela produtividade em níveis crescentes e que, por fim, os ganhos com a exploração do trabalho dos pequenos citricultores se tornem relativamente insignificantes, tem-se um cenário de crise iminente.

Essas transformações, tendendo a levar a uma queda da taxa de lucro, conquanto estejam ocorrendo de maneira geral na sociedade, articuladas à eliminação tendencial também da extração do mais-trabalho dos pequenos produtores, indicam um desenvolvimento que está conduzindo a uma insustentável forma de reprodução social.

Se os seus aspectos críticos desembocam mais violentamente na degradação dos níveis de vidas de trabalhadores e sitiantes, tendo que lidar com a pauperização e o desemprego, refletem também num aumento dos níveis de criminalidade e de violência social explícita de um modo geral. Porém, mais cedo ou mais tarde, deverão se refletir também de maneira mais crítica nos níveis de lucratividade gerais do capital aplicado também na agricultura e, em particular, na citricultura.

Provavelmente, a própria forma como essa agroindústria passou a se comportar,

de maneira cada vez mais agressiva, se voltando não só contra as suas concorrentes, mas também contra a garantia de reprodução ampliada dos seus fornecedores, essa própria postura já deve indicar uma reação desmedida contra tal tendência. Algo que não apresentamos aqui, de forma alguma, para justificar um tal comportamento, mas para sugerir que o que aparece como vitória do monopólio é, antes, sua crise.

Conclusão parcial: Nova conformação espetacular da política na citricultura?

Diante de tudo isso, tem-se a instauração de um conflito que parece emergir dos níveis de preços relativos, mas que se origina, de fato, do próprio desenvolvimento do chamado "progresso técnico" em geral da citricultura, progresso este que se movimenta pelo duplo aspecto da concentração e da centralização do capital aplicado na atividade e que tem sido monopolizado, principalmente, nas empresas proprietárias das maiores indústrias processadoras.

Por sua vez, a partir da constituição de novas denúncias de cartelização das mesmas, houve recentemente a tentativa de se instaurar novas instâncias mediadoras, articuladas no Estado, para tentar conter, de alguma forma, as expressões mais violentas do processo.

Para tanto, foi criada, por exemplo, em 2004/2005, a Câmara Setorial da Citricultura, junto ao Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento. Posteriormente, foi criada, na alçada estadual, uma espécie de união de municípios citricultores, no âmbito da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. Simultaneamente, correram as investigações da Polícia Federal, materializadas na chamada "Operação Fanta", que apreendeu documentos nos escritórios das indústrias processadoras que supostamente comprovavam a prática de cartel. Esse processo de investigação ainda corre no CADE, há mais de 6 anos.

Durante a ocorrência de tais eventos que não parecem ter conseguido dar grandes inflexões para o movimento antes descrito, a associação dos exportadores de suco de laranja Abecitrus, após uma crise interna, se re-arranjou numa nova associação, chamada CitrusBR. Esta associação parece ter se aproximado dos professores e cientistas dos grupos PENSA e Markestrat, concentrados principalmente na FEA, da USP de Ribeirão Preto. O último trabalho de Neves *et alli* (2010) inclusive foi explicitamente derivado dessa aproximação, sendo que boa parte de suas fontes foram

liberadas diretamente pela CitrusBR.

De outro lado, a combalida associação dos citricultores, a Associtrus, parece ter se aproximado de pesquisadores e professores da UFSCar, tendo financiado em parte a publicação do livro de Paulillo (2006). Muitas das apresentações desses professores tem se dado junto a representantes daquela associação em encontros do setor, desde então.

Essa aproximação mútua de posições divergentes do campo acadêmico às posições divergentes do campo político, dentro do setor citrícola, nos parece ser reveladora de uma nova forma de se conceber a política.

Uma vez que não estamos sugerindo que as diferentes vertentes do campo acadêmico tenham sido, simplesmente, compradas para representarem discursos previamente estipulados do setor, compreendemos, a princípio, os seus autores como realmente defensores das posições que assumem politicamente. Desse modo, eles aparecem como reais produtores desses discursos, mediados por uma linguagem técnica e acadêmica que confere autoridade social para práticas. Porém, mais do que indicar, com isso, certo retorno do intelectual orgânico a esta cena particular, queremos pensar, por fim, se o entusiasmo mútuo com a produção de discursos acadêmicos legitimadores de práticas em oposição não estaria em si representando um novo momento da forma de ser da política no setor.

Certamente, isto não parecia ter a centralidade que hoje apresenta nos tempos, por exemplo, do contrato-padrão, quando as associações debatiam diretamente questões do setor, ou quando esta política esteve alojada no interior da Cacex, que não sendo suficiente para contornar os conflitos, teve, por exemplo no caso da crise de 1974-76, uma ação direta dos citricultores pressionando a alta cúpula dos governos estadual e federal para solucionar a questão.

Enfim, vemos atualmente uma parcela da política delegada para esferas aparentemente jurídicas do Estado, como no caso da acusação do cartel estacionada no CADE, ou delegada para as esferas do espetáculo, na tentativa de construção de algum consenso que possa justificar o que vem sendo feito ou mudar os seus rumos. Com "esferas do espetáculo", estamos querendo mesmo remeter às muitas intervenções de ambos os lados na chamada *mídia* e na produção de livros, mas também estamos pensando no papel das instituições acadêmicas na formulação de argumentos científicos para embasar tais intervenções. Também esses argumentos científicos e seus discursos conflitantes estão sendo, correntemente, direcionados para tentar influenciar uma

decisão definitiva na esfera jurídica.

Tudo isso diz muito sobre a sociedade do espetáculo em que vivemos. Pensar no papel da produção científica articulada a essa sociedade requer que tenhamos, constantemente, um receio da maneira abstrata como produzimos esses discursos e da forma de apropriação dos mesmos que em parte também nos escapa.

Por outro lado, parece haver o esvaziamento do Estado como o lugar da política, sendo que este não parece ter um projeto nacional claramente definido que possa pautar uma decisão definitiva sobre os rumos aparentemente antepostos, propostos pelos discursos produzidos em oposição. Este esvaziamento condiz com um estágio do colapso da modernização, em que a industrialização em si perdeu a centralidade do direcionamento amplo das ações modernizadoras deste mesmo Estado. Deve haver uma relação entre a ficcionalização do capital e a queda da taxa de lucro nas indústrias com essa descrença, cada vez maior, de que a industrialização seja sinônimo de soberania, de modernidade e de acesso ao bem-estar social.

Por outro lado, a nova posição da agricultura num processo de *commoditização*, indica novos nexos com a financeirização em processo que não pudemos desenvolver de maneira satisfatória nesta tese. Ainda assim, para alguns, a cartelização talvez não seja vista com maus olhos num contexto em que, fetichistamente, ainda se tem uma paranóica e infundada busca por compor indicadores abstratos de desenvolvimento econômico, como o PIB.

O "orgulho" com o "sucesso" do *agronegócio* da laranja é constantemente lembrado em Neves e Lopes (2007), Neves *et alli* (2007) e Neves *et alli* (2010). Mas ele vai adquirindo um "gosto amargo" de uma crise interna para Paulillo (2006) e Figueiredo, Souza Filho e Paulillo (2010). Já em Oliveira (1984) e Oliveira (1987), porém, a crítica pareceria ir além, para indicar relações de exploração mais amplas, para aqueles a quem "não sobrava nem o bagaço" da laranja.

Enfim, diante de tantas oposições, que remetem à autonomização do capital em esferas contrapostas, tentamos nesta parte da tese desenvolver críticas aos fundamentos mais essenciais da sociedade em que vivemos, o que não permite que tomemos exatamente partido de um ou de outro lado, uma vez que almejamos uma crítica mais ampla do que aquela que espera por uma regulação estatal que harmonize tais oposições, embora tenhamos continuamente apontado uma concordância parcial com alguns desses lados e mesmo nos embasado amplamente em todos estes estudos para

construir o nosso. Neste sentido, não acreditamos que estejamos nos pondo de fora dessa mesma sociedade do espetáculo (ou dessa sociedade mundial produtora de mercadorias ou mesmo de uma sociedade do trabalho), ainda que não gostemos de nossa inserção na mesma.

Considerações finais

Os três capítulos dessa tese tentaram abordar as três categorias fundamentais que compõem a "Fórmula trinitária" da Economia Política clássica, criticando sua concepção ancorada numa lógica dedutiva que não se encontra efetivamente na realidade. Terra, trabalho e capital organizaram apresentações que, no entanto, mostravam essas categorias em relação. Ainda assim, compreendemos a modernização como o processo de autonomização dessas categorias.

Esse modo de conceber a modernização é sugerido por K. Marx no capítulo da "Gênese da renda fundiária" (Marx, 1986, l. III, t. 2, cap. 47), quando discorre sobre o processo de acumulação primitiva de uma maneira distinta do que antes fizera (Marx, 1985, l. I, t. 2, cap. 24). Assim, no Livro Terceiro, a acumulação primitiva aparece como processo de dissociação das categorias da terra, do trabalho e do capital, antes fundidas na produção camponesa. O mesmo camponês parece personificar, naquela exposição, todas as categorias, enquanto, na verdade, são elas que não existiam ainda autonomizadas. No decorrer da acumulação primitiva, no entanto, dele, como *categoria social,* se desdobrariam aqueles a personificar o arrendatário, o pequeno capitalista e o trabalhador rural. Paralelamente, as formas pretéritas de renda (eram elas renda em trabalho, em produto e em dinheiro) se metamorfosearam em rendimentos autonomizados: renda fundiária, juros e salário.

O capítulo seguinte de *O capital*, portanto, debateria com a "Fórmula trinitária" consolidada. *Terra* a ser personificada pelo proprietário fundiário, que lhe permite a obtenção de uma renda fundiária, ao lado de *trabalho* a ser personificado pelo trabalhador assalariado recebendo salário, e ao lado de *capital*, personificado pelo capitalista a receber como rendimento ora lucro, ora juros. Porém, a mera conjunção apartada dessas categorias e de seus rendimentos sugeriria que a propriedade dessas mercadorias (propriedade fundiária, força de trabalho e meios de produção ou dinheiro) daria direito aos seus respectivos rendimentos, de maneira que parece que são as mercadorias os reais sujeitos dessa sociedade; por isso, tida por Marx como fetichista: uma sociedade de homens mediados por coisas, em que tudo aparece como invertido e o objeto surge como sujeito.

Nesta sociedade, todos parecem cumprir sua função numa *divisão social do*

trabalho, pautada por um poder difuso das mercadorias alheias em comandar o trabalho. A troca fundamenta, portanto, uma aparência de liberdade de proprietários de mercadorias de trocar voluntariamente as suas pelas dos demais proprietários, desde que na proporção adequada. Neste sentido, a própria sociedade aparece sob a forma de uma "sociedade de ações", onde todos os sujeitos cumprem suas funções de personificação e têm suas alíquotas de propriedade sobre o produto geral.

Ora, essa sociedade orquestrada pela lei da oferta e da procura não parece ter espaço para a violência, monopolizada pois pelo Estado e concentrada na polícia e no exército, como tampouco para o que não esteja previsto em contratos entre proprietários, pressupondo, assim, uma esfera jurídica a mediar possíveis quebras contratuais.

Porém, a troca de mercadorias e a propriedade autonomizada de mercadorias de categorias diferentes escondem muito de como essas mercadorias vêm à tona no mercado e na posição categorial em que aparecem.

Procuramos mostrar como terra, trabalho e capital não estiveram continuamente assim apartados no processo de modernização e que este mesmo processo constituiu uma tendência a esta separação. Por outro lado, seguindo a pista da crítica marxiana, mostramos continuamente a incapacidade dessas categorias de gerarem os seus rendimentos por si só.

Também, no que tange ao Estado e às leis, não observamos essa participação quase que marginal de ambos nas trocas e na produção de mercadorias, tal qual se poderia pensar a partir da descrição acima. Primeiramente, sugerimos a existência de um Estado fundamentado no compromisso coronelista, a organizar tanto a apropriação da base fundiária como a exploração do trabalho. Posteriormente, a Estado planejador, que vimos se autonomizando da propriedade fundiária e do capital, visou organizar e fomentar a produção agrícola modernizada, a industrialização e a financeirização do capital, além de também seguir organizando (ainda que em formas distintas) a apropriação da base fundiária e a exploração do trabalho.

A centralidade da exploração do trabalho na compreensão da acumulação capitalista não pode ser, todavia, esquecida. Sua particularidade na história aqui recuperada mostrou, entretanto, que sequer a força de trabalho poderia ser considerada como algo *em si*, ao menos até os anos 1960, conforme vimos para o caso do colonato.

No que se refere à ascensão do trabalho complexo, indicamos sua relação com o

assim chamado “progresso técnico”, mas também com o controle de novos mecanismos de representação social. Personificando essa modernização, o trabalho complexo surge como um elemento da expulsão do trabalho simples do processo produtivo direto, pelo aumento da composição orgânica do capital. Personificando a burocracia e o espetáculo, surge como mediador de novas instâncias de reprodução cotidiana de uma vida mais urbana e centrada no acesso ao consumo de mercadorias.

De todo modo, foi esse aumento da composição orgânica do capital que organizou uma compreensão do fundamento contraditório da modernização que aqui abordamos. Essa modernização apareceu, portanto e simultaneamente, como desenvolvimento e como crise.

Essa crise imanente do capital não se dá de forma linear e inexorável, mas tem também suas medidas contrariantes. Harvey (2005) apontou o “ajuste espacial” como uma dessas medidas, a possibilitar pela modernização da periferia a diminuição da superacumulação do capitalismo central. Gaudemar (1977) indicaria a “mobilidade do trabalho” como outra possibilidade de se mitigar essa tendência de fundo, ao se possibilitar a extração de mais-valia em novas realidades, pela migração e pela adaptação da força de trabalho às mesmas novas realidades. Graziano da Silva (1981) afirmou que o “progresso técnico” era em si uma tendência contrariante àquela crise, ao possibilitar a extração de mais-valia relativa e expandir a acumulação capitalista.

Todas essas concepções estão parcialmente corretas, porque apontam para uma parte da contradição. De fato, a expansão do capital é a expansão da acumulação de capital. O que eles parecem estar observando é que a expansão espacial, pressupondo a mobilidade do trabalho e a mobilidade do capital, permite um aumento das massas de lucro. Porém, talvez apenas Harvey (2005) perceba, de fato, que o problema está, com isso, sendo posto novamente adiante, numa escala ampliada. Desse modo, a expansão do capital que, a princípio, parece não ter limites, terá cada vez maiores dificuldades para solucionar sua superacumulação de mercadorias, capitais, de trabalhadores e de dinheiro.

Na proporção agigantada dos meios de produção e do dinheiro a serem tocados por uma proporção sempre diminuída de trabalhadores não é só o desemprego que surge como estrutural e os serviços como fuga última desses trabalhadores para seguir obtendo salários com que mediar a suas sobrevivências. Também a sobrevivência da extração de mais-valia, permitindo a apropriação de lucro pelo capital, parece estar cada

vez mais em risco, ao menos na proporção necessária.

O recurso à dívida pública e aos mecanismos financeiros de acumulação de capital fictício não resolvem aquela contradição. Os circuitos internacionais de endividamento vão se avolumando e, no momento, parecem expressar uma tensa e frágil ordem internacional, cujas rupturas cada vez mais constantes e violentas tendem a consumir rapidamente volumes de dinheiro superacumulados como que por mágica e a cobrar novamente da população parte do pagamento dos choques de desvalorização. Estudado tendo em vista a evolução da citricultura, o processo de modernização parece sugerir que o espetáculo do capital fictício não parece substituir a valorização do valor.

Referências bibliográficas

Material produzido na pesquisa

Caderno de campo I, Pesquisa no Cartório de Registro Civil de Cajobi, Cajobi-SP, janeiro de 2012.
Caderno de campo II, Trabalho de campo, junho de 2012.
Caderno de campo III, Trabalho de campo, agosto e setembro de 2012.
Caderno de campo IV, Trabalho de campo, dezembro de 2012 e janeiro de 2013.
Fotografias, diversos.

Entrevistas gravadas em trabalhos de campo

Ademir Miranda, Cajobi-SP, 18 de janeiro de 2013.
Antônio Carlos da Silva, Bebedouro-SP, 22 de janeiro de 2013.
Armando Paioli, Cajobi-SP, 27 de janeiro de 2009.
Armando Vassoler, Cajobi-SP, 28 de janeiro de 2008.
Benedita Dornelas, Cajobi-SP, 17 de janeiro de 2013.
Darly Gomide Arruda, Bebedouro-SP, 25 de junho de 2007.
Durvalino Dornelas, Cajobi-SP, 17 de janeiro de 2013.
Ivan Aidar, Severínia-SP, 22 de janeiro de 2013.
Flávio Pinto Viegas, Bebedouro-SP, 16 de janeiro de 2013.
Gilberto Arroyo, Monte Azul Paulista-SP, 13 de julho de 2007.
Hélio de Almeida Bastos, Bebedouro-SP, 23 de janeiro de 2013.
Hernani Bulle Arruda, Bebedouro-SP, 25 de junho de 2007.
João Carlos Nazareth, Olímpia-SP, 19 de julho de 2012.
Maria B. Vassoler, Cajobi-SP, 26 de maio de 2007.
Maria B. Vassoler, Cajobi-SP, 18 de janeiro de 2013.
Natal Vernice, Cajobi-SP, 25 de junho de 2012.
Nelson da Silva, Cajobi-SP, 11 de julho de 2012.
Nelson da Silva, Cajobi-SP, 14 de janeiro de 2013.
Ronaldo Anacleto, Monte Azul Paulista-SP, 23 de janeiro de 2013.
Walkmar de Souza Pinto, Bebedouro-SP, 20 de julho de 2012.

Documentos pesquisados

Caderneta oficial de trabalho, Secretaria do Trabalho, do Comércio e da Indústria, Departamento Estadual do Trabalho. Caderneta de Benedito Paioli, A. Bulle & Sobrinho, Fazenda Monte Verde, Cajobi-SP, 1960-1965.

Folha de Pagamento de trabalhadores da Fazenda Monte Verde, A. Bulle & Sobrinho, Cajobi-SP, 1963-1973.

Folha de Pagamento de trabalhadores da Fazenda São José, A. Bulle & Sobrinho, Severínia-SP, 1964-1969.

Folha de Pagamento de trabalhadores "empreiteiros", A. Bulle & Sobrinho, Monte Verde, Cajobi-SP, 1966-1973.

Documentos oficiais pesquisados

BRASIL. CMBEU-DE. Comissão Mista Brasil – Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico. *Projetos – diversos*. Volume 14. Rio de Janeiro, 1953.
IBGE. *Censos agropecuários*. Diversos.

IBGE. *Censos demográficos.* Diversos.
IEA. *Estatísticas de produção, área cultivada e distribuição dos pomares.* Diversos.
IPEA. *Estatísticas de população e de produção agrícola*. Diversos.
SÃO PAULO. *Plano de ação do governo 1959-1963. Administração estadual e desenvolvimento econômico-social.* Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 1959.

Livros, teses, dissertações e artigos consultados

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. Companhia das Letras, São Paulo, 2000.
ANDRADE, Edmundo Navarro de. *Citricultura*. Typographia Brasil de Rotschild & Cia, São Paulo, 1929.
BAPTISTELLA, Celma da Silva Lago. *Colhedores de laranja na indústria paulista*. Mestrado, DG, FFLCH-USP, São Paulo, 1998.
BEDIAGA, Begonha Eliza Hickman. *Marcado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas – 1860 a 1891*. Tese de doutorado. Instituto de Geociências da UNICAMP, Campinas, 2011.
BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro – aspectos políticos*. 3ª. ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2005.
BELIK, Walter. *Agroindústria processadora e política econômica*. Tese de doutorado. Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 1992.
BELLUZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Volume 1. Brasiliense, São Paulo, 1983.
BOECHAT, Cássio Arruda. *Região do colonato: Mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista.* Dissertação de mestrado. Depto. de Geografia, FFLCH-USP. São Paulo, 2009.
BOUDIEU, Pierre. *Esboço de auto-análise*. Companhia das Letras, São Paulo, 2005.
_____. *O poder simbólico*. Bertrand Brasil, DIFEL, São Paulo, 1989.
BRAY, Silvio Carlos. *A utilização da terra em Bebedouro e o papel atual da cultura da laranja*. Dissertação de Mestrado. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 1974.
CARDOSO, Irene. *A universidade da comunhão paulista (O projeto de criação da Universidade de São Paulo)*. Autores Associados, Cortez, São Paulo, 1982.
CERON, Antonio Olivio. *Aspectos geográficos da cultura da laranja no município de Limeira*. Tese de doutorado, FFCL-USP, São Paulo, 1969.
CHALOUB, Sidney. *Visões da liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Companhia das Letras, São Paulo, 2011.
CORRÊA, Maria Letícia. "Estado e burocracias no Brasil: um estudo sobre poder e política na área de planejamento do governo JK ao regime militar (1956-1968)". In: http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/1232/1019. (Consultado em 11/11/2013).
CORRÊA, Mariza. "Repensando a família patriarcal brasileira (Notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil)". In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes de; ARANTES, Antônio Augusto; BRANDÃO; CORRÊA, Mariza; STOLCKE, Verena; ZALUAR, Alba. *Colcha de retalhos. Estudos sobre a família no Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 1982.
CORRÊA, Roberto Lobato. "O enfoque locacional na Geografia". In: Revista Terra Livre, ano 1, no. 1, AGB, São Paulo, 1986.
COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república – Momentos decisivos*. 7ª. ed.

Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1999.
_____. *Da senzala à colônia*. 4ª. ed. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1998.
DANTAS, Ibarê. *Coronelismo e dominação*. UFS, Aracaju, 1987.
DEBORD. Guy. *A sociedade do espetáculo/ Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Contraponto, Rio de Janeiro, 1997.
DEFFONTAINES, Pierre. "Geografia humana do Brasil". In: Revista Brasileira de Geografia. Vol. 1, no. 1, 1939.
DELGADO, Guilherme Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985*. Ícone Editora; Editora da Unicamp, São Paulo, 1985.
DIERBERGER JR., João. "Relatório. São Paulo, 3 de novembro de 1927". In: "Documentos Históricos", Revista Laranja – Revista Técnico-Científica de Citricultura. Estação Experimental de Limeira – Instituto Agronômico de Campinas, no. 7, vol. 2, Cordeirópolis, novembro de 1986.
ENGELS, Friedrich. *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1984.
ETTORI, Oscar J. Thomazini. *Problemas econômicos da laranja*. Secretaria da Agricultura, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1957.
FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 8ª. ed. Globo, São Paulo, 1989. (2 vols.)
_____. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Globo, Rio de Janeiro, 2008.
FIGUEIREDO, Adelson Martins; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; PAULILLO, Luiz Fernando de Oriani e. "Análise das margens e transmissão de preços no sistema agroindustrial do suco de laranja no Brasil". In: Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso), vol. 51, 2013.
FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1997.
_____. "Organização social do trabalho no período colonial". In: Barros de Castro, Antonio *et alli*; Pinheiro, Paulo Sérgio (coord.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. São Paulo, Paz e Terra, 1984.
FRANÇA, Ary. *A marcha do café e as frentes pioneiras*. União Geográfica Internacional – Comissão Nacional do Brasil. Edição do Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1960.
FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala – Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil.* Editora Record, Rio de Janeiro, São Paulo, 2000.
_____. *Sobrados e Mucambos – decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano.* 2 tomos. 3a. Edição. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1961.
FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Publifolha, 2000.
GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa, Estampa, 1977.
GARCIA, Sylvia Gemignani. *Destino ímpar – sobre a formação de Florestan Fernandes*. Editora 34, USP, São Paulo, 2002.
GHILARDI, Arthur A. "Análise comparativa de custos de produção de laranja para indústria, Estado de São Paulo, safra 2005/06" . In: Revista Laranja, v. 27, n. 2, Cordeirópolis, 2006.
GHILARDI, Arthur Antonio; MAIA, Maria Lúcia; AMARO, Antonio Ambrosio;

NEGRI, José Dagoberto de. “Citricultura paulista: exigência física de fatores de produção, estimativa de custo e evolução das técnicas agrícolas”. In: Informações Econômicas, vol. 32, no. 9, São Paulo, setembro de 2002.

GOLDENSTEIN, Lea & SEABRA, Manoel. “Divisão territorial do trabalho e nova regionalização”. In: Revista do Departamento de Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 1982.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. “O conceito de região e sua discussão”. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; Corrêa, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume, 2005.

HASSE, Geraldo. *A laranja no Brasil (1500 – 1987): a história da agroindústria cítrica brasileira, dos quintais coloniais às fábricas exportadoras de suco do século XX*. São Paulo, Duprat & Iobe Propaganda, 1987.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. “Os migrantes e a crise da sociedade de trabalho: Humilhação secundária, resistência e emancipação”. in: *Migrações: Discriminação e alternativas*. Paulinas, São Paulo, 2004.

HEFLINGER JR., José Eduardo. *Ibicaba: o berço da imigração européia de cunho particular.* Fundo Nacional de Cultura, Ministério da Cultura, Unigráfica, São Paulo, 2007.

HOBSBAWN, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. 16ª. Ed. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2002.

_____. *A era do capital (1848-1871)*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II: “O Brasil Monárquico”, vol. 5, “Reações e Transições”. 8ª. Ed. Bertrand Brasil, rio de Janeiro, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

JACKSON, Luiz Carlos. “Tensões e disputas na sociologia paulista (1940 – 1970)”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 22, no. 65, outubro de 2007.

KALATZIS, Aquiles Elie Guimarães. *Os novos rumos do complexo agroindustrial citrícola: a exploração de novos segmentos de mercado*. Dissertação de mestrado. UFSCar, São Carlos, 1998.

KIEHL, Edmar José. “Vida e obra de Luiz de Queiroz”. In: *ESALQ, 75 anos a serviço da pátria (1901-1976)*. USP, Piracicaba, 1976.

KURZ, Robert. “A ascensão do dinheiro aos céus – Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global”, 1995 (retirado da página da Internet: o-beco.planetaclix.pt/rkurz101.htm, consultada em 02/07/2013).

_____. “A razão sangrenta – Vinte teses contra o Iluminista e os ‘valores ocidentais’”. (Retirado do endereço na Internet: http://obeco.planetaclix.pt/rkurz103.htm, no dia 14 de maio de 2009). Publicado inicialmente em junho de 2002.

_____. *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2004.

_____. *O colapso da modernização*. São Paulo, Hucitec, 2000.

_____. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004 [1992].

_____. *Os últimos combates* 5ª. Ed. Vozes, Petrópolis, 1997.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto – O município e o regime representativo no Brasil*. 3ª. Ed. Alfa-Ômega, São Paulo, 1976.

LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LENIN, Vladimir I. *Imperialismo - fase superior do capitalismo*. Global Editora, São Paulo, 1979.

LEVY, Maria Stella Ferreira. "O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)". In: Revista de Saúde Pública, vol. 8 (suplemento). São Paulo, 1974.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: Sesmarias e terras devolutas*. 4ª. Ed. Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo, 1990.

LIMONGI, Fernando. "Mentores e clientela da Universidade de São Paulo". In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, IDESP, São Paulo, 1989.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital – contribuição ao estudo econômico do imperialismo/ Anticrítica*. Nova Cultural, São Paulo, 1985.

MARANGONI, José Maria de Jesus. *Olímpia – cidade menina-moça*. Vol. 1 (1857-1941). Centrograf, Olímpia, 2001.

MARANGONI, José Maria de Jesus. *Olímpia: Cidade Menina-moça (1966 – 2003)*. Vol. 3, Centrograf, Olímpia, 2003.

MARTINELLI JUNIOR, Orlando. *O complexo agroindustrial no Brasil: um estudo sobre a agroindústria citrícola no estado de São Paulo*. Dissertação de mestrado. FEA, USP, São Paulo, 1987.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra.* Hucitec, São Paulo, 8ed., 2000.

_____. "Desigualdade e propriedade: os marcos do processo de valorização no regime de colonato". In: MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra.* Hucitec, São Paulo, 2004.

_____. "A formação da fazenda de café: conversão da renda-em-trabalho em capital". In: MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra.* Hucitec, São Paulo, 1998.

MARTINS, José de Souza. "Frente pioneira: Contribuição para uma caracterização sociológica". In: MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. Pioneira, São Paulo, 1975.

MARTINS, José de Souza. "A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-de-trabalho na economia cafeeira: 1880-1930". In: Revista de História (nova série). No. 121. Universidade de São Paulo, São Paulo, agosto-dezembro de 1989.

MARTINS, Luiz. *O patriarca e o bacharel*. Alameda, São Paulo, 2008.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Martins Fontes, São Paulo, 2002.

MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) – Borrador 1857-1858*. Vol. I. 19ª. ed. Siglo Veintiuno Editores, Buenos Aires, 2005.

_____. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livros 1. São Paulo, Nova Cultural (Série "Os economistas"), 1985.

_____. *O Capital – crítica da Economia Política.* Livro 1, tomo 2. São Paulo, Nova Cultural (Série "Os economistas), 1990.

_____. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livros 2. São Paulo, Nova Cultural (Série "Os economistas"), 1986.

_____. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livro 3. São Paulo, Nova Cultural (Série "Os economistas"), 1986.

_____. *O Capital*. Livro I, capítulo VI (inédito). São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MATOS, Odilon Nogueira. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cafeicultura.* Ed. Arquivo do Estado de São Paulo (coleção Monografias), São Paulo, 1981.

MATSUNAGA, Minoru. "Custo de formação, custo de produção e análise da renda da cultura da laranja, São Paulo, 1969/70". In: Agricultura em São Paulo. Boletim Técnico do Instituto de Economia Agrícola. Ano XVII, no. 11/12, São Paulo, novembro e dezembro de 1970.

MATSUNAGA, Minoru; BEMELMANS, Paul Frans; TOLEDO, Paulo Edgard Nascimento de; DULLEY, Richard Domingues; OKAWA, Hiroshige; PEDROSO, Iby Arvatti. "Metodologia de custo de produção utilizada pelo IEA". In; Agricultura em São Paulo. *Boletim Técnico do Instituto de Economia Agrícola*. Ano XXIII, Tomo I, São Paulo, 1976.

MELLO, Nilda Tereza C. de. "Custos de produção diante da nova realidade econômica – o caso da laranja". In: *Laranja:* Revista Técnico-Científica de Citricultura. No. 7, Vol. 2, Instituto Agronômico – Estação Experimental de Limeira, Cordeirópolis, novembro de 1986.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio.* Edunesp, Faccamp, Campinas, 2009.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio – contribuição à revisão da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. Brasiliense, São Paulo, 1982.

MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza – São Paulo, 1845-1895 – contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista*. 2 ed. Hucitec, São Paulo, 1990.

MILLIET, Sergio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. Hucitec, São Paulo, 1982.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec, Polis, 1998.

_____. "As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista". In: Boletim Geográfico, Conselho Nacional de Geografia – IBGE, ano XI, no 112, janeiro – fevereiro de 1953.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil.* Annablume, Hucitec, São Paulo, 2002.

_____. *Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. Annablume, São Paulo, 2009.

MORAES, Antônio Carlos Robert & COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia crítica: a valorização do espaço.* 3a. ed. Ed. Hucitec, São Paulo, 1993.

MOREIRA, Sylvio. "O problema da laranja". In: Agricultura em São Paulo, no. 30, São Paulo, 1951.

_____. "História da citricultura no Brasil". In: RODRIGUEZ, Ody & VIÉGAS, Flávio C. P. (orgs.). *Citricultura brasileira.* Fundação Cargill, Campinas, 1980.

MOREIRA, Sylvio & RODRIGUES FILHO, Antônio José. *Cultura dos citrus: laranjas – limões – tangerinas – limas – etc.*. Melhoramentos, São Paulo, 1965.

MOTOYAMA, Shozo & NAGAMINI, Marilda. *Escola Politécnica, 110 anos construindo o futuro*. Edusp, São Paulo, 2004.

NEVES, Marcos Fava & LOPES, Federico Fonseca (orgs.). *Estratégias para a laranja no Brasil*. Atlas, São Paulo, 2005.

NEVES, Marcos Fava & TROMBIN, Vinicius Gustavo. *Análise de uma década na*

cadeia da laranja. Markestrat, Ribeirão Preto, 2010.
NEVES, Marcos Fava (org.); Trombin, Vinicius Gustavo; MILAN, Patrícia; LOPES, Federico Fonseca; CRESSONI, Francisco; KALAKI, Rafael. *O retrato da citricultura brasileira*. Markestrat, Ribeirão Preto, 2010.
NEVES, Marcos Fava; LOPES, Federico Fonseca; TROMBIN, Vinicius Gustavo; AMARO, Antonio Ambrosio; NEVES, Evaristo Marzabal; JANK, Marcos Sawaya. *Caminhos para a citricultura: uma agenda para manter a liderança mundial*. Atlas, São Paulo, 2007.
NOGUEIRA, Maurício Palma & TORRES JR., Alcides de Moura. "Citricultura: do suco para o álcool". In: Revista AgroAnalisys, setembro de 2006.
NOVAIS, Fernando A. "Considerações sobre o sentido da colonização". In: Revista do IEB, IEB-USP, no. 6, São Paulo, 1969.
_____. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 8ª. ed. Editora Hucitec, São Paulo, 2005.
OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. "A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista". In: Revista Terra Livre, AGB, ano 1, no. 1, São Paulo, 1986.
_____. "O modo capitalista de pensar e suas soluções desenvolvimentistas para os desequilíbrios regionais no Brasil". In: Revista do Departamento de Geografia (USP), São Paulo, n. 3, 1984.
_____. *Modo capitalista de produção e agricultura*. Ática, São Paulo, 1987.
OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. Boitempo, São Paulo, 2003.
_____. *A economia da dependência imperfeita*. Edições do Graal, São Paulo, 1977.
_____. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2008.
_____. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, Vozes, 1998.
PAULILLO, Luiz Fernando de Oriani e. *Complexos agroindustriais e redes políticas: as transformações no território citrícola brasileiro – uma abordagem do novo institucionalismo e da nova localização*. Tese de Doutorado, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2000.
PAULILLO, Luiz Fernando (coord.). *Agroindústria e citricultura no Brasil: diferenças e dominâncias*. Rio de Janeiro, E-Papers, 2006.
PERECIN, Marly Therezinha Germano. *Os passos do saber: A Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz*. Edusp. São Paulo, 2004.
POLTRONIÉRI, Ligia Celoria. *Difusão espacial da citricultura no estado de São Paulo*. Instituto de Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.
PRADO JR., Caio. "Distribuição da propriedade fundiaria rural no estado de São Paulo". In: Revista Geografia, AGB-SP, ano 1, no. 1, São Paulo, 1935.
_____. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. Brasiliense, São Paulo, 2000.
_____. *História econômica do Brasil*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1969.
_____. *A questão agrária no Brasil*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1979.
REZENDE, Gervásio de Castro. "Do Cruzado ao Collor: os planos de estabilização e a agricultura". In: Revista de Economia Política, vol. 12, no. 2 (46), abril- junho de 1992.
SALLUM Jr., Brasilio. *Capitalismo e cafeicultura. Oeste Paulista: 1888-1930*. Duas

Cidades, São Paulo, 1982.
SCHOLZ, Roswitha. "O ser-se supérfluo e a 'angústia da classe média' – o fenômeno da exclusão e a estratificação social no capitalismo". Traduzido em 2008. Consultado na página na Internet: http://obeco.planetaclix.pt/roswitha-scholz8.htm, em 11/11/2013.
_____. "Forma social e totalidade concreta – Na urgência de um realismo dialéctico hoje". Traduzido em 2010. Consultado na página da Internet: http://o-beco.planetaclix.pt/roswitha-scholz12.htm, em 11/11/2013.
_____. "O valor é o homem – Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos". In: http://obeco.planetaclix.pt/rst1.ht. 1992. (Também publicado em Revista NOVOS ESTUDOS – CEBRAP, nº. 45, julho de 1996, pp. 15-36).
SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. Duas Cidades, Ed. 34, Rio de Janeiro, 2000.
SILVA, José Graziano da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. Hucitec, São Paulo, 1981.
SILVA (org.), José F. Graziano da; ALVES, Francisco J. C.; CINTRA, Miriam; CHIOVETTI, Simão Pedro; LAFORGA, Gilmar; PAULILLO, Luiz Fernando; RODRIGUES, Vera; TEIXEIRA, Paulo; MORELLI, Nelson; BACCARIN, José Giacomo. *A crise do complexo citrícola paulista: uma proposta não excludente*. Publicação do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores (PT-SP), São Paulo, 2000.
SILVA, Lígia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio – efeitos da lei de 1850*. Editora da UNICAMP, Campinas, 1996.
SILVA, Maria Aparecida de Moraes. "De colona a bóia-fria". In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, Edusp, 1997.
_____. *Errantes do fim do século*. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1999.
SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 – 1964)*. Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1990.
STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. Brasiliense, São Paulo, 1986.
TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro* – Ensaios sobre economia brasileira. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.
TAVAREZ, Maria Flávia de Figueiredo. *O mercado futuro de suco de laranja concentrado e congelado: um enfoque analítico*. Tese de doutorado. Cepan – UFRGS, Porto Alegre, 2006.
TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus – 990-1992*. (tradução Geraldo Gerson de Souza). Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
TOLEDO, Carlos de Almeida. *Mobilização do trabalho nas Lavras Baianas*. Mestrado. Orientador Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2001.
_____. *A região das Lavras Baianas*. Doutorado. Orientador Heinz Dieter Heidemann. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2008.
TORRES, Alcides di Paravicini. "A ESALQ de Fernando Costa". In: *ESALQ, 75 anos a serviço da pátria (1901-1976)*. USP, Piracicaba, 1976.
VALVERDE, Orlando. Entrevista para a Revista GEOSUL, no. 12/13, ano VI, 1991/1992.

_____. “Metodologia da Geografia Agrária”. In: CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, vol. 1, no. 1, fevereiro de 2006, pp. 1-16.

VIEIRA, Ana Cláudia. *Integração vertical, concentração e exclusão na citricultura paulista*. Tese de doutorado. UFSCar, São Carlos, 2003.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2ª. ed coment. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

_____. “A teoria de Von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização da terra”. In: Revista Brasileira de Geografia. Ano X, no. 1. Rio de Janeiro, janeiro-março de 1948.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

WEDEKIN, Ivan & RODRIGUES, Roberto. *Pequeno dicionário amoroso da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”*. Agroceres, Rio de Janeiro, 2001.